A Madeira e a Descolonização
Da História às Narrativas de Vida

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

José Luís Ferreira de Sousa
MESTRADO EM GESTÃO CULTURAL

UNIVERSIDADE da MADEIRA
A Nossa Universidade
www.uma.pt

Maio | 2011

Centro de Competências de Artes e Humanidades

Mestrado em Gestão Cultural

A MADEIRA E A DESCOLONIZAÇÃO
Da História às Narrativas de Vida

POR

José Luís Ferreira de Sousa

Trabalho efectuado sob a orientação de

Professora Doutora Leonor Martins Coelho

Funchal, Maio de 2011

"Em cada soldado há um mensageiro e um cronista.

Quem saberá dar a relação desta jornada de África?

Ela é a crónica que ninguém escreverá*"*

Manuel Alegre

Índice

Índice	**3**
Agradecimentos	**5**
Resumo	**6**
Nota Introdutória	**10**
Nota Prévia	**14**
1. MEMÓRIA, (DES) MEMÓRIA E PÓS-MEMÓRIA.	**16**
1.1 – Da (des) memória à necessidade de relembrar no tempo "conveniente"	**16**
1.2 – Trauma e resiliência. (Re) encontros possíveis	**20**
2. O COLONIALISMO	
2.1 – Da política colonial ao desmoronamento de uma ideologia	**24**
2.2 – O percurso colonial português	**28**
2.3 – A Guerra Colonial	**33**
2.4 – As canções denominadas "subversivas"	**43**
3. BATALHÕES E QUADROS MILITARES QUE PARTIRAM DA MADEIRA	**49**
3.1 – A incorporação e treino dos efectivos militares	**50**
3.1.1 – De 1961 a 1968	**54**
3.1.2 – Os últimos anos da guerra colonial	**58**
3.1.3 – A acção psicológica para as populações	**63**
3.2 – Os problemas psíquicos: os "cacimbados"	**68**
4. VIVÊNCIAS NOS TERRITÓRIOS DE INDEPENDÊNCIA RECENTE	**70**
4.1 – A vida social e o papel dos missionários da Igreja Católica	**71**
4.1.1 – Em Moçambique	**73**
4.1.2 – Em Angola	**77**

4.2 – O regresso	**82**
4.2.1 – A alegria com a notícia da Revolução no "puto" e o desencanto	**82**
4.2.2 – A confusão e as dúvidas	**83**
4.3 – As fugas precipitadas	**84**
4.3.1 – De Moçambique	**84**
4.3.2 – De Angola	**85**
5. A INTEGRAÇÃO DOS RECÉM-CHEGADOS	**87**
5.1 – O I. A. R. N.	**87**
5.2 – A "reinserção social" bem sucedida	**88**
5.2.1 – As várias hipóteses de trabalho	**89**
5.2.2 – A estabilidade	**90**
6. ANÁLISE ÀS ENTREVISTAS	**92**
7. ELABORAÇÃO DE CONTEÚDOS PARA O CD – ROM	**98**
CONCLUSÃO:	**100**
BIBLIOGRAFIA	**105**
FONTES:	**111**
- Legislação	**112**
- Imprensa	**113**
ANEXOS A/1 a U/8	**115 a 200**
ANEXOS V/1 a ZZ/4	**201 a 242**

Agradecimentos

Pela sua dedicação, competência e, simultaneamente, pelo seu espírito aberto, na universalidade do conhecimento, quero agradecer prioritariamente à Ex.mª Sr.ª Professora Doutora Leonor Martins Coelho o facto de ter aceitado a proposta de orientação do meu Mestrado. A complementaridade sempre foi o principal objectivo quando procurei, e a encontrei, na orientadora de formação diversa.

Por outro lado, os aspectos que se manifestaram dissonantes foram naturalmente aceites em reciprocidade. Da sua crítica construtiva retirei o essencial de forma a enriquecer o trabalho que passarei a apresentar. Muitas foram as recusas e contrapropostas que se baseavam em alternativas do conhecimento. O meu desempenho futuro será produto, também, da sua excelente orientação, donde destaco a frontalidade e disponibilidade total. Foi sempre solícita e agradeço também a sua paciência e compreensão.

Os meus agradecimentos vão também para Ilda Sousa, minha mulher, pela excelente ajuda e colaboração e, ainda, pela insuficiente atenção para com ela e para com o meu filho mais novo, Luís Sousa. Para os dois mais velhos, Luís Artur e Tiago Sousa, pelo escasso tempo dispensado nas recentes e escassas conversas, um pedido de desculpa e agradecimentos pela provável compreensão da parte deles. Também, pela sua amizade e por todos eles me terem escutado nos momentos em que mais precisei.

O meu agradecimento, também, aos meus amigos pelo apoio, compreensão e por me terem incentivado a concluir o presente trabalho.

RESUMO

Este trabalho intitulado "A MADEIRA E A DESCOLONIZAÇÃO – Da História às Narrativas de Vida" é, talvez sobretudo, o resultado dos desafios constantes que esta temática implica: actual, dolorosa e relacional.

Foi necessário imprimir alguma sensibilidade para tratar este tema complexo, porque se cruzam contrastes culturais que foram abordados na suposta e conveniente distância das gerações imediatas. No início do trabalho, julgou-se propícia essa suposição, porque se evitariam diálogos exacerbados, quando as paixões já tivessem esmorecido. Não foi essa a conclusão a que chegámos. É nesta problemática que se enquadra o tema e o estudo que concluímos e que, no entanto, permanece em aberto. Serão os futuros trabalhos que abrirão novas perspectivas.

Privilegiámos esta *nuance* porque a descolonização é a consequência da remota política "novecentista" que evoluiu no percurso do século XX e nele encontrou o desfecho. Questionámos as motivações de todos os intervenientes e procurámos interpretações comuns com introdução de soluções para um futuro promissor.

Assim, e dadas as dimensões que o tema proporciona, optámos por contextualizar a questão, dando mais ênfase às memórias de uma época expostas nos relatos dos entrevistados.

Algumas conclusões foram retiradas dos pontos comuns dessas narrativas autobiográficas. Outras permanecerão na insondável e complexa memória dos que viveram esse fenómeno. O que se pretendia, à partida, vincular a uma visão nova do mundo, só parcialmente contribuirá para um entendimento nas relações entre a Europa, Portugal em particular, e as regiões de África.

Com efeito, houve sofrimento no antagonismo das perspectivas de opositores que encontraram no belicismo a forma de atingir os objectivos divergentes, obviamente. Estudámos palcos de guerra onde a sentença internacional já fora determinada. À revelia dos convénios internacionais, nomeadamente da ONU, o regime salazarista teimou no "orgulhosamente sós".

Através deste projecto jamais pretendemos constatar a dicotomia simplista entre colono e colonizado, mas sim analisar as relações entre o europeu e o africano como forma de apreender mundos distintos, sabendo que em África a noção do presente é que prevalece.

Esta perspectiva aberta e dialogante permite apresentar aos alunos das escolas do 3º Ciclo e Secundárias da RAM um tema marcante que envolveu as gerações de meados do século XX, mas que ainda é actual. Os meios audiovisuais e a internet facilitarão a tarefa pedagogico-didáctica.

Palavras-chave: Império – colonização – guerrilha – mobilização – dever – Pátria – medo – ansiedade – trauma – fuga – revolução – liberdade – independência – integração – democracia.

ABSTRACT

This work entitled "Madeira and the decolonization - From the History to the Narrative of Life" it is perhaps, primarily the result of the constant challenges that this theme includes: the current, sorrowful and relational.

It was necessary to bring some sensibility to treat this complex theme, because they cross cultural contrasts that were addressed in the alleged and convenient distance of the immediate generations. In the beginning of the work, it was deemed favorable that assumption, because it would avoid exacerbate dialogues, when passions had already waned. That was not the conclusion we have reached. It is this issue that fits the theme and the study. Future studies will be open to new perspectives.

We have given precedence because this nuance is the consequence of decolonization remote policy "nineteenth century" that evolved in the course of the twentieth century and in it found the outcome. Questioned the motives of those involved, we seek common interpretations with the introduction of solutions for a promising future.

Thus, given the dimensions that provides the theme we have chosen to contextualize the issue by giving more emphasis to the memories of a time set out in the interviewees' reports.

Some conclusions were drawn from the points in common of these autobiographical narratives. Others remain in the complex and inscrutable memory of those who lived through that phenomenon. What was intended from the outset to link to a new vision of the world only partially contribute to an understanding in relations between Europe, particularly Portugal, and regions of Africa.

Indeed, there was suffering in the antagonism of the prospects of opponents they faced. We studied theaters of war where the sentence had already been determined internationally. In defiance of international agreements, notably the UN, the Salazar regime insisted on the "splendid isolation".

Through this project, we would never want to see the simplistic dichotomy between the settler and the colonized, but to analyze the relationship between Europeans and Africans as a means of grasping different worlds, knowing that in Africa the concept is dominant.

This open and dialogic approach allows schools to introduce students of the 3rd cycle and secondary, striking a theme that involved the generation of mid-twentieth century, but that is still the current. The media and the Internet facilitate the educational task

Keywords: Empire - colonization - guerrilla warfare - mobilization - duty - Homeland - fear - anxiety - trauma - flight - revolution - freedom - independence - integration - democracy.

NOTA INTRODUTÓRIA

Este trabalho intitulado "A MADEIRA E A DESCOLONIZAÇÃO – Da História às Narrativas de Vida" surgiu do processo de investigação desenvolvido no âmbito da disciplina Estudos Interculturais leccionada no Mestrado de Gestão Cultural. É, talvez sobretudo, o resultado dos desafios constantes que esta temática implica: actual, dolorosa e relacional.

A descolonização é uma consequência da remota política "novecentista" que evoluiu no percurso do século XX e nele encontrou o seu desfecho. Queremos questionar as motivações de todos os intervenientes e determinar uma interpretação que a todos envolva na comunhão de soluções para um futuro promissor, onde a reciprocidade de interesses económicos e sociais se conjuguem harmoniosamente.

Será necessário ter alguma sensibilidade para o tratamento de temáticas complexas, porque envolvem contrastes culturais que terão de ser abordados na conveniente distância das gerações imediatas. Escusam-se diálogos exacerbados, quando as paixões já esmoreceram.

A Guerra Colonial afectou, directa ou indirectamente, todo o povo português. A geração do "pós-guerra", em Portugal, não sofreu, com a violência doutros povos, as consequências da II Guerra Mundial, mas foi impelida para outra de características especiais: a guerrilha. A alternativa, para quem não sentiu o espírito patriótico (ou simplesmente lhe faltou coragem), era "dar o salto", ou seja, a fuga para o estrangeiro. Partiram, maioritariamente, para França os continentais e os mancebos insulares para Venezuela, África do Sul, E.U.A. ou Brasil.

Com efeito, há sofrimento no antagonismo das perspectivas de opositores que encontraram no belicismo a forma de atingir os objectivos divergentes, obviamente. Estamos em palcos de guerra onde a sentença internacional já fora demonstrada. O regime salazarista foi quem teimou no "orgulhosamente sós".

Assim, e dadas as dimensões que o tema proporciona, optámos por contextualizar a questão para dar mais ênfase às memórias de uma época expostas nos relatos dos entrevistados.

Iremos ver, pois, como essas narrativas autobiográficas se vinculam a uma visão do mundo, dando conta das relações entre a Europa, Portugal em particular, e as regiões de África.

Os que sentiram na pele intermitentes sensações sabem que, pela idade dos 17 anos, a ansiedade aumentava e com a incorporação no exército havia uma alternância com o medo. A maioria colocava em questão a utilidade da guerra, duvidava da justiça e dos objectivos e perspectivava o seu desfecho: o insucesso para Portugal.

Nos cerca de treze anos de conflito nas três colónias, cada uma com diversas frentes de combate, os jovens portugueses aperceberam-se do eternizar da situação e da indefinição quanto ao resultado final. A solução passava por um acordo político, era óbvio. Na guerra, com características de guerrilha, não se vislumbravam vencedores. A solução foi encontrada na "revolta dos capitães" onde se encontraram outras denominações, mais sentimentais e poéticas: "A Revolução dos Cravos".

Foi mais de uma década de sofrimento, para alguns, e de prosperidade e bem-estar para outros. O povoamento das colónias portuguesas com elementos europeus, tardio e apressado, a par de um desenvolvimento que só se manifestou a partir de 1962, motivou alguns portugueses a fixarem-se principalmente nas províncias de Angola e Moçambique, nessa década. Foram estes que, ainda iludidos pela ténue possibilidade de sucesso nas negociações e no efémero cumprimento das cláusulas dos acordos assinados entre o Governo Provisório português e os representantes dos diversos movimentos de libertação, se mantiveram na expectativa e sofreram, mais do que aqueles que não acreditaram, as consequências do regresso compulsivo e apressado, na maior parte dos casos. A integração dos que regressaram nestas condições, apesar de tudo, poderemos considerar satisfatória. O papel do I. A. R. N. (Instituto de Apoio aos Retornados Nacionais) foi parcialmente conseguido, mesmo no meio de algum descontrolo, onde a azáfama do "desenrrasca" propiciou "desvios" e corrupção. Naquela época, com o frenesim da dialéctica socio-política, houve certamente situações adversas que se tornaram extremadas e ainda hoje se conservam nas memórias, em agruras e dificuldades jamais ultrapassadas.

Serão estas vivências que iremos analisar e contrapor nos argumentos de todas as partes envolvidas, contrariando as tendências facciosas da maior parte da literatura que, romanceada ou não, ainda não foi capaz de estabelecer o equilíbrio e a isenção.

Neste âmbito, recordamos o trabalho de Ana Margarida da Fonseca[1], onde encontramos imprecisões, e a obra de Luiz Aguiar[2] onde, sendo as razões óbvias, tentámos a perspectiva do autor. É, pois, necessário fazer o contraponto, onde todos se revejam nos factos e aceitem os argumentos, incluindo os africanos ex-combatentes (de ambos os lados) e os responsáveis políticos dos novos países de expressão portuguesa.

Por estes motivos, apercebemo-nos das inúmeras dificuldades com que seremos confrontados, mas o nosso objectivo é exactamente este: esclarecer, unificar conceitos e reunir, nas conclusões, as expectativas de todos os que se sentem ligados a uma questão sensível, que terá de ser pacífica, para que o futuro dos países lusófonos seja promissor.

Está assim enunciado o tema, devidamente enquadrado na conjuntura que revolucionou politica e socialmente um Portugal, até então, avesso à Europa. Esta, com o seu percurso democrático consolidado, ensaiava um espaço comunitário de negócio e bem-estar na perspectiva já da união económica e monetária.

As últimas duas gerações só ouviram contar aos pais que, inconscientemente, lhes transmitiram as dificuldades mais visíveis do quotidiano difícil das famílias portuguesas, no terceiro quartel do século anterior.

Com a investigação realizada e a tese concluída, "A MADEIRA E A DESCOLONIZAÇÃO – Da História às Narrativas de Vida" ficará ao dispor dos docentes, em particular os de História, para utilização propícia.[3]

Esta iniciativa que, como obra didáctica, é inovadora (verifique-se no suporte: CD), tem cada vez mais informação actualizada, pois são inúmeros os trabalhos editados recentemente, alguns de inquestionável valor, tanto da imprensa continental, como na R. A. M.

---

[1] " *(...) Na verdade, as condições em que se processava o regresso dos portugueses das colónias (...) constituía um testemunho agudo do fracasso (...)* " Ana Margarida Fonseca (Instituto Politécnico da Guarda), "Silêncios do Império – representações da identidade cultural portuguesa nas entrelinhas da descolonização", in Dedalus, revista portuguesa de Literatura comparada, Edições Cosmos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 20 – 21 de Janeiro de 2005, p 474. (Leia-se então *ANEXOS A/1;B/2*)

[2] Luiz Aguiar, *Livro Negro da Descolonização*, Editorial Intervenção, Lda, Lisboa, 1977, 752 páginas.

[3] Procuraremos realizar alguns trabalhos que serão sugeridos num CD-ROM, no qual se enunciarão as actividades que se pretende desenvolver, relacionadas com este tema. Na oportunidade, estas actividades serão complementares e devidamente integradas nas propostas curriculares dos manuais escolares do 9º Ano e dos Cursos Secundário e Complementar.

Esta perspectiva queremos nós transmitir aos alunos, no final do estudo.

Assim, para a concretização dos objectivos já enunciados, recorreremos à / ao:

- Pesquisa bibliográfica selectiva e específica da Guerra Colonial e das dinâmicas migratórias daí provenientes e desenvolvidas em condições de excepção;
- Estudo das directrizes aplicáveis no panorama legislativo das colónias, tentando destacar as cláusulas favoráveis à sua fixação em zonas do interior de cada província;
- Interpretação de fontes e informação recolhidas com os factores psicológicos transmitidos pelos elementos escolhidos como entrevistados, recolhendo também as emoções e mensagens carregadas de medo ou terror e outros aspectos pertinentes;
- Análise e comparação de casos semelhantes, ou não, nos processos de descolonização de territórios africanos das diversas potências europeias, para se concluir sobre uma realidade que deve ser transmitida através de factos devidamente inseridos nos contextos e épocas diversas;
- Compreensão das intervenções e ajudas de diversos países que fomentavam a guerra de guerrilha, auxiliando financeiramente os movimentos de libertação dos vários territórios coloniais portugueses;
- Conhecimento dos dados comparativos, para compreender as situações comuns nos diversos palcos de guerra e às tragédias nos regressos compulsivos;
- Utilização dos testemunhos de "A Guerra" de Joaquim Furtado de forma a serem encontradas as respostas concretas para os problemas com que foram confrontados os diversos actores nos diferentes palcos de guerra. Assim, compreenderemos as suas perspectivas e anseios que possibilitaram, ou não, a realização das respectivas metas;
- Realização de entrevistas a diversos intervenientes como as experiências de vida nas colónias portuguesas ou através dos testemunhos dos elementos do exército no cumprimento das suas missões e outras de índole religiosa.

Nota Prévia

Para uma abordagem completa e coerente, teríamos de recuar no tempo. Julgamos que, cronologicamente, o ano de 1815[4] é o mais correcto. A Revolução Industrial acelerou o processo produtivo e o empecilho francês (Napoleão) desterrado em Santa Helena, abriu caminho à hegemonia britânica.

Não querendo alongarmo-nos, diremos apenas que a riqueza em matérias-primas fez do Continente africano um alvo privilegiado da cobiça europeia[5]. O colonialismo é um fenómeno que marca a História até à II Guerra Mundial. A dinâmica socio-política, após o segundo conflito, irá desencadear um outro fenómeno: a descolonização.

Abordaremos este tema, que nos é caro, sempre no distanciamento do observador atento, sensível às opiniões de outras vertentes e perspectivas. Não abdicaremos, no entanto, da nossa situação de observadores privilegiados porque não fomos meros espectadores, mas sim protagonistas forçados de um fenómeno que a História tornou irreversível. Nós vimos, estávamos lá… Ao "teórico" restará o papel de analista que conjectura à luz das correntes políticas internacionais, consoante as deambulações ideológicas lhe facultam. A nossa legitimidade é, portanto, consolidada na experiência de quem sentiu o fruir de um tempo, um quarto da sua vida, gasto em ansiedade, algum medo e a valorização pessoal, num laivo de patriotismo e da opção (consciente e inevitável) de viver em Portugal.

---

[4] O "*Northumberland*" entrou na baía do Funchal na noite de 22/8/1815 e zarpou para a ilha de Santa Helena, dois dias depois "*À noite retomámos o caminho, com uma grande rapidez, o vento continuava sempre muito forte*". in Paulo Miguel Rodrigues, *A política e as questões militares na Madeira, O período das Guerras Napoleónicas*, 1ª Edição, Edições CEHA-SRTC, Funchal, Dezembro de 1999, p 17.

[5] " *(...) Entretanto, a corrida europeia para África, que culminou com a Conferência de Berlim, em 1885, encontrou um território sem fronteiras (...)* " in General Manuel Freire Themudo Barata e outros, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974),* Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 4º Volume, Dispositivo das Nossas Forças, Moçambique, Lisboa, 1989, 326 páginas.

Gostaria de vincar aqui a única possibilidade de me dirigir na primeira pessoa do singular, porque preciso de assumir o papel de protagonista e, simultaneamente, do estudioso que procura ser isento, imparcial. Ao longo deste estudo, foi necessário encontrar as perspectivas dos diversos autores e algumas, a muito custo, transcrevemos como elemento de análise, embora com discordância, porque eivadas de ficção, algumas romanceadas, outras até, branqueadas[6]. Das obras a que tivemos acesso, escolhemos pela legitimidade, realismo, autenticidade e genuínas, as de António Lobo Antunes. Também ele foi protagonista, sentiu na pele, a contrariedade num palco de guerra a que era adverso. Por fim, sublinho, fazendo jus ao título, esta é uma "***Nota Prévia***".

Também gostaríamos de reforçar que, desde o início, foi sempre nosso propósito deixar para as várias gerações escolares um trabalho que fosse fiel e genuíno, tanto quanto é possível fazer e escrever em História, relatando com a maior isenção e autenticidade possíveis. Assim, cada aluno usufruirá de dados suficientes (ANEXOS) e documentação, de modo a complementar a bibliografia que serviu de base a este estudo.

Cabe aqui sugerir a leitura, diremos obrigatória, do **Anexo – N**.

Certamente, nos anos vindouros serão publicadas novas obras sobre esta temática que poderão na mesma servir de apoio aos trabalhos escolares, pois, na R.A.M. as principais bibliotecas têm, felizmente, uma orgânica capaz de facilitar as consultas que qualquer aluno pretenda realizar.

Queremos, portanto, apresentar um trabalho criterioso, sério e, simultaneamente, interessante para que os seus principais destinatários, os alunos, sintam a motivação necessária para o abordarem numa perspectiva de aprendizagem.

Sabemos que, na generalidade (há excepções), este ainda é um tema tabu, mas, aos poucos, haverá na consciência de cada docente o propósito de, nas respectivas turmas, promoverem trabalhos que contemplarão o capítulo mais recente da História de Portugal e que, curiosamente, condicionou, nos diversos aspectos (positivo e negativo), as vidas da actual geração com idade escolar.

[6] É lícito comparar com o que aconteceu no ano 2010, quando o presidente do Irão negou, com tamanha sobranceria, o Holocausto.

1. MEMÓRIA, (DES) MEMÓRIA E PÓS-MEMÓRIA[7]

O encontro com o outro sempre marcou a cultura e a Humanidade. Neste sentido, o século XVIII foi particularmente relevante e o século XIX, com a sua política colonial, desvendou renovados sentidos. Antes de abordar as causas de uma política que apostou na riqueza das colónias como forma de resolver as dificuldades financeiras provenientes de um tecido empresarial pouco produtivo e competitivo, analisaremos as consequências da descolonização e, principalmente, os efeitos psicológicos que uma parte da população portuguesa experimentou, e ainda sente, após esse fenómeno[8].

1.1 – Da (des)memória à necessidade de relembrar no tempo "conveniente"

Desde logo, se percebe que esta abordagem de temas delicados, e por vezes polémicos, que implicam a perda de poder e de bens, por chacinas e violência, envolvem emoções exacerbadas, provocam também exaltações de ânimo e de revolta. As narrativas de vida que pretendemos dar a conhecer, quer ao longo da dissertação, quer, em particular, ao longo das entrevistas e da respectiva análise, à semelhança dos inúmeros textos sobre a Guerra Colonial e todo o processo da (des)colonização têm o

[7] Entendemos ***pós-memória*** no seu sentido lato. Margarida Calafate Ribeiro define, pós-memória, como narrativas elaboradas por quem não vivenciou directamente os traumas (de guerra) mas que também sofreu as consequências dessas disforias. São normalmente filhos da guerra colonial. Uma segunda geração que teve de viver com privações de vária ordem. Para Marianne Hirsch a pós-memória - neste caso relacionada com narrativas do holocausto - caracteriza-se por experiências não vivenciadas mas sofridas porque recordadas e avivadas. No que nos diz respeito, entendemos este conceito como experiências narradas − narrativas de vida - como lhe chamaremos no nosso trabalho - que ficarão impressas não apenas para as gerações que as presenciaram directamente, mas, de igual modo, para as gerações vindouras. Mantemos, contudo, essa relação do vivido recordado e do relato reavivado para que permaneçam para a posteridade os (des) encontros da História.

[8] Não será por acaso que o governo português, em 1999, publicou uma lei que declarou a perturbação de stress pós-traumático (PTSD). Para mais dados sobre os traumas relacionados pela Guerra Colonial, poder-se-á consultar Ângela Costa Maia, Teresa Maintyre, Graça Pereira e Eugénia Fernandes. "Por baixo das pústulas da guerra. Reflexões sobre um estudo com ex-combatentes da Guerra Colonial" in http://www.repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/822/5951[consultado a 20-03-2011]

seu tempo de silêncio, como que uma reflexão, onde é importante conter e ponderar. Porém, mais cedo ou mais tarde revelar-se-ão, pois a passagem por África implicou boa parte da população portuguesa. Aliás, neste sentido, Rui de Azevedo Teixeira no Prefácio a *Nó Cego* salienta:

> "*A maioria dos portugueses com mais de cinquenta e cinco anos teve na guerra de África a sua grande aventura. Coada por um filtro amaciador de mais de três décadas, a áspera experiência dos anos em África ficou para muitos como o mais intenso, senão o melhor, período da sua vida. As distinções e as invenções de memória associadas a uma vida civil aborrecida, à tristeza do envelhecimento e à aproximação do fim, acabam por tornar, para muitos, a experiência militar africana numa "magnifica caçada" que tinham feito longe da mulher" (...) É sabido que a percepção de uma realidade pode ir-se transformando, tornando-se ela própria realidade, acabando até por substituir a própria realidade primeira. Enfim, sabe-se que o presente pode modificar o passado*."[9]

Algumas destas narrativas terão de ser entendidas na conjuntura dessas vivências e na perspectiva de quem as escreveu. Passadas uma ou, talvez mais conveniente, duas gerações será a altura, quiçá, propícia para analisar, para se poder descrever e comentar desapaixonadamente[10]. Perante essas narrativas de regresso, da nossa parte, tentaremos manter a isenção da análise a que nos propusemos, porque não excluiremos quem quer que seja e, por isso, escolhemos entrevistados dos mais variados sectores, cujo protagonismo garante a imparcialidade que norteia este trabalho. Ficámos, no entanto, com a sensação de que o tempo que ora nos separa desses acontecimentos, ainda será curto, mas não queremos deixar que vinguem as opiniões desajustadas da realidade, pois só assim a verdade histórica permanecerá nos vindouros.

Ana Margarida Fonseca, em "*Silêncios do Império*..." refere que as narrativas de regresso, cujos protagonistas sejam colonos ou colonizados[11], não abundam. Afirma, também, que a integração dos nacionais regressados não foi plena e que

---

[9] In Prefácio, Carlos Vale Ferraz, *Nó Cego*, Livraria Bertrand, 2ª Edição, Lisboa, Julho de 1983, p 10.

[10] Sabemos que em contexto traumático, ou de confronto, a (re)construção de memórias é quase fragmentada. Ver: Van der Kolk,"Posttraumatic stress disorder and the nature of trauma", in M. F. Solomon & D. J. Heating, *Trauma attachement, Mind, Body and Brain*, New York, WWNorton & Company, 2003, pp 168 a 195.

[11] Uma parte da população de raça negra preferiu a segurança de um país que conheciam por "Puto".

> " *(...) a ausência dos colonos e dos retornados da literatura portuguesa, em contraste com uma produção ficcional relativamente abundante sobre a guerra colonial, está relacionada com o facto de nos estarmos a referir a um corpus onde as dimensões do testemunho e da memória são fundamentais. (...)* "[12]

Do dizer da ficção e da narrativa, para o dizer da História, diremos que a situação económica de um país atrasado e eminentemente agrícola, como era Portugal em 1975, não permitia grandes arrojos. Perante tantos casos a acorrer, os desfechos nem sempre foram justos, nem as medidas adequadas. As soluções encontravam-se na legislação[13] que pretendia ser eficaz, para corresponder a factos que se deparavam e aos condicionalismos duma situação nova.

Neste sentido, refere a estudiosa:

> " *(...) Por outro lado, não poderemos ignorar que a própria sociedade portuguesa integrou com mais facilidade alguns "regressados" do que outros. Na verdade, se num extremo da receptividade poderemos situar os exilados políticos, acolhidos como heróis no pós-25 de Abril, no outro extremo encontram-se precisamente os retornados, sobre os quais recaiu um certo embaraço. Entre uns e outros estarão os ex-combatentes que, apesar de tudo, tinham à sua espera, na maioria dos casos algumas estruturas sociais estáveis – uma família, um grupo de colegas ou amigos, uma aldeia ou bairro, uma profissão. (...)* "[14]

Mas, nas narrativas dos nossos entrevistados constatamos haver apoio familiar.

---

[12] Ana Margarida Fonseca (Instituto Politécnico da Guarda), *Silêncios do Império – representações da identidade cultural portuguesa nas entrelinhas da descolonização*, in Dedalus, Revista portuguesa de Literatura comparada, Edições Cosmos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 20 – 21 de Janeiro de 2005, p 475.

[13] " *(...) Art. 3º Relativamente aos cidadãos a que se refere o artigo anterior, compete ao Instituto, em especial: a) Promover, directamente ou em colaboração com as diversas entidades públicas e privadas, o apoio, a orientação, e a prestação de auxílio aos ditos cidadãos e respectivas famílias (...)*

b) Diligenciar, em colaboração com os serviços competentes, pela obtenção de trabalhos e de créditos; (...) " in Decreto-Lei nº 169/75 de 31 de Março.

[14] Ana Margarida Fonseca (Instituto Politécnico da Guarda), *Silêncios do Império – representações da identidade cultural portuguesa nas entrelinhas da descolonização*, in Dedalus, revista portuguesa de Literatura comparada, Edições Cosmos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 20 – 21 de Janeiro de 2005, p 475.

> " *(...) Chegámos à Madeira a 29/3/1975. Os meus pais regressaram em Novembro do ano anterior e alugaram uma casa no sítio da Cancela, São Gonçalo e foi essa casa que o meu irmão Baptista, o que vivia na Venezuela, comprou pouco tempo depois. Era espaçosa e lá vivemos com os meus pais, a minha prole, meu irmão mais novo, recém-casado. (...)* "[15]

Situação idêntica encontrou Luís Gonçalves pois tinha ainda a casa de família, pela parte materna, em condições de habitabilidade e um logradouro com área agrícola.

> " *(...) À volta da casa materna tinha terreno e eu com o meu irmão plantámos de tudo um pouco. Ficámos com bolhas de água nas mãos, desabituadas àquele tipo de trabalho mas, ao fim de algum tempo, a terra foi generosa e os vizinhos até se admiraram com a quantidade de cenouras, couves, alfaces e várias leguminosas que colhemos…A terra estava há muitos anos sem produzir, por isso, deu muito e bem (...)* "[16]

Por outro lado, também se pode questionar se alguma vez existirá uma perspectiva comum relacionada com a hipotética alternativa de soluções mais justas. Estavam em presença os antagonismos, não só ideológicos, expressos nos interesses diversos de indígenas, de naturais de várias raças, entre elas a europeia, e os objectivos dos que foram obrigados a deixar as suas casas e familiares. Felizmente, os entrevistados, mesmo os militares milicianos, manifestaram patriotismo através dos seus testemunhos inequívocos. No entanto, verificámos que, pelo facto de algumas pessoas se recusarem a conceder entrevistas, alguns testemunhos importantes ficaram por analisar e, por isso, o nosso trabalho ficará incompleto[17]. A parte religiosa é uma vertente fundamental, atendendo à importância da acção missionária junto das populações. Dessa recusa, tanto pela parte de algumas pessoas que lá viveram e que regressaram com experiências ímpares, mas também do inestimável contributo dos missionários católicos pelo contacto diário com as populações, concluímos que muitas feridas estão ainda por sarar.

---

[15] In Entrevista de Gualberto Teixeira – ***Anexo E***.

[16] In Entrevista de Luís A. G. Gonçalves – ***Anexo F***.

[17] A recusa em responder afirmativamente a pedido de participação em estudos científicos foi apontada no estudo dirigido por Ângela Maia. Cf "Por baixo das pústulas de guerra. Reflexões sobre um estudo de ex-combatentes da Guerra Colonial", *op. cit.* Poder-se-á também consultar o artigo de Van der Kolk, anteriormente citado.

Na verdade, os que regressaram não esqueceram o sofrimento e as dificuldades porque passaram e mantêm os mesmos princípios e perspectivas. Se esta mentalidade permanecer, jamais a dialéctica do antagonismo lactente produzirá o movimento conciliatório para o progresso. Serão, talvez, as novas gerações, por distanciamento dos factos e com outra perspectiva, as indicadas para encetarem experiências conciliadoras e de entreajuda, como mão-de-obra qualificada, em funções administrativas ou noutras áreas do conhecimento, pois nesses países são ainda necessários desses colaboradores. A língua portuguesa é o grande elemento unificador e a chave da solução. Dessas vantagens, destacamos o papel das Universidades portuguesas na formação de naturais desses países, assim como os jovens portugueses, com qualificações diversas, poderão encontrar uma realização profissional, ajudando os novos países a entrar na senda do progresso e do desenvolvimento.

1.2 – Trauma e resiliência. (Re) encontros possíveis

Considerando o número elevado de obras que nos últimos anos têm vindo a lume, estamos em crer que o processo de resiliência[18] está bem encaminhado. Com efeito, de autores conceituados a escritores menos canónicos, muitos são os que se debruçam sobre o (des) encontro entre Portugal e África.

> *" (...) A literatura portuguesa conta, desde o final do regime salazarista com mais de cem romances sobre a guerra colonial e o fim das colónias africanas.*
>
> *Uma vez que estes textos foram, na sua grande maioria, escritos por pessoas que participaram directamente na guerra ou que por ela foram afectadas, pode-se dizer que estes textos estabelecem uma ligação entre memória e ficção. (...) "*[19]

[18] O conceito de ***resiliência*** está relacionado com a capacidade de um determinado indivíduo lidar com experiências stressantes. Cf. Bonano, G. A., "Loss, trauma and Human resiliance. Have we understinated the human capacity to thrive after extremely aversive events?" in *American Psychologist*, 2004, 59, pp 20-28.

[19] Helmut Siepmann, *A despedida de África no romance português*, in Rui de Azevedo Teixeira (organização de), *A Guerra do Ultramar – realidade e ficção*, Notícias Editorial, 1ª Edição, Lisboa, 2002, p 93.

Não pretendendo esboçar uma listagem nessa matéria, é de referir alguns títulos que têm surgido no mercado do livro: *Jornada de África* de Manuel Alegre, *D'este viver aqui neste papel descripto, Cartas da Guerra* de António Lobo Antunes, *Nó Cego* de Carlos Vale Ferraz, *Um amor nunca se esquece* de Júlio Magalhães ou *Os exilados* de Manuel Arouca. Muitos destes textos focam experiências dolorosas, entediantes que deixarão, certamente, marcas profundas. Neste sentido, Lobo Antunes diz-nos:

> "*Meu Deus, África – je deteste ça… Há 6 meses – faço 6 meses depois de amanhã – que só vejo mata e chana, capim, arbustos, abatizes, soldados e tédio. (…)* "[20]

Nas possíveis perspectivas de um facto ou na vivência sujeita às contingências de um fenómeno, é difícil traçar ou planear um percurso. Os acontecimentos desenrolam-se vertiginosamente e não há vontade humana que os consiga controlar. Está, no entanto, o ser humano preparado, porque lhe é nato, para reagir perante a adversidade e a sua vontade indómita é tanto mais forte quanto maior é o obstáculo e até no sofrimento, seja físico ou psíquico, como parece comprovar o excerto seguinte:

> "*No outro dia, num documentário na televisão sobre a guerra em África, com militares a avançarem e a disparar, um ferido na picada, a sombra de um helicóptero sobre as árvores e, de repente, dei por mim a levantar-me do sofá com ganas de correr para dentro do ecrã e juntar-me a eles: era ali que eu pertencia. Isto sem crítica, sem pensar outra vez e o que eu senti, ao desliga-lo, foi uma espécie de remorso, uma culpa de os ter deixado sozinhos. Porquê, se foi uma guerra injusta, estúpida, cruel? Porquê se fez sofrer tanto? (…)* "[21]

São exemplos de resistência, que aqui transparecem e que hoje se reatam e se retratam na literatura portuguesa. Nem sempre os protagonistas se encontram nos ideais preconizados e na comunhão dos desfechos há dissidências visíveis. Mas todos eles

---

[20] António Lobo Antunes, *D'este viver aqui neste papel descripto. Cartas da Guerra,* (Organização: Maria José Lobo Antunes, Joana Lobo Antunes) Publicações D. Quixote, 1ª Edição, Lisboa, Outubro de 2005, p 225.

[21] António Lobo Antunes, Crónica, *Coisas cá do rapaz*, contra capa de *D'este viver aqui neste papel descripto. Cartas da Guerra,* (Organização: Maria José Lobo Antunes, Joana Lobo Antunes) Publicações D. Quixote, 1ª Edição, Lisboa, Outubro de 2005, 432 páginas.

encontraram uma saída conveniente e até compensadora, apesar das dificuldades e agruras porque passaram.

Hoje, uns procuram a justificação para as suas irreversíveis opções, outros lamentam a perda irrecuperável dos projectos de vida que só realizaram parcialmente. São, certamente, imponderáveis que pesam em qualquer fútil situação, como nos mais marcantes episódios dos mais díspares percursos individuais. O que conta, quando se procura tirar dividendos, é apontar, com relativa facilidade, um responsável ou um grupo deles, porque não perscrutámos os desígnios, os fenómenos da História do homem, que é plena de exemplos.

Este questionamento, dúvidas e opções são também salientados por um dos entrevistados ao referir que:

> "*Depois começaram os distúrbios e, francamente, já não acreditava em nada… Lembrei-me logo do que se passou no Congo Belga. Nessa altura até os meus amigos negros, antigos colegas do Liceu, durante os convívios, mandavam umas "bocas" e eu ficava sem saber até que ponto era a brincar (…)* "[22].

Será oportuno colocar aqui a opinião de um dos estrategas do *movimento dos capitães* que esteve presente nos momentos cruciais da descolonização dos territórios portugueses, em África, uma vez que refere a descolonização possível para alguns, mas para ele:

> " *(…) A colonização portuguesa foi tão má como as outras. O que não significa que não haja margem de manobra para o diálogo com os povos que foram submetidos ao colonialismo e que esse diálogo não ser prosseguido. (…)*
>
> *Não tivemos a veleidade de alcançar um processo exemplar de descolonização. O que pretendemos foi que fossem exemplares, tanto quanto possível, as relações futuras entre Portugal e as antigas colónias. Porque fechado o ciclo do Império nós sabíamos perfeitamente que não era possível curar de repente todas as feridas, todos os ressentimentos. (…) Do meu ponto de vista, os acordos foram aqueles que deveriam ser feitos.*
>
> *Isto levar-nos-ia a discutir a opinião daqueles que dizem que a descolonização foi a possível, conceito a que confesso que sou alérgico, porque o considero uma forma simplista de desculpabilização da nossa parte. Nós seguimos uma determinada via, não por ingenuidade ou*

[22] In Entrevista de Luís A. G. Gonçalves – ***Anexo F***.

por pensarmos que era a via mais fácil, mas porque correspondia a um pensamento estratégico. Por isso, não foi aquilo que foi possível fazer. Foi aquilo que devia ser feito. (...) ”[23]

Opiniões semelhantes podem ser lidas em diversas obras ou em entrevistas daquela época, concedidas pelos responsáveis dessas decisões. O certo é que os factos propiciaram acções apressadas, na vertiginosa corrida do tempo e das circunstâncias que as precipitaram.

[23] João Paulo Guerra, *Descolonização Portuguesa – O regresso das caravelas*, (Prefácio de Melo Antunes), 1ª Edição, Oficina do Livro, Setembro de 2009, pp 18 e 19.

2. O COLONIALISMO

2.1 – Da política colonial ao desmoronamento de uma ideologia

O colonialismo em África conheceu outra fase após a Revolução Industrial. A Europa necessitava de matérias-primas em maior quantidade e ao mais baixo custo. Esta situação levou os exploradores do sertão africano, imbuídos de espírito patriótico, a cometerem grandes façanhas. Para Portugal, pequeno país, essas acções contribuíram para a consolidação do direito adquirido no passado glorioso. A legitimidade vinha das viagens marítimas, da exploração da costa africana cujo objectivo, no século XV, era possibilitar o acesso ao Índico. Os portugueses conseguiram essa proeza. O denominado Cabo das Tormentas, passou a ser "Cabo da Boa Esperança".

No séc. XIX era necessário assegurar a posse dos territórios num continente avidamente disputado e só com o reconhecimento internacional esse direito ficaria consagrado. Para esses heróis o amor pátrio satisfazia de algum modo, mas as comendas e promoções na hierarquia militar, eram objectivos pretendidos, como sugere Oliveira Pinto:

> " *(...) na segunda metade do século XIX – período marcado pela abolição do tráfico de escravos (1842) e da escravatura, fixada em 1858 para o ano de 1878, e pelas disputas entre as potências europeias na reivindicação dos direitos aos espaços africanos, que conduziram à Conferência de Berlim (1884/5) (...)*"[24]

Foi no auge desta disputa que, na Europa, se formaram as Tríplices (*Aliança* - 1886; *Entente* -1907), da corrida aos armamentos, que se denominou por "***Paz armada***". Com os nacionalismos exacerbados, o grande conflito foi inevitável. Pela participação nas trincheiras da Flandres, integrado no comando britânico, o ***Corpo Expedicionário Português*** legitimou a presença de Portugal na Conferência de Paz de Paris. No Tratado de Versalhes, a Alemanha foi obrigada a pagar indemnizações de guerra devido aos custos das campanhas militares portuguesas em África. O objectivo da participação portuguesa na I Guerra Mundial fora alcançado.

---

[24] Alberto Oliveira Pinto, *Cabinda e as construções da sua História (178-1887)*, Dinalivro, Lisboa, Março 2006, p 50.

No primeiro organismo para obtenção da Paz Mundial, cujos objectivos se definiram nas conversações da capital francesa, ficaram logo consagrados o direito à autodeterminação das nações mais pobres e os meios de ajuda económica para conseguirem a auto-suficiência. Estava criada a Sociedade das Nações. Volvidas pouco menos de duas décadas o seu poder foi testado e a sua ineficácia comprovada. Entre 1936-39, em três frentes, mas principalmente, na guerra civil espanhola, estava o prenúncio do segundo conflito mundial. A Europa estava novamente dividida. A fome, o desemprego, medo do comunismo toldavam as mentes. Tendências politico-ideológicas proliferavam na Europa[25]. Apesar do segundo conflito estar eminente ainda havia um misto de esperança e ilusão, pois

> *" (...) como pode levar isso a sério? A Home Fleet vai dar uma volta pelo mar do Norte, a França mobiliza duzentos mil homens, Hitler reúne quatro divisões blindadas na fronteira checa. Depois esses senhores ficarão com a consciência tranquila e poderão conversar calmamente à volta de uma mesa. (...) "* [26]

Anos mais tarde Jean Paul Sartre expressava noutro dos seus romances a dúvida dos franceses combatentes:

> "*A França, nunca a tínhamos visto: estávamos cá dentro, sentíamos a pressão do ar, a atracção da terra, o espaço, a visibilidade, a certeza tranquila de que o mundo foi feito para o homem; era tão natural ser francês, era o meio mais simples, mais económico, de nos sentirmos universais. Não havia nada a explicar: competia, aos outros aos Alemães, aos Ingleses, aos Belgas, explicar porque desgraça ou erro eles eram completamente homens. Agora, a França virou-se ao contrário e vemo-la, vemos uma grande máquina avariada e pensamos: era isto.*

---

[25] "*Tirou do bolso um rectângulo de cartão verde e entregou-o a Mathieu. Este leu:* C.N.T. Diário Confederal. Exemplares 2. França. Comité Anarco-Sindicalista, 41, Rua de Belleville, Paris 19. *Havia um selo ao lado do endereço. Era verde e trazia o carimbo de Madrid (...) Houvera uma época na sua vida em que deambulara pelas ruas, pelos bares (...) Agora, tudo isso tinha acabado; esse género de aventura não dava nada…Era divertido. Tivera vontade de ir combater em Espanha. (...)* ", Jean-Paul Sartre, *Os Caminhos da Liberdade I, A Idade da Razão*, 4ª Edição, Livraria Bertrand, Lisboa, Agosto de 1983, pp 10 e 11.

[26] Jean-Paul Sartre, *Os Caminhos da Liberdade II, Pena Suspensa*, 2ª Edição, Livraria Bertrand, Lisboa, Abril de 1982, p 108.

Isto: um acidente de terreno, um acidente da História. Ainda somos franceses, mas já não é natural. (...) " [27]

Depois deste sangrento confronto, a que só escapou o continente americano (como palco de guerra, evidentemente), foi feita nova tentativa para a consagração da paz duradoura no Mundo. A Organização das Nações Unidas (**ONU**), em muitas situações, conseguiu controlar conflitos e evitar outros.

Na Carta, aprovada em 1945 durante a Conferência de S. Francisco e assinada por cinquenta países, estão contemplados os direitos de cada e de todas as Nações (*Anexo A/1*). Algumas potências europeias, durante a década de cinquenta do século passado, reconheceram e apoiaram de modo diferente uma solução inevitável, uma vez que os movimentos de consciencialização tinham atingido os seus objectivos, como refere M'Bokolo.

"É certo que a negritude, enquanto manifesto cultural e político mobilizador, transformou a identidade socio-cultural dos povos negros numa arma de emancipação e num projecto de renascimento." [28]

Os fenómenos, como sinais dos tempos, não se podem combater. Também, os compromissos assumidos na Conferência de Addis Abeba levaram à publicação da Carta da O.U.A. (*Anexo A/2*), cidade onde passou a ficar a sede da organização[29].

Desde 1945 que o desejo de independência dos povos ainda colonizados se propagou num movimento iniciado no Extremo Oriente. Ao exemplo da União Indiana, seguiram-se os países árabes do Leste, pelo norte de África rumo ao Ocidente[30]. Aqui,

---

[27] Jean-Paul Sartre, *Os Caminhos da Liberdade III, Com a morte na alma,* 3ª Edição, Livraria Bertrand, Lisboa 1983, p 53.

[28] Alpha I. Sow, Ola Balogun, Honorat Aguessy, Pathé Diagne, *Introdução à cultura africana,* Edições 70, Biblioteca de Estudos Africanos, Lisboa, Agosto de 1980, p 15.

[29] Elikia M'Bokolo, *África Negra, História e Civilizações, Do século XIX aos nossos dias,* Tomo II, Edições Colibri, 2ª Edição, Lisboa, 2007, p 522.

[30] "*O homem afro-asiático deve conquistar a cidadania do mundo de onde foi exilado pela colonização. Os povos afro-asiáticos são o proletariado do mundo. Devem tomar consciência de si mesmos para conseguirem juntos a salvação do mundo.*" in Elikia M'Bokolo, *África Negra, História e Civilizações, Do século XIX aos nossos dias,* Tomo II, Edições Colibri, 2ª Edição, Lisboa, 2007, p 501.

na zona setentrional dominada pelo Islão, a revolução egípcia de 1952 deu o mote, seguindo-se seis países: Etiópia, Libéria, Marrocos, Tunísia, Gana, Guiné-Conacri e Sudão. Destes países, o Sudão, Tunísia e Marrocos tornaram-se independentes no ano de 1956. A luta mais persistente desenvolveu-se pela libertação da Argélia (1954-1962).

Após 1957, a ideia de libertação dos povos estendeu-se à zona *sub-sahariana*, primeiro nas colónias ocidentais britânicas e depois, às francesas, ao Congo Belga e logo a seguir aos territórios britânicos da África Central e Oriental.

O ano de 1958 foi importante para a população e continente africanos porque em Abril, organizou-se a *I Conferência dos Estados Africanos Independentes* e em Novembro, a *Conferência dos Povos Africanos*. Nesses eventos estiveram presentes diversos partidos, organizações sindicais dos países independentes e os movimentos de libertação dos vários territórios. Toda esta actividade foi iniciada em Acra, que passou a ser sede do pan-africanismo, e foi consequência do movimento desencadeado, em 1950, com a autodeterminação do Gana e a sua independência em 1957.

Para consolidação destes movimentos, organizaram-se, depois das realizadas no Gana, Conferências em Monróvia e Conacri (1959), Addis Abeba e Tunes (1960) e no Cairo e Libéria (1961). Tinham como objectivo criar e preparar as condições para a autodeterminação e independência dos territórios ainda sob o domínio colonial europeu e para a próxima formação da *Organização da Unidade Africana* (OUA).

Desde início houve posições divergentes e difíceis de conciliar. Por isso, como corolário dos diversos entendimentos sobre as posições a assumir perante a Europa e seus governantes, formaram-se três grupos[31]:

- 1960 (Dezembro) – Grupo de Brazzaville integrando o Congo-Brazzaville, Senegal, Chade, República Centro-africana, Costa do Marfim, Níger, Alto-Volta, Mauritânia, Gabão, Benin, Madagáscar e Camarões pretendiam bom entendimento com os governos europeus;

- 1961 (Janeiro) – O Grupo de Casablanca, oponente àquele e pan-africanista radical, integrava Marrocos, Gana, Guiné-Conacri, Egipto, Mali e a Frente de Libertação Nacional Argelina;

---

[31] Elikia M'Bokolo, *África Negra, História e Civilizações, Do século XIX aos nossos dias*, Tomo II, Edições Colibri, 2ª Edição, Lisboa, 2007, p 501.

- 1962 (Janeiro) – O Grupo de Monróvia formou-se devido às profundas divergências depois da reunião de Lagos e surgiu como uma terceira tendência inter-africana. Era composto pela Libéria, Nigéria, Etiópia, Serra Leoa, Somália, Tunísia e Líbia. Foi durante esta conferência que se definiram os princípios do que viria a ser a O.U.A. e foi com o apoio desta organização que a luta dos restantes territórios africanos obteve o sucesso conhecido: as sucessivas independências (***ANEXO – U - 1***).

2.2 – O percurso colonial português

Em 1970, as províncias portuguesas representavam 7% do território de África com 4% da população. Outros territórios significavam 4% com 1% da população. Os Estados Independentes cobriam 89% do território, com 95% da população africana.

As faseadas tentativas para encontrar a passagem meridional para o Índico levadas a cabo pelos navegadores portugueses, deu a Portugal a legitimidade de desenvolver, em vários pontos da costa ocidental africana e depois na oponente, uma actividade comercial baseada no tráfico negreiro. Com esta presença secular, chegou-se ao século XIX e os interesses derivaram para uma vertente de exploração das suas riquezas em matérias-primas necessárias a uma Europa industrializada. Cedo a cobiça de países mais avançados tecnologicamente e mais poderosos militarmente se manifestou e foi necessário o recurso às armas para a manutenção desses territórios disputados em plena Grande Guerra. Novamente Portugal legitimou a posse daquelas áreas e a sua ratificação consagrou-se do Tratado de Paris, após aquele conflito.

A II Guerra Mundial não foi muito problemática para Portugal, dada a sua neutralidade, mas uma das suas consequências foi exactamente a manutenção da paz mundial e o direito à autodeterminação dos povos mais fracos e subdesenvolvidos. E aqui se desenhou um desfecho inevitável: as independências das colónias portuguesas aconteceriam mais cedo ou mais tarde. Estava consagrado na carta das Nações Unidas.

Foi isto que Portugal, pela teimosia de Salazar, procurou evitar a todo o custo, mas o que se conseguiu foi somente adiar uma situação irreversível. As vozes críticas da esmagadora maioria dos representantes dos países com assento na Assembleia-Geral da ONU subiram de tom e as ajudas financeiras surgiram declaradamente, tendo os principais apoios vindo de países do mundo ocidental.

A recuperação económica de Portugal, divulgada pela Imprensa e pelo órgão de propaganda do regime, fora iniciada em 1937. Nos quinze anos seguintes, investiram-se catorze milhões de contos e, desde então, o país progrediu, tendo melhorado o nível de vida das populações. Foi esta a conclusão do artigo publicado na imprensa local.

No primeiro de Novembro de 1952, o Jornal da Madeira noticiou que o governo de Salazar, através do Plano de Fomento para os seis anos seguintes, dispunha de 13.500.000 contos para investir em várias áreas, na Metrópole e no Ultramar. Só se punha em causa a execução desse plano, se acontecessem imprevistas perturbações. Os capítulos mais importantes eram respeitantes à criação e desenvolvimento de novas indústrias, para as quais estava previsto atribuir 3.310.000 contos. A grande aposta era nas novas tecnologias porque daí se conseguiriam melhores rendimentos e eram a chave para o sucesso. Na instalação e desenvolvimento dessas indústrias previa-se a aplicação de 870.000 contos. A indústria prioritária era a da celulose, *cuja inferioridade era muito prejudicial à economia do país*, e por isso, iam ser aplicados 165.000 contos. Outra aposta foi a criação do ensino técnico, mas não se explicitou o montante, embora se soubesse que fora *atribuída uma avultada soma*. Por essa altura o Ministério das Obras Públicas ia lançar a concurso várias obras para a construção de estradas em Portugal Continental, no valor total de 6.621.650$00.

No terceiro dia desse mês, no suplemento do Diário do Governo, delineou-se o princípio da obrigatoriedade do ensino primário elementar, a reorganização da assistência escolar e foram criados os cursos de educação para adultos numa campanha nacional contra o analfabetismo.

A 6 de Novembro de 1952 festejava-se o 16º aniversário da tomada de posse do professor António de Oliveira Salazar, como Presidente do Conselho de Ministros do Governo português. A esse propósito foi transcrito parte de um artigo que saiu no jornal lisboeta "Diário da Manhã", sobre a recuperação económica engendrada por Salazar e que refere a sua vontade de investir em África:

> *"Faz hoje 16 anos ... a interinidade prolongou-se durante 10 durante praticamente o período gravíssimo em que era indispensável vigiar com maior atenção as repercussões inevitáveis de duas guerras – a guerra de Espanha que pouco antes deflagrara e a guerra mundial, que seria declarada quando já só os obcecados insistiram em não reconhecer assegurada a vitória de Franco. (...) a consequência política desenhada e mantida no Ministério*

dos Negócios Estrangeiros pelo senhor Dr. Oliveira Salazar – tementes do que pudesse vir a suceder em prejuízo da nação numa acção política principalmente disposta a assegurar a integridade do território nacional a honra do País e na medida do possível a vida da juventude portuguesa que só poderia vir a ser atirada para grande sacrifício se não pudesse conseguir-se doutra forma a defesa dos maiores objectivos do estado num mundo em guerra."[32]

Porém, em meados de Novembro de 1952, criticava-se a política salazarista para as colónias e os entraves que eram colocados para quem pretendesse fixar-se em qualquer delas. O que Salazar pretendia eram as remessas dos emigrantes e isso era óbvio, porque a emigração para o Brasil estava facilitada[33], apesar dos inconvenientes:

"Sabemos ser o Brasil uma nação grande e que precisa de muita gente para as roças e não para o comércio e indústria, (...) O pior é que com esta loucura assistimos à desnacionalização das nossas gentes sem proveito de maior, enquanto as nossas colónias continuam a ser isca para outros povos." [34]

A 27 de Abril de 1953, comemorava-se o Jubileu Ministerial de Salazar. Eram 25 anos desde a sua tomada de posse como Ministro das Finanças. Como Presidente do Conselho contavam-se cerca de dezasseis anos e meio. Num número especial do "*Diário da Manhã*" foi dado relevo ao sucesso financeiro e diplomático da sua governação. Outros aspectos foram realçados como a obra edificada nos mais diversos sectores de actividade. Para o coordenador desse número especial foi, aquela data, o ponto de partida para recuperação financeira do país[35].

No final de 1956 adivinhava-se a contestação à aposta de Salazar nos crescentes investimentos realizados nas Colónias. A política externa portuguesa criara a figura jurídica de "Província" para denominar os territórios ultramarinos. Era um conceito incompreendido nos meios diplomáticos e inaceitável, especialmente, na sede da ONU, conforme sugere o extracto seguinte:

---

[32] In "O Jornal" – Número 6.200 – Funchal, 6ª Feira, 7/11/1952, p 1.

[33] Entrevista de Gualberto Teixeira – ***Anexo E***.

[34] In "O Jornal" – Número 6.200, Funchal, 6ª Feira, 7/11/1952, p 1.

[35] In "Diário da Manhã" – Número Especial (Jubileu Ministerial de Salazar: 27/4/1928 – 27/4/1953), 28/5/1953, p 3.

> *"Não há dúvida de que as disposições constitucionais e portuguesas acerca da cedência de fracções de território nacional, não é permitido em caso algum, se ajustam à moral internacional corrente à qual repugna o tráfico dos territórios com as suas populações. Nem se sabe mesmo de onde se originaria o direito de um Estado decidir do destino de populações que o constituem e têm jus à sua protecção."*[36]

Talvez por isso se desdobrassem os responsáveis portugueses em iniciativas de política externa, com visitas de Estado para reforçar laços de amizade ancestrais. A partir de 17 de Janeiro de 1957, a imprensa madeirense começou por divulgar o programa da visita a Lisboa da Rainha Isabel II de Inglaterra. Era o reavivar da velha amizade e a consolidação dos Tratados ancestrais e seculares entre os dois Estados.

O salazarismo e o seu mentor, já tinham créditos firmados e o reconhecimento internacional, mas a política ultramarina portuguesa passava por diversas dificuldades. Era difícil convencer alguns países com assento na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas que os territórios ultramarinos gozavam de estatuto autonómico e, por esse facto, faziam parte do todo nacional. A continuidade territorial expressava-se no conceito de "Província" que a diplomacia portuguesa sentia imensas dificuldades em introduzir na linguagem diplomática, em especial na Assembleia-Geral da ONU.

Neste aspecto, era fundamental lembrar à Inglaterra o seu "dever" como *velha aliada*. Marcelo Caetano, lugar-tenente de Salazar e ministro da presidência, desdobrava-se em contactos e deslocações à OECE e O.N.U. Perante os inconsequentes resultados destas deambulações Salazar declararia: *Estamos orgulhosamente sós.*[37]

> "*Quando em 1958 Nkrumah organiza com Padmore a primeira conferência dos Estados Africanos independentes, têm ambos o sentimento de atingir, pelo menos em parte, o sonho pan-africano e de o ancorar no real. A independência da Costa do Ouro, que passa a chamar-se Gana, traz em todo o caso para o primeiro plano o conceito de uma política possível de renascimento e confere-lhe uma actualidade palpitante. (...)* "[38]

---

[36] Ibidem, p 3.

[37] Frase de Salazar, In "Comércio do Funchal" – nº 694, Domingo, 18/11/1956, p 4.

[38] Alpha I. Sow, Ola Balogun, Honorat Aguessy, Pathé Diagne, *Introdução à cultura africana*, Edições 70, Biblioteca de Estudos Africanos, Lisboa, Agosto de 1980, p 169.

Contudo, estes princípios eram contraditórios à Constituição Portuguesa, então vigente, e à política salazarista. Era também impensável para os defensores do Portugal uno e indivisível[39], porque:

> " *(...) – De um lado, a ONU sustentava que as nossas "províncias ultramarinas" não eram parcelas do território nacional, mas colónias ou territórios não autónomos, cujos povos tinham direito à auto-determinação;*
>
> *- Do outro, Salazar entendia que Portugal, embora espalhado por diversos continentes (país pluricontinental), era um estado uno do Minho a Timor, que as "províncias ultramarinas" eram verdadeiras parcelas do território pátrio, e que os habitantes dessas áreas eram todos portugueses: "Ali é Portugal". (...)* "[40]

De facto não havia diálogo entre Portugal e os países com representantes na Assembleia-Geral das Nações Unidas. Aliás, assumiu particular gravidade a Resolução do Conselho de Segurança S/5380, de 31 de Julho de 1963 – que não foi vetada por nenhum dos países ocidentais aliados de Portugal na NATO: Estados Unidos, Inglaterra e França. Segundo Diogo Freitas do Amaral, o facto de John Kennedy ser acusado frequentemente de ter prejudicado Portugal e a sua política ultramarina, não passa de um enorme erro. Essa conclusão foi retirada de documentos diplomáticos a que teve acesso. Com efeito, a partir de "*Diálogos Interditos*", editados em 1979 pelo Embaixador Franco Nogueira (depois Ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar), e pela reinterpretação de documentos confidenciais existentes nos arquivos diplomáticos, foi possível chegar a essa constatação:

> " *(...) na realidade, como vamos ver, Kennedy foi o presidente americano que mais tentou ajudar Portugal no problema ultramarino, Salazar hesitou muito quanto à realização ou não de um plebiscito nacional*[41] *sobre a defesa do Ultramar, e Franco Nogueira defendeu, num*

---

[39] "*Orgulho por ser português, do Portugal do Minho a Timor (...)* " In Entrevista de Daniel Silva, ***ANEXO H***.

[40] Diogo Freitas do Amaral, *A Tentativa falhada de um acordo Portugal – EUA sobre o futuro do Ultramar Português (1963)*, Coimbra Editora, Coimbra, 1994, p 21.

[41] Salazar, no Discurso de 12-8-1963, admitiu que a Nação "*se pronuncie em acto solene e público sobre o que pensa da política ultramarina*" do governo.

dado momento, quer junto dos americanos quer junto de Salazar, uma linha de acção política que agradava aos primeiros mas que o chefe do governo português firmemente rejeitou. (...) "[42]

Diogo Freitas do Amaral prossegue a sua análise, confrontando as informações disponíveis e chega à seguinte conclusão:

" *(...) Ora – deduzi eu – se Franco Nogueira afirma que os dois memorandos foram elaborados, é porque o memorando americano chegou a ser enviado para Lisboa; de outro modo, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros português só teria conhecimento do memorando enviado por Portugal a Washington, e nada saberia do memorando americano. (...)* „[43]

Para justificar a publicação do seu livro, Freitas do Amaral refere que a oportunidade se proporcionou porque a documentação era de 1963 e perante a regra dos 30 anos, já estava "desclassificada", o que permitiu a consulta para confirmar os factos.

Vem isto a propósito para justificar que, de futuro, oportuna e atempadamente os analistas e os políticos terão de, perante os dados disponíveis, interpretar os factos com discernimento para, então, poderem tomar as decisões mais adequadas.

2.3 – A Guerra Colonial

Quando das primeiras manifestações dos países africanos que conduziram à autodeterminação e independência, antes mencionadas, já se fazia notar uma oposição sustentada no interior do país. Dos episódios mais visíveis, teremos de destacar as presidenciais de 1958, cujo protagonista, o General Humberto Delgado, viria a pagar com a vida. Depois, outros actos de rebelião se sucederam, porque

"*Em Janeiro de 1961, um acontecimento imprevisível, mas sensacional, vinha no campo político apaixonar a opinião mundial. O capitão Henrique Galvão apoderava-se no mar alto do paquete* ***Santa Maria****, com a ideia de o desviar para Angola, a fim de apoiar uma eventual revolta. Foi forçado, no entanto, a ir acostar ao porto brasileiro do Recife. Mas esta aventura*

[42] Diogo Freitas do Amaral, *A Tentativa falhada de um acordo Portugal – EUA sobre o futuro do Ultramar Português (1963),* Coimbra Editora, Coimbra, 1994, pp 9 e 10.

[43] Idem, Ibidem, p 11.

espectacular havia ressoado como um sinal. Em Fevereiro, após um ataque lançado pelos Africanos contra a prisão e as forças de polícia de Luanda, a repressão fez vinte e quatro mortos e mais de cem feridos nas suas fileiras. Periodicamente, milícias de brancos invadiram a partir daí os bairros negros, para exercerem a pilhagem e a chacina."[44]

A 15 de Março de 1961, na região cafeeira próxima da fronteira do Zaire (ex-Congo belga), sucessivos ataques a fazendeiros, espalharam o terror e mutilaram muitos deles, as mulheres e filhos, como esta informação continua a confirmar:

" *(...) O Norte de Angola é avassalado por uma onda de brutalidade tribal, assassínios em massa, incêndios destruições e rapina de haveres, violações de mulheres e crianças: os tumultos espalham-se às plantações de café isoladas, aos postos de abastecimento e às vias de transporte. (...)* "[45]

Os trabalhadores agrícolas começaram a caça ao homem branco e o governo português ripostou com o lançamento de tropas para-quedistas, fortificando as cidades e armando gratuitamente os civis. Tinha começado a denominada *Guerra Colonial* cujo inimigo a imprensa portuguesa designou por *terroristas* e a gíria militar abreviou para "*turras*".

" *(...) Há quem diga que houve três gerações diferentes que foram vingar o massacre original ao longo de 13 anos de Guerra Colonial. A primeira, entre 1961 e 1965 partiu num contexto de resposta racista. A segunda, de 1965 a 1970, deixou Lisboa preparada para combater com técnica e determinação. A terceira, até à Revolução do 25 de Abril, fez a guerra por obrigação, de forma muitas vezes descuidada e a cumprir uma obrigação que lhes cortava a vida pessoal ao meio, porque estavam já empregados, saíam da universidade ou tinham filhos. (...)* "[46]

---

[44] Joseph Ki-Zerbo, *História da África Negra - II*, Publicações Europa-América, Paris, 1972, pp 275 e 276.

[45] In *Diário de Notícias* de Lisboa, Sábado, 12 de Março de 2011, p 4.

[46] Idem, ibidem.

As gerações portuguesas nascidas nas décadas de 40 e 50 do século XX foram a "carne para canhão[47]" da guerra no denominado Ultramar. Os jovens a partir dos 13 ou 14 anos de idade tinham no subconsciente a preocupação permanente do "dever", que os constrangia, e, gradualmente, a preocupação dava lugar ao medo. Era este o sentimento dominante quando se aproximava a etapa dos dezassete anos e nos mentalizávamos que aos dezoito íamos à Junta Militar (vulgo *inspecção*) e ficávamos inevitavelmente **aptos para todo o serviço militar**.

Os atropelos aconteciam, com as tradicionais e aceitáveis "cunhas", e tornavam-se preocupantes quando, mesmo contrariando a legislação vigente, os que não deviam partir tomavam o lugar dos que tinham influência ou "conhecimentos".

> " *(...) O que me custa pensar é que, depois desses dias, terei de voltar para aqui – sabendo já o que me espera. Tão cedo, o batalhão não rodará: disso estou certo. E se de hoje a um ano ainda aqui estiver, não me admira. O que me irrita é pensar que as cidades estão cheias de meninos à boa vida, levando um ripanço sossegado. E eu a alombar, poça. (...)* "[48]

Também se manifestavam actos de verdadeiro altruísmo e espírito patriótico, muitas vezes de inconsciência, quase irresponsável, ou, simplesmente, pelo prazer do risco e da heroicidade[49].

> " *(...) Não deves tomar decisões dessas, que são para toda a vida, assim do pé para a mão, és muito novo, acabaste hoje o liceu, aos dezassete anos ainda não se sabe bem o que se quer, pensa melhor.*
>
> *- Não, pai, a guerra não me assusta, até deve ser divertida, aquilo também vai acabar depressa, são meia dúzia de pretos bêbados e drogados, com catanas e espingardas de carregar pela boca[50]. Gosto dessa vida – replicou com vivacidade.*"[51]

---

[47] "*A tropa "normal", de quadrícula, foi a carne para canhão daquela guerra. (...)*" in Entrevista do ex-Alferes Miliciano, "Comando" Daniel Silva – ***Anexo H***.

[48] António Lobo Antunes, *D'este viver aqui neste papel descripto. Cartas da Guerra*, (Organização: Maria José Lobo Antunes, Joana Lobo Antunes) Publicações D. Quixote, 1ª Edição, Lisboa, Outubro de 2005, p 225.

[49] " *(...) porque estava emigrado em França e vim voluntário para o exército (...)*" In Entrevista do ex-Furriel Miliciano, "Comando", Isidro Pinto – ***Anexo I***.

Apetece-nos aqui referir a frase pronunciada, na oportunidade, pela tia do protagonista do romance de Lobo Antunes: "*Felizmente que a tropa há-de torná-lo um homem.*"[52] Para alguns, as contingências da vida forçaram o "amadurecimento" precoce.

No nosso caso, não foi necessária a experiência militar, em Angola, para que tal acontecesse, mas essa violência (moral e física) empertigou o espírito dos que lá foram e modificou, significativamente, a sua perspectiva de vida e do mundo, porque

> *" (...) alterou um pouco a minha personalidade, tornando-me mais maduro, devido aos testes a que fui submetido no Curso de Comandos, que tive de aplicar depois na vida prática, no tempo que estive na mata transportando para a vida civil, a força de vontade, a determinação, o querer, a persistência, a camaradagem, tornando-me mais sensível às situações. (...)* "[53]

Nas vésperas do Natal/73 (um mês e meio antes de partirmos para Angola), um episódio marcou-nos. Tivemos a possibilidade de dar o "salto", quando, próximo da estação de Campanhã (Porto), fomos aliciados por engajadores que promoviam as fugas clandestinas para terras de França. Apesar de tudo, pelo que ficou dito anteriormente e pelos medos que nos atormentavam, a resposta foi peremptória e negativa: jamais fugiríamos. A nossa forma de estar e de viver nunca se pautou pelo subterfúgio, enfrentámos sempre as dificuldades e vencemo-las[54].

A instrução militar fora dura e recordamos, como se fosse hoje, os exercícios iniciais, com alguns colegas a vomitar devido à violência física a que nos sujeitaram.

- "*Está em sentido… não mexe… nem que passe uma dúzia de … pela boca.*" – Gritavam eles, os instrutores incumbidos da destreza física e da "psico", para aguentarmos os imponderáveis da "guerrilha":

- "*Vocês estão cinco furos abaixo de cão…*" – e repetiam.

---

[50] Com o decorrer da guerra, os movimentos de libertação angolanos equiparam-se com modernas metralhadoras cujo ritmo de fogo era tão rápido que, a Kalash (Kalashnikov, fabricada na Checoslováquia, país membro do Pacto de Varsóvia) ficou conhecida entre a tropa portuguesa por "costureirinha".

[51] Carlos Vale Ferraz, *Nó Cego*, Livraria Bertrand, 2ª Edição, Lisboa, Julho de 1983, p 26.

[52] António Lobo Antunes, *Os Cus de Judas*, Editorial Vega, 3ª Edição, Lisboa, Fevereiro de 1980, p 15.

[53] Entrevista de Isidro Pinto, ex-Furriel "Comando" em Angola – ***Anexo I***.

[54] Conjecturas do autor do texto.

Mas disse-se que fizeram de nós homens, como recordado também por Lobo Antunes:

> "*Aos domingos, a família em júbilo vinha espiar a evolução da metamorfose da larva civil a caminho do guerreiro perfeito, de boina cravada na cabeça como uma cápsula (...)* "[55]

A guerra colonial, iniciada em Angola[56] pelo ano de 1961, tinha características de guerrilha, era desgastante, psicologicamente violenta e traumatizante, quer para o lado europeu, quer para o lado africano, como refere Elikia M'Bokolo:

> *"Houve que aguardar o abalo provocado pela Segunda Guerra Mundial para ver simultaneamente os europeus duvidarem da sua força e do seu direito e os africanos acreditarem na possibilidade de pôr termo à dominação estrangeira e elaborarem as estratégias para o conseguir.* "[57]

A exposição das tropas portuguesas era permanente porque os reabastecimentos eram efectuados através de "picadas" de fácil operacionalidade para as emboscadas que os elementos dos movimentos de libertação africanos montavam. O capim era um precioso auxiliar, pois permitia a camuflagem a meio metro de distância por onde as colunas militares portuguesas tinham de passar, diariamente. A frequente utilização de minas anti-pessoal e anti-carro exasperavam os que ficavam para contar, mesmo os estropiados, pois

> "*De repente, o estrondo, depois, o vazio, o cheiro a pólvora queimada e a terra húmida, acabada de lavrar. (...)*
>
> *- Filhos da puta, é só à traição. Se eles aparecessem despejava-lhes o carregador em cima – resmungou o Vergas, um cabo alto e patilhudo, remexendo-se no chão com o nervoso.*

---

[55] António Lobo Antunes, *Os Cus de Judas*, Editorial Vega, 3ª Edição, Lisboa, Fevereiro de 1980, p 18.

[56] " *(...) o mais importante de dos muitos pequenos chefes da região do Ndongo era um que possuía o título hereditário de* ***ngola****, do qual derivou o nome da futura colónia portuguesa.*" in Roland Oliver e J. D. Fage, *Breve História de África*, Livraria Sá Costa Editora, Lisboa, 1980, p 140.

[57] Elikia M'Bokolo, *África Negra, História e Civilizações, Do século XIX aos nossos dias*, Tomo II, Edições Colibri, 2ª Edição, Lisboa, 2007, p 371.

Na frente da companhia, o capitão orientava os grupos de combate para o enfermeiro fazer os primeiros socorros.

- Lencastre, monte a segurança ali à frente com os seus homens, embosque os dois trilhos e mantenha o rádio ligado.

Dava as ordens com voz calma, como se tudo não passasse de um exercício. Depois aproximou-se do soldado ferido deitado no chão, com um dos pés transformado numa bola de massa onde se misturavam o coiro preto da bota, a terra castanha empapada em sangue e donde emergiam tendões brancos desligados dos ossos. (...) Era o que restava de um pé. (...) "[58]

Só em operações de grande envergadura aos aquartelamentos inimigos é que as tropas portuguesas tinham vantagem, porque tomavam a iniciativa do ataque e contavam com o factor surpresa[59]. Os Batalhões, compostos por quatro companhias, recebiam metade dos efectivos da população africana em idade de incorporação militar. Os do "puto"[60] e das ilhas adjacentes questionavam a utilidade daquela guerra, os africanos (metade dos Batalhões eram efectivos da província) desmotivados estariam, muito naturalmente, para nela participarem.

Os passatempos, no "mato", repartiam-se pelos jogos de cartas ("sueca", "rummy", "copas" e "King", entre outros), música e jogos de futebol e voleibol, quando não se faziam operações de rotina ou ataques às bases inimigas.

Os dias de significativo frenesim aconteciam na chegada do MVL (Movimento de Viaturas de Luanda) que abasteciam de mantimentos, bebidas e correio os aquartelamentos nos lugares mais recônditos. Os populares "bate-estradas[61]" (aerogramas) eram desdobráveis de cor azul-acinzentado, que já tinham porte pago, e eram profusamente utilizados, tanto num sentido como noutro, para manter o contacto com os familiares e saber das novidades. Esta foi uma das iniciativas do Movimento

---

[58] Carlos Vale Ferraz, *Nó Cego*, Livraria Bertrand, 2ª Edição, Lisboa, Julho de 1983, pp 16 e 17.

[59] "*No "briffing" que fazíamos antes da operação já sabíamos tudo o que iria decorrer quer nos assaltos aos acampamentos, quer emboscando nas zonas de passagem obrigatórias, quer nos raids (...)* " in Entrevista de Isidro Pinto – ***Anexo I***.

[60] Termo (da gíria angolana) para designar a metrópole portuguesa que era, em área, doze vezes inferior ao território de Angola e 8,5 vezes ao de Moçambique.

[61] " *(...) que constituíram o meio mais difundido de correspondência entre militares e os seus familiares (...) estima-se que tenham sido impressos cerca de 300 milhões (...)*" in Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *A Guerra Colonial*, Notícias Editorial, 1ª Edição, Lisboa, 2000, p 277.

Nacional Feminino que implementou o dinâmico SPM (Serviço Postal Militar) e se manifestou bem sucedido pela sua eficácia. De resto as senhoras "brazonadas[62]" tinham outros méritos e utilidade, muito embora fossem alvo do olhar irónico dos escritores:

> "*As senhoras do Movimento Nacional Feminino vinham por vezes distrair os visons da menopausa distribuindo medalhas de Nossa Senhora de Fátima e porta-chaves com a efígie de Salazar, acompanhadas de padre-nossos nacionalistas e de ameaças de inferno bíblico de Peniche, onde os agentes da PIDE superavam em eficácia os inocentes diabos de garfo em punho do catecismo.*"[63]

De qualquer forma, outra das suas funções era também conseguir "madrinhas de guerra[64]" para os que não tinham namorada ou familiares para se corresponderem, como relata Carlos Vale Ferraz:

> *"- Que raio, nunca te vi receber correio!*
> *- Não ligo a essas merdas.*
> *- Não tens família? Nem uma gaja amiga, nada? (...) Porque não escreves ao Movimento Nacional Feminino para te arranjarem uma madrinha de guerra? (...)* "[65]

Mas, na realidade, esta azáfama não era suficiente para contentar quem tinha a consciência de que o seu lugar não era ali, dos que se sentiam a mais. Era por demais evidente que, mesmo controlando militarmente as regiões beligerantes, o desfecho seria, inevitavelmente e sempre, o mesmo.

---

[62] " *(...) por senhoras pertencentes à alta burguesia mais afecta ao regime. Cecília Supico Pinto, a figura emblemática do Movimento Nacional Feminino, mulher de Luís Supico Pinto, antigo ministro da Economia de Salazar, seu conselheiro, presidente da Câmara Cooperativa e administrador de grandes companhias africanas, decidiu criar o seu movimento no dia de anos de Salazar (...)* " in Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *A Guerra Colonial*, Notícias Editorial, 1ª Edição, Lisboa, 2000, p 277.

[63] António Lobo Antunes, *Os Cus de Judas*, Editorial Vega, 3ª Edição, Lisboa, Fevereiro de 1980, p 19.

[64] " *(...) Deve-se ainda ao MNF a promoção da troca de correspondência entre os soldados e as madrinhas de guerra (...)* " in Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *A Guerra Colonial*, Notícias Editorial, 1ª Edição, Lisboa, 2000, p 277.

[65] Carlos Vale Ferraz, *Nó Cego*, Livraria Bertrand, 2ª Edição, Lisboa, Julho de 1983, p 157.

No seu interior, nomeadamente em Angola, movimentavam-se apoios à guerrilha provenientes dos missionários protestantes que proliferavam no território com o "salvo-conduto" das autoridades portuguesas. Em Moçambique, foi mesmo um alto dignitário da Igreja Católica que levantou as suspeições e acusou a tropa portuguesa de excessivos procedimentos colonialistas.

> " *(...) O Dia Mundial da Paz de 1972 foi comemorado em Moçambique. Do púlpito da catedral de Nampula, o bispo D. Manuel Vieira Pinto criticou o Governo e nas celebrações no Macuti, paróquia da Beira, o padre Joaquim Teles de Sampaio denunciou o massacre de Tete (Novembro de 1971). Foi preso em 14 de Janeiro, bem como o seu coadjutor, padre Fernando Mendes, após campanha articulada pelo engenheiro Jorge Jardim que os acusou de falta de respeito pela bandeira nacional. Na realidade, o padre Sampaio mais do que aplicar o regulamento do escutismo: o juramento dos "lobitos" era feito perante a bandeira da organização, no interior da igreja.*
>
> *Neste mesmo mês, foram presos os padres de Burgos, espanhóis, devido à denúncia do referido massacre de Mucumbura.*
>
> *Os excessos da guerra feriram a consciência católica em Moçambique e foi a Igreja Católica que tomou a iniciativa de denunciar os comportamentos condenáveis das Forças Armadas portuguesas. O massacre de Wiryamu, ocorrido na zona de Tete, em Dezembro de 1972, foi divulgado pelo jesuíta inglês Adrian Hastings, em artigo publicado em The Times, em 10 de Julho de 1973, facto que estragou completamente a visita oficial que Marcelo Caetano fazia então à capital britânica. (...)* "[66]

Sabe que também os países de Leste eram fornecedores de armamento moderno e sofisticado e os países nórdicos (escandinavos, holandeses e belgas) que custeavam, financeiramente, os movimentos de emancipação africanos. Havia ainda o joguete das potências dominantes, líderes dos "blocos", a combinarem disfarçadamente a conveniente repartição dos poderes e do controlo das regiões do globo.

Quando se manifestou o movimento dos capitães em Lisboa, a situação na Guiné era militarmente preocupante, no Norte de Moçambique algo descontrolada, mas em Angola, na generalidade, o exército português controlava praticamente todo o território, com excepção para o enclave de Cabinda, compreensivelmente.

---

[66] Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Guerra Colonial*, Notícias Editorial, 1ª Edição, Lisboa, 2000, pp 285 e 286.

Nessa ocasião os movimentos estavam na expectativa, segundo informações de alguns líderes mas

> *"O 25 de Abril, em Portugal, não pôs fim à guerra em Angola, na Guiné e em Moçambique. No dia 26, a UNITA rompeu com as tréguas que mantinha com as tropas coloniais, atacando uma companhia do exército português. Nesse mesmo dia a FNLA declarou em Kinshasha, que não hesitaria em conquistar a independência de Angola "à força" expulsando os portugueses do território. "Não restará sequer uma peça de mobiliário que se possa aproveitar" ameaçou Holden Roberto na altura. (...)* "[67]

Das cogitações entre as grandes potências, se compreendeu quando, em meados de 1975, às portas de Luanda o exército da FNLA (Frente Nacional para a Libertação de Angola), vindo do Norte, aguardou dois dias pela chegada do seu líder Holden Roberto e esse interregno foi suficiente para um dos dois movimentos opositores, o MPLA, se rearmar através de um abastecimento marítimo oriundo da União Soviética. Para além disso, o Governador-Geral de Angola, o Almirante Rosa Coutinho ("Almirante Vermelho"[68], cuja irmã casara com o Dr. Agostinho Neto, Líder do MPLA) rearmou os efectivos do movimento e deu armas à população negra, originando a desordem e o caos na capital. A literatura também relata acontecimentos semelhantes:

> *"- Avisaram os aliados deles. – Ah, bonito – lamentou-se Nuno, a pensar que se os tipos do MFA o tinham denunciado ao MPLA, isso queria dizer que…- então estou bem lixado!"*[69]

Este breve trecho de diálogo é de um personagem fornecedor de armamento ao terceiro movimento de emancipação, a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). Esta, como se sabe, controlava o "Leste" angolano, zona rica em diamantes. Depois da independência foi este movimento que manteve com o MPLA uma guerra civil longa e mortífera.

---

[67] João Paulo Guerra, *Descolonização Portuguesa – O regresso das caravelas*, (Prefácio de Melo Antunes), 1ª Edição, Oficina do Livro, Setembro de 2009, p 79.

[68] In Entrevista de Luís A. G. Gonçalves – ***Anexo F***.

[69] Tiago Rebelo, *O Último Ano em Luanda*, Editorial Presença, Lisboa, 2008, p 333.

"Luanda, 27 – Dezenas de recrutas das F.A.P.L.A. (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola)[70] *foram fuzilados sumariamente no Centro de Instrução Revolucionário "Hoji ia Henda", por elementos fardados das E.L.N.A."*[71]

O que se passou, após a saída dos portugueses, foi deveras traumatizante para a população de Luanda. Em todo o território angolano criou-se um vazio, tanto no aspecto político como administrativo. A presença dos cooperantes soviéticos, chineses e cubanos, principalmente, não passou de uma tentativa para a reconstrução de um país que só conheceu a paz após o assassinato do Dr. Jonas Savimbi (líder da UNITA). Este episódio verificou-se em situação nada abonatória para os executores, a julgar pelas imagens largamente difundidas pelas televisões de todo o mundo.

Para ilustrar os factos violentos que mancharam, inexplicavelmente, o período pós-independência de Angola, escolhemos da ficção o relato seguinte:

" (...) e bateu com o punho na secretária, mas aquilo não nos impressionou, porque aquele professor não sabia bem o que era o Caixão Vazio.

- Eles entram e bem, e até vão entrar com um camião…

- No quiero que se quedan com esa cara… están pálidos de miedo! Miren, la escuela también es un sitio de resistencia… Qué quieran esos payasos?

- Querem tudo, camarada professor, vão levar algumas pessoas com eles, vão violar professoras e não sei bem o que fazem nos professores…- o Cláudio disse aquilo assim em tom de assombração. Mas o camarada professor não estava assustado."[72]

Longe estava o idealismo dos primeiros movimentos que apoiaram a guerrilha[73], cujo objectivo principal era a autodeterminação rumo à independência total. Alguns,

---

[70] F.A.P.L.A. (Forças Armadas Para a Libertação de Angola) exército do M.P.L.A. E.L.N.A. (Exército de Libertação Nacional de Angola), braço armado da UNITA; Verificar outras organizações e movimentos africanos e seus apoiantes externos nos ***ANEXOS – U – 3*** a ***U- 8***.

[71] In "Diário de Notícias" – Funchal, Sexta-Feira, 28/3/1975, p 1.

[72] Ondjaki, *Bom dia camaradas* (romance), 3ª Edição, Editorial Caminho, Lisboa, Julho de 2008, p 66.

[73] Vide 6 quadros, em ***Anexos – U 3*** a ***U 8***, com as denominações dos diversos movimentos africanos e organizações internacionais que apoiavam a luta para a independência dos territórios portugueses em África.

com sede noutros países, fora de África, apoiaram esta luta, de forma não agressiva, democrática, que pretendiam um entendimento com as autoridades portuguesas.

A conjuntura internacional e a situação traumática *pós-vietnam* condicionaram a política externa americana e provocaram desequilíbrios. Os E. U. A. alhearam-se, então, das zonas de influência regional para se dedicarem à pacificação do próprio território.

> " *(...) Obviamente que fomos simples "marionetes". As decisões foram ditadas por Moscovo e Washington, com vantagem para os primeiros já que os americanos viviam o trauma da retirada do Vietnam e estavam numa fase de refluxo internacional, sendo a sua prioridade a política interna. (...)* "[74]

Concluímos, portanto, que nos convénios internacionais, nomeadamente na ONU, o apoio dos habituais aliados não surgiu e, mais do que isso, congeminavam acordos de conveniência, na repartição das áreas de influência. Neste caso de Angola, os Estados Unidos da América alhearam-se por completo, dando a iniciativa à União Soviética para avançar.

2.4 – As canções denominadas "subversivas"

Este termo foi largamente utilizado pelos mentores do "lápis azul" para classificarem as canções que, segundo eles, serviam para subverter os princípios e os valores mais caros à Ditadura Salazarista (para a situação seriam os valores da Pátria). Eram canções que denunciavam os assíduos atropelos ao estado de direito, às liberdades individual e de expressão, que normalmente desembocavam nas perseguições e torturas praticadas em prisões do regime. Para os cultores da "balada" não era importante a qualidade rítmica ou musical. O real valor residia na mensagem das estrofes.

> " *(...) A PIDE não sabia bem o que fazer, como lidar com o uso que nós fazíamos da tradição, pegar em valores que vinham do passado e dar-lhes completamente a volta*"[75]

---

[74] In Entrevista do ex-Alferes Miliciano Daniel Silva – ***Anexo H***.

[75] Eduardo M. Raposo, Canto de Intervenção (1960-1974), 2ª Edição revista e aumentada, Editor Público, Comunicação Social, SA, Lisboa, Abril de 2005, p 37.

Os temas eram chamadas de atenção aos referidos atropelos e prepotências do regime salazarista. A balada mais contundente era intitulada "*Os vampiros*" e outras tinham linguagem "codificada" para ludibriar a "censura". Muitas delas alertavam para as situações provocadas pela guerra colonial como "*Menina dos olhos tristes*" ou "*Ei-los que partem*" onde se realçava a falta de emprego em Portugal com a inevitável crítica à emigração para terras de França, especialmente.

> *"Canções como Os Vampiros ou Menino do Bairro Negro, ambas de José Afonso e ambas com um estatuto fundador relativamente ao que viria a ser o modelo dominante do canto politicamente comprometido, são contemporâneos do início da Guerra Colonial. (...)* "[76]

Foram vários os cantores que deram voz ao descontentamento e, entre eles, destacava-se "Zeca Afonso" pela sua voz e composições como "*Venham mais cinco*" ou "*Somos filhos da madrugada*" que tiveram muita aceitação, principalmente, entre os estudantes e população mais instruída e informada. Mas podemos também referir Adriano Correia d'Oliveira, com "*Canção Terceira*" e Luís Cília.

> " *(...) O Fado de Coimbra e a sua progressiva evolução, que vai originar o movimento das baladas e das trovas, protagonizadas por José Afonso e Adriano Correia de Oliveira, está intimamente ligado a todo um processo reivindicativo académico que é inicialmente protagonizado em Coimbra. Assim, não faria sentido falar do fado coimbrão sem o enquadrar nas lutas académicas. É essa a nossa sugestão.*"[77]

Da década de setenta do século passado, é inevitável destacar um dos mais belos cânticos dessa época. Foi musicado e cantado por Manuel Freire, que utilizou um excelente poema de António Gedeão "*A Pedra Filosofal*" para cantar um hino à capacidade empreendedora do homem. Outro nome sonante, naquela época, era Francisco Fanhais, ex-padre católico.

---

[76] Rui de Azevedo Teixeira, *Guerra do Ultramar – realidade e ficção*, Livro de actas do II Congresso Internacional sobre a Guerra Colonial, Notícias editorial, 1ª Edição, Novembro de 2002, p 157.

[77] Eduardo M. Raposo, *Canto de Intervenção (1960-1974)*, 2ª Edição revista e aumentada, Editor Público, Comunicação Social, SA, Lisboa, Abril de 2005, p 29.

Neste lote de canções, denominadas de "intervenção", podemos ainda incluir alguns fados e baladas de Coimbra de certa forma, em contraste com aquelas: "*O Meu Menino é d'Oiro*" e "*Coimbra Menina e Moça*" e algumas canções, denominadas populares, como "*Canção da Beira Baixa*" e "*Milho Verde*".

Estas canções foram, efectivamente, importantes para a consciencialização da disforia vivida em Portugal:

> *" (...) Antes do 25 de Abril ouvi em Santana canções revolucionárias que uma prima minha, estudante de Românicas, tinha e que me impressionaram pela sua mensagem. A partir daí comecei a ficar alerta e a tentar perceber o país em que vivia. Em Lisboa, com o Saúl a doutrinar-me e a participação nalgumas manifestações, fizeram-me abrir os olhos para a realidade do país (...)."*[78]

Neste âmbito, sobressai novamente o universitário, estudante de filosofia, com o curso interrompido, pelo empenho nesta luta, Zeca Afonso que

> *"Ao mesmo tempo que rompe com acompanhamento da guitarra portuguesa, conotada com a sonoridade urbana do fado coimbrão (...) introduz nos textos que canta o timbre da revolta cívica e a alusão explícita à pobreza e à exploração social e económica assente na estrutura monopolistas e latifundiária de boa parte da economia portuguesa. (...)"*[79]

Estas canções eram, de facto, um meio para alertar um povo quase alheado da política e foram os estudantes, principalmente os universitários, o terreno fértil para a divulgação da mensagem capaz de despertar as consciências para a acção:

> " *(...) As convulsões académicas de 1962 têm antecedentes no início da segunda metade dos anos 50, com a publicação do Decreto-Lei 40 900, em Dezembro de 1956*[80] *e o*

---

[78] In Entrevista do ex-Alferes Miliciano Manuel Rosa – ***Anexo M***.

[79] Rui de Azevedo Teixeira, *Guerra do Ultramar – realidade e ficção*, Livro de actas do II Congresso Internacional sobre a Guerra Colonial, Notícias editorial, 1ª Edição, Novembro de 2002, p 157.

[80] "*Foi um decreto do ministro Leite Pinto, que visava acabar com a autonomia das associações académicas e integrá-las numa estrutura orgânica dependente do Ministério da Educação. Uma espécie de MP associativa. (...)* " In Eduardo M. Raposo, *Canto de Intervenção (1960-1974)*, 2ª Edição revista e aumentada, Editor Público, Comunicação Social, SA, Lisboa, Abril de 2005, p 29.

movimento que origina, assim como um "turbilhão" das eleições presidenciais de 1958, quando muitos deles ainda andavam pelos bancos do liceu – mas vão, mesmo assim, alguns participar na(s) campanha(s) da oposição, colando cartazes, etc. Como nos diz José Carlos de Vasconcelos sobre a campanha presidencial do general Humberto Delgado que (...) foi o grande desencadeador para despertar as pessoas da minha idade para uma realidade (...) "[81]

Mesmo assim, uns por medo, outros por comodismo iam ignorando, como se não lhes dissesse respeito. Assim se foi protelando…e passaram-se quarenta e oito anos.

" *(...) Depois desta breve viagem por seis dos mais representativos intérpretes e cantautores da nova geração – incluindo o galego Benedicto Garcia Villar – chegamos a 1971 e à grande viragem com a publicação no Outono desse ano de quatro trabalhos que marcam definitivamente o início de uma nova fase na música portuguesa. Referimo-nos a* ***Cantigas de Maio****, de José Afonso,* ***Gente de Aqui e de Agora****, de Adriano Correia de Oliveira,* ***Mudam-se os tempos, Mudam-se as Vontades****, de José Mário Branco e* ***Romance de um dia na Estrada****, de Sérgio Godinho, (...).*"[82]

Dos pioneiros, ainda vivos estão José Mário Branco, Sérgio Godinho que, há pouco tempo, deram um espectáculo no Coliseu, denominado "*Três Cantos*" em que participou também Fausto (que foi inicialmente viola acompanhamento do *Zeca*).

Zeca Afonso, um símbolo da sua geração, era considerado "um gajo porreiro", meio "despassarado", hipocondríaco, frontal e honesto

" *(...) não possuindo uma potente voz como a de Machado Soares, ou de barítono como a de Luiz Goes, tinha no entanto, um estilo próprio, dando expressão às palavras de forma intimista, próximo de Bettencourt (que considerava o melhor cantor de Coimbra de todos os tempos).*"[83]

No seu ***Depoimento***, publicado no Rio de Janeiro em 28/8/1974, Marcelo Caetano afirmou, como justificação, uma das causas para a derrocada do regime foram

---

[81] Eduardo M. Raposo, *Canto de Intervenção (1960-1974)*, 2ª Edição revista e aumentada, Editor Público, Comunicação Social, SA, Lisboa, Abril de 2005, p 29.

[82] Eduardo M. Raposo, *Canto de Intervenção (1960-1974)*, 2ª Edição revista e aumentada, Editor Público, Comunicação Social, SA, Lisboa, Abril de 2005, p 85.

[83] Idem, Ibidem, p 55.

> " *(...) As canções de protesto e as baladas insinuadoras infestavam as estações de rádio (entre as mais activas, por sinal, figurava a convencionalmente chamada Emissora Católica Portuguesa, Rádio Renascença, que foi quem espalhou o sinal indicativo da revolução) e sucediam-se em festivais; no teatro de amadores como nas revistas fazia-se descaradamente o ataque frontal à ordem social; e o mesmo no cinema e na imprensa, onde, além da infiltração na maior parte dos jornais diários, os sociais-comunistas disfrutavam de alguns semanários de certa expansão, sobretudo o* Notícias da Amadora *(...) Era preciso reprimir.*"[84]

Assim mesmo se fez, como se pode comprovar pelo ofício de 23 de Abril de 1970 da Direcção dos Serviços de Espectáculos[85] sob a alçada da Secretaria de Estado da Informação e Turismo e da Direcção Geral da Cultura Popular e Espectáculos, que, de seguida, se tentará reproduzir, fielmente.

[84] Idem, Ibidem, In Prefácio de João Paulo Guerra, p 9.

[85] Idem, Ibidem, p 172.

Of. Nº 1130/70
Refª. DSE / EV

Ex.mº Senhor
Delegado da Direcção dos Serviços
de Espectáculos

CONFIDENCIAL

Verifica-se, com certa frequência, a realização de espectáculos – algumas vezes até clandestinos – com intenções nem sempre desprovidas de tendências de carácter político social.

Nesses espectáculos, têm sido apresentadas canções cujas letras não foram submetidas à apreciação da Comissão de Exame e Classificação dos Espectáculos. Está, neste caso, a maioria das "baladas" que traduzem ideias de contestação, de pacifismo, de reivindicações sociais, como forma de luta contra as instituições vigentes e sobretudo contra a posição portuguesa no Ultramar.

Haverá, assim, que prestar a maior atenção aos programas e não conceder os vistos sem consulta prévia aos Serviços Centrais.

A título de mero exemplo, indicam-se alguns nomes de intérpretes que surgem com mais frequência, na sua qualidade de amadores e sem reportórios autorizados, a cujos programas não devem ser concedido visto:

Padre Francisco Fanhais
Zeca Afonso (Dr. José Afonso)
Barata Moura
Adriano Correia de Oliveira
Manuel Freire
Etc…

Apresento a V. Ex.ª os meus melhores cumprimentos.

A bem da Nação

Lisboa, 23 de Abril de 1970

O DIRECTOR DOS SERVIÇOS DE ESPECTÁCULOS

3. BATALHÕES E QUADROS MILITARES FORMADOS NA MADEIRA

Como parte integrante do território nacional, a Madeira não poderia, de forma alguma, ficar alheia ao esforço de guerra. O contributo da população jovem masculina foi imposto pelo regime totalitário que governava Portugal. Tal como nas diversas partes do país, a população manifestava disponibilidades e reacções variadas.

Assim, voluntária ou involuntariamente, imbuídos de heroicidade, uns, cheios de revolta no seu íntimo e contrariados, outros, seguiram para as diferentes frentes de luta muitos milhares de madeirenses, ao longo de mais de uma década. A maior parte integrando Companhias independentes e Batalhões[86] formados a partir do BII-19 (actual RG-3), outros mobilizados através de Unidades militares espalhadas pelo País, nos postos de Furriel e Alferes Milicianos. Destes, uma parte significativa frequentou cursos especiais para ficarem, por opção, mais bem preparados para a guerra, porque segundo eles, tinham assim mais hipóteses de sobrevivência, por isso, a participação "*Foi voluntária, no desejo de pertencer aos melhores e aos melhor preparados*[87] ", como refere Daniel Silva.

Como iremos verificar[88], a maioria dos Batalhões e Companhias formadas no BII-19 prestaram serviço na província de Angola e lá ficavam por biénios, sendo rendidas por outras com efectivos madeirenses, mas colocadas em partes diversas, não sendo, portanto, uma rendição directa. Normalmente, salvo raras excepções, os que pertenciam às classes de Sargentos (os Furriéis Milicianos) ou Oficiais (Alferes Milicianos), não formavam Batalhão nem eram mobilizados pelo aquartelamento próximo da localidade onde viviam. Uma pequena parte foi incorporada nas outras armas, prestando serviço na Marinha ou Força Aérea. Também se pode encontrar, em qualquer dos três ramos das Forças Armadas, alguns militares madeirenses que fizeram parte dos respectivos quadros, com diversas patentes, fazendo da carreira militar um modo de vida. No entanto, para não nos dispersarmos, vamos remeter-nos somente aos que prestaram serviço no exército português.

---

[86] Cerca de 500 militares.

[87] In Entrevista do ex-Alferes Miliciano, "Comando", Daniel Silva – ***Anexo H***.

[88] Confiamos que as nossas fontes são fidedignas, pois são publicações do próprio serviço do exército: Comissão para o Estudo das Campanhas de África -1961-1974, criada para o efeito.

3.1 – A incorporação e treino dos efectivos militares

Quando as primeiras chacinas aconteceram nalgumas fazendas de café no norte de Angola, os efectivos do exército português eram insuficientes para poderem controlar a ameaça eminente. Dos quadros do exército saíram a hierarquia e formadores necessários para a preparação quase atempada dos efectivos que seguiram prontamente. Salazar, como estratega que era, acumulou imediatamente a pasta da defesa com a Presidência do Conselho de Ministros. A população jovem masculina (os mancebos) foi treinada intensivamente para corresponder, com a urgência necessária, às necessidades de defesa do denominado Ultramar. Mesmo os quadros de formadores, já com algum conhecimento militar, foram à pressa frequentar cursos que os preparassem para dar instrução e táctica de guerra, aos recém-incorporados, como sublinha o Major General Reynolds:

> " *(...) O Tirocínio do meu Curso, em Mafra, deveria durar de Outubro de 1960 a 30/11/1961. Em princípios de Abril, face aos acontecimentos de 4 de Fevereiro e de 15 de Março em Angola, e uma vez que o Tirocínio não estava concluído e não havia, portanto, uma classificação final, tirámos sortes. Fui dos primeiros a ser mobilizado, e um grupo de Aspirantes apresentou-se, cerca de 10 de Abril, no Regimento de Abrantes. Em 19 de Abril, graduado em Alferes (antiguidade só contaria a partir de 1 de Dezembro, data normal da promoção), segui para Angola, por via aérea, integrando, como comandante de um Pelotão, a Companhia de Caçadores nº 89. (...)* "[89]

As tropas especiais, como se testemunha nalgumas entrevistas, eram treinadas em aquartelamentos específicos como Lamego, Santa Margarida, Tancos e em palcos de guerra, como em Luanda – Angola, onde havia uma unidade para a formação de "Comandos"[90].

Depois, a formação específica era célere e de preferência em palco de guerra eminente, porque

---

[89] In Entrevista do Major General Reynolds – ***Anexo J***.

[90] **CIC** – Centro de Instrução de Comandos. " *(...) A pós o fim da especialidade formaram companhias que eram compostas por quatro grupos de combate, subdivididas em quatro grupos de cinco homens cada. (...)* " In Entrevista do ex-Furriel Miliciano, "Comando", Isidro Pinto – ***Anexo I***.

> " *(...) Após três meses em Luanda, 2ª parte do curso de Comandos, partimos para Moçambique, onde desenvolvemos intervenções nos distritos de Cabo Delgado e Tete, entremeadas de períodos de descanso na Ilha de Moçambique. (...)* "[91]

Este testemunho é de um instruendo miliciano dos "Comandos" que deu por bem empregue o tempo que passou na tropa, nomeadamente em Moçambique[92], onde teve a possibilidade de praticar um desporto que lhe é muito querido: a pesca submarina. Por outro lado, um quadro do exército, hoje reformado, teve experiências diversas no sentido do dever e das obrigações militares:

> " *(...) Em Maio de 1963, recém-chegado de Angola, no final da Comissão, fui nomeado como instrutor do 1º Curso de Operações Especiais, tipo "Ranger", no Centro de Instrução de Lamego, para o qual tivemos, durante 3 semanas, uma preparação especial. Seguiu-se aquele curso com a duração de cerca de 2 meses. (...)* "[93]

Qualquer dos três ramos das Forças Armadas Portuguesas tinha tropas especiais. O exército com os "Comandos" e os seus "associados" em cada província, em especial Angola, com *GE's* e os "*Flechas*", a Marinha com os fuzileiros e a aviação com os "*Paras*" (tropas paraquedistas). Todos os outros que participaram na guerra colonial ficaram conhecidos como "tropa macaca" (os "carne para canhão"). A sua preparação militar era insuficiente e se ficavam aptos para corresponder a qualquer situação, só quando os permanentes confrontos lhes proporcionavam alguma experiência. De qualquer modo, o seu "modus operandi" não lhes trazia as vantagens das tropas de elite.

> " *(...) Claro que depois de conhecer a sério a guerra, todos pensávamos na sobrevivência. Valeu-nos a nossa excelente preparação, o facto de não estarmos por muito tempo no mesmo sítio e o facto de fazermos muitas operações com largada por helicóptero fugindo assim ao flagelo das minas e emboscadas. A tropa "normal", de quadrícula, foi a carne para canhão daquela guerra. (...)* "[94]

---

[91] In Entrevista ex-Alferes Miliciano, "Comando", Daniel Silva – ***Anexo H***.

[92] "*Só recordo os bons momentos de África: as paisagens, os animais, os fundos de coral da Ilha de Moçambique. (...)* " in Entrevista do ex-Alferes Miliciano, "Comando", Daniel Silva – ***Anexo H***.

[93] In Entrevista Major General Reynolds – ***Anexo J***.

[94] In Entrevista ex-Alferes Miliciano Daniel Silva – ***Anexo H***.

Estamos então perante um flagelo que está patente nos anexos (**Quadros V, X, Z**). Lá se expressa em números a crueldade da guerra que vitimou a população jovem masculina, fez sofrer mães, esposas (potenciais viúvas) e filhos que não conheceram o pai. Com efeito, era o resultado da política ultramarina, das acções de combate com as

> " *(...) Minas, emboscadas, tiros no pescoço. Para Angola e em força, o dedo apontado, o dedo no gatilho. Esta é a sua guerra, são estes os seus mortos.*
>
> *Em Lisboa na mesma:*
>
> *Sporting 5 Shelburne 1 – diz o locutor. (...).*"[95]

Perante esta indiferença de Lisboa que o texto de Manuel Alegre evidencia, o exército português tinha, já de longa data, as Medalhas de Valor Militar[96] e da Cruz de Guerra[97] para reconhecer o mérito e as acções de cariz militar e, também para compensar (se se pode remediar alguma coisa a título póstumo), a perda de vidas humanas.

Assim, entre 1961 e 1974[98], foram agraciados os ex-militares e unidades que, mercê dos feitos praticados em Campanha, receberam as duas mais importantes condecorações nacionais:

- Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor …… 31
- Medalha de Valor Militar ……129

Durante os anos de 1962 a 1965 (inclusive) receberam a Cruz de Guerra, por destacadas acções em combate, 412 militares que estiveram em comissões de serviço nos três territórios: Angola, Guiné e Moçambique. Nos anos 1966 e 1967, receberam a

---

[95] Manuel Alegre, *Jornada de África (Romance de Amor e Morte do Alferes Sebastião)*, Publicações D. Quixote/Círculo dos Leitores, Lisboa, 1989,p 143.

[96] A "Medalha Militar" foi criada no reinado de D. Luís I, através do decreto de 2 de Outubro de 1863 e foi publicado na Ordem do Exército nº 40 de 9 de Outubro do mesmo ano.

[97] Criada a 30/11/1916, pelo decreto nº 2870, a medalha visava não só galardoar as acções dos militares que em campanha evidenciassem bravura e outros requisitos, mas contemplava também os civis que, em condições semelhantes às dos militares, igualmente revelassem valentia e demais actos valorosos.

[98] Aos militares madeirenses foram atribuídas: 1 Torre e Espada; 2 Valor Militar…; 30 Cruz de Guerra e 1 Serviços Distintos com Palma. In *Monumento ao Combatente*… Os Nossos Heróis (Lista inc) p 82.

mesma condecoração, respectivamente, 354 (três foram condecorados duas vezes) e 407 (dois foram condecorados duas vezes). No ano de 1968, foram atribuídas um total de 237 medalhas a civis e militares, sendo 15 de 1ª Classe, 20 de 2ª Classe, 63 de 3ª Classe e 139 de 4ª Classe.

Até ao final do conflito (1970-1974), nos três territórios, foram ainda atribuídas 1.021 medalhas da Cruz de Guerra, algumas delas, como já se disse, a título póstumo.

Será que (re) compensa a dor, a aflição e até a morte à espreita como consta no sugestivo texto de João de Melo?

> " *(...) o alferes não se moveu. Estava parado muito direito, os dois braços ligeiramente afastados do corpo, o rosto petrificado em frente. Suspendia a arma pelo tapa-chamas como quem assegura um contra-peso para um problemático equilíbrio.*
>
> *- Pisei uma mina!*
>
> *- Pisei uma mina caraças! – repetiu, quase sem mexer os lábios para o furriel que se aproximava, inquieto. E havia nas palavras do alferes um tom de profunda tristeza, mais que grave ou compenetrado.*
>
> *- Meu alferes, por amor de Deus, não se mexa – agitou-se o outro, com largos gestos tranquilizadores.*
>
> *Durante uns momentos, o entendimento do alferes ficou totalmente embaciado, como se ele estivesse muito longe dali, imune à agitação em volta. Ritmadamente, o coração tropeava-lhe no peito, em alto som. O furriel, que saltitava ao perto, distinguia-lhe a lividez da face, os lábios brancos, e continuava a produzir palavras, advertências, que o alferes já não ouvia (...)*
>
> *Ele via-se separado da morte por um pequeno movimento, um ligeiríssimo deslize, uma fracção de fracção de segundo… Da morte? Da mutilação, pior sorte! Imaginava-se amputado, sem um pé, sem uma perna, sem… O alferes não queria, não queria estar ali. (...)* "[99]

Esta narrativa foca um dos aspectos traumatizantes da guerra. Por uma questão de sorte ou, neste caso, de azar, a vida de um jovem ficava por um fio, à mercê da paciência que prolongava por enervantes minutos o último contacto com o mundo e os que, impotentes e atónitos, aguardavam pelo inevitável desfecho.

---

[99] João de Melo (Organização de), *Os Anos da Guerra, 1961-1975. Os portugueses em África. Crónica, Ficção e História*, II Volume, Círculo dos Leitores, Lisboa, 1988, pp 57 a 64.

3.1.1 – De 1961 a 1968

Situações destas contribuíram, na sua maioria, para o número de mortos que se registaram, como se pode ver pelas estatísticas (Quadros – ***Anexos V, X, Z***). Entre o início da guerra, até ao ano de 1967, morreram, só em Angola 1.619 militares, sendo na sua maioria praças (1.021 soldados e 347 cabos), 151 da classe de Sargentos (100 eram Furriéis) 87 oficiais subalternos (53 eram alferes milicianos), 12 oficiais superiores (8 Tenentes-coronéis e 4 Majores) e 1 General. Destes, registaram-se como causas de morte, os ferimentos em combate (760), acidente de viação (348), doença (187), acidente por arma de fogo (162), acidente por afogamento (91), acidente por outros motivos (58), acidente de viação (13).

Estes números aumentaram, ao longo do conflito, conforme refere o Major Lino:

> *" (...) O Major tem ao pé de si um livro onde guarda a lista de todos os que morreram nas três frentes de guerra: 10.117 militares. Um número que diverge do oficial: 8.289. (...) "*[100]

Outros números são apresentados no livro de João Paulo Guerra, para os beligerantes treze anos que envolveu

> *" (...) 820.000 jovens portugueses mobilizados, 8.831 mortos, 30.000 feridos, 15.000 deficientes e mutilados, 3.209 heróis condecorados, MAIS DE UM MILHÃO E MEIO de portugueses fugidos para França, 505.078 retornados das antigas colónias. "*[101]

De qualquer forma, serão sempre números elevados. Entre 1961 e 1974, foram mobilizados cerca de 30.000 militares madeirenses que constituíram quatro Batalhões e 31 Companhias Independentes para Angola (duas delas do GAG-2), 10 Companhias para Moçambique (três do GAG-2) e 15 Companhias que foram para a Guiné (uma do GAG-2), formaram-se maioritariamente no BII – 19 (Funchal). Também, no que diz respeito à Madeira há vítimas a lamentar:

---

[100] " *(...) O Major Lino foi um dos capitães de Abril e ainda participou na descolonização e no processo de paz. (...)* " In *Diário de Notícias*, de Lisboa, Sábado, 12 de Março de 2011, p 8.

[101] Na contracapa de: João Paulo Guerra, *Descolonização portuguesa, O Regresso das Caravelas*, Oficina do Livro, 1ª Edição, Lisboa, Setembro de 2009, 250 páginas.

> " *(...) Durante as Campanhas faleceram 241 militares nascidos no Arquipélago da Madeira, incorporados em unidades organizadas na Madeira, Açores, Continente*[102] *e no Ultramar. (...)* "[103]

Tal como na discrepância dos números oficiais, também relativamente aos militares madeirenses, será difícil apurar os números precisos dos agraciados e dos falecidos em combate, até porque, como já referimos, muitos dos milicianos das classes de Oficiais (Alferes) e Sargentos (Furriéis) foram mobilizados por unidades sedeadas no Continente e lá constam das respectivas estatísticas.

Foram ainda criadas na Madeira sub-unidades para prestarem serviço em Goa e Damão (duas Companhias) e outra para Diu (antes de 1959). Depois de 1961 partiram ainda três Companhias madeirenses para Macau e uma para cada das seguintes províncias: São Tomé, Timor e Cabo Verde.

As tropas portuguesas que seguiram à pressa para as colónias, primeiramente para Angola, mas logo depois para Moçambique e Guiné, em especial, foram equipadas com o armamento disponível no exército e nos outros ramos das Forças Armadas.

No entanto, contrariamente ao que seria de supor, o seu rearmamento não tardou, o que, dadas as circunstâncias já expressas, esse facto foi acompanhado pelo treino e preparação dos efectivos num curto espaço de tempo, poderemos considerar uma resposta eficiente e adequada:

> " *(...) No início da guerra, os atiradores estavam armados com as antigas Esp Mauser, os oficiais e sargentos com a P. Metr. FBP. A partir de Setembro/Outubro de 1961, passámos a dispor da Esp Autm. G-3, que armava todos os combatentes. Isto no que respeita a armamento individual. As armas colectivas eram de boa qualidade, robustas e precisas.*
>
> *As tropas paraquedistas, dispunham, desde a sua criação, salvo erro, da Esp Autm. "Armalite", leves e muito precisas, de fabrico americano. (...)* "[104]

---

[102] Os Oficiais e Sargentos madeirenses incorporavam unidades formadas a partir de aquartelamentos situados em outros pontos do país.

[103] Comissão Executiva, *Campanhas das Forças Armadas Portuguesas no Ultramar Português (1954 – 1975) Monumento ao Combatente Madeirense no Ultramar Português*, Funchal, 26 de Abril de 2003, p 63.

[104] Entrevista Major General Reynolds Mendes – ***Anexo J***.

As condições de habitabilidade nos aquartelamentos eram precárias. Muitas vezes os militares dormiam em tendas e só algum tempo depois foi possível construir aquartelamentos com as condições mínimas. Alguns deles não tinham a localização ideal, porque estavam demasiado expostos aos ataques nocturnos e em situações de manifesta desvantagem, como por exemplo no fundo duma ravina e à mercê de um morro dominante, onde o inimigo ficaria mais bem posicionado. Quando não era possível localizar os aquartelamentos junto dos cursos de água, a simples ida ao abastecimento desse precioso líquido poderia ser factor de risco, pois eram frequentes as emboscadas montadas durante o percurso ou no próprio local. As unidades instaladas no distrito do Uíge estavam em vantagem porque a abundância de água era significativa.

Em qualquer das províncias as armas mais temidas e mortíferas eram as minas anti-carro e anti-pessoal, pois, como refere o entrevistado:

> "*Claro que depois de conhecer a sério a guerra, todos pensávamos na sobrevivência. Valeu-nos a nossa excelente preparação, o facto de não estarmos por muito tempo no mesmo sítio e o facto de fazermos muitas operações com largada por helicóptero fugindo assim ao flagelo das minas e emboscadas. A tropa "normal", de quadrícula, foi a carne para canhão daquela guerra.*"[105]

Os ataques nocturnos com artilharia pesada, cada vez mais precisa, foram aumentando gradualmente com o desenrolar da guerra, havendo nalgumas províncias, como a Guiné, a utilização de armamento mais evoluído, através do qual a situação se foi deteriorando para os militares portugueses, a par das dificuldades de progressão no terreno, mormente, pantanoso.

Neste período da guerra, as tropas eram transportadas em navios da marinha mercante portuguesa requisitados para o efeito. Serviram de transporte militar o "*Quanza*", "*Niassa*" e por vezes o "*Timor*", "*Uíge*" e "*Vera Cruz*". As viagens eram, naturalmente, longas e incómodas, porque as condições de alojamento eram precárias. Interessava transportar o máximo dos contingentes para as três províncias onde se desenvolviam os conflitos. Depois, gradualmente, formaram-se os TAM (Transportes Aéreos Militares), primeiro com o *DC-6*, ao qual se juntou mais tarde um *Boeing 707*.

[105] In Entrevista do ex-Alferes Miliciano, "Comando", Daniel Silva – ***Anexo H***.

A movimentação de tropas para as três frentes de conflito realizou-se, a partir desta época, mais rápida e eficazmente. Por vezes, para a província da Guiné o transporte ainda se realizava por via marítima, dada a proximidade e por ser menos oneroso para os cofres do estado. Mesmo assim, nos primeiros quatro anos de guerra (1961, 1962, 1963 e 1964), foram gastos, respectivamente, 1.026.100 contos, 1.946.400 contos, 2.592.300 contos e 2.523.800 contos. Eram verbas de dotação do OFMEU – Orçamento das Forças Militares Extraordinárias no Ultramar, para as províncias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Macau e Timor.

Após a morte de Salazar[106], todos aguardavam uma maior abertura, um abrandamento na política portuguesa, o que foi denominado de primavera Marcelista:

> " *(...) após a aproximação que se verificou, ainda em vida de Amílcar Cabral, entre as Forças Armadas Portuguesas e (pelo menos alguns) representantes do PAIGC, aproximação que culminou com o assassinato de dois Oficiais Superiores do Exército Português e de mais alguns militares que iam participar em encontro de negociações e caíram numa emboscada montada por elementos afectos a uma das facções daquele movimento, a situação voltara a deteriorar-se.*"[107]

De facto, das propostas e políticas implementadas no terreno pelo General Spínola, quando chegou à Guiné, todas foram rejeitados por Marcelo Caetano, porque achou que assim se abririam precedentes[108]. Por isso, a denominada "Primavera Marcelista" que criou expectativas, foi uma oportunidade perdida.

---

[106] " *(...) propuseram desde a primeira conferencia do MAC (Movimento Anti-Colonialista), realizada em Paris, em 1957, uma solução pacífica. A resposta foi a instalação em Angola da polícia política. Em Junho desse ano, o MPLA sugeriu a realização de uma mesa redonda com a participação dos movimentos nacionalistas e do Governo português. A resposta foi a prisão do Dr. Agostinho Neto e do Reverendo Padre Joaquim Pinto de Andrade, a execução, no pátio de uma cadeia angolana, de vinte e nove presos políticos (...)* " Manuel Alegre, *Jornada de África – Romance de Amor e Morte do Alferes Sebastião*, 3ª Edição, Edições Dom Quixote, Lisboa, Dezembro de 2007, p 13.

[107] In Entrevista Major General Reynolds Mendes – ***Anexo J***.

[108] Depois de tentativas de sucesso parcial, através de incursões ("golpes de mão") a países vizinhos, o General Spínola propôs a via negocial, para solucionar o caso da Guiné.

3.1.2 – Os últimos anos da guerra colonial

Na fase final da guerra, todos os efectivos disponíveis eram mobilizados. Mesmo assim, cometeram-se vários atropelos, inclusivamente, com incumprimento da lei vigente e os consequentes casos de corrupção. Alguns seguiram para o Ultramar, mesmo os filhos únicos (considerados amparo de mãe), para favorecer[109] os "afortunados" que, naturalmente, os progenitores não suportariam perder.

Depois de três meses de recruta e outros tantos na preparação específica da respectiva especialidade, partiam os rapazes, ainda "agarrados a casa", na titânica luta da separação. Os que tinham habilitações literárias eram seleccionados para o CSM (com o Curso Geral dos Liceus ou Cursos de Formação Profissional) ou COM (com Cursos Universitários ou 7º Ano liceal). Os Cursos de Sargentos Milicianos e o de Oficiais Milicianos implicavam uma preparação mais prolongada, visto que tinham que adquirir a sua própria formação (recruta mais a especialidade) e preparar com três meses de recruta e outros três de especialidade os efectivos, normalmente praças (soldados e cabos). Depois seguiriam para uma das províncias ultramarinas, após a integração num Batalhão (três operacionais e uma Companhia de Comando e Serviço) e uma curta preparação denominada "IAO" – Instrução de Aptidão Operacional.

Eram a mão-de-obra necessária para o desenvolvimento do país que sempre tardou. E "*Ei-los que partem…*"[110]! Uns partem para o estrangeiro, numa fuga (covarde, dirão alguns) ou numa consciente opção (defenderão outros). Outros, os imbuídos de espírito patriótico, também conscientes (dos seus deveres), nos seus tenros 20 anos, ou mais novos ainda, partiram para o Ultramar. Chegados ao seu destino, alguns deslumbravam-se com a imensidão, os cheiros, enquanto não sentiam o perigo das emboscadas, das "minas" e dos constantes ataques, normalmente de morteiros, bazucas ou artilharia mais sofisticada.

Os que tiveram a sorte de aquartelar numa zona mais calma debatiam-se com uma série de problemas provenientes do isolamento, as saudades de casa e outros do foro psíquico, que, normalmente, eram atribuídos ao "Cacimbo" (misto de nevoeiro e

---

[109] A tradicional "cunha": não sabemos (nem pretendemos, porque não podemos provar) se compensada por "luvas".

[110] Como diz a canção de Adriano Correia de Oliveira.

humidade característicos do clima angolano), daí o termo "cacimbado", do qual ainda falaremos.

No terreno, cada unidade tinha a sua área para patrulhamentos regulares e, periodicamente, eram organizadas operações a nível de companhia ou de outra envergadura, com a participação de efectivos complementares.

Neste sentido, o Major General Reynolds Mendes refere:

> " *(...) Quando eram necessárias Forças com maior envergadura, para a execução de operações mais prolongadas, dispúnhamos de três companhias de "Comandos" e Grupos Especiais: "Flechas", CE's e "Fiéis" (ex-congoleses). Estes agrupamentos denominavam-se "Siroco" (vento do Norte de África). Para estas operações era-nos então, atribuídos meios aéreos em permanência – uma esquadrilha de helicópteros (5 de transporte de pessoal e 1 heli-canhão), um avião ligeiro para reconhecimento e ligação, e o respectivo pessoal de manutenção. (...)* "[111]

Podemos assim constatar, que muitos dos efectivos do exército português, em especial, uma parte significativa das forças de elite, eram naturais das respectivas províncias, que contrariados (alguns), ou não, se dispunham a lutar como portugueses.

> " *(...) Do total de 32 batalhões da RMA, 26 estavam na ZIN, 2 na ZIC, 3 na ZIL e 1 na ZIS. Dos 26 da ZIN, 13 ocupavam a "área de guerrilha".*
>
> *O efectivo de Angola, que em 1964 era de 52.493 homens, dos quais 28,2% do recrutamento da Província, evoluirá entre 1961 e 1964 conforme o quadro. (...)* "[112] (Anexo V)

Eram também elementos da população que serviam de guias e forneciam as informações tão necessárias para haver eficácia na preparação das operações militares. As contrapartidas eram garantidas pelos militares portugueses de diversas formas, quer nos aspectos alimentares e de saúde como também na concessão de vários privilégios,

---

[111] In Entrevista Major General Reynolds Mendes – ***Anexo J***.

[112] General Manuel Freire Themudo Barata e outros, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 6º Volume, Aspectos da Actividade Operacional, Tomo I, Angola – Livro 1, 1ª Edição, Lisboa, 1998, p 594.

expressos em bons contactos e proximidade com a hierarquia militar. Por isso, Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes sublinham:

> " *(...) Em todas as guerras, as informações são decisivas para conhecer o inimigo e o terreno, mas na guerra de guerrilha as forças militares, sem informações, não só não têm possibilidade de saber onde o inimigo está, como nem sequer conseguem saber quem é, uma vez que a maior parte das vezes ele se encontro no seio da população. (...)* "[113]

Daqui a preocupação dos movimentos de libertação ao dirigirem, através de panfletos, uma campanha de acção psicológica aos combatentes que incorporavam o exército português. As palavras eram precisas e contundentes e na, sua simplicidade, eram também objectivas e tocavam no âmago da dúbia escolha que imperava nos espíritos dos que, tendo uma educação e vivências *europeias*, não deixavam de sentir os apelos da sua raça e daquele continente. Os argumentos apresentados visavam a sensibilização dos povos para as vantagens da independência dos seus países, fazendo-os crer num futuro próspero.

O panfleto inserto numa extensa obra de estudo e análise deste tema foi publicado pela Comissão criada para o efeito pelo Exército Português, que se reproduz o mais fielmente possível, no seu aspecto gráfico.

SOLDADO AFRICANO

do exército português

Os colonialistas portugueses exploram, roubam, violam e matam em Angola como em Moçambique, na Guiné ou em Cabo Verde.

Porque continuas no exército português?

O Povo angolano luta pela sua Independência

[113] Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Guerra Colonial*, Notícias Editorial, 1ª Edição, Lisboa, 2000, p 234.

Porque combates contra os angolanos?

Enquanto ajudas o exército dos criminosos não sabes se tua família foi morta pela tropa ou se foi presa pela **PIDE**.

SOLDADO AFRICANO

O Exército popular de Libertação de Angola, confia na tua Consciência. Vem para as E.P.L.A.! Vem combater pela Liberdade! A Vitória será nossa!

Viva a Unidade dos Soldados das Colónias Portuguesas!

VIVA O M.P.L.A. – VIVA O E.P.L.A.![114]

No início da luta armada em Angola e na Guiné, foi necessário implementar um serviço de informações, fundamental na eficácia das acções de guerrilha. Também no ano de 1962, foi criado esse serviço em Moçambique, com a formação de duas equipas com sede em Pauila (Vila Cabral) e Nantuego (Marrupa), que cobriam a fronteira norte (entre o lago Niassa e a foz do rio Lugenda). Ambas as partes sentiram a necessidade da sua utilização. O sistema português estava operacional no terreno, desde o ano de 1963, conforme se pode comprovar com o excerto seguinte:

> " *(...) Estas equipas, que constituíam um caso particular em todo o sistema de informações militares durante a guerra, iniciaram a sua actuação no terreno em 1963, tendo por missão:*
>
> *- Vigiar as linhas de infiltração da fronteira norte;*
>
> *- Obter informações sobre actividades subversivas na área;*
>
> *- Contactar populações de difícil acesso;*
>
> *- Obter informações sobre terreno, populações e outros elementos;*
>
> *- Montar redes de informadores nos terrenos vizinhos.*

[114] General Manuel Freire Themudo Barata e outros, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974),* Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 6º Volume, Aspectos da Actividade Operacional, Tomo I, Angola – Livro 1, 1ª Edição, Lisboa, 1998, p 518.

Para esconder a verdadeira actividade das equipas, os seus elementos apresentavam-se como caçadores profissionais. Curiosamente, embora estes grupos fossem constituídos por militares do Exército e dependessem directamente do quartel-general, todas as suas despesas, excepto o vencimento, eram suportadas pela venda do produto da caça, da carne e do marfim. (...) "[115]

Nos comités centrais dos vários movimentos de emancipação, existia, em cada um, o Departamento de Informação e Propaganda ("Inteligência") e outras estruturas ao nível das bases de guerrilheiros, coordenadas por um "chefe de reconhecimento". Por isso, podemos afiançar que esses movimentos usavam "Manual do Guerrilheiro" onde

" *(...) ensinava que as informações do inimigo se obtêm:*
- Pela observação;
- Pela Exploração dos conhecimentos dos habitantes locais;
- Pelo interrogatório dos desertores e prisioneiros;
- Pelo reconhecimento de combate;
- Pela ajuda das redes de colaboradores secretos. (...) "[116]

Complementando opiniões anteriores, e apesar de, para a questão ***guerrilha***[117], só haver uma solução, transcrevemos o que disse um elemento com três comissões de serviço, uma em cada um dos territórios em guerra. Na entrevista ao Tenente-Coronel Laureano, este militar de carreira disse que

"*As Forças Armadas Portuguesas, poder-se-iam considerar cansadas e as dificuldades eram enormes para manter um Exército com cerca de 450.000 efectivos nos vários teatros de operações para fazer face à manutenção e segurança das Ex Províncias. Contudo, e após 11/12 anos de guerra, os movimentos de libertação, também começaram a sentir dificuldade, dada a falta de apoio financeiro por parte das grandes potências e das alterações políticas e ainda, pela desmotivação pessoal dos guerrilheiros que constantemente se apresentavam às Forças Armadas Nacionais ou desertavam por não concordarem com a guerra e, nessa altura (1973) já se falava muito em acabar com a guerra pelo processo de negociações.*

---

[115] Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Guerra Colonial*, Notícias Editorial, 1ª Edição, Lisboa, 2000, p 240.

[116] Idem, Ibidem, p 239.

[117] Mais informação sobre este conceito, através da leitura do ***ANEXO – P***.

A Guiné, se não tivesse falhado o plano da Operação "Mar Verde" poderia ter enfraquecido o PAIGC."[118]

Naturalmente que esta visão dos factos, não retira a evidência dos desfechos inevitáveis, sobejamente comprovados. Todos os conflitos e lutas para a emancipação dos povos foram-lhes favoráveis e nada mais significativo que os exemplos da África do Sul e Zimbabwe (ex-Rodésia, de Ian Smith).

3.1.3 – A acção psicológica para as populações

O Comando Militar de Angola com os meios ao seu dispor, accionou o "Plano de Acção Psicológica Nº 1" de 16/11/1960. Elaborado e posto em prática antes do início da guerra, tinha por objectivo desmentir categoricamente:

" *(...) a propaganda adversa, conduzida do interior – panfletos e rumores, e do exterior – emissões de rádio, publicações, panfletos e rumores, pretende fundamentalmente, fazer vingar aspirações de independência, nas massas nativas. Para tal aquela propaganda alicia as populações nativas para a luta contra nós, para o que:*

- explora alguns dos nossos erros e fraquezas;

- inventa atrocidades cometidas pelos brancos e pelas nossas tropas;

- angaria fundos para suportar, no momento oportuno, a subversão;

- enaltece as falsas vantagens da independência, como a abolição de impostos, etc.

- eventualmente, amolece a vontade de resistência de alguns meios de raça branca, prometendo-lhes amizade para depois da independência…"[119]

Estas acções eram executadas, segundo o referido Plano, para influenciar *os seguintes grupos humanos: civis civilizados, civis naturais, praças metropolitanas, praças C e praças I.*

---

[118] In Entrevista de Tenente-Coronel Laureano – ***Anexo L***.

[119] General Manuel Freire Themudo Barata e outros, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 6º Volume, Aspectos da Actividade Operacional, Tomo I, Angola – Livro 1, 1ª Edição, Lisboa, 1998, p 505.

" (...) Como se vê, a responsabilidade pela Acção Psicológica, em cada Província Ultramarina, onde existisse Comando-Chefe, era local, como aliás se impunha em face das peculiaridades de cada território.

(...) Em contrapartida, o EME esperava receber das Províncias Ultramarinas informações e imagens que lhe permitissem tomar a iniciativa, de cujos efeitos psicológicos viriam, afinal a beneficiar também essas mesmas Províncias.

Terminava o documento com as seguintes palavras:

...No início desta directiva afirmou-se que em todos os tempos a acção psicológica tem constituído uma preocupação dos chefes militares que consideram o moral das tropas o factor fundamental da vitória.

Numa época como a nossa, em que as lutas de ideias se sobrepõem às próprias lutas no campo militar e são postas em acção técnicas eficientes de telecomando dos espíritos e de agitação de massas (...)

Vivemos no século da "Propaganda" e a "Opinião" constitui hoje, sem dúvida, uma das maiores forças sociais. (...)

Não esqueçamos de que na Guiné, Angola e Moçambique, o In se mostra mais forte no ponto em que nós somos mais fracos – na Guerra Psicológica. (...) "[120]

Assim, e do mesmo modo que procuravam mentalizar o combatente africano, os movimentos de emancipação visavam também o soldado português, com o recurso a argumentos de teor idêntico, como se pode verificar com o exemplo seguinte:

SOLDADO COLONIAL PORTUGUÊS

O Soldado colonial é o mais indigno dos soldados.

O soldado colonial prefere voltar as costas à situação do seu próprio País para ir defender, num País estrangeiro, os interesses daqueles mesmos que são os inimigos do seu Povo.

Os grandes capitalistas portugueses e estrangeiros que Salazar defende sujeitam a sua Pátria a um regime de TIRANIA e de FOME e o SOLDADO COLONIAL

[120] General Manuel Freire Themudo Barata, e outros, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974),* Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 6º Volume, Aspectos da Actividade Operacional, Tomo I – Livro 1, 1ª Edição, Lisboa, 1998, p 520.

NÃO HESITA em abandonar o seu País e ir para Angola defender precisamente os carrascos do seu Povo.

Entre o liquidar um regime que prejudica o seu País a assassinar os inocentes duma Angola que não lhe pertence, o SOLDADO COLONIAL PREFERE assassinar os inocentes dessa Angola que não é sua. Em vez de exigir o pão e a liberdade que faltam ao seu Povo o SOLDADO COLONIAL PREFERE impedir que o Povo de Angola exija a LIBERDADE E A TERRA que lhe roubaram.

Em vez de libertar o seu País da Tirania do Terror e da Miséria em que se encontra mergulhado, o SOLDADO COLONIAL PREFERE ir semear a TIRANIA, O TERROR E A MISÉRIA numa Angola que nenhuma violência fará sua.

O SOLDADO COLONIAL É UM COBARDE NA SUA PRÓPRIA PÁTRIA E UM "VALENTE" NA PÁTRIA ALHEIA."[121]

Quando começou a luta armada, o exército português continuou com a acção psicológica baseada em princípios recolhidos no que se pode considerar um "Manual", intitulado "*O Exército e a guerra subversiva*". Desses princípios fundamentais retirámos que as "ideias-força" são as mais fáceis de transmitir e serem aceites pelas populações. Essa ideia deve ser o mais abrangente possível para que possa agradar ao maior número dos destinatários. Assim, qualquer acção de propaganda deveria basear-se na verdade dos factos para que a população pudesse acreditar na mensagem difundida. O que se pode, quando conveniente, é omitir algum pormenor desfavorável, mas nunca apresentar factos distorcidos nem deturpações dos acontecimentos.

Os ***estribilhos*** serão, porventura, os de mais simples comunicação devido à facilidade de compreensão e aceitação. Exemplo mais cabal, pela sua eficácia e propaganda, foi "***Angola é nossa***", ideia que resultou numa marcha suficientemente tocada e cantada com ardor patriótico, logo pelos anos sessenta. Outras formas eficazes são as ***palavras de ordem*** ("*Defenderemos a Guiné*") e os símbolos, como **V** de vitória, que pode ser representado, gráfica e gestualmente (dois dedos nessa disposição). Uma terceira possibilidade para representar um símbolo é de forma sonora.

[121] Idem, Ibidem, p 519.

Estes princípios e técnicas podem ser utilizados tanto na ***Propaganda*** como na ***Contra-propaganda***. Desse "manual" destacámos o que nos parece ter sido mais utilizado no terreno de operações pelo exército português:

- A ***Insinuação*** – É uma forma especial de sugestão, em que as ideias sugeridas procuram criar e manter a desconfiança do meio visado…;

- A propaganda pelo ***terror*** consiste em inibir as faculdades de raciocínio do meio visado pela exploração dos efeitos psicológicos do medo. Por exemplo, os efeitos do terrorismo podem ser apresentados em diversos graus, desde a preocupação até ao terror, propriamente dito;

- ***Propaganda de rendição*** – visa o enfraquecimento da vontade de combater do adversário e a sua consequente entrega. Foi esta, indiscutivelmente, a técnica mais utilizada pelo exército português, quer através de mensagens sonoras (Megafones, ou através da estações de rádio) ou com o lançamento de panfletos sobre as sanzalas, utilizando aviões ou helicópteros.[122]

Os seus efeitos eram extremamente eficazes e imediatos, como se pode verificar nesta acção em pleno palco de guerra, em contacto eminente com

> " *(...) Um determinado movimento de guerrilha tinha procurado instalar-se na zona, não guarnecida pelo nosso Exército, mas face à pouca receptividade da população tinha procurado impor-se pelo terror, matando vários sobas. Dada a situação, tinha levado um intérprete, munido de Megafone, para a eventualidade de poder comunicar com as pessoas, escondidas nas matas, que receassem o nosso contacto. A determinada altura, foram referenciados 4 ou 5 elementos da população, a cerca de 200, 250 metros da posição em que nos encontrávamos, e que não nos tinham visto. O nosso pessoal tinha-os detectado e preparava-se para abrir fogo. Só se avistava população. (...) Nessa ocasião tive de gritar, várias vezes, para que os soldados não disparassem. O resultado foi altamente compensador. (...)*
>
> *Só no mês seguinte, mais de 700 pessoas foram apresentar-se no Luacano, Terminei, logo após, aquela comissão de serviço. Em 1969, no decurso de uma outra operação, cujo objectivo era situado em área distinta, pude verificar o aumento populacional daquela vila.*
>
> *O movimento de guerrilha em causa nunca conseguiu instalar-se na vasta região entre o Luacano e os dois Países das fronteiras a Leste. (...)* "[123]

---

[122] (Sem autor), *O Exército na Guerra Subversiva*, Edição do Estado-Maior do Exército.

[123] In Entrevista do Major General Reynolds Mendes – ***Anexo J***.

Destes procedimentos, eivados de responsabilidade e bom-senso resultam as reacções colectivas que compensam no cumprimento de objectivos operacionais. Assim, muitas acções de combate se evitam e também a perda de algumas vidas[124], como salienta a seguinte observação:

> " *(...) Recuperámos, no decorrer da operação, 430 pessoas, que transportámos em duas colunas de viaturas, de dois diferentes locais, para o Luacano: uma população que ali se fixou, abandonando o nomadismo forçado em que vivia, e passou a confiar nos portugueses. Só no mês seguinte, mais de 700 pessoas foram apresentar-se no Luacano, Terminei, logo após, aquela comissão de serviço. Em 1969, no decurso de uma outra operação, cujo objectivo era situado em área distinta, pude verificar o aumento populacional daquela vila. (...)* "[125]

Naturalmente era nas acções preparadas e executadas com o rigor (da formação nos "Comandos") e o bom senso (personalidade e características do líder) que poderia resultar a vantagem para o evoluir de outro tipo de relacionamento com a população indígena. Por vezes, uma atitude brusca e impensada poderia prejudicar todas as campanhas organizadas e levadas com persistência ao longo de vários anos.

Neste âmbito, os portugueses entenderam, com a experiência no terreno, que havia que contrariar a "máxima" de Mao Tsé-Tung, segundo a qual *o guerrilheiro deve estar para as populações como o peixe para a água…* Assim,

> " *(...) Como as populações africanas vivem em pequenos núcleos familiares ou tribais dispersos por grandes superfícies, a primeira medida para isolar os guerrilheiros é a reunião das populações em aldeamentos, para facilitar o seu controlo.*
>
> *A política de aldeamento que as forças portuguesas praticaram em Angola, Guiné e Moçambique foi idêntica à que os franceses utilizaram na Argélia e os americanos no Vietname, embora adaptada às condições de cada território e povo. (...)* "[126]

Este controlo e aproximação manifestava-se através de condições de auxílio, especialmente, ajuda médica e medicamentosa, vestuário e escolarização dos jovens.

---

[124] Ver a Condecoração do Capitão José Alberto Reynolds Mendes – ***Anexos ZZ***.

[125] In Entrevista do Major General Reynolds Mendes – ***Anexo J***.

[126] Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Guerra Colonial*, Notícias Editorial, 1ª Edição, Lisboa, 2000, p 242.

3.2 – Os problemas psíquicos: os "cacimbados"

Este termo é proveniente de uma estação peculiar do clima de Angola. O "cacimbo" caracteriza-se por uma densidade excessiva de humidade e de nevoeiros frequentes que predominam nas florestas angolanas, em especial nas zonas de montanha mas também nas planícies. Estas particularidades associadas ao estado de espírito, misto de isolamento/saudade/tédio, em períodos e regiões onde a guerra não é tão intensa, provocam um irrequietismo ou uma persistente apatia que descontrola emocionalmente os efectivos militares com prolongada presença no "mato". Essa intensidade e apatia podem evoluir desfavoravelmente no regresso à Pátria ou desaparecer gradualmente, conforme os anos passam, deixando, no entanto, alguns resquícios, visíveis pelos tiques nervosos ou pelo gesto repetido em determinados períodos do dia.

Será curioso referir algumas confissões que vieram publicadas recentemente:

> " *(...) Deste universo de um milhão de homens que foi à guerra num outro continente existe um denominador demasiado comum: a sua experiência em África foi silenciada no regresso. São poucos os militares que contaram o que sofreram/fizeram na guerra aos filhos e, na maior parte deles, só a mulher partilhou de algum conhecimento. Mais estranho é que o relato ultrapassou uma geração e só os netos tiveram o direito a escutar o que o avô sofreu/fez durante a comissão em Angola, Moçambique ou Guiné. (...)* "[127]

Esta atitude defensiva terá de ser entendida e analisada na diversidade das condicionantes vividas pelos protagonistas nos diferentes palcos de guerra, onde a própria ociosidade, em alternativa ao combate permanente ou frequente, poderia manifestar-se dramática:

> "*A passagem por África alterou o perfil psicológico de todos aqueles que por lá passaram ainda que não tenham participado directamente em combates. A vida diária em quartéis sem condições de habitabilidade, a droga, o sexo, o álcool, o jogo, a saudade e a incerteza quanto ao regresso, alteraram comportamentos de muitos, de tal forma, que se dizia que estavam "cacimbados" (chanfrados).*"[128]

---

[127] In *Diário de Notícias -Gente*, Lisboa, Sábado, 12 de Março de 2011, p 4.

[128] In Entrevista de Manuel João Rosa – ***Anexo M***.

Esta situação agravava-se quando o combatente era sujeito, com regularidade ou em permanência, a ataques de artilharia pesada ou de "bazuca", normalmente nocturnos, ao seu aquartelamento. Havia zonas no norte de Angola, na Zambézia (Norte de Moçambique) e, praticamente, em todo o território da Guiné, em que estes acontecimentos faziam parte da rotina. Nalgumas situações, essa rotina prolongava-se por dois longos anos, dando origem a casos, lamentavelmente, irreversíveis, de pura loucura.

> " *(...) O inimigo que, de início, se apresentava em bandos sem organização e mal armado, mas evoluíra rapidamente, adquirindo uma táctica apreciável, sendo já possuidor de armas de repetição e algumas automáticas, que utilizava com alguma eficiência (...) Considerava-se que dispunha de uma rede de informações bem montada, sabia preparar emboscadas, organizar o terreno e levar a efeito acções de flagelação. (...)* "[129]

Com efeito, os armamentos e a preparação militar dos guerrilheiros sofreu uma evolução que foi notória nalgumas áreas territoriais, em especial, na quase totalidade do território da Guiné e no norte de Moçambique.

[129] General Manuel Freire Themudo Barata, e outros, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974),* Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 6º Volume, Aspectos da Actividade Operacional, Tomo I – Livro 1, 1ª Edição, Lisboa, 1998, p 359.

4. VIVÊNCIAS NOS TERRITÓRIOS DE INDEPENDÊNCIA RECENTE

As condições de vida em Angola e Moçambique, dizem os que lá viveram, eram excelentes e, por isso, optaram por lá se radicarem, em alternativa à conjuntura socio-económica pouco promissora, no continente e nas lhas adjacentes onde não havia muita oferta de trabalho e os ordenados eram pouco atractivos. Como justificação, Gualberto Teixeira disse que na década de 60, o vencimento de um professor era de mil e duzentos escudos e que ele, ao iniciar-se como aspirante administrativo, ganhou logo três mil e duzentos escudos. No início da década de 70, 1 kg de carne bovina custava em Moçambique 9$00 e 1 kg de gambas (e fez o gesto com cerca de 15 cm, hoje chamamos lagostins) era 12$50 e uma lata com mais de 20 kg de amêijoas andava pelos 20$00. O Distrito da Zambézia, a Norte de Moçambique, onde Gualberto Teixeira já exercia funções de 2º Oficial dos Quadros Administrativos do Estado português, era muito fértil, por isso, 4 abacaxis pesavam cerca de 28 kg e as mangas à beira da estrada pejavam nas faixas de rodagem.

Também na província de Angola o bem-estar era partilhado, segundo a opinião de alguns negros que foram serviçais de patrão branco. O que faltava era a liberdade e os portugueses é que mandavam.[130]

> "- *Menino, no tempo do branco isto não era assim…Depois, sorria. Eu mesmo queria entender aquele sorriso. Tinha ouvido histórias incríveis de maus tratos, de más condições de vida, pagamentos injustos, e tudo o mais. Mas o camarada António gostava dessa frase dele a favor dos portugueses, e sorria assim tipo mistério.*
>
> *- António, tu trabalhavas para um português?*
>
> *- Sim… – Sorria – Era um senhor director, bom chefe, me tratava bem mesmo…*"[131]

---

[130] "- *Não, tia, aqui não se pode. Esta praia tão verzul é dos soviéticos. - Dos soviéticos?! Esta praia é dos angolanos! – Sim, não foi isso que eu quis dizer… É que só os soviéticos é que podem tomar banho nessa praia. Vês aqueles militares ali nas pontas? (...) – Eles estão a guardar a praia enquanto outros soviéticos estão lá a tomar banho. Não vale a pena ir lá que eles são muito mal dispostos. (...)* " Na contra capa de: Ondjaki, *Bom dia camaradas* (romance), 3ª Edição, Editorial Caminho, Lisboa, Julho de 2008, p 66.

[131] Ondjaki, *Bom dia camaradas* (romance), 3ª Edição, Editorial Caminho, Lisboa, Julho de 2008, p 13.

Este episódio, presente numa história de ficção, "corresponde" à realidade de muitas situações autênticas, tal como os entrevistados, por saudosismo das excelentes condições que viveram, tendem a valorizar aquelas experiências extraordinárias.

Em Moçambique, contou-nos Gualberto Teixeira, as cheias sempre foram uma preocupação. O Governador-Geral, através dos Secretários Provinciais e Governadores de Distrito providenciavam o armazenamento, reservando para o ano seguinte uma parte da produção local de milho, feijão e mandioca. Quando aconteciam as inundações cada Distrito tinha a situação controlada e estavam preparados para superar as dificuldades.

Parte deste sucesso dependia da divisão administrativa[132] e da hierarquia, sendo o Governador-Geral assessorado por um Secretário-Geral e vários Secretários Provinciais. Depois, os Concelhos dividiam-se em duas tipologias (número superior a 10.000 e outros com mais de 5.000 eleitores) que, por sua vez, se subdividiam em Circunscrições Administrativas, cada qual com o seu Chefe de Posto. A partir de 1963, quando Adriano Moreira passou a ser o Ministro do Ultramar, houve melhorias significativas e, através do Diploma Legislativo n.º 1595, o cargo de Chefe de Posto passou a ser dado preferencialmente a um negro natural desse Distrito.[133]

4.1 – A vida social e o papel dos missionários da Igreja Católica

Na Guiné, a área da saúde era coordenada pela Repartição Provincial de Saúde e Assistência, sedeada em Bissau, e, em cada concelho ou circunscrição, foram criadas delegações. Em 1962, esta província tinha um hospital central em Bissau, três regionais (Bolama, Bafatá e Teixeira Pinto) e cinquenta postos sanitários (em 1970, já tinha 57).

A assistência médica às populações do interior melhorou na década de 1960, com a presença dos militares das companhias em campanha.

---

[132] Veja-se ***Anexo B*** - Decreto nº 44.241, in *Diário do Governo, I Série*, n.º 61, de 19 de Março de 1962, pp 255 a 258. (o original – integral - continua até p 262)

[133] In Entrevista de Gualberto Teixeira – ***Anexo E***.

O Ensino ministrado na Guiné dividia-se em três tipos: Rudimentar, Primário[134], Secundário e Profissional. As escolas de ensino Corâmico eram muito frequentadas pelos naturais e havia muitas onde os adultos se aperfeiçoavam nesses ensinamentos.

Por iniciativa particular, foi criado em 1949 o Colégio-Liceu de Bissau que se tornou oficial em 1950[135], com os três ciclos habituais. Por sua vez, a Escola Técnica Elementar, existente em 1958, foi transformada em Escola Industrial no ano de 1959.

O Ensino Profissional, leccionado nas Escolas Industrial e Comercial, podia ser ministrado nas missões católicas, onde se davam também cursos de enfermagem, artes gráficas e outros.

No aspecto religioso, a Guiné foi separada da Diocese de Cabo Verde quando passou à categoria de Circunscrição Missionária pela Bula "Solenibus Conventionibus" de 4/9/1940. A 22/5/1955, foi elevada a Prefeitura Apostólica por decreto da Santa Sé. Os três Distritos Eclesiásticos ou Arciprestados, Bissau, Bolama e Comura, foram confiados, respectivamente, aos missionários franciscanos portugueses, aos missionários do Instituto das Missões Estrangeiras de Milão e aos padres franciscanos da Província de Veneza. Em todo o território existiam 13 missões católicas e uma evangélica.

Apesar dos maometanos permitirem aos filhos a frequência das escolas católicas, ao menor sinal de catequização retiravam-nos. Uma das explicações para a expansão do Islamismo nesta região é, sem dúvida, a proibição da poligamia na doutrina cristã[136].

---

[134] O Decreto nº 30.074 de 1939 reorganizou o Ensino Primário (em 4 classes) e o Acordo Missionário (1940), pelos quais o ensino destinado aos nativos foi confiado às Missões Católicas. O ensino rudimentar, criado para a alfabetização das populações, compreendia práticas, agrícolas, pecuária e oficinais, estava implantado nos principais centros populacionais.

[135] O Diploma Legislativo nº 1479 criou os estudos secundários que foram oficializados através da Portaria nº 13.124, de 10/4/1950.

[136] General Manuel Freire Themudo Barata, e outros *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 3º Volume, Dispositivo das Nossas Forças, Guiné, Lisboa, 1989, pp 29, 40 a 42.

4.1.1 – Em Moçambique

A presença de missionários portugueses (Jesuítas) em Moçambique data de 1560. Nessa época, em escassas 7 semanas, baptizaram 400 almas nas zonas de Inhambane e Tonga. Depois da episódica conversão do Rei Monomotapa e do seu cruel desfecho, os Jesuítas retiraram-se desanimados para Índia de onde só voltaram em 1607, quando fixaram a sua sede na ilha de Moçambique e pouco depois construíram igrejas em Luabo, Quelimane e Tete.

Outra acção meritória foi levada a cabo pelos missionários dominicanos que, tomando conta da missão da Zambézia criada pelos Jesuítas, desenvolveram inúmeras actividades, entre meados do século XVI até finais do século seguinte. Por esse motivo, o rei de Portugal entregou-lhes a defesa da região, quando lhes doou as terras de Cuama.

Foi, então, no final do século XVII, que o Papa Paulo V separou o território de Moçambique (onde constituiu uma "Prelazia Nulius") da Arquidiocese de Goa, através da Bula "Supereminenti Militantis Eclesiae"[137].

No século XVIII (em parte pela expulsão dos Jesuítas) houve um decréscimo de actividade missionária em Moçambique, mas em 1881, os Jesuítas, com a fundação de missões em Quelimane, Coloane, Milange, Boma, Angónia, Miruro, Zumbo, Cupango e Mongué e, dez anos depois, quando os Franciscanos se instalaram na Beira e expandiram a sua acção evangelizadora para o interior. É novamente em 1910, com a extinção das Ordens Religiosas em Portugal, que a obra missionária decresce. Novo incremento foi dado em 1940 com o Acordo Missionário. Foi criada a arquidiocese de Lourenço Marques e as dioceses da Beira e Quelimane, intensificando-se a actividade.

Complementarmente à sua acção evangelizadora, a Igreja Católica desempenhou um papel importante nos campos do ensino, assistência sanitária e de fomento, conforme se pode constatar no seguinte excerto:

> " *(...) A actividade missionária controlava:*
>
> *- inúmeras escolas missionárias de adaptação, elementares, complementares e profissionais, colégios liceais, e seminários missionários;*

[137] General Manuel Freire Themudo Barata, e outros, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974),* Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 4º Volume, Dispositivo das Nossas Forças, Moçambique, Lisboa, 1989, p 31.

Uma rede de assistência sanitária, constituída por maternidades, dispensários, hospitais, asilos e creches;

- dois jornais diários e um semanário;

- propriedades agrícolas."[138]

Quanto ao ensino, com livros e métodos adaptados às especificidades locais, obedecia ao plano nacional português. As escolas de adaptação eram frequentadas, durante três anos, pelos alunos que apresentavam dificuldades no conhecimento da língua portuguesa, sendo as normais de quatro classes. Aquelas estavam sob a alçada da Igreja Católica, eram subsidiadas pelo Estado e frequentadas por meio milhão de alunos. Neste âmbito, umas eram administradas pelo Estado e outras de iniciativa particular.

Neste sentido, veja-se a opinião da Irmã Teresa Ornelas:

" *(...) Estes alunos frequentavam o terceiro e quarto anos de escolaridade e com exame de admissão ao Liceu para os que dariam continuidade aos seus estudos. Aqui não havia distinção de raças nem de cor. Nas aulas, os alunos, estavam atentos e trabalhavam com extraordinário entusiasmo, particularmente os Moçambicanos. O seu objectivo era equipararem-se aos brancos na aquisição dos conhecimentos programados e outros. Gostavam de adquirir boas notas e ultrapassar os colegas Europeus. Este modo de agir foi muito positivo, pois uns e outros esforçavam-se por adquirirem bons resultados nas tarefas realizadas. (...)* "[139]

O ensino técnico-profissional era ministrado pelo Estado. As escolas industriais e comerciais localizavam-se nas principais capitais de distrito e noutras localidades onde se justificasse, havendo ainda as escolas de grau elementar. As escolas de artes e ofícios eram subsidiadas pelo Estado sendo umas de sua administração e outras a cargo das missões. O ensino técnico agrícola dividia-se por escolas de regentes agrícolas, práticas de agricultura e escolas elementares.

Na década de 1970, os liceus moçambicanos (oficiais e particulares) eram frequentados por cerca de 10.000 alunos. Funcionava, ainda, o ensino médio através do Instituto Industrial e Instituto Comercial de Lourenço Marques, e do Instituto Industrial

---

[138] Barata, General Manuel Freire Themudo, e outros, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974),* Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 4º Volume, Dispositivo das Nossas Forças, Moçambique, Lisboa, 1989, p 33.

[139] In Entrevista/Comentário da Irmã Teresa Ornelas – ***Anexo N***.

e Comercial da Beira. Nos serviços públicos (para crianças-problema) eram ainda dada formação nas áreas da topografia e enfermagem e para ajudantes de farmácia e parteiras.

Havia algumas Missões Protestantes e as Católicas, que mantinham também os seminários, escolas do Magistério Primário (feminino e masculino) e os particulares que ensinavam música, telegrafia e línguas estrangeiras. Em 1963, foram criados os Estudos Gerais Universitários que passou a Universidade de Lourenço Marques, em 1968[140].

Na Saúde, as autoridades portuguesas preocuparam-se, fundamentalmente, com doenças infecto-contagiosas, aplicando, por ano, mais de um milhão de vacinas contra a varíola. Criaram vários serviços e construíram hospitais para controlo dessas doenças.

> " *(...) Além dos serviços de saúde mencionados, dependentes do governo, existiam ainda:*
>
> *- os Serviços de Saúde Militar; a Saúde escolar, dependente da Direcção ods Serviços de Instrução; os Serviços de Saúde dos Caminhos de Ferro; os Serviços de Saúde das Câmaras Municipais; o Serviço Médico do Corpo de Polícia; o Serviço Médico fornecido pelas entidades patronais; o Serviço Médico dos Seguros e dos Sindicatos; o Serviço Médico e Sanitário das Missões Religiosas e os Serviços Médicos das Brigadas de Fomento.*"[141]

Quando Gualberto Teixeira deixou a Madeira (em 1961), um professor do Magistério Primário ganhava 1.200$00 (Mil e duzentos escudos) e, apesar de haver uma quebra de 40% na moeda moçambicana (também os angolares), a vida e os bens essenciais eram mais acessíveis. Em Moçambique, com um vencimento de 3.200$00, dava para viver muito bem.

Por isso, Gualberto Teixeira pediu um empréstimo em 1962 para aquisição da sua casa e em 1964 oficializou a compra. A casa era no Bairro Europeu, de classe média, na Matola, um dos concelhos da periferia de Lourenço Marques. Os pais chegaram a Lourenço Marques em Fevereiro de 1964 e foram para lá viver.

Para conseguir melhor emprego teve de estudar e depois concorreu para 2º Oficial, porque houve uma descentralização quando se iniciou a guerra em Angola. Foi,

---

[140] General Manuel Freire Themudo Barata, e outros, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974),* Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 4º Volume, Dispositivo das Nossas Forças, Moçambique, Lisboa, 1989, p 43.

[141] Idem, ibidem, p 44.

então, colocado como administrativo do Governo Distrital da Zambézia (Norte de Moçambique).[142]

Depois, foi necessário cumprir o serviço militar. Foi colocado junto à fronteira, no Norte de Moçambique, numa zona perigosa. Teve, então, de recorrer à *cunha*, para ser colocado na capital, Lourenço Marques. Ultrapassado esse penoso e incontornável período, teve que reorganizar a sua vida, para o casamento:

> "*- A minha mulher começou a trabalhar em 1969, com 17 anos, no Banco Standard Totta, em Quelimane… Casámos lá a 19/4/1970. Para a festa de casamento paguei lagosta a 5$00 ao quilo. Em 1972, fiz um concurso para 1º Oficial (administrativo) mas não quis arriscar ser colocado numa zona perigosa, provavelmente no meio do "mato", e, por isso, na terceira prova fiz por perder, porque assim ficava colocado em Lourenço Marques. O meu filho nasceu a 7/3/1972 e, nessa altura, eu aumentei a minha casa, construí a garagem e um "Barbecue"… A minha filha nasceu a 13/2/1974… Quando se deu o 25 de Abril eu continuei a acreditar plenamente num futuro risonho em Moçambique…O meu pai, nessa época, aconselhou-me a trocar o dinheiro disponível por Rands e a transferir para um banco na Madeira… Eu não quis seguir o seu conselho…infelizmente, ele tinha razão (…)* "[143]

Para corroborar o que se viveu nessa época, reproduzimos o testemunho da única religiosa que se predispôs a contar um pouco da sua experiência:

> " *(…) Houve mortes e muitos feridos. Ouvia-se através dos altifalantes os pedidos de socorro vindos do Hospital, Miguel Bombarda. Muitos voluntários disponibilizaram-se a fim de prestarem, gratuitamente, serviços em benefícios das vítimas.*
>
> *Foi também impressionante a avalanche de Portugueses que se puseram em fuga para a África do Sul, devido ao terror desencadeado na cidade e arredores.*
>
> *Outro acontecimento trágico foi a entrada do General Samora Machel na capital. Este, por razões desconhecidas, chegou mesmo a assassinar o missionário que o catequizou, facto este que impressionou fortemente o seu pai. (…)* "[144]

---

[142] In Entrevista de Gualberto Teixeira – ***Anexo E***.

[143] Idem, ibidem.

[144] In Entrevista/Comentário da Irmã Teresa Ornelas – ***Anexo N***.

Com o descontrolo da situação pelos ânimos exaltados, era difícil a permanência de europeus no território, em especial os portugueses por serem considerados "colonialistas":

> " *(...) É de salientar que os portugueses não negavam a Independência aos Moçambicanos. Discordavam, sim, com a precipitação e falta de bom senso das autoridades peritas no assunto, uma vez que este povo não estava devidamente preparado para se tornar independente. Precisava de uma remota preparação levando-o a integrar-se nos devidos cargos políticos, lado a lado com os portugueses enquanto necessário. (...)* "[145]

Muitos relatos poderiam fazer parte deste testemunho mas, o que fica, ilustra as situações vividas, em ambiente de completos desespero e desorientação.

4.1.2 – Em Angola

A população escolar crescia anualmente em Angola e, em 1974, o ensino estava preparado para todos os níveis: infantil, primário, de adaptação, liceal, técnico-profissional, agro-pecuário, eclesiástico, artístico e superior. Nas zonas rurais havia um plano de ensino intensivo, ministrado por monitores com preparação específica para esse fim. Mas o plano era mais abrangente, como refere a seguinte afirmação:

> "*A nova Lei Orgânica do Ultramar, de 1963, pela Base LXXX impunha a manutenção em Angola e em todo o Ultramar de escolas primárias, complementares, médias e centros de investigação científica e criou o ensino superior. No ano de 1963-64, funcionava já em Angola uma universidade que ministrava cursos de engenharia, medicina, agronomia, silvicultura, veterinária e ciências pedagógicas.*
>
> *Eram 15 os museus e bibliotecas instalados em Angola. Seis destes encerravam espécies de grande valor. (...)* "[146]

---

[145] Idem, Ibidem.

[146] General Manuel Freire Themudo Barata, e outros, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974),* Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 2º Volume, Dispositivo das Nossas Forças, Angola, Lisboa, 1989, p 47.

A saúde, a higiene e a assistência sempre foram uma prioridade para as autoridades de Angola e, para isso, muito contribuiu o Congresso de Medicina Tropical que se realizou em Luanda, no ano de 1923. Fruto desses conhecimentos e política de saúde, foi reconhecido pela Organização Mundial de Saúde o sucesso na luta contra a varíola, doença do sono, a lepra e a redução da mortalidade infantil, na década de 1960 em Angola. Neste âmbito, e na sequência desta política e das medidas implementadas,

> "*Em 1965, contavam-se em Angola 81 delegacias de saúde, 4 subdelegacias e 207 postos sanitários. Os estabelecimentos hospitalares eram os seguintes: 1 hospital central, 13 hospitais regionais, 62 hospitais particulares, 67 centros de saúde, 8 dispensários de puericultura, 6 dispensários anti-tuberculosos, 1 hospital de doenças mentais, 35 maternidades, 7 gafarias, 169 estabelecimentos de saúde com internamento e 254 estabelecimentos de saúde sem internamento. Complementava esta rede de saúde, um importante conjunto de laboratórios.*
>
> *Existiam 234 médicos e 577 enfermeiros e ajudantes, cuja acção era substancialmente reforçada com os serviços de saúde militares, em especial, fora dos centros populacionais.*"[147]

Antes de 1940, havia a diocese de Angola e a do Congo. A partir desse ano, com o Acordo Missionário, criou-se a Arquidiocese de Luanda e dioceses em Nova Lisboa e Silva Porto e depois, mais quatro, em Sá da Bandeira (1956), Malange (1956), Luso (1963) e a de Carmona e S. Salvador (1967).

Nestas dioceses, havia, no início da década de 1970, 555 missionários, 173 irmãos missionários e 734 religiosas para uma população de 5.500.000 onde cerca de 2.520.000 eram católicos. Angola era, aliás, o território mais evangelizado de África, estando à frente nas vocações (96 padres nativos) e fiéis, incluía os distritos de Huambo e Benguela, com 900.000 católicos (61%) e 68 missões.

Outros dados podem ilustrar a aceitação do catolicismo na província ultramarina de Angola: Arquidiocese de Luanda, englobava os distritos de Luanda, Cabinda, Quanza Norte e Quanza Sul, com uma população aproximada de 1.300.000 habitantes, cerca de 688.000 eram católicos (52,9%) existiam 41 paróquias ou missões; Diocese de Silva Porto, Distritos do Bié e Cuando-Cubango, com 600.000 habitantes, 243.743

---

[147] General Manuel Freire Themudo Barata, e outros, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974),* Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 2º Volume, Dispositivo das Nossas Forças, Angola, Lisboa, 1989, p 47.

católicos (40,6%), tinha 27 missões; Diocese de Sá da Bandeira (distritos de Huíla e Mossamedes) com 725.000 habitantes, 330.722 católicos (45,6%), 37 missões; Diocese de Malange (distritos de Malange e Lunda) 771.132 habitantes, 142.321 católicos (18,5%), 18 missões; Diocese do Luso (distrito de Moxico) 176.654 habitantes, 22.347 católicos (12,7%), 12 missões; Diocese de Carmona e S. Salvador (distritos do Zaire, Uíge) com 405.000 habitantes, 91.545 católicos (22,6%), 11 Missões.

Caso não muito divulgado ou, pelo menos pouco conhecido, era a presença significativa de missões protestantes, conforme sugere o General Themudo Barata:

> " *(...) Portugal facilitou sempre o estabelecimento de missões evangélicas que não mantinham relações oficiais com o Estado. Estudos efectuados no Quartel-General da Região Militar de Angola referem a correlação íntima entre o protestantismo e a sublevação.*"[148]

É de estranhar que a acção de vigilância da PIDE não tivesse sido capaz de identificar antecipadamente os seus objectivos ou relacionar as intenções desses agentes religiosos com os graves acontecimentos do norte de Angola.

> "*Na manhã de 15 de Março, exactamente no dia em que, após cerca de um mês de discussão, era notada na ONU a proposta apresentada pela Libéria, chegaram ao Comando Militar de Angola notícias de chacinas de europeus e nativos nas regiões de Buela, Luvaca, Cuimba, Madimba, Nambuangongo e Quitexe.*
>
> *O que se passou foi um horror impressionante.*
>
> *Nas povoações, de manhã cedo, numerosos nativos esperavam, como era usual, que as casa comerciais abrissem as suas portas e, logo que elas abriram, entraram e atacaram homens mulheres e crianças, utilizando as catanas que traziam escondidas.*
>
> *O mesmo sucedeu nas fazendas, durante a formatura habitual da manhã em que, como sempre, os trabalhadores nativos se apresentavam aos capatazes brancos, mestiços ou de cor. Também a um sinal, assassinaram os proprietários e outros brancos, bem como os nativos fiéis. (...)*
>
> *Esquartejaram homens e crianças, mesmo recém-nascidos, arrancaram bebés dos ventres das próprias mães e violentaram mulheres e raparigas, abandonando-as retalhadas de golpes, com os seios cortados e as cabeças decepadas. (...)* "[149]

---

[148] General Manuel Freire Themudo Barata, e outros, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974),* Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 2º Volume, Dispositivo das Nossas Forças, Angola, Lisboa, 1989, p 33.

Mas não são unicamente as mortes, que constam de notícias, a lamentar. Com o deflagrar do conflito, às vítimas dos massacres, há que juntar os resultados nefastos para as empresas portuguesas, no ano económico de 1961, pois

> "*Ao abrigo constante de grandes dificuldades decorreu o exercício de 1961, que em anormalidade terrível tantas vítimas causou. Contrista-nos os benefícios materiais perdidos, e vulto tiveram, mas deles nos alheamos sem recordação, na esperança de que a Portugal será feita a justiça a que incontestavelmente tem direito, já felizmente em princípio clareada à luz da publicidade mundial, quanto aos desenvolvimentos económico, social e cultural, hoje caminhando aceleradamente para atingir em breve a finalidade do bem comum sem distinção de cores.*"[150]

Mas em Luanda, cinco semanas antes, já tinha havido problemas graves, sobretudo provocados pelo inesperado da situação:

> " *(...) Pelas 02H30 do dia 4 de Fevereiro, três grupos de cerca de 60 elementos cada um, armados de catanas e de uma ou outra pistola, atacaram quase simultaneamente e de surpresa a Esquadra da Polícia de Segurança Pública Móvel, a Cadeia e a Administração de S. Paulo e a Casa de Reclusão e a Casa de Reclusão. Quando o 3º destes grupos se dirigia para o assalto à Casa de Reclusão caiu inesperadamente sobre uma patrulha de PSP Móvel, que encontrou a socorrer um indivíduo prostrado no solo, matando todos os seus elementos e destruindo o carro patrulha. (...)*
>
> *Os grupos de assaltantes eram constituídos, na sua maioria, por jovens muitos deles naturais de Catete. Apresentavam-se drogados, vestindo unicamente calções e de tronco nu, engordurado, impossibilitando a luta corpo a corpo. Pareciam enlouquecidos e gritavam "mata, mata, Angola é nossa. (...)* "[151]

---

[149] General Manuel Freire Themudo Barata, e outros, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974),* Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 6º Volume, Aspectos da Actividade Operacional, Tomo I, Angola – Livro 1, 1ª Edição, Lisboa, 1989, p 173.

[150] Relatório e balanço do conselho de administração da Sociedade Angolana de Gases Comprimidos, SARL, Exercício de 1961, in *Diário do Governo, III Série,* nº 126, p 1785.

[151] Idem, Ibidem, p 155.

Pelas afirmações de um dos nossos entrevistados, aparentemente, nada fazia crer que alguma vez tivesse havido semelhantes desenvolvimentos, face ao relacionamento pacífico e às vivências entre colonos e colonizados.

Em Luanda, Luís Alberto Gonçalves frequentou a Instrução Primária sempre na companhia de colegas brancos e negros. Segundo os seus relatos, no Liceu havia mais brancos do que negros a estudar, mas o relacionamento era bom. Mesmo nas brincadeiras, nos convívios (bailes, festas e desporto), de periodicidade semanal, participavam todos, indistintamente. Na sua opinião, as rivalidades nasciam das disputas entre escolas nas modalidades de futebol, andebol e hóquei-em-patins. Invariavelmente os jogos acabavam "à porrada". As contendas entre bairros eram muito frequentes. Com recurso a fisgas, espingardas de ar comprimido, à pedrada, esses ajustes de contas acabavam sempre com um significativo número de guerreiros recorrendo ao hospital. Qualquer grupo era misto: brancos/negros.

Contudo, acaba por dizer que as oportunidades não eram as mesmas. Os melhores empregos eram para a população branca. Mesmo assim muitos dos mais destacados líderes dos movimentos de emancipação tinham curso universitário, a maior parte tirados em Portugal e, coincidência, na área social (Sociologia, Psicologia).[152]

O mesmo se passava fora das cidades, em localidades onde se desenvolvia a agricultura como numa grande exploração de cana-de-açúcar, pois nessas regiões

> " *(...) - Os alunos eram todos negros e as turmas eram grandes, mas todos tinham interesse em aprender.*"[153]

Através destes relatos, são evidentes a organização e o bem-estar que existiam nos vários sectores de actividade em Angola, tanto nas urbes como nas regiões agrícolas. Estes factos deixaram, nos que lá viveram, os eternos e saudosos laços ao continente africano.

---

[152] In Entrevista de Gualberto Teixeira – ***Anexo E***

[153] In Entrevista de Martinha Freitas – ***Anexo G***.

4.2 – O regresso

Qualquer ideia de regresso é sempre motivadora. Neste caso, os portugueses residentes, estabelecidos nas províncias africanas, estavam perante uma experiência nova. Era um regresso forçado, perante uma adversidade que se repartia entre o desejo de ficar e a possibilidade de partir, porque a sua vida perigava e o futuro ali era incerto. Para trás deixavam os seus bens arrecadados ao longo de anos de trabalho e a saudade de uma vida planificada e de bem-estar. No entanto, as alterações políticas em Lisboa também abriram novas perspectivas e ilusões.

4.2.1 – A alegria com a notícia da Revolução no "puto" e o desencanto

Segundo as próprias palavras, Luís Gonçalves só adquiriu maior consciência cívica e política quando foi mobilizado e prestou serviço no exército português, entre 1966-1969. Por essa altura pensou que era possível um regime político específico para Angola e até se falava, em certos sectores socio-políticos, que a capital portuguesa passaria para Luanda.

Quando rebentou a Revolução, a 25 de Abril de 1974, o entusiasmo foi enorme. Luís Gonçalves festejou alegremente com os colegas na empresa cervejeira onde trabalhava. Recorda-se, no entanto, do comentário feito naquele dia pelo Director de Pessoal da Nocal (Nova Empresa de Cervejas de Angola): "*O tempo o dirá, se será bom ou não*". A resposta teve-a pouco depois. O pai tinha-lhe preparado uma casa num bairro social bem localizado, mas, já casado e com uma filha, manteve-se no apartamento que alugara quando casou. Os tiroteios começaram e eram muito frequentes, tanto de dia como de noite. Quando isso acontecia, deitavam-se por baixo das camas para não apanharem com algumas balas de ricochete. Numa das passagens rápidas pela cidade de Luanda verificou que a casa preparada pelo pai como oferta, estava cravejada de balas.[154]

[154] In Entrevista de Gualberto Teixeira – ***Anexo E***

4.2.2 – A confusão e as dúvidas

A ideia de uma Angola promissora depois da independência dissipou-se. Tinha ainda o exemplo, bem presente, do que acontecera no Congo Belga. As cenas relatadas pelos refugiados que chegaram a Luanda nessa altura, não lhe saíram da cabeça e:

> "*A independência do Zaire em 1960 foi logo seguida pela dos quatro territórios leste-africanos do Tanganica (1961), Uganda (1962), Quénia (1963) e Zanzibar (1963).*"[155]

Em Outubro de 1974 tinha ainda uma semana de férias para tirar e meteu-se num avião para auscultar as condições de trabalho que a Madeira tinha para lhes oferecer. Os seus conhecimentos na empresa cervejeira e a sua função de chefe do sector de importação de matérias-primas levaram-no à Rua Câmara Pestana.

> " *(...) - Em Outubro de 74, eu tinha ainda oito dias de férias e vim à Madeira para ver quais eram as hipóteses. Como trabalhava na Nocal (Nova Empresa de Cervejas de Angola), onde era chefe da secção de matérias-primas, dirigi-me à Empresa de Cervejas da Madeira que estava em franca expansão. Disseram-me logo que um indivíduo com os meus conhecimentos e experiência tinha lugar garantido. Por isso, voltei a Luanda com essa certeza de emprego na Madeira. (...)* "[156]

As expectativas não podiam ter sido melhores com a promessa de emprego garantido, parecia fácil. Depois desse curto período de férias, entusiasmado com as perspectivas recolhidas nos contactos estabelecidos no Funchal, Luís Gonçalves voltou para Luanda, convencido da sua fácil integração na sociedade funchalense.

> " *(...) Chegámos ao Funchal no dia do meu aniversário, 31/3/1975. Tinha 31 anos de idade. A minha mãe, que foi professora do Magistério Primário e morreu em Luanda, tinha uma irmã que ficara na Madeira e trabalhava na Previdência Social. A casa onde vivia era dos meus avós maternos, no Livramento e fomos viver para lá. Mas era uma casa pequena e sem condições e quando chegaram os meus cunhados e um dos meus irmãos, ficámos lá (...)* "[157]

---

[155] Roland Oliver e J. D. Fage, *Breve História de África*, Livraria Sá Costa Editora, Lisboa, 1980, p 301.
[156] In Entrevista de Gualberto Teixeira – ***Anexo E***.
[157] In Entrevista de Luís A. G. Gonçalves – ***Anexo F***.

4.3 – As fugas precipitadas

As primeiras reacções às notícias sobre a *Revolução dos Cravos* no "Puto" foram díspares. Alguns acreditaram na possibilidade de se desenvolver um regime democrático onde o princípio multiracial fosse compreendido e aceite, principalmente em Angola e em Moçambique. Mas cedo se verificou que era uma miragem. Mesmo assim, alguns quiseram permanecer e esperar pelos desfechos. Depois já foi tarde e vieram as desilusões o desalento e o terror, quando verificaram que deveriam fugir, porque corriam perigo de vida. Partiram com os poucos bens pessoais que conseguiram arrumar, algum dinheiro que tinham em casa e arrancaram nas suas viaturas rumo ao sul ou, os que se tinham precavido e aqueles que conseguiram à última da hora viagens aéreas ou de barco, regressaram à Europa. Houve, no entanto, casos excepcionais como a opção de Luís Gonçalves. Por estar ciente da gravidade da situação, escolheu o caminho mais seguro. Por isso, e como refere na entrevista:

> " *(...) - Antes de partir, atulhei o meu Toyota, que tu conheceste, com várias coisas e despachei-o por via marítima. O meu irmão que lá ficou mais alguns meses, pagou a vários militares madeirenses que tinham pouca bagagem e mandou uns oito caixotes de madeira, mas dois desapareceram depois de chegarem ao BII-19, no Funchal.*" [158]

4.3.1 – De Moçambique

A 9 de Setembro de 1974, através da Rádio Clube de Moçambique, foi dada a senha para o início do ataque da população negra: *Galo, Galo* … (Gualberto Teixeira já não se lembra o resto da frase). O que ele viu nas ruas de Lourenço Marques jamais esqueceu. Depois, ouviu contar que alguns apareceram no Hospital de Lourenço Marques para serem tratados. Quando fizeram tratamento verificaram que os brancos pintaram o rosto para não serem identificados. E os acontecimentos precipitavam-se:

> " *(...) Enquanto a guerra permanecia no Norte da Província, no Sul reinava a paz e a tranquilidade, embora, aparentemente, pois passado algum tempo a guerra rebentou também na*

[158] Idem, ibidem.

capital. Muitas pessoas de várias classes sociais mostravam-se profundamente revoltadas com a situação. (...) ,,[159]

Temendo o pior para a sua família, Gualberto Teixeira só teve tempo de pegar nalgumas recordações (como o álbum de casamento, o ouro dos miúdos, o pouco dinheiro que tinha em casa) e fugir. Devido ao estado de saúde da filha, o passaporte familiar estava preparado para irem à África do Sul e, segundo crê, foi isso que os salvou. Valeu-lhe na ocasião a coragem de um Furriel que, com um grupo de cinco soldados portugueses, lhes deu escolta até à Escola de Aplicação Militar, na periferia da capital moçambicana. Era até lá que se apresentava o perigo maior, pois havia muitos postos de controlo da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), nos 30 km de estrada para Sul até Boane. Daí até à fronteira com a África do Sul eram cerca de 70 km em estrada estreita, mas asfaltada.[160]

Na África do Sul, durante seis meses, conseguiu trabalhar numa fábrica, mas a chegada do irmão mais novo, para o qual não havia renovação de contrato para outro semestre, fez com que decidissem ambos regressar à Madeira com os familiares. A conjuntura assim o aconselhava e verificaram, depois, que a decisão fora acertada.

4.3.2 – De Angola

O regresso de Gonçalves à sua terra natal, donde saíra com seis anos de idade, não foi precipitado. Contrariamente às decisões de muitos que ficaram para verificar a possibilidade de paz no novo país, ele não se deixou iludir. Apanhou o avião com a família ainda num período calmo em Luanda, no final de Março de 1975. O irmão mais novo, um dos que acreditou e esperou para ver, despachou-lhe o grosso da bagagem. Foram sete ou oito caixotes que "negociou" com desmobilizados do exército que regressavam à terra com pouca bagagem. Mesmo assim, dois desses caixotes levaram descaminho, pois desapareceram do parque do BII-19, aquartelamento junto ao Pico de S. Martinho, no Funchal, onde os militares levantavam a bagagem que viera por via marítima. Como já foi relatado, o seu carro, um Toyota de cor vermelha com tejadilho

[159] In Entrevista/Comentário da Irmã Teresa Ornelas – ***Anexo N***.

[160] In Entrevista de Gualberto Teixeira – ***Anexo E***.

de napa preta, veio atestado de artigos pessoais e outros objectos. Tudo isso chegou bem, pois nada fora roubado.[161]

Tinha, assim, alguns parcos haveres que sustentaram os primeiros tempos de vida no Funchal. Para conseguir uma ocupação que lhe trouxesse a estabilidade financeira pretendida, havia que vasculhar diariamente nos jornais funchalenses nas diversas solicitações de emprego, algum que fosse compatível com a sua formação e conhecimentos. A hipótese da empresa cervejeira esbarrara na burocracia legislativa que fora emanada em período revolucionário, plena de intenso radicalismo ideológico. Com efeito era considerado crime, conforme refere o entrevistado:

> " *(...) O emprego que estava como certo, não foi possível porque o Governo português estava a nacionalizar tudo e como a Empresa de Cervejas da Madeira era importante, fora também… Nessa altura, qualquer situação, mesmo de admissão de pessoal, era considerado um acto de sabotagem económica e, por isso, não fui admitido (...).*[162]

Mas, após o inicial desânimo pela surpreendente notícia, deitaram mãos à obra e prepararam-se para as ofertas de trabalho que surgissem:

> " *(...) Eu e a minha mulher, ficámos atentos às notícias dos jornais e entretanto surgiu o concurso da Caixa Geral de Depósitos e também do Banco Português do Atlântico. Tivemos explicações de cálculo comercial e estudámos outras disciplinas de interesse. A pessoa que nos deu explicações nem nos cobrou qualquer importância, vendo a nossa situação. Depois entrei para a Caixa Geral de Depósitos e quando lá estava há uma semana chamaram-me do BPA. Alguém me aconselhou a continuar onde estava, porque era mais seguro, devido a ser um banco estatal. E foi a melhor opção, de facto. (...)* "[163]

Como se pode comprovar por este testemunho, foram várias as oportunidades de emprego que surgiram e puderam, assim, optar depois pela oportunidade que lhes pareceu melhor.

---

[161] In Entrevista de Luís A. G. Gonçalves – ***Anexo F***.

[162] Idem, ibidem.

[163] Idem, ibidem.

5. A INTEGRAÇÃO DOS RECÉM-CHEGADOS

5.1 – O I. A. R. N.

Desde o início se compreendeu que as cláusulas do denominado "*Acordo do Alvor*"[164] não iriam ser cumpridas. As análises posteriores foram sempre inconclusivas e polémicas (consoante as diferentes perspectivas dos analistas devido ao seu enquadramento político) e, dada a complexidade da situação naquela conjuntura política, muito haveria para dizer, mas não cabe no âmbito deste trabalho.

No preâmbulo do Decreto-Lei nº 169/75 de 31 de Março, lê-se:

> "*Considerando que alguns países do continente africano adoptaram recentemente medidas que tiveram como efeito a saída compulsiva, a muito curto prazo, dos europeus que ali se tinham radicado, entre os quais se encontravam muitos portugueses;*
>
> *Considerando que se afigura de prudente realismo encarar desde já as consequências que poderão advir do processo de descolonização em curso, designadamente o eventual afluxo a Portugal de indivíduos ou famílias que hoje residem ou trabalham em alguns territórios ultramarinos; (...)*
>
> *Artigo 1.º - É criado na Presidência do Conselho de Ministros o Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN), adiante designado por Instituto, que goza de personalidade jurídica. (...)* ".[165]

A reintegração de nacionais nos restantes territórios portugueses (Portugal continental e ilhas adjacentes) pode considerar-se um sucesso[166]. Obviamente, sabemos

---

[164] O processo de independência de Angola foi mais complexo. Só no dia 15/1/1975, no Alvor, se chegou a acordo. Foi marcada a independência para 11/11/1975 e o poder político foi entregue aos três movimentos de libertação: MPLA, FNLA, UNITA. A 5/8/1974 Portugal tinha reconhecido, na ONU, o direito à independência das suas colónias. A independência da Guiné foi reconhecida em Argel no dia 26/8/1974 e a de Moçambique em Lusaca, a 24/9/1974.

[165] In *Diário do Governo*, Decreto-Lei nº 169/75 de 31 de Março, Série I, nº 75, p 493.

[166] "*Visto o disposto no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 169/75, de 31 de Março; Sendo de esperar que, no ano em curso, o maior afluxo de cidadãos nacionais retornados ao nossos país provenha dos novos Estados de expressão portuguesa; Considerando que, deste modo, haverá manifesta conveniência em que a actividade do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN) se ajuste de perto à do Ministério da Coordenação Interterritorial; (...) Delego (...) a competência para a resolução dos*

que os traumas e as mazelas de qualquer ordem psíquica, ou outras, são irreparáveis, mas tudo se fez para minorar os efeitos do inevitável processo de descolonização.

Recordamo-nos que foram disponibilizados fundos específicos para os interessados em investir na indústria ou em empresas de garantida rendibilidade. Exemplo disso foi a empresa náutica criada em Machico, denominada Madeira Seafaris e outras, onde se gastou algum capital com a construção de infra-estruturas, como no Porto Santo. Esta, cujo objecto era a exploração de salinas, foi, obviamente, um fiasco. Os diplomas e outras iniciativas legislativas foram em número de cinquenta e o IARN, tendo cumprido o seu papel, foi extinto em 1981.[167]

5.2 – A "reinserção social" bem sucedida

Independentemente da legislação conhecida, nomeadamente o decreto 169/75, já referido, a verdade é que deveria ter havido ordem expressas (provavelmente, por via oral) para que os denominados *retornados* fossem preferencial e prioritariamente integrados nos lugares com oferta de trabalho mais garantido.

Neste caso particular, gostaríamos de deixar o nosso testemunho, nos próximos cinco períodos do texto, visto ter sido um episódio que nos marcou para a vida inteira.

Regressáramos de Luanda no dia 15 de Maio de 1975 e, na passagem por Lisboa, soubemos do concurso para admissão de pessoal administrativo na Caixa Geral de Depósitos. Prontamente nos inscrevemos e com regozijo partimos no dia seguinte para a Madeira, com a natural possibilidade de integrarmos o quadro do pessoal de tão importante instituição financeira. Passaram-se meses e fomos saber dos resultados e da decisão tomada. Apesar de informa-los que casaria no ano seguinte, mesmo assim, disseram que a prioridade era para os "Retornados" e para quem fosse já casado. Assim, só foi possível entrar no concurso seguinte, no ano de 1978.[168]

---

assuntos que correm pelo Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN). " In - *Diário do Governo*, Despacho DG 98/75, Série I, nº 98, de 28 de Abril, p 624.

[167] " *(...) Com a publicação do Decreto-Lei n.º 350/79, de 30 de Agosto, procedeu-se à integração do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais no Ministério dos Assunto Sociais, como departamento governamental adequado a acolher, pelo seu perfil, as acções que ainda permaneciam a seu cargo. (...)* " in Decreto-Lei n.º 97/81 de 2 de Maio, I Série, n.º 100, p 1022.

[168] Episódio vivido e relatado pelo autor do texto.

5.2.1 – As várias hipóteses de trabalho

Os nossos entrevistados tiveram uma "reinserção" mais rápida. Com efeito, Gualberto Teixeira, depois de ter a resposta e já integrado no quadro de pessoal da CGD, foi chamado para o Banco Português do Atlântico. A sua vaga foi dada ao seu irmão mais novo que também concorrera e, logo que foi possível, após o nascimento da sua segunda filha, a mulher foi admitida no mesmo Banco onde entrara o cunhado.[169]

Depois de algumas desilusões, uma porta abriu-se, de igual modo, para Luís Gonçalves. Quando teve conhecimento das inscrições para o concurso de admissão de pessoal na instituição financeira do Estado, a CGD, candidatou-se ele e a esposa. Decorria o mês de Maio do ano de 1975. Depois das inscrições, prepararam-se o melhor possível. Não perderiam a oportunidade. Ambos frequentaram aulas de cálculo comercial ministradas por um especialista na matéria. As lições foram gratuitas, pois o professor em causa percebeu das evidentes dificuldades financeiras do casal. Dada a conjuntura socio-económica era impossível entrarem ambos. Luís Alberto Gonçalves ingressou na Caixa Geral de Depósitos em Agosto de 1975.

Do concurso do BPA, onde tinha entregado currículo por essa época, teve ele a resposta uma semana depois de ser admitido na CGD. Tal como acontecera em Angola, na Madeira, também foi aconselhado por um amigo para optar pelo mais seguro.

O entrevistado recorda que em Luanda tivera duas possibilidades de emprego num curto espaço de tempo. Já tinha entrado na Nocal quando se proporcionou a possibilidade de trabalhar no Banco de Angola (Banco emissor para aquela província). Nessa altura tomou conselho com o seu amigo Cunha, que lá trabalhava. As hipóteses de singrar na carreira como bancário eram muito mais lentas. A opção foi acertada e assim foi. Na Nocal, ao fim de cinco anos, já era chefe do sector de importação de matérias-primas. Na empresa trabalhavam colegas do Luís Gonçalves que ele desconhecia pertencerem ao MPLA, porque apareceram mais tarde:

> " *(...) Depois, em Maio de 1974, o Lopo do Nascimento que era meu colega na Nocal, foi de licença "Graciosa" e nunca mais voltou. Após a Independência foi o Primeiro-Ministro de Angola, pelo MPLA. Eu tinha outros colegas que depois apareceram em cargos importantes,*

[169] Da entrevista a Gualberto Teixeira – ***Anexo E***.

como o Guilherme Espírito Santo Carvalho que foi Secretário do Desporto do mesmo governo. (...) "[170]

Na Madeira, como já estava empregado na CGD, alguém lhe chamou a atenção para a vantagem de ser um banco do Estado, com estatutos bem definidos. E a opção foi acertada novamente. Com efeito, em 1980, foi convidado para ser gerente de uma agência da zona Leste da Madeira. Dessa Agência, que abrira em 1978, passou para a gerência da Filial do Funchal. As primeiras amizades e um círculo de amigos que criou, ficou a dever-se às relações com interesses ligados a essa função, o que, por vezes, se baseava em intuitos submetidos a fins "interesseiros", onde a verdadeira amizade ficava para segundo plano - lamentou-se Gonçalves. Anos depois, chegou ao topo da carreira na RAM e, actualmente, goza a vida, numa situação de reforma.[171]

5.2.2 – A estabilidade

Gualberto Teixeira encontrou Luís Alberto Gonçalves na Caixa Geral de Depósitos, onde fez um percurso mais regular pois chegou a sub-gerente da filial do Funchal, balcão onde sempre prestou serviço. Depois de construir a sua casa em terreno do pai, nasceu-lhe mais uma filha e a sua vida actual é no gozo pleno da sua reforma. Tem uma vida estabilizada e aguarda, pacientemente, que a família aumente, através da terceira geração, com o nascimento do seu primeiro neto.[172]

Gonçalves conseguiu a estabilidade financeira com uma progressão de sucesso na carreira de bancário e a emocional, quando, por força das circunstâncias e das funções que desempenhava, foi conhecendo pessoas e cimentando amizades, umas vezes por interesses diversos, mas algumas sinceras e autênticas.

Como bancário, num curto espaço de tempo, conseguiu empréstimo para construção de uma casa cómoda, com espaço e desafogada, para a família.[173]

No entanto, durante os primeiros anos tiveram de se remediar com o que tinham.

---

[170] In Entrevista de Luís A. G. Gonçalves – ***Anexo F***.

[171] Idem, ibidem.

[172] Idem, ibidem.

[173] Idem, ibidem.

> " *(...) A minha mãe, que foi professora do Magistério Primário e morreu em Luanda, tinha uma irmã que ficara na Madeira e trabalhava na Previdência Social. A casa onde vivia era dos meus avós maternos, no Livramento e fomos viver para lá. Mas era uma casa pequena e sem condições e quando chegaram os meus cunhados e um dos meus irmãos, ficámos lá todos. Com a minha tia solteira éramos três casais com filhos, meu irmão tinha um, eu tinha uma filha e os meus cunhados (marido e mulher) tinham dois rapazes. Só mais tarde é que chegaram o meu pai e o meu irmão mais novo que ainda era solteiro. (...)*
>
> *Depois entrei para a Caixa Geral de Depósitos e quando lá estava há uma semana chamaram-me do BPA. Alguém me aconselhou a continuar onde estava, porque era mais seguro, devido a ser um banco estatal. E foi a melhor opção, de facto. Depois, nasceu mais uma filha, construí a minha casa com um empréstimo e o meu irmão também construiu outra, ao lado da minha. E cá estou eu a viver dos rendimentos, da minha reforma (...)* "[174]

Acreditamos que nem todos os regressos tenham tido este final feliz. Haveria que questionar novos entrevistados, cruzar dados, comparar outras situações. Será certamente, um trabalho a continuar, a completar e a divulgar.

Devemos pensar que o espírito humano é criativo e reage às adversidades. Aliás, aqueles que não encontraram colocação em Portugal optaram por outras experiências em países como África do Sul, Austrália, E. U. A. e até Venezuela, Brasil e Canadá. Afinal, o espírito de aventura e o risco estão entranhados na gesta portuguesa e os insulares, desde o século XIX (principalmente e até mais cedo), se lançaram na aventura da emigração.

[174] Idem, Ibidem.

6. ANÁLISE ÀS ENTREVISTAS

Curiosamente, mas com algum desalento, somos obrigados a assumir que quando idealizámos um questionário em conformidade com as boas normas para uma entrevista[175], deparámo-nos com dificuldades inesperadas. Para que houvesse uma maior receptividade ao tema e uma relativa confiança por parte dos entrevistados ao dar as respostas, redigimos um texto-resumo[176], precedendo o questionário. Fomos surpreendidos pelas reservas de alguns dos interpelados para as entrevistas. Com efeito, as reacções foram diversas das nossas pretensões. De alguma indignação nas respostas dadas (mal disfarçadamente) à pura negação de concederem as entrevistas, tivemos toda a espécie de reacções.

Ao invés, quando procedemos aos contactos através de uma conversa informal e, aparentemente, despretensiosa, o diálogo decorreu cordialmente e as respostas obtidas foram bastante esclarecedoras.

Concretamente, para o trabalho inicial (1.º semestre do mestrado) realizámos as entrevistas em esplanadas de cafés, numa conversa informal entre amigos. Preparámos, previamente, as perguntas que considerámos importantes, mas o essencial do diálogo, proporcionou-se naturalmente.

Assim verificamos que os três exemplos de narrativas de vida dos civis que viveram, durante a guerra colonial, em Angola (dois) e Moçambique (um) encontraram saídas satisfatórias para as dificuldades criadas pela descolonização. São todas vivências de madeirenses cujas famílias estão perfeitamente integradas na sociedade local.

Para a segunda fase (preparação da tese), optámos por recolher informação com as entrevistas mais bem preparadas, segundo as normas recolhidas em bibliografia específica, que nos foi indicada, como já ficou dito no início desta análise.

Quando nos deparámos com a complexidade de pormenores e terminologia peculiar (armamento, técnicas de combate, lugares recônditos de territórios com actividade beligerante) optámos por utilizar a Internet e receber as respostas pelo mesmo meio. As vantagens eram múltiplas, porque não havia incorrecções de qualquer

---

[175] Gauthier, Benoît (Sob a direcção de…), *Investigação social. Da problemática à colheita de dados*, 3ª Edição (prefacio de Moisés Espírito Santo) Loures, Lusociência, 2003, 550 páginas.

[176] Início do ***ANEXO – Q***.

espécie e os textos tinham a garantia da veracidade dos factos. Demos conta do que poderia ser grave, quando o Sr. Major General nos transmitiu a sua preocupação ao verificar as deturpações involuntárias, quando tomámos os apontamentos. Por outro lado, alguns dos entrevistados não residem no Funchal e as entrevistas só poderiam ser concretizadas, por esse meio de comunicação. Chamamos também à atenção, para o facto de os militares não relatarem os aspectos mais melindrosos, principalmente os milicianos, quando implicam violência, ou os de carreira militar que se escusam a dar informações que na época eram "classificadas" por princípios de segurança militar ou se refugiam na abstenção, quando não respondem a muitas das perguntas que formulámos.

Assinalamos, também, que o recurso à gravação não era confortável para o interlocutor e que os entrevistados manifestaram algumas reservas a esse recurso, especialmente os militares.

Neste âmbito, escolhemos três milicianos que integraram as tropas de elite, os "Comandos" (dois Alferes e um Furriel), que nos relataram interessantes episódios em perspectivas que não diferem muito dos testemunhos dos dois militares de carreira que pertenceram aos quadros do exército português.

Com a disponibilidade da irmã Teresa Ornelas recolhemos válidos testemunhos:

> " *(...) Apesar de todos os acontecimentos, bons e maus, estou convicta que as empresas e a nova geração de Portugueses terão todas as hipóteses de integração e poderão contribuir com êxito para o desenvolvimento de Moçambique. Creio mesmo que os Moçambicanos preferirão os Portugueses aos outros cooperantes estrangeiros, ou às empresas de outros países, uma vez que os portugueses também os ajudarão a crescer. (...)* "[177]

Ficámos desalentados por não termos conseguido convencer, após várias tentativas, mais missionários (elementos femininos e masculinos), cujos relatos e análises não só complementariam, como enriqueceriam o nosso estudo. Assim ficámos com a perspectiva possível, pois os testemunhos foram complementados pela recolha e publicação militar, editada no final do século XX.

Relendo as entrevistas, chegamos à conclusão que os militares, todos eles, convictos do seu espírito de missão e o dever de prestar um serviço à Pátria, partiram para a guerra com a expectativa, num misto de confiança na sorte e nas suas

[177] In Entrevista/Comentário da Irmã Teresa Ornelas – ***Anexo N***.

capacidades de militares bem preparados para a guerrilha, como não deixou de referir Daniel Silva:

> *" (...) Valeu-nos a nossa excelente preparação, o facto de não estarmos por muito tempo no mesmo sítio e o facto de fazermos muitas operações com largada por helicóptero fugindo assim ao flagelo das minas e emboscadas. A tropa "normal", de quadrícula, foi a carne para canhão daquela guerra. (...) "*[178]

Com este testemunho verificamos que todos tinham preparação de tropas de elite ("Comandos") e dois deles foram militares de carreira, um chegou a Major General (condecorado quando tinha o posto de capitão) e outro a oficial superior (Tenente-Coronel).

Não nos foi possível chegar a outros militares, da vulgar "tropa macaca"[179], mas sabemos que todos eles, mesmo os que foram contrariados, sentiram nas alturas mais solenes (quando tocava o hino) um arrepio na "espinha". Era, evidentemente, o patriotismo recalcado que vinha à flor da pele:

> *" (...) O juramento de Bandeira antes do 25 de Abril foi de morte. Estava na 1ª fila, a cerca de 15/20 metros das autoridades. O altifalante fez o juramento por nós. Os que estavam nas filas de trás chamavam às autoridades nomes como "filho da puta", "cabrão", "fascista", etc. Felizmente que o som do altifalante abafava os palavrões dos meus colegas. Este episódio confirma o grau de oposição dentro dos quartéis a nível de oficiais milicianos. "*[180]

O que causa repulsa ao ex-Alferes Miliciano Rosa, são os homens do sistema, os fascistas que se enfileiravam nos Juramentos de Bandeira ou na partida dos militares, quando embarcavam nos navios fretados à marinha mercante. Aí, o registo promovido e preparado pelo Movimento Nacional Feminino propiciava o choro e os gritos dos familiares que sofriam em cima do cais e ensopavam lenços brancos, enquanto se distanciava o navio.

---

[178] In Entrevista do ex-Alferes Miliciano, "Comando", Daniel Silva, ***ANEXO – H***.

[179] O autor desta dissertação pode testemunhar essa experiência porque esteve integrado num Batalhão formado no BC – 10, sedeado na cidade de Chaves.

[180] In Entrevista do ex-Alferes Miliciano, "Comando", Rosa, ***ANEXO – M***.

Das narrativas e experiências de combate muito ficou por contar porque, invariavelmente, não gostam de falar do assunto, como já havíamos referido, mesmo no seio familiar. Esta reserva foi salientada pelo Major General Reynolds Mendes:

> *" (...) - Quando ocorre e quanto baste. O respeito a admiração de minha mulher e dos meus filhos, e a certeza de dever cumprido, sem nunca ter deixado de, com oportunidade, transmitir aos meus Chefes os meus pontos de vista sobre questões de serviço, e de sempre ter cumprido, em seguida, as decisões de quem comandava, são bálsamos e dão-me tranquilidade, mais que bastante. (...) "*[181]

Outros, como o ex-Alferes Miliciano Daniel Silva, preferem recordar só os momentos bons. Este, durante as suas férias, regressou a Luanda e à sua bela baía. Nas pausas das acções de combate, deliciava-se nas magníficas águas da ilha de Moçambique. Para ele, o continente africano era um local aprazível e de eleição, provavelmente, um paraíso, como sugere esta recordação:

> *" (...) Só recordo os bons momentos de África: as paisagens, os animais, os fundos de coral da Ilha de Moçambique. (...) "*[182]

Os mais expansivos, durante as respectivas entrevistas, foram o Major General Reynolds Mendes e o Alferes Miliciano Manuel João Rosa que deram as perspectivas mais amplas. O primeiro, pelos seus conhecimentos no âmbito militar através das informações que recebeu durante os serviços de alta responsabilidade que desempenhou ao longo da sua carreira:

> *" (...) Em 1972-1973 estive, por convite, como Adjunto da Repartição de Operações do Quartel-General do Comando Chefe das Forças Armadas de Angola, ainda com o posto de Capitão. Tinha sob minha responsabilidade o acompanhamento da situação em diversas Zonas de Acção (ZA), e a missão de a reportar ao meu Chefe directo. As ZA eram: A Região Militar Leste (com decrescente actividade da guerrilha), Zona Militar Centro, Zona Militar Sul (onde*

[181] In Entrevista do Major General Reynolds Mendes, ***ANEXO J***.

[182] In Entrevista do ex-Alferes Miliciano, "Comando", Daniel Silva, ***ANEXO H.***

ocorreu, na altura, uma pequena agitação tribal, que foi sanada) e São Tomé e Príncipe. (...) „[183]

O segundo, pela franqueza e espontaneidade como afirmou as suas convicções e nos deu informações que, porventura, jamais conheceríamos, pois são fruto da sua experiência e perspectivas de vida. Esse tipo de informações nunca seriam escritas, se não fosse a oportunidade da sua entrevista, e porque não constam nos registos oficiais.

Quanto aos entrevistados civis, podemos concluir que o nível de vida, nos então denominados territórios ultramarinos, era muito superior às condições e vivências proporcionadas, quer no Continente ou nas Ilhas Adjacentes, porque os ordenados eram mais generosos e substanciais na medida em que rendiam mais, já que os géneros alimentícios, mais diversificados e baratos, eram também de boa qualidade e em quantidade.

Os relatos do regresso apressado, apesar dos inconvenientes e sofrimentos de vários teores porque passaram, não se notam traumas significativos[184], mas, à mistura, transparece a nostalgia de um continente que marca a qualquer que lá tenha vivido:

" (...) Luanda, naquela altura, era uma cidade de sonho. Uma marginal lindíssima, com coqueiros debruando o lado de terra da baía, do outro lado a ilha com as suas praias que conheci mais tarde. Uma baixa limpa e bem ordenada. Um ambiente exótico nos cheiros e nas cores. Os "sinaleiros" na sua farda colonial dirigindo o trânsito, as pessoas vestindo informalmente, (...) „[185]

De uma forma geral, às perguntas sobre as conjunturas nacional ou internacional da época, os entrevistados mostraram-se cabalmente informados, sendo capazes de discernir o inevitável da situação sobre a política externa portuguesa, nomeadamente, quanto às ajudas explícitas de muitos países europeus aos movimentos de libertação das três províncias portuguesas, aos discursos de oposição ouvidos na Assembleia Geral das Nações Unidas e à duplicidade das estratégias regionais combinadas entre as duas

[183] In Entrevista do Major General Reynolds Mendes, ***ANEXO – J***.

[184] Contudo, a contenção dos relatos a familiares e amigos parece sugerir o contrário.

[185] In Entrevista do ex-Alferes Miliciano, "Comando", Daniel Silva, ***ANEXO – H***.

super-potências: URSS e EUA[186]. Neste âmbito, notemos as referências às riquezas convenientemente inexploradas, por exemplo, em Angola, a que se refere o Major General Reynolds e à explicação do Alferes Miliciano Rosa sobre a incidência da guerrilha, nomeadamente, do MPLA no enclave de Cabinda, no último trecho da guerra:

> *" (...) - Por que razão as pesquisas sobre a existência de petróleo, em Angola, só foram positivas em Cabinda, e foram descobertas tantas jazidas depois da Independência? (...) "*[187]

Nunca é demais realçar, repito, as omissões ou recusa às respostas quando se tratava de assunto mais delicado ou polémico, não por ignorância sobre a temática mas por conveniente silenciar de uma evidência que não se enquadra nas perspectivas divergentes e das convicções próprias.

Por fim, uma fase sensível da vida portuguesa. Muitos dos portugueses espoliados dos bens que tinham adquirido com o seu trabalho, chegaram à Madeira sem recursos e cheios de incertezas. No entanto, todos os casos que tratámos foram exemplos de integração social, fruto da inserção no mercado de trabalho, neste caso, funchalense.

Neste âmbito, comprova-se que a legislação implementada pelos governantes nacionais e o instituto criado para esse efeito tiveram um papel meritório e nos casos apresentados, e que estudámos, essas medidas foram eficazes. Naturalmente, que se tratava de pessoas com habilitações e experiências profissionais que, na época, eram propícias para aqueles desempenhos. De notar, também, que todos os que tiveram experiência civil nas ex-colónias se empregaram na banca local, sector em ascensão e determinante no desenvolvimento económico de Portugal, naquela época.

Assim, depois das primeiras e emotivas publicações em torno desta(s) problemática(s), estamos a assistir a uma maior consciencialização sobre a necessidade de tratar este tema com racionalidade e desprendimento. Por isso, estamos confiantes que os futuros trabalhos valorizarão essas experiências tendo em conta a dignificação dos relatos e dos seus protagonistas, sejam entrevistados ou autores.

---

[186] Ler o Preâmbulo da entrevista do ex-Alferes Miliciano, "Comando", Daniel Silva, ***ANEXO - H***.

[187] In Entrevista do Major General Reynolds Mendes, ***ANEXO – J***.

7. ELABORAÇÃO DE CONTEÚDOS PARA O CD – ROM

Concluído o projecto de investigação da nossa dissertação de Mestrado, teremos como principal objectivo transmitir os dados recolhidos sobre a questão abordada de modo a contribuir para o conhecimento de um assunto delicado, mas actual.

Pretendemos, num futuro próximo, levar a cabo outras actividades, conforme referido no CD – ROM, destinadas ao público, em geral, e à população estudantil, em particular.

Do CD – ROM farão parte o presente trabalho e respectivos anexos e também:

- Estrutura de exposições e respectivos elementos iconográficos;
- Previsão de parceiros que possam colaborar e subsidiar alguns dos eventos, como palestras, colóquios e outros.

As actividades sugeridas, assentes nesta perspectiva dinâmica de encarar a História e as vivências com ela relacionadas, já estão a decorrer nas propostas que serão brevemente apresentadas à Secretaria Regional de Educação pelo Centro de Estudos de História do Atlântico, de cujo grupo de trabalho fazemos parte.

Uma das nossas tarefas no CEHA é executar e coordenar actividades no âmbito da História em geral, e da História Regional, em particular. Neste sentido, para além de ficarem disponíveis no CD, procuraremos concretizar as nossas propostas de aplicação nos espaços XXX do CEHA, abrindo, assim, a possibilidade de mostrar ao público em geral e aos docentes e discentes, em particular, estes dados da História recente.

Desta conjugação de interesses surgiu a ideia de desenvolver no âmbito do Mestrado em Gestão Cultural, leccionado na Universidade da Madeira, um projecto que pudesse ir ao encontro destas iniciativas.

Numa acção global e de complementaridade, foi elaborado um plano que abrange outras temáticas da História Regional. Esse projecto que, aliás, está implementado no site do CEHA, ficará disponível para consulta e utilização dos docentes e discentes das Escolas da R. A. M.

O que se pretende implementar é uma nova forma de encarar o ensino e a aprendizagem da História Regional, começando por facultar às escolas os meios necessários para uma maior divulgação.

É desta forma que o nosso projecto pode contribuir para melhores resultados no processo de ensino/aprendizagem, porque torna mais fácil o papel do professor não só por optar pelo conhecimento mais aprofundado sobre o tema pretendido, mas também recorrendo às propostas disponíveis na Internet ou no CD-ROM. Este projecto pode ser também aproveitado para implementar actividades, quer nas exposições sugeridas ou, fora da Escola, através da programação de visitas de estudo.

Assim, serão múltiplas as vantagens, através da:

- Maior compreensão para os temas regionais, sensibilizando o público para o papel desempenhado pelos contingentes de tropas madeirenses que participaram na Guerra Colonial e da acção dos missionários católicos junto das populações indígenas. Formar a consciência de que as populações insulares se sacrificaram e deram o seu contributo para o cumprimento dum "dever" contestado sendo, habitualmente, colocados os batalhões oriundos da Madeira em zonas denominadas "100% operacionais". Assim, na História da Guerra Colonial, compreender-se-ão as condições que levaram à opção (individual) de ser mobilizado e participar numa guerra, ao invés de apostar na incerteza de uma terra estranha (França, Venezuela, Brasil, África do Sul);

- Valorização das narrativas de vida: Experiências / Vivências / Memórias.

- Divulgação pela forma mais expressiva: uma exposição fotográfica e documental.

CONCLUSÃO:

Numa primeira fase, os europeus tentaram justificar a sua presença em África pelo "asselvajamento" dos autóctones, impondo a sua religião e a sua cultura. A necessidade da mão-de-obra escrava, entre os séculos XVI e meados do século XIX, levou a uma nova fase em que, pela abolição da escravatura em vários países da Europa, foi necessário implementar novos procedimentos. Mais uma vez, a premente necessidade de matérias-primas levou os europeus a usar as riquezas daquele continente. E não era só a extracção para alimentar o sector secundário, porque e como refere Gualberto Teixeira:

> *" (...) toda a gente trabalhava. No Limpopo, uma região muito fértil a Sul de Inhambane, havia tractores que cultivavam enormes extensões de terreno e produziam-se grandes quantidades de cebola, couve e batata. Os Sul-africanos chegavam a Lourenço Marques só para comprarem camarões e vinho português "Lagosta". Na Zambézia, a Norte, quatro abacaxis pesavam 28 kg e, à beira das estradas, os mangueiros existentes deixavam as faixas de rodagem cheias de mangas. (...) "*[188]

Foi após a II Guerra Mundial que, segundo alguns teóricos, a "negritude"[189] e, para nós mais aceitável, o pan-africanismo[190] conseguiu reagir e encontrar a fórmula de se libertar do colonialismo. Houve por parte dos africanos a consciencialização de que o europeu tinha fragilidades e era possível vencê-lo. Os ventos da mudança vieram com a Carta das Nações Unidas e a formação da OUA. Os países europeus começaram a descolonizar na década de 50 e, pela teimosia de António de Oliveira Salazar, Portugal manteve uma guerra em três frentes, Guiné, Angola e Moçambique. Foram anos de expectativa e sofrimento para ambos os lados (1961-1974) e a emancipação daqueles países finalmente aconteceu, como sublinhado por Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira.

---

[188] In entrevista de Gualberto Teixeira, ***ANEXO – E***.

[189] Entendemos por ***negritude*** o movimento de revalorização cultural e identitária ligada aos intelectuais francófonos: Aimé Césaire, Gontran Damas e Léopold Sédhar Senghor.

[190] Entendemos por ***pan-africanismo*** o conjunto de propostas que venham modificar o curso da História: culturais mas, também, políticas, sociais, etc…

> *"Primeiro, a chegada à independência num clima de euforia e esperança, marcado por uma grande adesão popular nas decisões políticas do novo país. Acrescente-se que o optimismo que acompanhou as independências era na altura, largamente seguido por observadores que ajudaram a transmitir a expectativa de uma evolução para a democracia, até porque a democracia era entendida como o oposto do colonialismo. À independência, o poder foi colocado nas mãos da elite que tinha liderado a contestação anticolonial. Esta elite toma o poder com o argumento, em muitos casos correcto, de representar a vontade popular. (...)* "[191]

O que não se fez foi o planeamento para estruturar a economia de cada um dos novos países, para haver produtividade. Os quadros estavam preparados porque muitos africanos estudaram nas Universidades portuguesas e outros até receberam preparação na União Soviética. Mas esse aspecto falhou. E a que se assistiu? A um completo desastre do sistema produtivo. Não houve sequer intenção de aproveitar as unidades produtivas no sector primário, abandonadas pelos denominados colonos. Simplesmente desolador.

Segundo os testemunhos de alguns entrevistados, a vitória militar das tropas portuguesas seria possível porque

> " (…) - *Angola foi a colónia onde a vitória de Portugal esteve mais próxima. Em Cabinda uma alta patente do MPLA – engenheiro português formado na Coreia do Norte – em palestra para os oficiais, na messe, declarou que no 25 de Abril, estavam de rastos pois só tinham dois mil homens no terreno. A zona onde eram mais agressivos era precisamente em Cabinda pois queriam justificar a reivindicação de que este território era de Angola, o que não era verdade. O interesse no petróleo e o facto de Portugal ter anexado os dois territórios, levaram o MPLA a combater fortemente em Cabinda onde Portugal teve as maiores baixas nos últimos dois anos de guerra. Não era só Angola que estava interessada em Cabinda. O Congo de Mobutu também estava atento. O General Spínola chegou a travar conversações com o Mobutu ao largo de Cabinda numa fragata portuguesa. Trata-se de um episódio pouco conhecido, mas que em Cabinda se soube, pelo menos a nível dos oficiais do exército português.*"[192]

---

[191] Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira (Coord. de), *As Ditaduras Contemporâneas*, Edições Colibri, IHC da FCSH da Universidade de Lisboa, Lisboa Fevereiro de 2006, p 161.

[192] In Entrevista do ex-Alferes Miliciano Manuel Rosa – ***Anexo M***.

Mas a opinião mais abalizada virá dum experiente militar que complementou a ideia estabelecida de que na guerra de guerrilha não há vencedores, porque a saída e conclusão desse tipo de conflitos só serão resolvidos pela via negocial, pois que

> " *(...) - A definição mais realista, certamente cínica, da Guerra de Guerrilha, é a de ser aquela em que nenhum dos beligerantes, verdadeiramente, ganha, mas um perde. A minha resposta à pergunta apresentada será, citando Natália Correia, embora em contexto totalmente diverso daquele em que o escreveu, "um puro exercício de ninguém".*
>
> *Mas tanto quanto é possível saber-se:*
>
> *. a situação em Angola estava, sobretudo a partir de meados de 1972, quase totalmente controlada.*"[193]

A verdade é que António de Oliveira Salazar não quis promover, desde início do seu longo mandato, o desenvolvimento dos territórios ditos ultramarinos, porque era mais importante que os emigrantes transferissem as suas economias do estrangeiro para os bancos portugueses.

Só depois das iniciativas bélicas dos movimentos de libertação nos respectivos territórios, se assistiu a algum investimento e na aposta dos responsáveis políticos portugueses em tomar medidas para o fomento de actividade nos diversos sectores económicos, visando um desenvolvimento sustentado, melhores condições de vida e progresso.

As estruturas de apoio à saúde e higiene das populações cobriam os núcleos mais populosos, a escolaridade obrigatória e os estudos secundário e técnico, com a ajuda das Missões Católicas, principalmente, e da iniciativa privada estavam em pleno funcionamento. Na década de 1970, e ensino universitário tinha uma frequência significativa, nos dois maiores territórios: Angola e Moçambique.

As opiniões privadas, correntes na época, eram praticamente unânimes, como salienta Isidro Pinto:

> "*Muitas vezes questionei a utilidade daquela guerra especialmente quando acontecia mortes e feridos, porque estávamos numa terra que chegava para todos fossem brancos ou negros.*"[194]

---

[193] In Entrevista do Major General Reynolds Mendes – ***Anexo J***.

A conjuntura internacional também foi suficientemente analisada pelos nossos entrevistados e de entre eles destacamos que

> "*A luta pela independência foi financiada e armada por esses países: URSS, seus satélites (RDA - Checoslováquia) e, por vezes, pela China. Logo, quando a questão da independência se colocou, obviamente que estes "amigos" quiseram salvaguardar e, se possível, rentabilizar o seu investimento (Angola e Moçambique territórios com enormes recursos em terra e no mar). Atendendo ao recuo da América na cena internacional (com a derrota/saída do Vietnam) a prioridade dos americanos era digerir o trauma dessa derrota, tratar dos feridos e deficientes, reintegrar socialmente os veteranos e apaziguar o clima interno; não estavam minimamente interessados em envolverem-se numa disputa por uns distantes territórios africanos. (...)* "[195]

Os madeirenses, especialmente os militares que foram mobilizados, mas também os civis ou descendentes de madeirenses, que já eram segunda ou terceira geração, nascidos nesses territórios, foram envolvidos nas mais diversas situações da, naturalmente, problemática descolonização levada a cabo pelo Governo Provisório português. Todos os relatos dos entrevistados, e algumas das análises, são esclarecedores, assim como as experiências são idênticas às da restante população portuguesa. Neste fenómeno, os pontos comuns são uma constante e isso nota-se nas suas experiências de vida.

Assim, as Narrativas de Vida, aqui expressas em Anexos, testemunham as experiências de alguns madeirenses que experimentaram, quer como civis, quer como militares, as dificuldades inerentes à derradeira fase, porventura a jornada mais problemática e complexa, do colonialismo. No entanto, são relatos parciais de uma vivência que, apesar de tudo, se pode qualificar de não traumática, pois os desfechos levam-nos a concluir que houve boa integração social e, nestes casos, reiniciaram as suas vidas dentro da normalidade possível, conforme parece confirmar Martinha Freitas.

---

[194] In Entrevista do ex-Furriel Miliciano, "Comando", Isidro Pinto – ***Anexo I***.

[195] In Entrevista do ex-Alferes Miliciano, "Comando", Daniel Silva (Preâmbulo) – ***Anexo H***.

> " *(...) - Tenho dois filhos, uma rapariga e um rapaz. Ela é técnica de turismo e trabalha numa agência de viagem. Ele é advogado. Tem escritório em Santana, mas actualmente exerce as funções de assessor, ao Presidente da Câmara de Santana.*"[196]

Sempre nos preocupou o futuro dos novos países que outrora foram colónias portuguesas em África. Hoje, talvez por termos conhecido esse continente, olhamos com tristeza para aquela desolada e imensa terra, onde, a existir um "paraíso" ou a "terra prometida", teria de ser algures num recanto desse Lugar. Temos acompanhado as notícias que dão conta de jovens portugueses que partem para Angola à procura de uma vida melhor.

Desta vez, desejamos que, passados os ventos do colonialismo e com a mentalidade da geração "pós-colonial"[197], todos os povos que falam a língua comum, universalizada por Luiz Vaz de Camões, se irmanem e que entendam a importância de um contributo – que pode ser recíproco – para o progresso de Angola, de Moçambique e de outros territórios, outrora colonizados pelos portugueses. Esta oportunidade será um teste à capacidade empreendedora de povos irmãos.

Acreditamos que conhecer o passado para melhorar e compreender o presente é fundamental. Por isso, julgamos que, quer as narrativas de vida, quer a divulgação dessas (ou demais) experiências de encontros e desencontros podem contribuir para esse conhecimento e para um renovado entendimento. Foi o que nos levou a recolher esses relatos subjectivos, mas essenciais.

Dos entrevistados recolhemos as diversas perspectivas, donde se retiram novos elementos de interpretação sobre uma realidade que nos toca profundamente e provoca ainda as mais surpreendentes, imprevisíveis e estranhas reacções. Saibamos, pois, discernir serenamente, tomando destas narrações o mais útil, para que possamos usufruir destes conhecimento e experiência, da forma melhor.

---

[196] In Entrevista de Martinha Freitas – ***Anexo G***.

[197] Contrariamente aos estudiosos dos Estudos Literários e Culturais, os historiadores entendem ***pós-colonial*** no seu sentido cronológico, ou seja (para este caso), considerando a 3ª fase da descolonização, quando Portugal protagonizou e concedeu a independência às suas antigas colónias no continente africano.

BIBLIOGRAFIA

OBRAS LITERÁRIAS:

- Alegre, Manuel, *Jornada de África (Romance de Amor e Morte do Alferes Sebastião)*, Publicações D. Quixote/Círculo dos Leitores, Lisboa, 1989, 242 páginas.

- Antunes, António Lobo, *Os Cus de Judas*, Editorial Vega, 3ª Edição, Lisboa, Fevereiro de 1980, 207 páginas.

- Antunes, António Lobo, *D'este viver aqui neste papel descripto. Cartas da Guerra,* (Organização: Maria José Lobo Antunes, Joana Lobo Antunes) Publicações D. Quixote, 1ª Edição, Lisboa, Outubro de 2005, 432 páginas.

- Ferraz, Carlos Vale, *Nó Cego*, Livraria Bertrand, 2ª Edição, Lisboa, Julho de 1983, 356 páginas.

- Magalhães, Júlio, *1963 – Os Retornados: Um amor nunca se esquece*, Esfera dos Livros, Lisboa, 2008, 310 páginas.

- Ondjaki, *Bom dia camaradas* (romance), 3ª Edição, Editorial Caminho, Lisboa, Julho de 2008, 135 páginas.

- Rebelo, Tiago, *O Último Ano em Luanda*, Editorial Presença, Lisboa, 2008, 477 páginas.

OBRAS E ARTIGOS DE REFERÊNCIA:

- Afonso, Aniceto, e Gomes, Carlos de Matos, *Guerra Colonial*, Notícias Editorial, 1ª Edição, Lisboa, 2000, 637 páginas.

- Afonso, Maria Fernanda, *O Conto Moçambicano – Escritas Pós-Coloniais*, Editorial Caminho, SA – Lisboa Junho de 2004 (Colecção Estudos Africanos), 495 páginas.

- Aguiar, Luís, *Livro Negro da descolonização*, Editorial Intervenção, Ldª – Lisboa, 25 de Abril de 1977, 752 páginas.

- Amaral, Diogo Freitas do, *A Tentativa falhada de um acordo Portugal – EUA sobre o futuro do Ultramar Português (1963)*, Coimbra Editora, Coimbra, 1994, 103 páginas.

- Barata, General Manuel Freire Themudo e outros, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 2º Volume, Dispositivo das Nossas Forças, Angola, Lisboa, 1989, 364 páginas.

- Barata, General Manuel Freire Themudo e outros, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 3º Volume, Dispositivo das Nossas Forças, Guiné, Lisboa, 1989, 222 páginas.

- Barata, General Manuel Freire Themudo e outros, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 4º Volume, Dispositivo das Nossas Forças, Moçambique, Lisboa, 1989, 326 páginas.

- Barata, General Manuel Freire Themudo e outros, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 5º Volume, Condecorações Militares Atribuídas em África, Tomo V, Cruz de Guerra (1968-1969), Lisboa, 1993, 602 páginas.

- Barata, General Manuel Freire Themudo e outros, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 5º Volume, Condecorações Militares Atribuídas em África, Tomo VII, Cruz de Guerra (1972-1973), Lisboa, 1995, 444 páginas.

- Barata, General Manuel Freire Themudo e outros, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 6º Volume, Aspectos da Actividade Operacional, Tomo I, Angola – Livro 1, 1ª Edição, Lisboa, 1998, 632 páginas.

- Droz, Bernard, *Histoire de la décolonisation au XXe siècle*, Éditions du Seuil, 2006, 390 páginas.

- Fonseca, Ana Margarida (Instituto Politécnico da Guarda), *Silêncios do Império – representações da identidade cultural portuguesa nas entrelinhas da descolonização*, in Dedalus, revista portuguesa de Literatura comparada, Edições Cosmos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 20 – 21 de Janeiro de 2005, (473-487) 512 páginas.

- Garcia, Francisco Proença, *Guerras e Campanhas Militares da História de Portugal – A Guerra de Moçambique (1964/1974)*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, Julho de 2010, 128 páginas.

- Guerra, João Paulo, *Descolonização Portuguesa – O regresso das caravelas*, (Prefácio de Melo Antunes), 1ª Edição, Oficina do Livro, Setembro de 2009, 250 páginas.

- Hirsh, Marianne, *Family Frames: photography, Narrative and Postmemory*, Cambridge, Harvard University Press, 1997.

- Ki-Zerbo, Joseph, *História da África Negra - II*, Publicações Europa-América, Paris, 1972, 464 páginas.

- Leite, Ana Mafalda, *Literaturas Africanas e Formulações Pós-Coloniais*, Edições Colibri, Lisboa, Junho de 2003, 165 páginas.

- M'Bokolo, Elikia, *África Negra, História e Civilizações, Do século XIX aos nossos dias*, Tomo II, Edições Colibri, 2ª Edição, Lisboa, 2007, 626 páginas.

- Melo, João de Melo (Organização de), *Os Anos da Guerra, 1961-1975. Os portugueses em África. Crónica, Ficção e História*, II Volume, Círculo dos Leitores, Lisboa, 1988, 277 páginas.

- Oliver Roland e J. D. Fage, *Breve História de África*, Livraria Sá Costa Editora, Lisboa, 1980, 343 páginas.

- Pinto, Alberto Oliveira, *Cabinda e as construções da sua História (1783-1887)*, Dinalivro, Lisboa, Março 2006, 306 páginas.

- Policarpo, Fernando, *Guerras e Campanhas Militares da História de Portugal – A Guerra da Guiné (1963/1974)*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, Junho de 2010, 128 páginas.

- Raposo, Eduardo M., *Canto de Intervenção (1960-1974)*, 2ª Edição revista e aumentada, Editor Público, Comunicação Social, SA, Lisboa, Abril de 2005, 208 páginas.

- Ribeiro, Margarida Calafate, *Uma História de Regressos. Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*, Porto Edições Afrontamento, 2004, 478 páginas.

- Rodrigues, Paulo Miguel, *A política e as questões militares na Madeira, O período das Guerras Napoleónicas*, 1ª Edição, Edições CEHA-SRTC, Funchal, Dezembro de 1999, 450 páginas.

- Rosas, Fernando e Oliveira, Pedro Aires (Coord. de), *As Ditaduras Contemporâneas*, Edições Colibri, IHC da FCSH da Universidade de Lisboa, Lisboa Fevereiro de 2006, 200 páginas.

- Teixeira, Rui de Azevedo, *Guerra do Ultramar – realidade e ficção*, Livro de actas do II Congresso Internacional sobre a Guerra Colonial, Notícias editorial, 1ª Edição, Novembro de 2002, 350 páginas.

- Teixeira, Rui de Azevedo, *Guerra de África – Angola (1961-1974)*, Volume 22, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 2006, 144 páginas.

- Teixeira, Rui de Azevedo, *Guerras e Campanhas Militares da História de Portugal – A Guerra de Angola (1961/1974)*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, Julho de 2010, 118 páginas.

- Sartre, Jean-Paul, *Os Caminhos da Liberdade, I – A Idade da Razão, II – Pena Suspensa, III – Com a morte na alma*, 4ª Edição, 2ª Edição, 3ª Edição, Livraria Bertrand, Lisboa, Agosto de 1983, Abril de 1982, Agosto de 1983, 362, 363 e 346 páginas.

- Sow, Alpha I., Olá Balogun, Honorat Aguessy, Pathé Diagne, *Introdução à cultura africana*, Edições 70, Biblioteca de Estudos Africanos, Lisboa, Agosto de 1980, 200 páginas.

- Thompson, Paul, *The Voice of the Past – Oral History*, Third Edition, Oxford University Press in US., 2000, 369 páginas.

- Comissão Executiva, *Campanhas das Forças Armadas Portuguesas no Ultramar Português (1954 – 1975) Monumento ao Combatente Madeirense no Ultramar Português*, Funchal, 26 de Abril de 2003, 104 páginas.

- (S/autor), *O Exército na Guerra Subversiva*, Edição do Estado-Maior do Exército, … páginas. (Exemplar incompleto – recebido via Internet).

DIVERSOS:

- Bonano, G. A., "Loss, trauma and Human resiliance. Have we understinated the human capacity to thrive after extremely aversive events?" in *American Psychologist*, 2004, 59, pp 20-28.

- Ceia, Carlos, *Normas para apresentação de trabalhos científicos*, Editorial Presença, Lisboa, 1995, 78 páginas.

- Eco, Umberto, *Como se faz uma tese em ciências humanas*, 15ª Edição (prefácio de Hamilton Costa) Tradução de Ana Falcão Bastos e Luís Leitão, Lisboa, Fevereiro de 2009, 240 páginas.

- Gauthier, Benoît (Sob a direcção de…), *Investigação social. Da problemática à colheita de dados*, 3ª Edição (prefacio de Moisés Espírito Santo) Loures, Lusociência, 2003, 550 páginas.

- Pereira, Alexandre; Poupa, Carlos, *Como escrever uma tese, monografia ou livro científico, usando o Word*, 3ª Edição, Edições Sílabo, Lisboa, 2004, 224 páginas.

- Quivy, Raymond e Campenhoudt, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 4ª Edição, Gradiva, Lisboa, Out/2005, 283 páginas.

- Ritchie, Donald A., *Doing Oral History – A Practical Guide*, Second Edition, Oxford University Press, 2003, 320 páginas.

- Van der Kolk,"Posttraumatic stress disorder and the nature of trauma", in M. F. Solomon & D. J. Heating, *Trauma attachement, Mind, Body and Brain*, New York, WWNorton & Company, 2003, pp 168 a 195.

WEBGRAFIA:

- Fernandes & Maia, *Quando a Guerra Colonial parece não ter fim: Uma intervençãopsicoterapêutica em perturbação stress, Pós-traumático de guerra*, Universidade do Minho in http://Repositorium.sdum.unminho.pt/bitstream/1822/4205/1 (documento consultadoa 10 de Novembro de 2010)
- Lendas & Maia & Fernandes,*Guerra Colonial Portuguesa: as duas faces da moeda. Significado da experiência de participação na Guerra Colonial portuguesa na vida dos ex-combatentes*, Actas do 6º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde, in http://repositorium.sdum.unminho.pt/bitstream/1822/5841/1 (Dia consultado em 10 de Novembro de 2010);
- Ribeiro, Margarida Calafate, *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*, in Web.ces.uc.pt/cês/publicações/oficina/188/188 pdf (Doc. Consultado a 10 de Novembro de 2010);
- Margarida Calafate Ribeiro, Margarida Calafate Ribeiro, *Cadernos de Memórias Coloniais*, in Angelus Novus, disponível em:
- http://angnovus.wordpress.com/2010/02118/margarida-calafate-ribeiro (consultado em 2 de Julho de 2010];

- Ângela Costa Maia, Teresa Maintyre, Graça Pereira e Eugénia Fernandes. "Por baixo das pústulas da guerra. Reflexões sobre um estudo com ex-combatentes da Guerra Colonial" in
- http://www.repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/822/5951[consultado a 20-03-2011]

FONTES

- Extracto da Carta da Nações Unidas (Texto oficial, 1945)
- Carta da O. U. A. (extracto)
- Gravações da série "A Guerra" de Joaquim Furtado

- Entrevistas:

. Gualberto José Freitas Teixeira, cidadão português residente em Moçambique.
. Luís Alberto Gomes Gonçalves, cidadão português residente em Angola.
. Maria Martinha de Jesus Freitas, Professora do ensino oficial em Angola.
. Daniel Jorge de Sousa Figueira da Silva (FurMilº e, depois, AlfMilº, ex-comando em Angola, 1969-1971)
. José Isidro Melim de Góis Pinto (Furriel Milº, ex-comando em Angola, 1972-1974)
- Alf Miliciano Manuel João Baptista Rosa (Cabinda, Angola, a Norte do Rio Congo – 1974-1975)
. Major-General José Alberto Mendes Reynolds, Major General.
. Tenente-Coronel Bernardino Arlindo Raleira Laureano, 3 comissões nas diferentes províncias portuguesas em guerra.
. Irmã Teresa Ornelas.

TENTATIVAS DE ENTREVISTAS
. Cidadão português ainda residente em Luanda, após a independência de Angola.
. Salesianos em Moçambique, através de vários *e-mail*, alguns com resposta promissora.
. Irmã Vitoriana (missionária em Angola – Quinta das Rosas, Rua do Carmo – Funchal)
. Irmã Vitoriana (missionária em Moçambique – Qtª das Rosas, R do Carmo – Funchal)
. Entrevista a ex-elemento do corpo diplomático português, em Luanda.

- LEGISLAÇÃO:

- Decreto nº 44.241/62, de 19 de Março

- Decreto 353/73, de 13 de Julho

- Decreto-Lei nº 169/75 de 31 de Março

- Decreto-Lei nº 97/81 de 2 de Maio

- IMPRENSA:

- "Comércio do Funchal" – nº 694, Domingo, 18/11/1956, p 4.
- "Diário da Manhã" – Número Especial (Jubileu Ministerial de Salazar - 27/4/1928 – 27/4/1953), 28/5/1953, p 3.
- "Diário de Notícias" – Funchal, Quarta-Feira, 3/11/1948, p 4.
- "Diário de Notícias", nº 22.727 – Funchal, 3ªFeira, 16/11/1948, p 1.
- "Diário de Notícias" – Funchal, Sábado, 1/3/1975, p 5.
- "Diário de Notícias" – Funchal, Sexta-Feira, 14/3/1975, p 8.
- "Diário de Notícias" – Funchal, Quinta-Feira, 20/3/1975, p 1.
- "Diário de Notícias" – Funchal, Sábado, 22/3/1975, p 8.
- "Diário de Notícias" – Funchal, Terça-Feira, 25/3/1975, p 1.
- "Diário de Notícias" – Funchal, Quinta-Feira, 27/3/1975, p 8.
- "Diário de Notícias" – Funchal, Sexta-Feira, 28/3/1975, p 1.
- "Diário de Notícias" – Funchal, Domingo, 30/3/1975, p 4.
- "O Jornal" – nº 6.200 – Funchal, Sexta-Feira, 7/11/1952, p 1.

- *Diário de Notícias*, de Lisboa, Sábado, 12 de Março de 2011, 24 páginas.

ANEXOS

- Anexo A/1

" (...) Os objectivos das Nações Unidas são:

1. Manter a paz e a segurança internacional (...).

2. Desenvolver entre nações as relações amigáveis e autodeterminação dos povos e tomar medidas apropriadas no sentido de fortalecer a paz universal.

3. Levar a efeito a cooperação internacional na resolução dos problemas internacionais de carácter económico, social, cultural ou humanitário promovendo e encorajando o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião; e

4. Ser o centro da harmonização das nações e dos Estados na realização destes fins comuns. (...) "

Extracto da **Carta da Nações Unidas** (Texto oficial, 1945)

- Anexo A/2

" (...) Artigo III (...)

1º Igualdade soberana de todos os Estados membros;

2º Não ingerência nos assuntos internos dos Estados;

3º Respeito pela soberania e pela integridade territorial de cada Estado e pelo seu direito inalienável a uma existência independente;

4º Resolução pacífica dos diferendos, por via de negociações, de mediação, de conciliação e de arbitragem;

5º Condenação sem reserva do assassinato político, bem como das actividades subversivas desenvolvidas por Estados vizinhos, ou quaisquer outros Estados;

6º Devoção sem reservas à causa da emancipação total dos territórios africanos ainda não independentes;

7º Afirmação de uma política de não alinhamento relativamente a todos os blocos."

Carta da O. U. A. (extracto)

Anexo – B/1

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO – Repartição do Gabinete do Ministro

- **Decreto 353/73, de 13 de Julho** indignou os Capitães do quadro permanente que seriam ultrapassados pelos milicianos; estes iam na 1ª comissão em Alferes, no final regressavam como Tenentes e na 2ª Comissão iam como Capitães (Comandantes de Companhia) com boas remunerações e possibilidade de progressão na carreira militar, como se pode verificar.

" (…)

Artigo 1.º - 1. Os oficiais do quadro especial de oficiais (Q. E. O.) podem transitar para os quadros permanentes das armas de infantaria, artilharia e cavalaria mediante a frequência, na Academia Militar, de um curso intensivo, equivalente para todos os efeitos aos cursos normais professados ao abrigo do decreto-lei n.º 42.151, de 12 de Fevereiro de 1959.

2. São condições de admissão ao curso:

a) Ter o posto de capitão ou subalterno;

b) Ter menos de 31 anos em 1 de Janeiro do ano de admissão;

c) Possuir o 7º ano dos liceus ou habilitações legalmente equivalentes;

d) Ter boas informações.

(…)

Art.º 3.º Os oficiais a que se refere o artigo 1.º, findo o curso, ingressam no quadro permanente da respectiva arma, mantendo ou obtendo a antiguidade de tenente referida a 1 de Dezembro do ano em que foram ou seriam promovidos a este posto, como oficiais de complemento.

Art. 4º - 1. Para efeitos de antiguidade, os oficiais habilitados com o curso a que se refere o artigo 1.º são considerados mais modernos que os restantes oficiais da sua arma com a mesma antiguidade de tenente.

2. A antiguidade relativa dos oficiais habilitados com o curso referido no n.º 1 é determinada pela antiguidade de tenente e, em caso de igualdade desta, pela classificação final do curso obtido nos termos do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 42.151, de 12 de Fevereiro de 1959, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 516/70 de 3 de Novembro. (…) "

Anexo- B/2

MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO INTERTERRITORIAL – Gabinete do Ministro

- Decreto-Lei nº 169/75 de 31 de Março

" Considerando que alguns países do continente africano adoptaram recentemente medidas que tiveram como efeito a saída compulsiva, a muito curto prazo, dos europeus que ali se tinham radicado, entre os quais se encontravam muitos portugueses;

Considerando que se afigura de prudente realismo encarar desde já as consequências que poderão advir do processo de descolonização em curso, designadamente o eventual afluxo a Portugal de indivíduos ou famílias que hoje residem ou trabalham em alguns territórios ultramarinos.

(…)

Art. 3.º Relativamente aos cidadãos a que se refere o artigo anterior, compete ao Instituto, em especial:

a) Promover, directamente ou em colaboração com as diversas entidades públicas e privadas, o apoio, a orientação e a prestação de auxílio aos ditos cidadãos e respectivas famílias, de harmonia com a sua situação de carência, bem como a sua inserção nos esquemas da segurança social;
b) Diligenciar, em colaboração com as entidades competentes, pela obtenção de trabalho e de créditos;
c) Impulsionar e instruir, em colaboração com os serviços competentes, os processos de identificação e actos de registo civil, em que faltam elementos para a sua passagem ou celebração;
d) Fornecer ao Ministério Público os elementos necessários para a organização da tutela e curatela de incapazes, assim como de outros processos dele dependentes;
e) Prestar a assistência jurídica que se considere necessária e assegurar os respectivos serviços de procuradoria;
f) Promover o expediente ao recebimento de pensões de nacionais residentes fora da metrópole, nos termos das procurações para o efeito conferidas;
g) Colaborar com as entidades competentes na organização dos processos de equivalência de habilitações literárias e profissionais;

h) Estabelecer com os serviços de saúde nacionais as condições de acesso à assistência médica e medicamentosa a prestar aos indivíduos e famílias, enquanto os mesmos não estiverem inseridos nos esquemas da segurança social;

i) Colaborar com o Ministério dos Negócios Estrangeiros ou outras entidades na celebração de acordos com as autoridades dos territórios ou países estrangeiros, no sentido de serem obtidas ou garantidas indemnizações pelos bens deixados nesses países, por direitos emergentes de contratos de trabalho ou por quaisquer outros motivos. (…)

Art. 20.º - 1. É extinta no Ministério da Coordenação Interterritorial a Comissão Administrativa e de Assistência aos Deslocados, criada pelo Decreto-Lei n.º 47.222, de 29 de Setembro de 1966.

2. É igualmente extinto o Centro de Apoio aos Trabalhadores Ultramarinos, actualmente integrado na Secretaria de Estado da Emigração.

3. O Instituto passa a ter a competência que era atribuída às entidades mencionadas nos números anteriores.

4. São transferidos para o Instituto, com dispensa de quaisquer formalidades, os encargos emergentes de todos os actos praticados e contratos celebrados pelos organismos mencionados nos n.ºs 1 e 2, assim como todas as recitas, valores e bens patrimoniais a eles afectos. (…)

Art. 23.º O orçamento do Instituto será incluído, com a discriminação estabelecida na legislação sobre classificação de despesas públicas, em capítulo especial do Orçamento Geral do Estado.

Art. 24.º Durante o período de organização do Instituto e enquanto não for constituída a Comissão directiva referida no artigo 4.º, compete ao director superintender nos serviços do Instituto, segundo a orientação que lhe for dada pelo Primeiro-Ministro.

Art. 25.º Os serviços do Instituto funcionarão de harmonia com um regulamento a publicar oportunamente.

Art. 26.º As dúvidas e os casos não previstos neste diploma serão resolvidos por despacho ministerial.

Art. 27.º Ficam revogados o Decreto-Lei nº 47.222, de 29 de Setembro de 1966, e o Decreto-lei nº 47 924, de 8/9/1967. (…) ”

Anexo – C

Decreto nº 44.241 de 19/3/1962 – "MINISTÉRIO DO ULTRAMAR – Gabinete do Ministro (…)

↔↘Para o estudo e resolução dos numerosos e importantes problemas da nossa administração ultramarina, tem-se procurado incessantemente habilitar os diversos serviços públicos com quadros e estruturas mais convenientes, e, nos últimos tempos, muitos têm sido os diplomas publicados (…)

7. Os indivíduos habilitados com o 2º ciclo liceal continuam a ingressar no quadro por meio de concurso documental, mas agora na categoria de adjuntos de administração de posto, libertos da maior parte das funções de secretaria e inteiramente votados à sua preparação como administradores de posto. (…)

(…) Nestes termos:

Ouvido o Conselho Ultramarino;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3 do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Dos quadros da administração civil

Artigo 1.º Os serviços de administração civil do ultramar português compreendem os seguintes quadros:

a) Quadro administrativo;
b) Quadro de secretaria. (…)

Art. 2.º Os funcionários do quadro administrativo estão hierarquicamente subordinados uns aos outros para o exercício das atribuições que a lei impõe e na forma desta. Os graus da hierarquia administrativa e as categorias (…) do artigo 91.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino são as seguintes:

Inspectores superiores de administração ultramarina…… C
Governadores de distrito e inspectores administrativos… D
Intendentes de distrito ……..... F
Administradores de circunscrição ……..... J
Adjuntos de administradores de circunscrição …… L
Administradores de posto …… O
Adjuntos de administradores de posto …… Q

(…) "

Anexo – D

"MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO, DOS ASSUNTOS SOCIAIS E DA REFORMA ADMINISTRATIVA – Decreto-Lei nº 97/81 de 2 de Maio

1. Criado pelo Decreto-Lei n.º 169/75, de 31 de Março, o Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN) visou dar resposta às consequências advindas do processo de descolonização no tocante ao afluxo a Portugal de indivíduos e famílias que residiam e trabalhavam nos territórios ultramarinos entretanto independentes, apoiando e fomentando a sua integração na vida nacional.
2. (…)
3. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 350/79, de 30 de Agosto, procedeu-se à integração do instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais no Ministério dos Assuntos Sociais, como departamento governamental adequado a acolher, pelo seu perfil, as acções que ainda permaneciam a seu cargo.
4. Operada esta integração, e acompanhando a implementação, entretanto iniciada, do sistema de segurança social criado pelo decreto-lei n.º 549/77, de 31 de Dezembro, designadamente a progressiva entrada em funcionamento dos centros regionais, o Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais foi para ele transferindo as acções por que se vinha responsabilizando em cada em cada um dos distritos, integrando-se naqueles centros os recursos humanos e materiais a elas afectos localmente. (…) Nestes termos:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º É extinto o Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN).

Art. 2.º As acções em curso e património do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais serão transferidos, por decreto, para os serviços que se encontrem na sua dependência.

Art. 3.º A fim de assegurar a liquidação do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais, será nomeada, por despacho do Ministro dos Assuntos Sociais, uma comissão liquidatária, com composição e remunerações a definir no mesmo despacho, que exercerá as competências a definir no mesmo despacho, que exercerá as competências dos actuais órgãos de gestão. (…) "

- ENTREVISTAS:

Anexo – E:

Cidadão português residente em Moçambique GUALBERTO JOSÉ DE FREITAS TEIXEIRA

- Por que motivo foste viver para Moçambique?

- *A vida na Madeira não era fácil no início da década de 70; a oferta de emprego era reduzida e os ordenados eram baixos…Nessa época na Madeira um professor do Magistério Primário ganhava 1.200$00 (Mil e duzentos escudos) e eu como aspirante administrativo comecei, em Moçambique, com um vencimento de 3.200$00.*

- E porquê Moçambique?

- *Em 1961 eu tinha 18 anos…Éramos sete irmãos; o mais velho estava na Venezuela e em Moçambique estavam dois irmãos e uma irmã, professora; o terceiro irmão mandou-me uma "carta de chamada", que era imprescindível para poder entrar lá. Depois de 1962, não foi mais necessária… O meu irmão mais novo, o Firmino, já não necessitou, nem mesmo os meus pais que para lá foram, depois…*

- Então era necessária a "carta de chamada"?

- *Pois, o Salazar preferia que os emigrantes fossem para o estrangeiro porque era assim que entrava dinheiro no país…*

- Como foi…e, depois, a tropa?

- *Tive de estudar e depois concorri para 2º Oficial, porque houve uma descentralização quando se iniciou a guerra em Angola… Fui colocado como administrativo do Governo Distrital da Zambézia (Norte de Moçambique).*

- *Cumpri o Serviço Militar de Julho de 1963 a Fevereiro de 1966… Até Março de 1964 estive em Tete, mas era uma zona perigosa porque as bases de treino da Frelimo eram na Tanzânia e no Malawi, então, com uma cunha, vim para o Sul, a 30 km de Lourenço Marques onde dei recrutas em Boane, até terminar o serviço militar.*

- E depois da tropa?

- *Entretanto, tinha pedido um empréstimo em 1962 para comprar a minha casa e em 1964 fiz a escritura… Era no Bairro Europeu… um bairro de classe média, na Matola, um dos concelhos da periferia de Lourenço Marques. Os meus pais chegaram a Lourenço Marques em Fevereiro de 1964 e foram para lá viver comigo.*

- Em que ano casaste?

- *A minha mulher começou a trabalhar em 1969, com 17 anos, no Banco Standard Totta, em Quelimane… Casámos lá a 19/4/1970. Para a festa de casamento paguei lagosta a 5$00 ao quilo. Em 1972, fiz um concurso para 1º Oficial (administrativo) mas não quis arriscar ser colocado numa zona perigosa, provavelmente no meio do "mato", e, por isso, na terceira prova fiz por perder, porque assim ficava colocado em Lourenço Marques. O meu filho nasceu a 7/3/1972 e, nessa altura, eu aumentei a minha casa, construí a garagem e um "Barbecue"… A minha filha nasceu a 13/2/1974… Quando se deu o 25 de Abril eu continuei a acreditar plenamente num futuro risonho em Moçambique…O meu pai, nessa época, aconselhou-me a trocar o dinheiro disponível por Rands e a transferir para um banco na Madeira… Eu não quis seguir o seu conselho…infelizmente, ele tinha razão…*

- E como resolveste a questão?

- *Olha, ainda hoje penso que foi a minha filha que nos salvou… A 13/8/1974 a minha filha adoeceu e levei-a ao Hospital Miguel Bombarda em Lourenço Marques. Lá me disseram que a situação era complicada e ela não estava bem. Fui então tratar do passaporte familiar para irmos à Africa do Sul, procurar apoio médico. Entretanto, a 9/9/1974 pelo Rádio Clube de Moçambique, foi dada a senha para o início das hostilidades…**Galo! Galo!...** (o Mendonça já não se lembra do resto da senha) E hordas de populaça desatou, a mutilar, decepar, enfim…o desespero foi tal que, quando começaram a fazer curativos, se descobriu que os brancos tentaram a camuflagem, pintando a sua pele de preto…*

- E depois desses acontecimentos?!

- Refugiei-me com a família na Sonarep (empresa petrolífera da Sonap) onde conhecia um Guarda-fiscal… Tínhamos duas metralhadoras e passámos a noite no telhado, com as armas preparadas… Quando amanheceu, pedi a ajuda de um Furriel do Exército português que nos escoltou, com um grupo de cinco soldados, até à Escola Militar em Boane, 30 km a Sul da capital. Passados os postos de controlo, eram cerca de 70 km até à fronteira sul-africana. O meu Toyota (1.500 de cilindrada) voava. Já na África do Sul tivemos o apoio de um médico português que nos mandou para o Hospital da Universidade em Nelspruit. Enquanto ela estava no Hospital, ficámos num campo de refugiados… Era num estádio de futebol…as mulheres e as crianças para um lado e homens para outro. Fomos ajudados pela comunidade portuguesa e uma velhota que ia visitar a filha à Nova Zelândia cedeu-nos a casa onde ficamos cerca de seis meses, enquanto trabalhavam numa fábrica de tijolos. O meu irmão mais novo trabalhou durante três meses e como ele não tinha possibilidade de continuar, decidimos todos regressar à Madeira. Valeu-nos a minha capacidade de memorização, porque tinha fixado o endereço do meu irmão na Venezuela e por isso lhe escrevi a pedir dinheiro para as passagens de regresso… E foi a nossa sorte.

- E quando chegaram à Madeira… Tiveram dificuldade em arranjar emprego?

- Chegámos à Madeira a 29/3/1975. Os meus pais tinham chegado à Madeira em Novembro do ano anterior e alugaram uma casa no sítio da Cancela, São Gonçalo e foi essa casa que o meu irmão Baptista, o que vivia na Venezuela, comprou pouco tempo depois. Era uma casa espaçosa, onde vivemos durante alguns anos, até construir a minha, os meus pais, a minha prole e o meu irmão mais novo, recém-casado. Para arranjar emprego não foi fácil, mas mal chegámos, iniciámos por procurar nos jornais os anúncios de inscrições para concursos. Os mais vulgares eram na Banca e nas Companhias de Seguros… Em Abril, inscrevemo-nos nas diversas hipóteses. Preparámo-nos bem e a 19/7/1975 fiz concurso para a Caixa Geral de Depósitos. No dia 7/8/1975, eu a minha mulher e o meu irmão mais novo prestámos provas no BPA. O meu irmão entrou no primeiro de Setembro desse ano e a minha mulher, porque entretanto nasceu a segunda filha, entrou em Outubro do mesmo ano no Banco Português do Atlântico. A 6/8/1975 eu recebi um telefonema do gerente da Filial da CGD no Funchal a dizer que ia começar a trabalhar no dia 11 desse mesmo mês.

- Bem, depois sei que tiveste sucesso e, profissionalmente, fizeste um bom percurso… Agora, a esta distância, passado tanto tempo, o que sentes por teres abandonado tudo?
- *Francamente, depois de ter passado a fronteira da África do Sul, nunca mais pensei em nada, nem na casa, nem na vida desafogada que lá tinha. O importante é que tinha a minha família junto de mim e estávamos a salvo… O tempo da África do Sul foi difícil e nem quero pensar se o irmão mais velho não estivesse bem na Venezuela, como haveria de ser. Mas tudo decorreu da melhor forma.*

- Mas, actualmente, o que pensas sobre a política colonial portuguesa?
- *Sobre a ideia de Salazar, já disse o motivo de tanta dificuldade para qualquer português em radicar-se numa província ultramarina. Noutro aspecto, é preciso entender que foram muitos anos de colonialismo depois quatro século de escravatura dos negros que vários países europeus utilizaram, abusivamente, como mão-de-obra. Mas posso particularizar alguns aspectos que, actualmente, nos parecem descabidos ou incompreensíveis. A Norte de Lourenço Marques (hoje Maputo) nas regiões de Inhambane e "Chai-Chai" (distrito de Gaza) os habitantes tinham como objectivo ir trabalhar para as minas na África do Sul. Esta situação era fomentada pela ideia que as mulheres tinham de só escolher para casar, homens que tivessem passado nessa espécie de "teste", não sei se de virilidade ou pela parte financeira mais desafogada, mas não me parece ser esta a intenção. Era esta mesma etnia que, quando assalariados na "Maxamba" (fazenda de 5 a 10 hectares) de qualquer branco, se sentiam humilhados e complexados se o patrão não os castigasse porque isso era sinónimo de que não valiam nada e não contavam para o patrão. Até utilizavam um termo indígena:* ***N'goma*** *(paneleiro ou alguém que não tem utilidade). Enfim…!*

- Mas isso…tenho dúvidas, se incluo no trabalho. E quanto à administração portuguesa?
- *A província de Moçambique tinha um Governador-Geral que detinha o poder militar e administrativo. Era coadjuvado por assessores, os Secretários Provinciais, sendo um deles, o Secretário-Geral, o número dois da hierarquia na província. Os Distritos estavam divididos em Concelhos (de dois tipos: 10.000 e 5.000 eleitores) e estes em Circunscrições (uma espécie de freguesia) que tinham à frente um Chefe de Posto. Depois da reestruturação encetada em 1964, passou a chamar-se, pomposamente,*

Administrador de Posto. Estas alterações foram implementadas pelo então Ministro do Ultramar, Adriano Moreira. Foi quando se começou a descentralizar e, através do Diploma Legislativo n.º 1595, o cargo de Chefe de Posto era dado, prioritariamente, a um elemento negro, natural da região.

- E as catástrofes naturais? As desastrosas "cheias"?
- *Isso sempre aconteceu, mas não tinha grande impacto porque tudo estava previsto e controlado. Quando os rios transbordavam, cada Distrito tinha armazenadas, da colheita e produção anterior, as reservas de milho, feijão e mandioca, por isso não se notava a crise que, actualmente, acontece e se lamenta…*

- Então toda a gente vivia bem, ninguém passava fome…
- *Pois, mas toda a gente trabalhava. No Limpopo, uma região muito fértil a Sul de Inhambane, havia tractores que cultivavam enormes extensões de terreno e produziam-se grandes quantidades de cebola, couve e batata. Os Sul-africanos chegavam a Lourenço Marques só para comprarem camarões e vinho português "Lagosta". Na Zambézia, a Norte, quatro abacaxis pesavam 28 kg e, à beira das estradas, os mangueiros existentes deixavam as faixas de rodagem cheias de mangas. Em 1974, um quilo de carne custava 9$00, um quilo de gambas (tamanho do lagostim, actualmente) 12$50 e uma lata com mais de 20 kg de amêijoas custava 20$00.*

- Então era quase um paraíso…
- *Sim, era uma grande terra…e em termos de comunicações, os portos de Nacala e Beira eram muito importantes para o escoamento dos produtos do Malawi e Rodésia, respectivamente…*

(A conversa já ia longa… Muito havia ainda para contar, mas o essencial já havia sido transmitido…)

Caro amigo! Agradeço a tua disponibilidade e o facto de teres partilhado comigo o mais difícil trajecto da tua vida…

Obrigado!

Anexo – F

Entrevista ao cidadão português residente em Luanda (Angola) LUÍS ALBERTO GOMES GONÇALVES:

Numa tarde de Sábado, entrevistámos um outro antigo colega de trabalho cuja família optou por se radicar na cidade de Luanda. Aí viveram até que, por contingências da descolonização, foram obrigados a regressar *sem eira nem beira*… Mas lá diz o povo: "*Deus não fecha uma porta sem abrir uma janela*"…

- Com que idade chegaste a Luanda?
- *Tinha seis anos de idade, frequentei o Ensino Primário e o Liceu, em Luanda.*

- E havia muitos negros a estudar?
- *Havia muitos, mas eram mais brancos a estudar no Liceu. As propinas eram pagas trimestralmente…*

- E como era o relacionamento entre vós?
- *Era um relacionamento saudável, não havia separações e num círculo de amigos misturavam-se as duas raças, sem qualquer preconceito social…*

- Então havia camaradagem e igualdade social?
- *Existia um bom ambiente social… No Liceu, todos eram tratados de forma igual mas, de facto, quanto às oportunidades de emprego a prioridade era dada, para as melhores funções e onde se ganhava melhor, aos brancos…As rivalidades existiam entre as escolas; no desporto qualquer jogo, fosse de futebol, andebol ou de hóquei em patins, acabava sempre à "batatada". Mas nos bailes e em festas, em quase todos os fins de semana, a malta juntava-se para se divertir… Normalmente as raparigas levavam as sobremesas e os rapazes as bebidas e em qualquer quintal ou mesmo numa discoteca lá estávamos nós na maior… Onde havia também rivalidades era entre os bairros… Essas "guerras", onde uns levavam fisgas, outros armas de pressão e até mesmo à pedrada, acabavam sempre com uma grande parte a dar entrada nas urgências do Hospital. Mas*

nesses grupos havia negros e brancos…desde que vivessem no bairro entravam em sua defesa…

- Quando lá estive na tropa, sempre me impressionou aquela extensa península, a que chamavam a "Ilha"… era um local espectacular!
- *Era sim… À entrada, tinha muitos cabarets e Night-Club e depois os restaurantes e esplanadas… Havia muita diversão e era, de facto, muito bonito! Em Luanda, havia ainda muitos clubes desportivos e centros de convívio, onde se organizavam bailes interessantes que ganharam fama como os da "Maianga", Praça do Bispo e Vila Alice. Eram famosos os cinemas ao ar livre como o "Avis" e o "Miramar", este sobranceiro ao porto de Luanda…*

- Qual foi o teu primeiro emprego?
- *Em 1965 entrei para a DTA, Direcção dos Transportes Aéreos de Angola e com o dinheiro que ganhei na tropa, fui para Munique e fiz um curso no Goethe Institut, no último trimestre de 1969 e no primeiro de 1970. Lá, fiz muitos amigos e correspondi-me com alguns (italiano, basco, inglês, chileno, francês e mexicano) durante mais de uma década… Depois, eu regressei a Angola e trabalhei na Nocal, até Março de 1975. O italiano arranjou-me emprego na Siemens, na Alemanha, mas eu não aceitei…Mas foi uma faceta interessante da minha vida. Era para ter ido com um colega de tropa, mas ele desistiu à última da hora e eu avancei sozinho!*

- Quando fizeste a tropa?
- *Cumpri a tropa entre os anos de 1966 e 1969. Quando voltei, acreditava que poderia haver uma solução política… Até se falava, nalguns círculos, que a capital de Portugal poderia ser Luanda. Só durante a tropa tomei alguma consciência política, antes nem me preocupava com isso…*

- E quando se deu o 25 de Abril e se anunciou a data da independência de Angola?
- *Inicialmente todos festejámos alegremente, mas nunca me esqueci a frase do director de pessoal da Nocal. Ele disse na altura que ainda era cedo para saber se iria ser bom ou mau. Depois começaram os distúrbios e, francamente, já não acreditava em nada.*

Lembrei-me logo do que se passou no Congo Belga. Nessa altura até os meus amigos negros, antigos colegas do Liceu, durante os convívios, mandavam umas "bocas" e eu ficava sem saber até que ponto era a brincar…

- Então não tiveste dúvidas quando, depois da Revolução, se anunciou a independência?
- *Eu nunca tive dúvidas de que o melhor era regressar… O meu pai disse-me que eu não conhecia a Madeira e que não tinha nada para fazer cá. Até tinha melhorado um apartamento que me comprou num bairro social, muito bem localizado, em Luanda.*

- E tu…?!
- *Em Outubro de 74, eu tinha ainda oito dias de férias e vim à Madeira para ver quais eram as hipóteses. Como trabalhava na Nocal (Nova Empresa de Cervejas de Angola), onde era chefe da secção de matérias-primas, dirigi-me à Empresa de Cervejas da Madeira que estava em franca expansão. Disseram-me logo que um indivíduo com os meus conhecimentos e experiência tinha lugar garantido. Por isso, voltei a Luanda com essa certeza de emprego na Madeira.*

- E depois, o que se passou em Luanda?
- *Olha, quanto mais tempo passava, mais plena certeza tinha do regresso… Nunca me esqueci das cenas que presenciei, em 1961, quando regressaram a Luanda os foragidos do Congo Belga (Zaire) … o que vi e o que me contaram… Depois, em Maio de 1974, o Lopo do Nascimento que era meu colega na Nocal, foi de licença "Graciosa" e nunca mais voltou. Após a Independência foi o Primeiro-Ministro de Angola, pelo MPLA. Eu tinha outros colegas que depois apareceram em cargos importantes, como o Guilherme Espírito Santo Carvalho que foi Secretário do Desporto do mesmo governo. Depois, em Junho ou Julho de 1974, quando passei em frente do apartamento que eu meu pai me ofereceu e que jamais habitei com a minha família, estava tudo cravejado de balas… Mesmo na casa do meu pai, onde fiquei a viver quando casei em 1972, nós metíamo-nos debaixo da cama, quando havia tiroteio, para não apanharmos nenhuma bala de ricochete…Foi um período de manifestações e descontrolo total. O Governador-Geral de Angola era Rosa Coutinho (o Almirante vermelho), era cunhado do Agostinho Neto*

e membro do MFA, deu armas à população afecta ao MPLA e por isso a situação ficou ainda mais complicada…

- A tua vinda foi ainda numa altura calma, tiveste tempo para arrumar tudo…
- *Antes de partir, atulhei o meu Toyota, que tu conheceste, com várias coisas e despachei-o por via marítima. O meu irmão que lá ficou mais alguns meses, pagou a vários militares madeirenses que tinham pouca bagagem e mandou uns oito caixotes de madeira, mas dois desapareceram depois de chegarem ao BII-19, no Funchal.*

- E quando chegaste à Madeira…?
- *Chegámos ao Funchal no dia do meu aniversário, 31/3/1975. Tinha 31 anos de idade. A minha mãe, que foi professora do Magistério Primário e morreu em Luanda, tinha uma irmã que ficara na Madeira e trabalhava na Previdência Social. A casa onde vivia era dos meus avós maternos, no Livramento e fomos viver para lá. Mas era uma casa pequena e sem condições e quando chegaram os meus cunhados e um dos meus irmãos, ficámos lá todos. Com a minha tia solteira éramos três casais com filhos, meu irmão tinha um, eu tinha uma filha e os meus cunhados (marido e mulher) tinham dois rapazes. Só mais tarde é que chegaram o meu pai e o meu irmão mais novo que ainda era solteiro. Próximo da Ribeira Brava ainda vivia a minha avó paterna, mas era distante do Funchal. Também o irmão do meu pai tinha regressado da Venezuela e agricultava a pouca terra existente. Portanto, apesar de tudo, a melhor hipótese era casa do Livramento…*

- E as coisas correram bem?
- *Nem por isso… O que mais estranhei foi a falta de amigos e a sociedade funchalense era muito fechada. Era completamente diferente daquela de Luanda. O emprego que estava como certo, não foi possível porque o Governo português estava a nacionalizar tudo e como a Empresa de Cervejas da Madeira era importante, fora também… Nessa altura, qualquer situação, mesmo de admissão de pessoal, era considerado um acto de sabotagem económica e, por isso, não fui admitido…*

- E que fizeste?

- *À volta da casa materna tinha terreno e eu com o meu irmão plantámos de tudo um pouco. Ficámos com bolhas de água nas mãos, desabituadas àquele tipo de trabalho mas, ao fim de algum tempo, a terra foi generosa e os vizinhos até se admiraram com a quantidade de cenouras, couves, alfaces e várias leguminosas que colhemos…A terra estava há muitos anos sem produzir, por isso, deu muito e bem…*

- O emprego, como surgiu?

- *Eu e a minha mulher, ficámos atentos às notícias dos jornais e entretanto surgiu o concurso da Caixa Geral de Depósitos e também do Banco Português do Atlântico. Tivemos explicações de cálculo comercial e estudámos outras disciplinas de interesse. A pessoa que nos deu explicações nem nos cobrou qualquer importância, vendo a nossa situação. Depois entrei para a Caixa Geral de Depósitos e quando lá estava há uma semana chamaram-me do BPA. Alguém me aconselhou a continuar onde estava, porque era mais seguro, devido a ser um banco estatal. E foi a melhor opção, de facto. Depois, nasceu mais uma filha, construí a minha casa com um empréstimo e o meu irmão também construiu outra, ao lado da minha. E cá estou eu a viver dos rendimentos, da minha reforma…*

Agradeço a tua predisposição em partilhares comigo a fase, provavelmente, mais difícil da tua vida…!

ANEXO – G

***Entrevista a uma cidadã portuguesa residente numa zona próxima da capital, Luanda*: Maria Martinha Gonçalves de Jesus Freitas**

1 – Nome, naturalidade, data nascimento, estado civil e agregado familiar na altura da sua integração social na província de Angola.

- *Nascida a 11/11/1948, actualmente, viúva e professora aposentada. O agregado familiar aquando da ida para Angola: duas pessoas – eu o meu marido. Posteriormente, nasceram dois filhos.*

2 – Por que razão foi viver para Angola?

- *Fomos viver para Angola após o casamento. Eu fui por curiosidade em conhecer uma outra região portuguesa, na altura. E era África. Havia lá melhores condições de trabalho e, principalmente, os salários eram maiores.*

3 – Com que idade chegou a Luanda?

- *Com 24 anos.*

4 – Como era o relacionamento entre brancos e negros (na escola, vida de bairro, …)?

- *Na zona onde vivi, havia um bom relacionamento entre brancos e negros, quer no ambiente de trabalho, quer no ambiente social. Era frequente ver, tanto uns como outros, a conviverem em cafés, por exemplo. Na escola tinha só alunos negros.*

5 – Poderia dizer que havia camaradagem e igualdade social?

- *Camaradagem até havia, mas igualdade social não. Havia os costumes e tradições sociais da população local e era difícil mudar. Os negros tinham menos poder económico do que os brancos, isso era evidente. Nalguns aspectos até gostavam de "imitar" os brancos, ter um tipo de vida um pouco parecido com a dos brancos – na compra dos bens do dia-a-dia, na educação/instrução dos filhos, mandando-os à escola, por exemplo.*

6 – Quando lá estive na tropa, sempre me impressionou aquela extensa península, a que chamavam a "Ilha"… era um local espectacular! Pode descrever um pouco como era…?
- *A Ilha de Luanda era um lugar aprazível. Era um local de passagem, para descansar. Havia restaurantes, bares e até casas particulares de alguns senhores, para férias ou fins-de-semana. Era um local para convívios sociais.*

7 – Qual foi o seu primeiro emprego?
- *Fui para lá como professora e trabalhei logo no primeiro ano que lá cheguei.*

8 – Foi lá professora. Tinha muitos negros como alunos?
- *Os alunos eram todos negros e as turmas eram grandes, mas todos tinham interesse em aprender.*

9 – Teve outra ocupação? O seu marido onde trabalhava?
- *Não. E o meu marido trabalhava numa empresa açucareira, privada.*

10 – Quer relatar algum facto que marcasse profundamente a sua vida?
- …

11 – Há outros episódios ou situações que pudesse dar a conhecer?
- …

12 – Quando se deu o 25 de Abril e se anunciou a data da independência de Angola, acreditou num futuro com prosperidade e paz social? E a opinião do seu marido?
- *A princípio houve medo. Medo do que poderia acontecer se os negros não quisessem lá os brancos para construírem, com eles, um país novo. Dava para acreditar que, se houvesse um bom governo, sem influência de forças exteriores, poderia haver prosperidade, uma vez que, enquanto os portugueses lá estiveram, Angola prosperava e crescia. Poderia haver paz social, se não houvesse forças exteriores a lutarem uma contra as outras, levando os angolanos a lutarem, também, uns contra os outros.*

13 – E depois, o que se passou em Luanda ou no local onde vivia?

- *Depois de algumas lutas de guerrilha em Luanda, chegou a vez do local onde vivíamos (Bom Jesus, perto de Catete) ser atacado. E num belo dia, ao amanhecer, lá estávamos a ser alvo de ataque. Durou dois dias (30 e 31 de Maio de 1975). Foram dois dias de medo e como o meu marido ofereceu resistência, atiraram sobre ele, provocando-lhe a morte. Ao terceiro dia fomos evacuados para Luanda.*

14 – A sua permanência em Angola, até Julho de 1975, valeu a pena ou só serviu para se expor, com risco da própria vida?
- *Valeu a pena ter ido a Angola. Fui conhecer outras gentes, outra cultura.*

15 – Nunca questionou as políticas de influência e controlo regionais das duas super potências como nocivas para a política interna portuguesa?
- *Se não tivesse havido políticas de influência com controlo regionais, talvez não tivesse havido lutas (guerrilhas) entre os próprios angolanos. Assim, cada grupo afecto a uma determinada política, lutava contra a outra.*

16 – Teve conhecimento dos episódios às portas de Luanda (FNLA, aguarda por Holden Roberto) e dos militares portugueses dizimados quando se preparavam para dialogar, apaziguando militares da MPLA e da Unita, num bairro de Luanda (Abril de 1975)?
- *Não.*

17 – Em que data chegou à Madeira?
- *Em Julho de 1975.*

18 – E as coisas correram bem?
- *Correram bem com o apoio da família e de pessoas amigas.*

19 – O facto de ter parte da família já integrada na sociedade funchalense, facilitou também a sua integração?
- *Viemos viver para uma comunidade rural de onde sou natural. A reintegração foi fácil.*

20 – Onde ficou colocada para dar aulas? Teve alguma dificuldade em arranjar escola?
- *Fiquei colocada a dar aulas numa escola cá, em Santana. Na época, era fácil concorrer e arranjar lugar numa escola perto de casa.*

21 – Lamenta as agruras e a vida atribulada, que a Revolução de Abril/74 lhe provocou ou já conseguiu ultrapassar a questão?
- *Lamento as agruras e a vida atribulada, mas reconheço que a Revolução de Abril/74 foi um "mal necessário". Já consegui ultrapassar.*

22 – Pensa ainda como poderia ter sido a sua vida em Luanda, numa solução colonial ou na possibilidade dum governo negro que fosse eficaz e mantivesse uma paz duradoura?
- *Não.*

23 – Qual a sua interpretação aos tratados assinados com os movimentos de libertação das colónias portuguesas, denominado "Acordo do Alvor"?
- *Os tratados assinados no "Acordo do Alvor", na teoria eram bons e cheios de boas intenções, mas não passou disso. Acho que as pessoas não estavam preparadas para mudar mentalidades. Nem os políticos, da altura, tiveram força, discernimento ou até coragem de pôr esses tratados em prática.*

24 – Quer opinar sobre os desfechos na África do Sul (Pós-Apartheid) e também na ex-Rodésia, hoje Zimbabwe, de Robert Mugabe.
- …
25 – Actualmente, a sua vida e a dos seus filhos, pode dizer-se que está normalizada?
- *Sim. Todos temos uma vida normalizada, actualmente.*

26 – Em que se ocupam os seus filhos? Recordam-se de algum episódio de Angola?
- *Tenho dois filhos, uma rapariga e um rapaz. Ela é técnica de turismo e trabalha numa agência de viagem. Ele é advogado. Tem escritório em Santana, mas actualmente exerce as funções de assessor, ao Presidente da Câmara de Santana.*

Funchal, 29 de Abril de 2010

ANEXO – H

Entrevista a um cidadão português, ***Daniel Jorge de Sousa Figueira da Silva****, natural do Funchal. Prestou serviço militar na Província de Moçambique, como "comando".*

Primeiro algumas clarificações:

1-Relativamente à independência de modelo Bloco de Leste/China

A luta pela independência foi financiada e armada por esses países: URSS, seus satélites (RDA - Checoslováquia) e, por vezes, pela China. Logo, quando a questão da independência se colocou, obviamente que estes "amigos" quiseram salvaguardar e, se possível, rentabilizar o seu investimento (Angola e Moçambique territórios com enormes recursos em terra e no mar). Atendendo ao recuo da América na cena internacional (com a derrota/saída do Vietnam a prioridade dos americanos era digerir o trauma dessa derrota, tratar dos feridos e deficientes, reintegrar socialmente os veteranos e apaziguar o clima interno; não estavam minimamente interessados em envolverem-se numa disputa por uns distantes territórios africanos. Por outro lado em Portugal vivia-se o clima do PREC e pós PREC, Portugal não tinha a vontade nem os meios (vidé Timor) para defender outra solução. Era tarde de mais. A política ultramarina portuguesa há muito que fora condenada. Orgulhosamente sós só serviu para isolar o País e para trazer sofrimento aos que viviam nesses territórios (retornados, purgas e guerra civil entre os africanos). De notar que todos os países colonizadores já tinham saído de África. E se Ingleses, franceses, belgas já tinham sido forçados a sair, como poderia Portugal, pequeno, pobre e subdesenvolvido País, ter permanecido?

Durante 14 anos as Forças Armadas suportaram uma guerra para dar tempo aos políticos para encontrarem uma solução política. Como habitualmente (salvo algumas, poucas, honrosas excepções) os políticos interessavam-se mais pelos tachos do que em procurar soluções.

2-Porque,depois de alguns meses, achei que a guerra não era solução…

Angola e Moçambique eram territórios imensos, muitas vezes maiores que Portugal. Não havia homens nem material que pudessem controlar efectivamente todo o território. Impossível impermeabilizar as fronteiras.

Por outro lado, fora das cidades e dos aglomerados importantes, a presença portuguesa era praticamente inexistente. As populações não falavam português (se um em cada mil falasse alguma coisa já era uma sorte), não existiam escolas (curiosamente, em algumas bases e aldeamentos dominados pela Frelimo, encontrei ardósias feitas de madeira branca, com linhas e letras desenhadas a lápis), não existiam hospitais, postos médicos ou enfermeiros. Mato puro. Tirando alguns trapos, as populações viviam como há séculos. Da administração portuguesa por vezes tinham o azar de conhecer os tipos da Pide e os cipaios da administração.
Nada os atraía para o nosso lado. Éramos nitidamente o ocupante.

1 – Identificação: Nome completo; Data nascimento; Naturalidade; Estado civil… composição do agregado familiar na altura da incorporação no exército.
Daniel Jorge de Sousa Figueira da Silva, natural do Funchal; estado civil, casado…
Agregado familiar: 9 pessoas.

2 – Qual o teu estado de espírito quando tinhas 17 anos?
Orgulho por ser português, do Portugal do Minho a Timor, graduado da Mocidade Portuguesa.

3 – Durante a recruta, especialidade e preparação para a guerra colonial, quais as perspectivas e o que sentiste em relação à tua participação?
Que se tratava de defender a Pátria.

4 – Que episódios te marcaram ao te despedires da família?
Na realidade eu estava entusiasmado com a hipótese de sair da Madeira e de ter a hipótese de conhecer África.

5 – Que sensações te despertaram ao pisares solo angolano e ao conheceres Luanda e a região para onde te mandaram em comissão de serviço?
Luanda, naquela altura, era uma cidade de sonho. Uma marginal lindíssima, com coqueiros debruando o lado de terra da baía, do outro lado a ilha com as suas praias que conheci mais tarde. Uma baixa limpa e bem ordenada. Um ambiente exótico nos

cheiros e nas cores. Os "sinaleiros" na sua farda colonial dirigindo o trânsito, as pessoas vestindo informalmente, nada de fatos ou gravatas, roupa de cor clara, as coloridas vestes das negras, a sensação de desenvolvimento, prédios e estradas cresciam todos os dias, a vegetação tropical, os horizontes largos, as estradas de terra vermelha a caminho do CIC (Centro de Instrução de Comandos), enfim, uma África que excedia os meus sonhos.

6 – Queres descrever o quotidiano, na tua experiência de combatente.
Após três meses em Luanda, 2ª parte do curso de Comandos, partimos para Moçambique, onde desenvolvemos intervenções nos distritos de Cabo Delgado e Tete, entremeadas de períodos de descanso na Ilha de Moçambique.

7 – Pensaste muito na possibilidade da tua sobrevivência?
Claro que depois de conhecer a sério a guerra, todos pensávamos na sobrevivência. Valeu-nos a nossa excelente preparação, o facto de não estarmos por muito tempo no mesmo sítio e o facto de fazermos muitas operações com largada por helicóptero fugindo assim ao flagelo das minas e emboscadas. A tropa "normal", de quadrícula, foi a carne para canhão daquela guerra.

8 – Sentiste a hipótese de morrer ou "*viste a morte à frente dos olhos*"?
Muitas vezes.

9 – Queres narrar o episódio mais aterrador durante um combate mais difícil?
Prefiro manter as boas recordações de África.

10 – Alguma vez questionaste a utilidade da guerra colonial?
Claro que após algum tempo essa questão era inevitável e a consciência de que não era solução foi crescendo.

11 – Quais as tuas perspectivas quanto ao desfecho da guerra em Moçambique?
Conduzir a uma solução que originasse um país em que brancos e negros pudessem viver em paz (tipo Brasil).

12 – Nos últimos meses de permanência, sentiste aumentar a tua ansiedade?
Claro, especialmente nas intervenções em Cabo Delgado.

13 – A tua opção pelos "Comandos" foi voluntária ou inevitável?
Foi voluntária, no desejo de pertencer aos melhores e aos melhor preparados.

14 – Quando se deu o 25 de Abril de 1974, já estavas em situação de disponibilidade, ou seja, estavas na "*vida civil*". Estavas integrado socialmente e tinhas emprego?
Sim.

15 – Qual a tua interpretação aos tratados assinados com os movimentos de libertação das colónias portuguesas, denominado "Acordo do Alvor"?
Obviamente que fomos simples "marionetes". As decisões foram ditadas por Moscovo e Washington, com vantagem para os primeiros já que os americanos viviam o trauma da retirada do Vietnam e estavam numa fase de refluxo internacional, sendo a sua prioridade a política interna.

16 – A tua opinião, daquela época, ainda hoje permanece?
Como disse Mário Soares, só os burros é que não mudam. Lamento as guerras civis pós-independências, muito mais devastadoras que a guerra colonial. Lamento o tempo perdido. Mas acredito no desenvolvimento da democracia, da multiracialidade e da cooperação entre os países da CPLP.

17 – Opina sobre os desfechos na África do Sul (Pós-Apartheid) e também na ex-Rodésia, hoje Zimbabwe, de Robert Mugabe.
Não simpatizávamos com o apharteid. Felizmente já lá vai. E, no caso da A. S. sem grandes sobressaltos graças ao grande Mandela. Pena não ter sido assim no Zimbabwe, naquela altura o celeiro de África. Só no pós-Mugabe poderá renascer a esperança.

18 – Neste tema, se te fosse colocada a questão: *Se soubesse o que sei hoje…* como acabarias a frase?

Teria feito as mesmas opções. Foi a experiência mais importante da minha vida, melhor, foi a experiência que moldou a minha vida.

19 – Sentes-te herói ou simplesmente com a satisfação de teres sido capaz duma missão: patriótica/inevitável/de dever/…?
De missão cumprida. Os verdadeiros heróis foram os que lá perderam a vida ou, pior ainda, os que ficaram estropiados. De ambos os lados.

20 – A tua missão em Moçambique alterou significativamente a tua vida/Forma de pensar/perspectiva de vida/a tua personalidade ou saúde sofreu mazelas?
Já referi que foi a experiência que moldou a minha vida. A saúde não se ressentiu e não tenho traumas.

21 – No seio familiar, relatas/comentas a tua experiência e vida militares?
Só recordo os bons momentos de África: as paisagens, os animais, os fundos de coral da Ilha de Moçambique.

22 – Qual a composição do teu agregado familiar?
Mulher e filha.

23 – Actualmente em que te ocupas? Profissão… Aposentação?
Reformado.

ANEXO - I

Entrevista ao ex-Furriel Milº, "Comando" em Angola, José Isidro Melim de Góis Pinto, natural de Machico.

1 - Identificação: Nome completo; Data nascimento; Naturalidade; Estado civil… composição do agregado familiar na altura da incorporação no exército.

1- *José Isidro Melim de Góis Pinto, 25-03-1950, Freguesia e Concelho de Machico, solteiro, pai, mãe e um irmão solteiro.*

2 – Qual o teu estado de espírito quando tinhas 17 anos?

2- *Espírito de conhecer outro mundo, outros povos e civilizações.*

3 – Durante a recruta, especialidade e preparação para a guerra colonial, quais as perspectivas e o que sentiste em relação à tua participação?

3- *Durante a recruta não tive grandes perspectivas para a guerra colonial, porque estava emigrado em França e vim voluntário para o exército, estive dois meses e meio em Caldas da Rainha, no curso de Sargentos Milicianos e após o curso ofereci-me para a especialidade de Comandos que foi efectuada em Angola, num clima de perigo e disciplina.*

4 – Que episódios te marcaram ao te despedires da família?

4- *A despedida da família não foi nada de anormal, porque como já estava ausente foi mais uma saída para outra aventura.*

5 – Que sensações te despertaram ao pisares solo angolano e ao conheceres Luanda e a região para onde te mandaram em comissão de serviço?

5- *África é uma terra completamente diferente da Europa, quer pelo clima quer por suas gentes, quer pelo modo de vida diferente do Europeu.*

Quando pisei solo Africano pela primeira vez, senti, ao sair do avião, que estava num mundo diferente logo pelo clima, ao sair de Portugal estávamos no Inverno, quando em Angola estava uma temperatura superior a 30º graus.

Ao chegar a Luanda, fui encaminhado para um descampado na Barra de Cuanza, próximo ao autódromo de Luanda, existindo somente capim, para aí montarmos as tendas, onde passámos quinze dias devido a estar a terminar um curso no Centro de Inspecção dos Comandos.

Durante esses quinze dias não foi permitida nenhuma visita à cidade, para não haver contactos entre os que estavam a acabar o curso e os que o iam iniciar.

6 – Queres descrever o quotidiano, na tua experiência de combatente.

6- *Após o fim da especialidade formaram companhias que eram compostas por quatro grupos de combate, subdivididos em quatro grupos de cinco homens cada.*

Após a especialidade fomos para o Leste de Angola, mais propriamente para a cidade do Luso que era a capital de Distrito, onde tínhamos o quartel, que servia de base para lançamento das operações.

O quotidiano no quartel em dias normais começava com a formatura às oito horas em que era obrigatório a presença de todos os elementos devidamente fardados e equipados. Após a formatura era dada uma aula de ginástica militar, seguida muitas vezes de treino de tiro. Tudo isto somente nos dias que passávamos no quartel, porque os outros quinze dias partíamos para vários destacamentos, onde efectuávamos diversas operações em todo o Leste de Angola.

7 – Pensaste muito na possibilidade da tua sobrevivência?

7- *Na minha tropa havia uma máxima referente à sobrevivência "matar para não morrer", porque sendo uma guerra de guerrilha era muito importante estar preparado física e psicologicamente nunca abandalhando, como se dizia na gíria militar, porque o inimigo está sempre à espreita sendo tão bons como nós.*

8 – Sentiste a hipótese de morrer ou "*viste a morte à frente dos olhos*"?

8- *O lançamento na mata, era uma incógnita, porque éramos lançados em zonas de contacto com o inimigo, zonas essas que muitas vezes a tropa normal "tropa macaca" não penetrava.*

No "briffing" que fazíamos antes da operação já sabíamos tudo o que iria decorrer quer nos assaltos aos acampamentos, quer emboscando nas zonas de passagem obrigatórias, quer nos raids de pirataria com cinco allonetes e um hélio canhão a perseguir o inimigo que muitas vezes durante a madrugada flagelava os destacamentos da nossa tropa com morteiros e canhões sem recuo regra geral a poucos quilómetros da fronteira da Zâmbia.

9 – Queres narrar o episódio mais aterrador durante um combate mais difícil?

9- *A ocasião em que senti a morte à frente dos olhos, foi numa pirataria em que saímos de helio do Luso para a zona do Menongue em perseguição de um grupo de guerrilheiros que tinha atacado um destacamento, quando encontrámos o trilho em que iam em direcção à Zâmbia, fomos atacados terra ar, em que abateram um hélio, morrendo o piloto e um cabo e ferindo dois soldados. Nessa operação fiquei na mata fazendo protecção ao hélio acidentado, com uma equipa de cinco homens sem ração de combate, com um cantil de água e um rádio de transmissões.*

10 – Alguma vez questionaste a utilidade da guerra colonial?

10- *Muitas vezes questionei a utilidade daquela guerra especialmente quando acontecia mortes e feridos, porque estávamos numa terra que chegava para todos fossem brancos ou negros.*

11 – Quais as tuas perspectivas quanto ao desfecho da guerra em Angola?

11- *A guerra em Angola era uma batalha ganha porque estávamos bem estruturados no terreno e estavam a abrir vias de comunicação pelo interior com boas estradas que aproximavam as cidades e criava pólos de desenvolvimento no interior.*

12 – Nos últimos meses de permanência, sentiste aumentar a tua ansiedade?

12- *Nos últimos meses de permanência em Angola, com o fim da comissão próximo, toda a gente ressente-se do cansaço, esperando que o tempo passe depressa, aumenta a saudade da família e da terra.*

13 – A tua opção pelos "Comandos" foi voluntária ou inevitável?

13-*A minha opção pelos Comandos foi voluntária, porque como já mencionei, estava em Paris e vim de propósito para a tropa. Nunca me arrependi, afastando os maus momentos, foram os tempos mais bem passados da minha vida, devido ao espírito de grupo, amizade e camaradagem.*

14 – Quando se deu o 25 de Abril de 1974, já estavas em situação de disponibilidade, ou seja, estavas na "*vida civil*". Estavas integrado socialmente e tinhas emprego?

14- *Cheguei à Madeira a 1 de Abril de 1974, entretanto dá-se o 25 de Abril com todas as manifestações já conhecidas, andei à procura de emprego, até que abriu um concurso para a Segurança Social, entrei em Junho de 1974, efectivo.*

15 – Qual a tua interpretação aos tratados assinados com os movimentos de libertação das colónias portuguesas, denominado "Acordo do Alvor"?

15- *"O Acordo de Alvor" foi uma fantochada dos principiantes a políticos e dos militares do movimento. A missão foi entregar as colónias sem salvaguardar as pessoas e bens, tendo terminado uma guerra para começar uma outra civil mais sangrenta que a anterior deslocando populações das zonas de conflito para as cidades, sem condições de subsistência.*

16 – A tua opinião, daquela época, ainda hoje permanece?

16- *A minha opinião presentemente é pior do que na altura, porque li e pesquisei a melhor solução para Angola era maior abertura para os naturais, fossem de que raça fossem, quer brancos quer negros, após a independência houve milhões de mortos, milhões de refugiados, milhares de órfãos, milhares de mutilados devido às minas, centenas a morrer à fome por dia, concluindo centenas de tragédias.*

17 – Opina sobre os desfechos na África do Sul (Pós-Apartheid) e também na ex-Rodésia, hoje Zimbabwe, de Robert Mugabe.

17- *A minha opinião sobre a África do Sul e Zimbabué, são países que devido à mudança de governação conseguiram manter-se sem entrar em guerrilhas politicas. Na África do Sul o Nelson Mandela, conseguiu manter a união entre*

brancos e negros o que não se conseguiu no Zimbabwe, porque enveredou por uma solução mais radical expropriando as fazendas aos brancos, tornando um país rico e próspero ao nível da agricultura, numa nação sem meios de sobrevivência.

18 – Neste tema, se te fosse colocada a questão: *Se soubesse o que sei hoje…* como acabarias a frase?

18– *Se soubesse o que sei hoje, manteria os mesmos ideais e as mesmas condições.*

19 – Sentes-te herói ou simplesmente com a satisfação de teres sido capaz duma missão: patriótica/inevitável/de dever/…?

19- *Nunca me senti herói mas com a satisfação de ter sido capaz duma missão de dever cumprido.*

20 – A tua missão em Angola alterou significativamente a tua vida/Forma de pensar/perspectiva de vida/a tua personalidade ou a tua saúde sofreu mazelas?

20- *A minha missão em Angola não alterou em nada a minha vida, pelo contrário alterou um pouco a minha personalidade, tornando-me mais maduro, devido aos testes a que fui submetido no Curso de Comandos, que tive de aplicar depois na vida prática, no tempo que estive na mata transportando para a vida civil, a força de vontade, a determinação, o querer, a persistência, a camaradagem, tornando-me mais sensível às situações.*

21 – No seio familiar, relatas/comentas a tua experiência e vida militares?

21- *Raramente falo da passagem pela vida militar, só se alguém abordar o assunto e se proporcionar imagens do Ultramar.*

22 – Qual a composição do teu agregado familiar?

22- *O meu agregado familiar é composto pela minha esposa, um filho de 27 anos e um sobrinho que é solteiro e órfão de pai e mãe.*

23 – Actualmente em que te ocupas? Profissão… Aposentação?

23- *Presentemente estou aposentado da função pública, trabalhei na Segurança Social, continuo com um gabinete de contabilidade e seguros.*

24- *As deslocações para o palco de guerra eram de helicóptero, só para estratégia de alguma operação éramos lançados de carro.*

25- *Quanto à periodicidade das operações podia ser de um dia, mas regra geral eram de três dias, éramos lançados à tarde para alcançarmos o objectivo durante a noite e recuperados passados dois dias.*

26- *Nós tínhamos quinze dias de descanso em cada saída para os destacamentos, a nossa base era na cidade de Luanda quando estávamos no Norte e a cidade do Luso quando estávamos no Leste.*

ANEXO – J

– Entrevista ao Sr. Major General José Alberto Reynolds Mendes:

1 – Identificação: Nome completo; Data nascimento; Naturalidade; Estado civil… composição do agregado familiar na altura da incorporação no exército.

José Alberto Reynolds Mendes, nascido a 9/4/1939 e natural da freguesia da Sé, Concelho do Funchal. Estado civil: casado.

2 – Quando se manifestou o interesse em integrar os quadros do exército português e como iniciou a sua carreira militar?

Conclui o 7º Ano (Ciências Gerais) no Liceu Nacional do Funchal, em 1957, e, com 18 anos, concorri à frequência da Escola do Exército – a qual passou a ser denominada por Academia Militar em 1959.

3 – Mas para entrar na Academia não era necessário ser filho de militar?

Não. As condições eram as que acabei de mencionar e eram admitidos concorrentes de todos os pontos do País, desde que possuíssem as necessárias habilitações literárias. Podiam concorrer oriundos do Colégio Militar, estes concorrentes a todos os cursos da Escola/Academia, e também alunos dos Pupilos do Exército, que entravam directamente para o 1º Ano do Curso do Serviço de Administração Militar. Os candidatos provenientes destes dois Estabelecimentos de Ensino Secundário eram, na sua maioria, filhos de militares.

Os Cursos da Escola do Exército/Academia Militar eram de 3 anos, à excepção do Curso de Administração Militar que, em consequência da preparação prévia exigida para o concurso, era apenas de 2 anos. Seguia-se o tirocínio, em continuação do Curso, frequentado já com o posto de Aspirante a oficial, nas Escolas Prática das Armas e do Serviço de Administração Militar. As Escolas Práticas situavam-se em diversos locais: Mafra, Infantaria, Vendas Novas, Artilharia, Sacavém, Engenharia, Santarém, Cavalaria, Transmissões, Porto, Entroncamento, Serviço de Material e Lisboa, Administração Militar.

4 – A preparação, para a sua 1ª comissão de serviço numa província ultramarina, como e onde teve lugar. Para que província?

O Tirocínio do meu Curso, em Mafra, deveria durar de Outubro de 1960 a 30/11/1961. Em princípios de Abril. Em princípios de Abril, face aos acontecimentos de 4 de Fevereiro e de 15 de Março em Angola, e uma vez que o Tirocínio não estava concluído e não havia, portanto, uma classificação final, tirámos sortes. Fui dos primeiros a ser mobilizado, e um grupo de Aspirantes apresentou-se, cerca de 10 de Abril, no Regimento de Abrantes. Em 19 de Abril, graduado em Alferes (antiguidade só contaria a partir de 1 de Dezembro, data normal da promoção), segui para Angola, por via aérea, integrando, como comandante de um Pelotão, a Companhia de Caçadores nº 89. Toda a Companhia seguiu em aviões da FAP. Entre Abril/1961 a Abril/1963, cumprimos missões diversas, em vários pontos daquele território: Primeiro em Luanda, 3 meses, no controlo das estradas e outros acessos àquela cidade, depois, durante cerca de 10 meses, em Quitexe, Vista Alegre, Cabamba, Aldeia Viçosa, Fazenda Esmeralda Maria, etc..

5 – Na sua valorização como militar de carreira, que momentos foram determinantes?

Em Maio de 1963, recém-chegado de Angola, no final da Comissão, fui nomeado como instrutor do1º Curso de Operações Especiais, tipo "Ranger", no Centro de Instrução de Lamego, para o qual tivemos, durante 3 semanas, uma preparação especial. Seguiu-se aquele curso com a duração de cerca de 2 meses. Depois, estive cerca de um ano no Funchal, e fui mobilizado para Angola, já como Tenente, tendo assumido, em substituição do anterior Comandante, que completara a sua comissão, o comando da Companhia da Caçadores nº 453, em 1964-65.

Os ensinamentos colhidos no Curso de "Rangers" foram especialmente úteis para o exercício do comando daquela Companhia, nomeadamente no que respeitava ao planeamento e conduta das operações. Depois, em 1966, durante 4 meses, frequentei o Curso de Comandos, em Luanda. Este foi, claramente, aquele que, pelas enormes exigências de natureza física e psíquica a que obrigava, e pelos ensinamentos obtidos – e isto sem esquecer a experiência adquirida durante os três anos de serviço cumpridos em Angola, dos quais dois em Teatros de Operações, e do Curso de Rangers – foi determinante para uma muito ampla preparação para enfrentar, no âmbito

operacional, o tipo de guerra que enfrentávamos. As missões a cumprir, o conhecimento dos processos e hábitos da guerrilha que enfrentávamos, o profundo respeito pelas populações angolanas, a maior parte das vezes envolvidas, sem o desejar, entre duas visões diferentes sobre o futuro de Angola, logo, sobre o seu próprio futuro, proporcionaram entendimentos e experiência que influenciaram a minha carreira militar.

Por exemplo, em 1967, durante uma missão em área da Sueste do Lago Dilolo, a Leste da povoação e da Estação de Luacano, do Caminho-de-Ferro de Benguela, enfrentei uma situação muito especial, um autêntico ser posto à prova mais como homem do que como militar, a qual considero ter marcado muito positivamente o meu modo de ser e de estar na vida.

Um determinado movimento de guerrilha tinha procurado instalar-se na zona, não guarnecida pelo nosso Exército, mas face à pouca receptividade da população tinha procurado impor-se pelo terror, matando vários sobas. Dada a situação, tinha levado um intérprete, munido de Megafone, para a eventualidade de poder comunicar com as pessoas, escondidas nas matas, que receassem o nosso contacto. A determinada altura, foram referenciados 4 ou 5 elementos da população, a cerca de 200, 250 metros da posição em que nos encontrávamos, e que não nos tinham visto. O nosso pessoal tinha-os detectado e preparava-se para abrir fogo. Só se avistava população. Isto não implicava, de per si, que estivessem guerrilheiros ocultos, que se resguardassem, usando a população como isco. Nem disso me lembrei, na altura: era população, nunca ordenaria se fizesse fogo. Nessa ocasião tive de gritar, várias vezes, para que os soldados não disparassem. O resultado foi altamente compensador.

Recuperámos, no decorrer da operação, 430 pessoas, que transportámos em duas colunas de viaturas, de dois diferentes locais, para o Luacano: uma população que ali se fixou, abandonando o nomadismo forçado em que vivia, e passou a confiar nos portugueses. Só no mês seguinte, mais de 700 pessoas foram apresentar-se no Luacano, Terminei, logo após, aquela comissão de serviço. Em 1969, no decurso de uma outra operação, cujo objectivo era situado em área distinta, pude verificar o aumento populacional daquela vila.

O movimento de guerrilha em causa nunca conseguiu instalar-se na vasta região entre o Luacano e os dois Países das fronteiras a Leste.

6 – Pode distinguir, nos sucessivos palcos de guerra que experimentou, a evolução de técnicas e armamentos utilizados, quer pelo exército português ou pelos guerrilheiros?

No início da guerra, os atiradores estavam armados com as antigas Esp Mauser, os oficiais e sargentos com a P. Metr. FBP. A partir de Setembro/Outubro de 1961, passámos a dispor da Esp Autm. G-3, que armava todos os combatentes. Isto no que respeita a armamento individual. As armas colectivas eram de boa qualidade, robustas e precisas.

As tropas paraquedistas, dispunham, desde a sua criação, salvo erro, da Esp Autm. "Armalite", leves e muito precisas, de fabrico americano.

Os guerrilheiros dispunham, inicialmente, de armas improvisadas – canhamgulos, de algumas armas de caça, normalmente obtidas nos saques às fazendas de café, acan de açúcar, sisal, etc., e de algum armamento recebido através das fronteiras. Posteriormente, com o apoio aberto ou encoberto de certos países, obtiveram o fornecimento de Metr. Lig. Degtyarev, de Esp. Autm. Kalashinicov, de fabrico russo, bem como o lança-granadas RPG – 7. Os principais fornecedores do MPLA e, depois, da Unita eram a URSS e a RPChina. Havia apoios de outros tipos, prestados através de missões protestantes e por outros processos, da parte de países ocidentais. Seriam razões humanísticas, ou o conhecimento das enormes riquezas daqueles Territórios o que, verdadeiramente, os impelia?

Cerca dos anos 70/71, houve um certo entendimento entre a Unita e o Exército Português, traduzido pela cessação de confrontos, de confrontos mútuos. Essa situação veio a modificar-se, em 1974, por uma inqualificável quebra da situação, da nossa responsabilidade.

7 – Dessas experiências, recebeu estratégia e planos mais adequados e de maior eficácia nas acções ofensivas?

A Direcção Geral de Segurança (ex-PIDE) controlava em termos de instrução e administrativamente, Grupos Espaciais, denominados "Flechas", constituídos quase no seu todo, por antigos guerrilheiros dos movimentos independentistas. O seu emprego operacional efectuava-se, de um modo geral, sob coordenação e comando das nossas Forças, salvo em caso de objectivos pontuais, em que poderiam agir isoladamente, mas sempre nas condições de controlo que mencionei acima.

Em 1972-1973 estive, por convite, como Adjunto da Repartição de Operações do Quartel-General do Comando Chefe das Forças Armadas de Angola, ainda com o posto de Capitão. Tinha sob minha responsabilidade o acompanhamento da situação em diversas Zonas de Acção (ZA), e a missão de a reportar ao meu Chefe directo. As ZA eram: A Região Militar Leste (com decrescente actividade da guerrilha), Zona Militar Centro, Zona Militar Sul (onde ocorreu, na altura, uma pequena agitação tribal, que foi sanada) e São Tomé e Príncipe.

O que se segue corresponde à actuação dos Agrupamentos de Comandos, tipo "Siroco", e que forneci, na altura, mais pormenores. Estes dados correspondem ao período de 1969-1972, em que participei como Of. De Operações e Informações, em 3 deles, e comandei a fase intermédia – 1 mês e 10 dias – do 4.º, i.e. em 1972.

Quando eram necessárias Forças com maior envergadura, para a execução de operações mais prolongadas, dispúnhamos de três companhias de "Comandos" e Grupos Especiais: "Flechas", CE's e "Fiéis" (ex-congoleses). Estes agrupamentos denominavam-se "Siroco" (vento do Norte de África). Para estas operações era-nos então, atribuídos meios aéreos em permanência – uma esquadrilha de helicópteros (5 de transporte de pessoal e 1 heli-canhão), um avião ligeira para reconhecimento e ligação, e o respectivo pessoal de manutenção.

As operações dos "Comandos" podiam durar cerca de 3 meses, havendo, normalmente, uma semana intermédia de descanso.

As unidades de "Comandos" eram exímias nas suas actuações de combate, procurando atingir os objectivos atribuídos por inteira surpresa. Os "turras" como às vezes os designávamos, diziam: "Tropa que não faz tiro é "Comando".

8 – Sentiu a hipótese de morrer ou "*viu a morte à frente dos olhos*"?

- *Não. Talvez por nunca ter pensado nisso e por, em cada situação de risco, procurar com a possível serenidade, que era indispensável, diga-se, reagir do melhor modo.*

9 – Quer narrar o episódio mais aterrador durante um combate mais difícil?

- *Não vivi, creio, nenhum episódio aterrador. Forças de guerrilha combatem-se no terreno e pelos processos da guerrilha, i. e., sem que elas não nos esperem, atingindo*

esse terreno sem sermos detectados, sempre que possível, o que nos conferia o efeito de surpresa e o lançar o combate em terreno que nos era, de um modo geral, desfavorável.

10 – Alguma vez questionou a utilidade da guerra colonial…quando?

- *Embora a nossa presença nos então Territórios de África e da Oceânia e a sua consequente Administração se enquadrassem na definição do Direito Internacional correspondente à situação de "Colónia", nunca aceitei totalmente esse ápodo. Mas devo dizer-lhe que a minha visão sobre uma evolução futura da situação naqueles Territórios, visão, aliás, partilhada por muitos outros militares e civis, era a da criação de novos Estados Soberanos, com tipos de governo a definir, caso a caso, e, certamente, com a manutenção de relações com Portugal – uma Comunidade Portuguesa. Aliás em 1972 ou 73, não precisos bem a data, a Angola e a Moçambique foi atribuída a condição de Estados, ligados a Portugal mas com a concessão de autonomias em várias áreas, entre elas a definição dos seus próprios orçamentos. Se reler as minhas respostas às perguntas 4 e 5, verá que nos empenhávamos, "in a fair way", no combate a forças de movimentos que se digladiavam, eles próprios, entre si, muitas vezes sem respeito pela integridade das populações afectas aos movimentos opositores.*

11 – Em perspectiva, qual seria a província onde se poderia obter uma vitoria militar?

- *A definição mais realista, certamente cínica, da Guerra de Guerrilha, é a de ser aquela em que nenhum dos beligerantes, verdadeiramente, ganha, mas um perde. A minha resposta à pergunta apresentada será, citando Natália Correia, embora em contexto totalmente diverso daquele em que o escreveu, "um puro exercício de ninguém".*

Mas tanto quanto é possível saber-se:

. a situação em Angola estava, sobretudo a partir de meados de 1972, quase totalmente controlada.

. a situação em Moçambique, segundo referencias que ouvia, apresentava o ganho de um controlo crescente das nossas forças.

. a excepção seria a Guiné-Bissau, onde, após a aproximação que se verificou, ainda em vida de Amílcar Cabral, entre as Forças Armadas Portuguesas e (pelo menos

alguns) representantes do PAIGC, aproximação que culminou com o assassinato de dois Oficiais Superiores do Exército Português e de mais alguns militares que iam participar em encontro de negociações e caíram numa emboscada montada por elementos afectos a uma das facções daquele movimento, a situação voltara a deteriorar-se.

Coloco aqui a questão: à ordem de quem foi Amílcar Cabral assassinado?

12 – Na última comissão de serviço sentiu a inutilidade do seu esforço como militar e da política colonial portuguesa?

Terminei a última comissão no então Ultramar Português em 29 de Agosto de 1973. As minhas respostas às perguntas anteriores parecem tornar desnecessária uma resposta. As nossas Forças Especiais, os Grupos Especiais e os militares que honravam as fardas que vestiam e os compromissos que haviam assumido perante a Pátria não estavam afectados pela lassidão. E embora considerassem, de um modo geral, que deveriam ser procuradas soluções que conduzissem a apaziguamentos e a uma paz final, continuavam prontos a prosseguir esforços para que isso fosse atingido.

13 – Nunca questionou as políticas de influência e controlo regionais das duas super potências como nocivas para a política interna portuguesa?

- *A resposta está explícita em afirmações anteriores.*

14 – Na estratégia e políticas coloniais portuguesas, encontrou desajustamentos que indiciavam resultados adversos?

- *Após tantos anos volvidos e o conhecimento da evolução dos factos seria fácil responder: sim! Fácil mas desonesto!*

Mas a nossa política era colonial, pela definição alheia, ou era nacional-ultramarina, na defesa dos nossos interesses e das populações Africanas e Asiáticas?

- *Já se questionou sobre se, por exemplo em Angola, que conheço melhor, existirão ainda as Extensões Rurais de apoio aos agricultores e os Centros Sanitários que procuravam cobrir o Território?*

- Por que razão as pesquisas sobre a existência de petróleo, em Angola, só foram positivas em Cabinda, e foram descobertas tantas jazidas depois da Independência?

14 – Teve conhecimento dos episódios às portas de Luanda (FNLA, aguarda por Holden Roberto) e dos militares portugueses dizimados quando se preparavam para dialogar, apaziguando militares da MPLA e da Unita, num bairro de Luanda (Abril de 1975)?
- *Conhecimento muito vago. Desempenhava, então, as funções de Chefe da Repartição de Informações do Comando-Geral da Polícia de Segurança Pública, em Lisboa, as quais eram extremamente absorventes e obrigavam a uma inteira concentração sobre a situação interna.*

15 – No 25 de Abril de 1974, onde se encontrava e que patente militar tinha?
- *Tinha sido promovido ao posto de Major em a de Janeiro de 1974, e frequentava, então, o Curso Geral de Estado-Maior.*

16 – Qual a sua interpretação aos tratados assinados com os movimentos de libertação das colónias portuguesas, denominado "Acordo do Alvor"?
- …

17 – A sua opinião, naquela época, ainda hoje permanece?
- …

18 – Pode opinar sobre os desfechos na África do Sul (Pós-Apharteid) e também na ex-Rodésia, hoje Zimbabwe, de Robert Mugabe.
- *Quanto à primeira, e apesar da presença e influência de um ser verdadeiramente superior, como é Nelson Mandela, a situação não parece estar totalmente estabilizada: veremos o que nos trará o Campeonato do Mundo de Futebol.*

Quanto à Rodésia, não tive a possibilidade de a conhecer, nem no tempo de Ian Smith, nem antes. Mas valerá a pena tecer considerações, quando os atropelos às regras mais básicas da democracia, cometidas por Mugabe, acabam sendo aceites na cena internacional?

19 – Neste tema, se lhe fosse colocada a questão: *Se soubesse o que sei hoje…* como acabaria a frase?

- *Respondo-lhe com outra pergunta: o que é que consegue, realmente, fazer ou influenciar, sabendo o que sabe hoje?*

20 – Sente-se um herói ou simplesmente com a satisfação de ter sido capaz de cumprir missões: patrióticas/inevitáveis/de dever/…?

- *A primeira parte da pergunta não se aplica ao meu modo de ser. Basta-me a certeza de ter procurado sempre cumprir, de modo integral, as missões que me foram cometidas, de ter sempre mantido a disciplina e zelado pela saúde e bem-estar dos militares que tive sob o meu comando, de ter respeitado e apoiado as populações residentes mas Zonas de Acção atribuídas às Forças que comandei ou naquelas em que essas Forças actuaram.*

21 – A sua acção nos diversos palcos de guerra alterou significativamente as suas: forma de pensar, perspectiva de vida, a sua personalidade ou a saúde sofreu mazelas?

- *Está tudo bem quanto à saúde. A minha acção, nos teatros de operações, é que foi consequência da minha maneira de pensar, da minha personalidade, das minhas perspectivas de vida, tanto ao nível profissional como humano.*

22 – No seio familiar, relata/comenta a sua experiência e vida militares?

- *Quando ocorre e quanto baste. O respeito a admiração de minha mulher e dos meus filhos, e a certeza de dever cumprido, sem nunca ter deixado de, com oportunidade, transmitir aos meus Chefes os meus pontos de vista sobre questões de serviço, e de sempre ter cumprido, em seguida, as decisões de quem comandava, são bálsamos e dão-me tranquilidade, mais que bastante.*

Funchal, Junho de 2010

ANEXO – L

– Entrevista ao Sr. Tenente-Coronel Bernardino Arlindo Raleira Laureano:

1 – Identificação: Nome completo; Data nascimento; Naturalidade; Estado civil; Composição do agregado familiar na altura da incorporação no exército.

Bernardino Arlindo Raleira Laureano*, 14.Set.1943, Barbacena – Elvas, solteiro, na época, e casado, actualmente.*

2 – Quando se manifestou o interesse em integrar os quadros do exército português?

Antes da incorporação que ocorreu em 04Mai63.

3 – Como iniciou a sua carreira militar?

Voluntário.

4 – A preparação para a s/1ª comissão de serviço numa província ultramarina como e onde teve lugar. Para que província?

Após a promoção a Furriel do Quadro Permanente das Forças Armadas, Ramo Exército;

No Regimento de Cavalaria Nº. 7, (RC 7) fazendo parte do Batalhão de Cavalaria Nº. 1928;

Formação e Instrução preparatória no RC 7;

Instrução de Aperfeiçoamento Operacional na zona Fonte da Telha.

5 – Na sua valorização como militar de carreira, que momentos foram determinantes?

Vários, entre eles a preparação militar, a dinâmica, a projecção do homem como militar, o desenvolvimento, postura, comportamento e sentido das responsabilidades após o cumprimento do serviço militar.

6 – Pode distinguir, nos sucessivos palcos de guerra que experimentou, a evolução de técnicas e armamentos utilizados, quer pelo exército português ou pelos guerrilheiros?

As Forças Armadas Portuguesas, a partir de 1963, utilizaram na defesa dos Ex Territórios Ultramarinos o armamento que conheceram durante a sua preparação para o combate, como tal não se verificou qualquer evolução técnica, salvo a criação de uma Unidade especial, existente em Angola, sedeada em Silva Porto, que a partir de 1967, passou a fazer patrulhamentos com cavalos.

As técnicas utilizadas, independentemente da origem das Unidades mobilizadas (Infantaria, Cavalaria ou Artilharia) eram as iguais para todos, em conformidade com o Regulamento de Instrução de Campanha;

Quanto ao armamento dos guerrilheiros, verificou-se ao longo dos vários anos, alguma evolução e com material guerra superior às Forças Armadas Portuguesas, fruto do apoio dado por alguns Países do bloco Leste e, não só.

7 – Dessas experiências, recebeu estratégia e planos mais adequados e de maior eficácia nas acções ofensivas?

Os Quadros Permanentes, tinha de frequentar cursos de aperfeiçoamento, nas várias vertentes, o que implicava que os graduados logo após a sua mobilização, frequentavam diversos cursos, dos quais se citam, entre vários, o curso de minas e armadilhas com base em acções ofensivas e defensivas.

8 – Sentiu a hipótese de morrer ou "*viu a morte à frente dos olhos*"?

Várias vezes.

9 – Quer narrar o episódio mais aterrador durante um combate mais difícil?

Em, Angola, no ano de 1968, quando uma Coluna Militar se deslocava de Cangamba para o Muié, numa emboscada em que o primeiro tiro disparado pelo Inimigo, passou de raspão sobre a minha cabeça e foi atingir mortalmente um Militar (Soldado) que seguia no banco de trás da viatura (Unimog) onde eu também seguia;

Na Guiné, na noite de 21 de Novembro de 1972, no decorrer de um ataque do PAIGC, a partir de bases montadas no Senegal, provocando 18 mortos entre militares e a População Civil do Ingoré, onde, por duas vezes, explodiram duas

granadas de morteiros 82 mm a dois metros de distância do local por eu passava ou me encontrava no meu posto de combate:

- *A primeira, logo no inicio do ataque, quando eu, minha mulher e dois filhos de 4 e 2 Anos, nos deslocávamos para um abrigo subterrâneo e uma granada explodiu pelo impacto com um ramo de uma arvore que se encontrava por cima de nós;*
- *A segunda, quando já me encontrava no meu local de combate e uma granada de morteiro 82, explodiu no espaldão do morteiro por mim utilizado na defesa do Aquartelamento, provocando um morto e vários feridos.*

10 – Alguma vez questionou a utilidade da guerra colonial…quando?

Várias vezes, especialmente quando se ouvia anunciar que o Protocolo da Base das Lages tinha sido renegociado e depois se conhecia que a Unita recebia da América apoios financeiros para implementar a Guerra, matando militares Portugueses ou, quando caíam para sempre, Militares Portugueses.

11 – Em perspectiva, qual seria a província onde se poderia obter uma vitoria militar?

As Forças Armadas Portuguesas, poder-se-iam considerar cansadas e as dificuldades eram enormes para manter um Exército com cerca de 450.000 efectivos nos vários teatros de operações para fazer face à manutenção e segurança das Ex Províncias. Contudo, e após 11/12 anos de guerra, os movimentos de libertação, também começaram a sentir dificuldade, dada a falta de apoio financeiro por parte das grandes potências e das alterações políticas e ainda, pela desmotivação pessoal dos guerrilheiros que constantemente se apresentavam às Forças Armadas Nacionais ou desertavam por não concordarem com a guerra e, nessa altura (1973) já se falava muito em acabar com a guerra pelo processo de negociações.

A Guiné, se não tivesse falhado o plano da Operação "Mar Verde" poderia ter enfraquecido o PAIGC.

12 – Na última comissão de serviço sentiu a inutilidade do seu esforço como militar e da política colonial portuguesa?

Naturalmente que aceitei por bem o fim da Guerra, contudo recordo com saudade todos os meus Camaradas de armas e Amigos que caíram para sempre no campo de Batalha em defesa dos Territórios até então parte integrante do Todo Nacional, cuja solução final, por falta de afirmação, rigor e disciplina por parte dos Políticos, culminou com o regresso em debandada dos Militares das ex. Províncias Ultramarinas.

13 – Nunca questionou as políticas de influência e controlo regionais das duas super potências como nocivas para a política interna portuguesa?

Sim, especialmente quando se ouvia a comunicação social, tipo rádio Moscovo, apregoar mentiras em relação a pretensas conquistas dos guerrilheiros sobre as Tropas Portuguesas ou pela sua participação directa nas acções de guerrilha onde se conhecia a presença de muitos militares estrangeiros.

14 – Na estratégia e políticas coloniais portuguesas, encontrou desajustamentos que indiciavam resultados adversos?

Não. Pelo contrário e comprovar recorde-se o que foi feito pelos Portugueses, especialmente pela Engenharia Militar nas Ex. Províncias Ultramarinas e a evolução que os mesmos tiveram durante a década de 60/70.

14 – Teve conhecimento dos episódios às portas de Luanda (FNLA, aguarda por Holden Roberto) e dos militares portugueses dizimados quando se preparavam para dialogar, apaziguando militares da MPLA e da Unita, num bairro de Luanda (Abril de 1975)?

Vagamente, uma vez que me encontrava em Moçambique, onde se pretendia evitar que as grandes cidades, como Lourenço Marques e Beira não se envolvessem numa guerra uma vez que se debatiam com graves situações, particularmente anarquia e até saque.

15 – No 25 de Abril de 1974, onde se encontrava e que patente militar tinha?

Na Ex. Província de Moçambique; 1º. Sargento.

16 – Qual a sua interpretação aos tratados assinados com os movimentos de libertação das colónias portuguesas, denominado "Acordo do Alvor"?

Falta de respeito por todos os que lutaram, que deram a vida pela Pátria.

17 – A sua opinião, naquela época, ainda hoje permanece?

Naturalmente. Por força da Guerra, milhares de Portugueses conheceram Angola, Guiné, Moçambique, Macau, etc. locais que nunca teriam conhecido, mas onde deixaram Amigos e sobretudo simpatia pelos naturais. Lugares onde estiveram e que recordam com muita saudade. Quem não gostava de ir à Guiné ou Moçambique onde sentisse segurança, estima, consideração, respeito e carinho?

18 – Pode opinar sobre os desfechos na África do Sul (Pós-Apharteid) e também na ex-Rodésia, hoje Zimbabwe, de Robert Mugabe.

Julgo pela minha experiência de 3 Comissões de Serviço em Angola, Guiné e Moçambique, que a maioria dos Portugueses não são nem nunca foram racistas e que se o desfecho dos Acordos de Alvor tivessem sido orientados noutro sentido, todos nós, particularmente os Povos das Ex. Províncias Ultramarinas viveriam melhor.

A África do Sul, anteriormente sob o domínio de uma minoria branca, transitou após o regresso de Mandela, para uma maioria negra e isso em nada alterou a Politica desse grande País onde os Negros coabitam com os Brancos e vice-versa, isto é, onde continua a haver lugar para todos.

19 – Neste tema, se lhe fosse colocada a questão: *Se soubesse o que sei hoje…* como acabaria a frase?

Resposta um pouco difícil, especialmente para quem serviu a Pátria sem regatear nada e a recompensa dos Políticos foi de abandono por todos os que não desertaram mas que tudo deram, inclusivamente a vida, em defesa do seu País.

20 – Sente-se um herói ou simplesmente com a satisfação de ter sido capaz de cumprir missões: patrióticas/inevitáveis/de dever?

Apenas, e como Português, o sentimento do dever cumprido.

21 – A sua acção nos diversos palcos de guerra alterou significativamente as suas: forma de pensar, perspectiva de vida, a sua personalidade ou a saúde sofreu mazelas?

Naturalmente que qualquer ser Humano na flor da idade e perante uma situação de guerra, para além do afastamento da sua Família, começa a pensar e a agir diferente, uma vez que a sua sobrevivência, numa situação em que nada tem, o obriga a conhecer melhor as pessoas que o acompanham, tornando-se responsável pelas suas vidas e ao mesmo tempo, lutar internamente pela resolução dos seus problemas e externamente porque sente a responsabilidade de devolver às Famílias aqueles que Comanda, alterando a sua personalidade e a sua forma de vida dado o sentido de responsabilidade.

Quanto à saúde, quem não poderia ter sofrido, quando durante meses seguidos esteve exposto a diversos climas e foi alimentado à base de rações de combate e sobretudo com a falta de outros alimentos, essencialmente, peixe e verduras?

22 – No seio familiar, relata/comenta a sua experiência e vida militares?

Sim.

23 – Quer descrever as últimas etapas da sua carreira militar e a sua situação actual?

Sinto orgulho por ter servido as Forças Armadas durante o período de 03Mai63 a 31Mai01 data em que, a pedido, passei à situação de Reserva, hoje na situação de Reforma.

24 – Qual a sua opinião sobre as denominadas canções subversivas ou canções de intervenção? Recorda-se do nome de alguma ou dos cantores que as entoavam?

…

Funchal, Junho de 2010

ANEXO – M

– Entrevista ao Sr. Manuel João Baptista Rosa, Ex-Alferes miliciano do Exército Português (Comando):

1 – Identificação: Nome completo; Data nascimento; Naturalidade; Estado civil… composição do agregado familiar na altura da incorporação no exército.
- ***Manuel João Baptista Rosa****; Data de Nascimento: 17/3/1952; Natural de Santana, Madeira; Estado Civil actual: Casado. Agregado familiar na época da mobilização para o Ultramar: Pai, mãe, dois irmãos e uma irmã.*

2 – Quando se manifestou o interesse em integrares os quadros do exército português?
- *Após terminar o curso em Lisboa no I. C. L. (Instituto Comercial de Lisboa) no Ano Lectivo de 1971-1972 solicitei a minha entrada no Exército, de imediato, para me livrar o mais rápido possível do serviço militar obrigatório. Infelizmente, ou não, tal não aconteceu, tendo sido chamado apenas no 4º turno de 73. Profissionalmente, perdi um ano da minha vida.*

3 – Como iniciaste a tua carreira militar?
- *Iniciei a minha vida militar como soldado-cadete, passando a aspirante a oficial seis meses depois – três de recruta e três de especialidade – a chamada formação básica.*

4 – A preparação para a tua comissão de serviço numa província ultramarina como e onde teve lugar. Para que província?
- *A preparação aconteceu em três lugares distintos: Mafra, 3 meses de recruta; Lisboa, 3 meses de especialidade; Évora, 4 meses de integração no Batalhão/CCS (Companhia de Comando e Serviços).*

5 – Na sua valorização como militar de carreira, que momentos foram determinantes?
- *A minha ida para Cabinda ocorreu já após o 25 de Abril, ao qual assisti e tive a honra de participar. A recruta foi a fase da preparação que mais gostei pois em Mafra aprendi bastante em termos de actuação militar no combate anti-guerrilha. Como tinha*

sido futebolista no Nacional os meus dotes físicos sobressaíram de tal modo que o comandante de pelotão, o Aspirante Alcântara, indigitou-me para os "Comandos". Para surpresa de todos e minha, saiu-me a especialidade de logística (reabastecimentos). O Capitão Macedo da minha Companhia insinuou que havia tido uma cunha maior que a Ilha da Madeira. Mas tal não aconteceu até porque estava disposto a integrar as forças especiais.

6 – Podes distinguir, nos sucessivos palcos de guerra em que estiveste, a evolução de técnicas e armamentos utilizados, quer pelo exército português ou pelos guerrilheiros?
- *A arma básica do exército era a G-3, tecnologicamente menos evoluída que a Kalasnikov do MPLA, mais leve e que levava uma cartucheira c/o triplo das balas. Mas a G-3 era uma arma excelente.*

7 – Dessas experiências, recebeste estratégia e planos mais adequados ou de maior eficácia nas acções ofensivas?
- *Considero o treino militar recebido em Mafra excelente em termos de guerra contra-guerrilha. Muito duro e cheio de lições tácticas no terreno, muito próximas da realidade.*

8 – Sentiste a hipótese de morrer ou "*viste a morte à frente dos olhos*"?
1 – Algumas vezes passei por situações delicadas, de por os cabelos em pé, já em Cabinda. Uma vez, na véspera do combate FNLA/MPLA dentro da cidade de Cabinda, fui encarregado de recolher e entregar os soldados das FI – Força militar integradas pelos três movimentos, mais o exército português (embrião do futuro exército angolano e experiência que viria a fracassar) – nos respectivos quartéis, uma vez que o tiroteio já se iniciara. Passei pelo quartel da FNLA para deixar dois soldados e vimo-nos rodeados por soldados em tom exaltado, apontando as armas para os soldados (dois) do MPLA, que estavam em cima da viatura. Eram congoleses aos berros. Bastava ter havido um tiro para o ar e teríamos ficado ali todos mortos. Foi um momento em que os cabelos ficaram em pé. Entretanto, chegou o capitão da FNLA, por sinal um antigo capitão português e a coisa acalmou. Jamais esqueci o episódio e o medo que senti.

2 – No combate entre FNLA/MPLA, que durou três dias e três noites sem parar fui algumas vezes buscar população a suas casas para abrigar no quartel: As forças em presença paravam para nos deixar passar, mas o medo era grande, que a coisa desse para o torto. Felizmente que respeitaram.

3 – Nesses três dias de combate, num deles estava de oficial de dia e recebi uma mensagem de um quartel nosso, junto à fronteira com o Congo, denunciando concentração de tropas deste país, o que fazia temer uma invasão de Cabinda pelo Mobutu. Sabíamos da sua cobiça por este território, tanto que tínhamos fundeado no porto de Cabinda a melhor fragata do país, cujo nome agora me escapa. Uma pequena força nossa foi ao encontro das forças congolesas a fim de averiguar das reais intenções e a resposta é que apenas pretendiam reforçar a segurança das fronteiras. Foi um alívio pois se Mobutu decidisse invadir, certamente não teríamos força para impedir tal intenção.

9 – Queres narrar o episódio mais aterrador, durante um combate mais difícil?

- *Combate directo – não tive nenhum – apenas alguns episódios de arrepiar. Contudo, ainda houve mortos no meu quartel, a saber:*

1 – Um soldado – cabo de transmissões – morto por um colega alcoolizado e drogado com liamba. Aliás todos nós experimentámos a prazer da liamba que, diga-se de passagem, é menos prejudicial à saúde que o tabaco, mas que misturada com o álcool, torna-nos incontroláveis. Era rara a noite em que não houvesse tiros para o tecto da caserna dos soldados, devido à mistura.

2 – Um TE (terrorista entregue) arrependido do MPLA, roubou uma G-3 no quartel e despejou o carregador num soldado duma companhia que havia terminado a comissão e que apenas estava à espera da fragata para Luanda, mas que ainda estava de serviço ao paiol. Assisti depois à morte do TE numa louca perseguição feita por uns soldados nossos que o fuzilaram autenticamente.

3 – Um soldado "Comando" matou um colega perguntando-lhe apenas "Achas que mereces viver?" pelo facto da vítima se ter gabado de ter violado uma criança de 8/10 anos.

O "pós 25 de Abril" foi o período onde houve mais combates, a que apenas assistimos. Agora, entre os movimentos de libertação.

10 – Alguma vez questionaste a utilidade da guerra colonial…quando?

- *Antes do 25 de Abril, em Lisboa onde estudei, cheguei a participar em manifestações estudantis que exigiam o fim da guerra colonial e do regime fascista e que terminavam sempre em confrontos com a polícia de choque. Tão breve, não haverá geração tão corajosa como a juventude nos anos sessenta. Fui colega de quarto, no 27 da Rua Luís Soriano em pleno Bairro Alto, do Saúl que era à época um dos principais revolucionários. Foi ele a primeira pessoa que me meteu na cabeça certos conceitos políticos que desconhecia, por ser oriundo do Funchal, onde nada se sabia de política. Tive o primeiro contacto com a PIDE na minha primeira ida para Lisboa, tendo sido detido antes do embarque, fui levado para a Rua da Carreira, para averiguarem as minhas intenções. Telefonaram para Santana e então deixaram-me partir. Mas nessa altura não me apercebi que houvesse política no incidente.*

11 – Em perspectiva, qual seria a província onde se poderia obter uma vitória militar?

- *Angola foi a colónia onde a vitória de Portugal esteve mais próxima. Em Cabinda uma alta patente do MPLA – engenheiro português formado na Coreia do Norte – em palestra para os oficiais, na messe, declarou que no 25 de Abril, estavam de rastos pois só tinham dois mil homens no terreno. A zona onde eram mais agressivos era precisamente em Cabinda pois queriam justificar a reivindicação de que este território era de Angola, o que não era verdade. O interesse no petróleo e o facto de Portugal ter anexado os dois territórios, levaram o MPLA a combater fortemente em Cabinda onde Portugal teve as maiores baixas nos últimos dois anos de guerra. Não era só Angola que estava interessada em Cabinda. O Congo de Mobutu também estava atento. O General Spínola chegou a travar conversações com o Mobutu ao largo de Cabinda numa fragata portuguesa. Trata-se de um episódio pouco conhecido, mas que em Cabinda se soube, pelo menos a nível dos oficiais do exército português.*

12 – Na última comissão de serviço sentiste a inutilidade do teu esforço como militar e da política colonial portuguesa?

- *A descolonização foi um período traumatizante sobretudo para os civis (retornados) que se viram coagidos, devido aos combates, a abandonar o território de mãos vazias, quando lá tinham construído uma obra notável. Foram momentos de terror que essa*

gente não merecia pelo amor que tinham a Angola e porque conviviam de forma civilizada (não racial) com os nativos. Fui testemunha desse comportamento. Não havia discriminação racial pois o português quer é viver, deixando viver os outros. Em Angola dizia-se: "Deus fez o branco e o preto e o português fez o mulato"; frase que traduz bem a nossa capacidade de convivência racial. Todos nós, militares, tínhamos a nossa "pretinha" para todo o serviço, situação normal na época. Precisávamos de mulher não só para lavar a roupa e engomar. É a guerra. Em todas as guerras o sexo é essencial. Tanto que a minha presença em África, apesar de ter sido uma experiência enriquecedora, foi uma perda de tempo, pois a descolonização já deveria ter sido feita há décadas atrás e de forma pacífica. A descolonização efectuada foi a possível, por várias razões:

1º O exército desmoralizou, sobretudo a parte do quadro permanente que sentiu logo que o seu futuro militar tinha chegado ao fim;

2º A rotação das tropas estava em causa, pois em Portugal dizia-se "nem mais um soldado para as colónias";

3º Um batalhão chegado a Cabinda, depois do nosso, revoltou-se, exigindo o regresso, tendo sido necessário a intervenção de FIAT's e "Comandos" para restabelecer a ordem. A solução foi mesmo o seu regresso, enquanto os outros lá continuavam;

4º A situação internacional não permitia um apoio a Portugal para que a descolonização fosse feita de forma lenta. Os EUA, parte interessada, tinham acabado de sair do Vietname "com o rabo entre as pernas" e não estavam de nos ajudar;

5º A África do Sul, apesar de ter força militar, não tinha moral nem apoio internacional para evitar a vitória do MPLA, movimento apoiado pela URSS;

5º Cuba interveio em Angola, muito antes da independência, ao lado do MPLA, acelerando ainda mais a descolonização, pois o exército português estava a ficar sem força, face aos reforços dos movimentos, em pessoal e equipamentos.

13 – Nunca questionaste as políticas de influência e controlo regionais das duas super potências, como nocivas para a política interna portuguesa?

- Antes do 25 de Abril, as duas superpotências URSS/EUA criticavam fortemente na ONU o estatuto dos nossos territórios. O Vaticano, inclusive, chegou a receber na Santa Sé, os presidentes dos movimentos de libertação. Neste clima internacional e com

forte oposição interna, sobretudo por parte dos estudantes (a parte da população mais esclarecida), o fim da ditadura e da guerra colonial era uma questão de tempo. Os estudantes, enquadrados pelos partidos clandestinos PCP/MRPP, manifestavam-se constantemente nas ruas de Lisboa, sucedendo-se as prisões dos cabecilhas em Caxias, onde eram torturados. O Saúl foi várias vezes preso. Estes estudantes foram os verdadeiros heróis do 25 de Abril pois arriscavam a sua liberdade e a sua vida inclusive.

14 – Na estratégia e políticas coloniais portuguesas, encontraste desajustamentos que indiciavam resultados adversos?

- *O facto de estarmos"orgulhosamente sós" na cena internacional, sem qualquer apoio político e militar por parte dos nossos parceiros da NATO, que eram contra a nossa política relativamente a África, indiciava uma derrota a prazo.*

15 – Tiveste conhecimento dos episódios às portas de Luanda (FNLA, aguarda por Holden Roberto) e dos militares portugueses dizimados quando se preparavam para dialogar, apaziguando militares da MPLA e da Unita, num bairro de Luanda (Abril de 1975)?

- *Um dos episódios mais marcantes, pós 25 de Abril, entre o exército português e os movimentos de libertação, neste caso o MPLA, ocorreu em Luanda, na Vila Alice. Estava de serviço em Luanda e muito próximo do local dos acontecimentos…*

Um Alferes foi morto num controlo de estrada, por forças do MPLA, por se ter recusado a identificar-se pois estava fardado e num "jeep" do Exército Português. O Silva Cardoso, general que havia substituído Rosa Coutinho no comando de Angola exigiu ao MPLA a entrega dos responsáveis no prazo de 24 horas, coisa que não aconteceu. O bairro foi cercado e às 10 horas do dia seguinte os FIAT's começaram a picar sobre o edifício onde estavam os militares do MPLA responsáveis pelo incidente. Deu-se então o assalto por uma força de "Comandos", os quais, segundo a imprensa, terão morto cerca de 80 pessoas. Um oficial dos "Comandos", na messe dos oficiais em Luanda afirmou ter morto à facada "quatro camaradas" e que a arma (faca) seria levada para o "puto" (designação de Portugal em Angola) como recordação de guerra. Em Cabinda, após o 25 de Abril, ocorreram ainda os seguintes confrontos:

1 – A FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda) foi atacada por forças conjuntas do MPLA e do Exército Português que mataram cerca de 14 militares daquele movimento. As mesmas forças tomaram o comando-sector tendo aprisionado o General Themudo Barata por, supostamente, estar a apoiar a FLEC.
2 – A FLEC tomou de assalto um quartel nosso tendo feito prisioneiros os nossos soldados. Foi necessária uma companhia de "Comandos" intervir e libertar o quartel de Massabi. Houve mortos, não sei quantos…
3 – Forças especiais e FIAT's do Exército Português contra um Batalhão do Exército Português chegado a Cabinda, o qual exigiu de imediato o seu regresso a Portugal, o que veio a acontecer, pois não queríamos lá pessoal com aquela preparação para desestabilizar ainda mais o processo.
4 – Houve na cidade de Cabinda três dias e três noites de intensos combates entre FNLA e MPLA. Mesmo não participando, directamente, foi arrepiante, sobretudo, para os civis que se refugiaram no principal quartel, da cidade de Cabinda. Houve uma grande quantidade de mortos, pois lutou-se rua a rua, tendo no final ganho o MPLA, o movimento mais preparado militarmente.

16 – No 25 de Abril de 1974, onde te encontravas e que patente militar tinhas?
- *No 25 de Abril estava no Lumiar junto à RTP. Esta estação televisiva foi tomada por um destacamento deste quartel, chefiado pelo capitão Bento. Soube do 25 de Abril no dia 22 às 9 horas da manhã quando fui convidado pelo capitão Bento, oficial do MFA – por indicação do meu colega do ICL, o açoriano Teixeira, activista estudantil e meu colega de tropa – a participar nas operações do golpe. Nas noites de 22 e 23 as pessoas contactadas reuniram num edifício algures em Lisboa onde a figura de António Reis, agora chefe da Maçonaria, pontificava na análise do golpe. É com muito orgulho que recordo este episódio de confiança depositada na minha pessoa.*

17 – Qual a sua interpretação aos tratados assinados com os movimentos de libertação das colónias portuguesas, denominado "Acordo do Alvor"?
- *Nos acordos de Alvor foram cometidas muitas injustiças e ilegalidades. Cabinda, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe não havia razões legais e políticas para a sua descolonização. São Tomé e Príncipe e Cabo Verde desde logo porque foram ilhas*

povoadas pelos portugueses aquando do comércio de escravos para a América, feito pelos portugueses. E Cabinda, porque este território foi colocado sob administração portuguesa em 1825, através dos acordos de Chinfuma e Simalambuco, celebrados entre Portugal e os legítimos representantes do povo de Cabinda. Este enclave não deveria ter sido entregue a Angola, por uma questão jurídica e porque o povo não queria Assisti em Cabinda às manifestações do povo enquadradas pela FLEC, exigindo a sua própria autodeterminação. Infelizmente, a FLEC foi ilegalizada a mando do MFA por pressão de Agostinho Neto que tinha em Rosa Coutinho um aliado incondicional.

18 – A tua opinião, naquela época, ainda hoje permanece?

- *A minha opinião ainda hoje permanece. A descolonização era inevitável e não pôde ser feita de outra maneira devido às condições políticas interna e internacionais e às dificuldades do exército português no terreno com os efectivos dos "movimentos" bem equipados. Não esqueçamos que o MPLA estava a receber ajuda da URSS e de Cuba, a UNITA da África do Sul e a FNLA do Congo de Mobutu. A maior parte dos soldados deste último "movimento" só falava francês.*

19 – Podes opinar sobre os desfechos na África do Sul (Pós-Apharteid) e também na ex-Rodésia, hoje Zimbabwe de Robert Mugabe.

- *A descolonização do Zimbabué e o fim do Apartheid eram situações cujo fim, na época, era exigido por toda a comunidade internacional. Portugal tinha como aliados precisamente aqueles dois países que tinham regimes políticos condenados em todo o Mundo pelo que, quando caísse um destes o mais normal seria os outros caírem também. E assim aconteceu.*

20 – Neste tema, se te fosse colocada a questão: *Se soubesse o que sei hoje…* como acabaria a frase?

- *"Se soubesse o que sei hoje…" é uma frase sem sentido. Não se pode alterar a história, apenas concordar ou discordar, o que é mais fácil do que para aqueles que estiveram envolvidos nela.*

21 – Sente-se um herói ou simplesmente com a satisfação de ter sido capaz de cumprir missões: patrióticas/inevitáveis/de dever?

- *Na guerra não há heróis ou cobardes. Cada um reage à sua maneira na ânsia de escapar vivo. Tudo o resto são conversas. As reacções são imprevisíveis. Contou-me o tenente Horácio que numa companhia em Moçambique havia um soldado que chorava sempre que saía em serviço para o "mato". Um dia a coluna, onde estava incluído aquele soldado, caiu numa emboscada tendo ficado demasiado exposta ao fogo inimigo. Pois foi o referido soldado o único que se levantou e de pé metralhou o inimigo obrigando-o a suspender o fogo por instantes suficientes à recolocação no terreno dos seus colegas, de forma mais segura. O soldado "maricas" ganhou uma cruz de guerra de 2ª classe. Assim se fazem os heróis.*

22 – A sua acção nos diversos palcos de guerra alterou significativamente as suas: forma de pensar, perspectiva de vida, a sua personalidade ou a saúde sofreu mazelas?

- *A passagem por África alterou o perfil psicológico de todos aqueles que por lá passaram ainda que não tenham participado directamente em combates. A vida diária em quartéis sem condições de habitabilidade, a droga, o sexo, o álcool, o jogo, a saudade e a incerteza quanto ao regresso, alteraram comportamentos de muitos, de tal forma, que se dizia que estavam "cacimbados" (chanfrados).*

23 – No seio familiar, relatas/comentas a tua experiência e vida militares?

- *Gosto de relatar as situações para que tal período não caia no esquecimento pois actualmente pouca gente acredita ou se importa com o que aconteceu e, fundamentalmente, é uma forma de me libertar daquelas recordações. É uma forma de auto-terapia.*

24 – Queres descrever as últimas etapas da tua carreira militar e da tua situação actual?

- *O regresso a Portugal foi uma vergonha. Fomos desmobilizados de forma atabalhoada. No aeroporto em Lisboa fui, inclusive, roubado por para-quedistas. No quartel, perto de Belém, onde fui desmobilizado, nem a caderneta militar me deram. Aconteceu no PREC e está tudo dito.*

25 – Qual a tua opinião sobre as denominadas canções subversivas ou canções de intervenção? Recordas-te do nome de alguma ou dos cantores que as entoavam?

- Antes do 25 de Abril ouvi em Santana canções revolucionárias que uma prima minha, estudante de Românicas, tinha e que me impressionaram pela sua mensagem A partir daí comecei a ficar alerta e a tentar perceber o país em que vivia. Em Lisboa, com o Saúl a doutrinar-me e a participação nalgumas manifestações, fizeram-me abrir os olhos para a realidade do país. No entanto, o medo da PIDE não me permitia ir mais longe pois estava em Lisboa para estudar e não para fazer política. Via os cabecilhas a serem presos e isso impedia os restantes estudantes de arriscar tanto como eles, embora os admirassem e apoiassem.

Em Cabinda tive a sorte de ouvir cantar Rui Mingas, resistente do MPLA que cantou para a tropa portuguesa algumas canções da resistência angolana à colonização, tendo em troca ouvido uns "piropos" do pessoal devido à sua passagem pelo Benfica.

Outros acontecimentos marcantes em Cabinda:

1 – *O Exército Português, após o 25 de Abril, tomou conta de algumas instituições. Nessa medida, fiz parte da Comissão Administrativa da Câmara de Cabinda, composta unicamente por militares, a qual tomou conta da Câmara até à independência. O Comandante do Batalhão era o presidente (Manuel dos Santos Cúria);*

2 – *Também leccionei durante alguns anos na Escola Secundária local: Nicolau Bud Spencer;*

3 – *O conhecimento dos nossos quartéis no mato através dos MVL, permitiu-me ver o nível muito baixo das edificações, não dando condições de vida mínimas ao pessoal. Eram feitos de madeira e zinco, um chiqueiro;*

4 – A riqueza de África em recursos naturais, neste caso o petróleo… Toda a região cheirava a petróleo. Nos primeiros dias, notava-se bastante, depois, com o hábito, tornou-se normal;

5 – O desejo de independência do povo de Cabinda, separadamente de Angola;

6 – *O massacre da FLEC ou, pior ainda, o sufoco das aspirações do povo de Cabinda. Indecente ou pior, se tivermos em conta a colaboração do MFA neste episódio;*

7 – *A minha nomeação, pelo pessoal da Companhia, como oficial representante da estrutura MFA;*

8 – *A experiência com a liamba. Eu que nunca tinha fumado posso testemunhar que a liamba não é viciante, sendo apenas um ligeiro calmante, óptimo para ouvir música. Após a tropa viciei-me no tabaco até aos 34 anos. Este sim torna-nos dependentes. Quase todo o pessoal em Cabinda passou por esta experiência. Esta dita droga deveria ser permitida/admitida de forma legal pois o seu consumo não é tão prejudicial à saúde como o tabaco;*

9 – *A minha dificuldade de adaptação à vida civil. O primeiro ano foi terrível pois a vida de professor nada tinha a ver com a vida de militar. Este é um aspecto pouco conhecido e tratado.*

Em Lisboa – Lumiar

O juramento de Bandeira antes do 25 de Abril foi de morte. Estava na 1ª fila, a cerca de 15/20 metros das autoridades. O altifalante fez o juramento por nós. Os que estavam nas filas de trás chamavam às autoridades nomes como "filho da puta", "cabrão", "fascista", etc. Felizmente que o som do altifalante abafava os palavrões dos meus colegas. Este episódio confirma o grau de oposição dentro dos quartéis a nível de oficiais milicianos.

Funchal, Junho de 2010

***ANEXO N*: A irmã Teresa Ornelas, residente no Colégio da Apresentação de Maria, à Rua das Mercês, preferiu escrever um texto, onde abordou a temática solicitada e contemplou nas suas respostas as questões que lhe foram colocadas:**

"Ex.mº Sr. Professor José Luís F. de Sousa

Como fui solicitada por V. Ex.ª a colaborar muito resumidamente, num trabalho de pesquisa e recolha de dados em vista ao seu Mestrado na UMA, prestar-lhe-ei, com todo o gosto, este serviço, embora incompleto.

Após uns meses de preparação no que respeita à Missiologia, fui enviada para Moçambique no dia 8 de Agosto de 1956, no "Império", chegando ao Maputo, ex-Lourenço Marques, no dia 28 de mesmo mês.

Foi nesta cidade das Acácias, como era intitulada na época, que iniciei a minha missão leccionando no Colégio de D. António Barroso, pertença da Diocese, e um dos maiores da Capital.

No fim de 9 anos, fui transferida para o colégio da Namaacha, a 72 km do anterior, cuja paisagem e clima, eram semelhantes ao da Madeira.

Aqui tive a honra de leccionar, apenas um ano, na Escola Paroquial, na qual encontrei alunos de três raças diferentes: Africanos (Moçambicanos), Indianos e Europeus (Portugueses).

Estes alunos frequentavam o terceiro e quarto anos de escolaridade e com exame de admissão ao Liceu para os que dariam continuidade aos seus estudos. Aqui não havia distinção de raças nem de cor. Nas aulas, os alunos, estavam atentos e trabalhavam com extraordinário entusiasmo, particularmente os Moçambicanos. O seu objectivo era equipararem-se aos brancos na aquisição dos conhecimentos programados e outros. Gostavam de adquirir boas notas e ultrapassar os colegas Europeus. Este modo de agir foi muito positivo, pois uns e outros esforçavam-se por adquirirem bons resultados nas tarefas realizadas.

Foi uma experiência interessante e enriquecedora.

Ao longo dos meus 19 anos de trabalho e Moçambique, o episódio inesquecível e aterrador foi o desencadear da "Revolta Política" entre brancos e pretos, no Maputo.

Enquanto a guerra permanecia no Norte da Província, no Sul reinava a paz e a tranquilidade, embora, aparentemente, pois passado algum tempo a guerra rebentou também na capital. Muitas pessoas de várias classes sociais mostravam-se profundamente revoltadas com a situação.

Houve mortes e muitos feridos. Ouvia-se através dos altifalantes os pedidos de socorro vindos do Hospital, Miguel Bombarda. Muitos voluntários disponibilizaram-se a fim de prestarem, gratuitamente, serviços em benefícios das vítimas.

Foi também impressionante a avalanche de Portugueses que se puseram em fuga para a África do Sul, devido ao terror desencadeado na cidade e arredores.

Outro acontecimento trágico foi a entrada do General Samora Machel na capital. Este, por razões desconhecidas, chegou mesmo a assassinar o missionário que o catequizou, facto este que impressionou fortemente o seu pai.

Outro episódio perturbador foi a saída da Polícia de Segurança Portuguesa para Portugal. Perante esta trágica situação e insegurança, os portugueses sentiram-se profundamente votados ao abandono.

É de salientar que os portugueses não negavam a Independência aos Moçambicanos. Discordavam, sim, com a precipitação e falta de bom senso das autoridades peritas no assunto, uma vez que este povo não estava devidamente preparado para se tornar independente. Precisava de uma remota preparação levando-o a integrar-se nos devidos cargos políticos, lado a lado com os portugueses enquanto necessário.

Depois da independência nada poderei esclarecer, pois neste dia, sobrevoava rumo a Portugal.

Apesar de todos os acontecimentos, bons e maus, estou convicta que as empresas e a nova geração de Portugueses terão todas as hipóteses de integração e poderão contribuir com êxito para o desenvolvimento de Moçambique. Creio mesmo que os Moçambicanos preferirão os Portugueses aos outros cooperantes estrangeiros, ou às empresas de outros países, uma vez que os portugueses também os ajudarão a crescer.

Nota: Ex.mº Sr. Professor José Luís de Sousa, procurei responder globalmente às questões propostas, uma vez que alguns assuntos a abordar estavam fora dos meus conhecimentos e experiência missionária.
Com os melhores cumprimentos e votos do mais alto sucesso na sua Carreira Profissional e, particularmente, nesta etapa do seu Mestrado.

Teresa Ornelas

Funchal, 27 de Setembro de 2010

ANEXO – O

Apresentação do Livro: ***"Descolonização portuguesa – O Regresso das Caravelas"*** por Ernesto Melo Antunes

"O livro de João Paulo Guerra foi concebido como um painel, de cores vivas e bastante contrastantes, constituído por opiniões e depoimentos de vários protagonistas, intervenientes ou meros observadores do problema colonial ou do processo de descolonização. Aparentemente – e eu sublinho, aparentemente – o autor não exprime a sua opinião. Deste ponto de vista, é, digamos, um livro neutral. E eu pergunto se será isto o que corresponde à famosa objectividade em História. Este livro, com todos os depoimentos cruzados que tem, é um bom ponto de partida para a compreensão do complexo processo da descolonização.

O autor entendeu convidar-me, logo a mim, para apresentar o livro. Este já não é seguramente um gesto neutral. O risco era grande – e o autor certamente sabia-o –, que eu entendesse a apresentação do livro não como um resumo das várias posições que nele aparecem, mas sim como uma ocasião que me era dada para desenvolver aspectos da minha visão comprometida da História. Sim, porque neste caso concreto, que é o da história da descolonização portuguesa, eu tenho uma visão comprometida, contra outras visões, também elas certamente comprometidas. Mas aqui é o livro que conta, é ele que é importante. O comentador introduz apenas uma perspectiva que vem, na melhor das hipóteses, animar o debate político ou, do meu ponto de vista, o debate político-cultural em torno deste tema.

Quero começar por destacar que a perspectiva que presidiu à questão da descolonização, no espírito dos militares que neste processo acabaram por ter um papel destacado – eu fui um desses militares –, foi a convicção profunda de que, com a revolução do 25 de Abril, tinha chegado o momento histórico inevitável e necessário de ruptura com o sistema colonial e, em consequência, do salto qualitativo para as independências. Contrariamente a quase todas as ideias feitas – que preferem sublinhar aspectos confusos e contraditórios de um processo que foi em si mesmo complexo, perdendo-se em aspectos acessórios ou circunstanciais –, houve um pensamento estratégico que, embora combatido em muitas frentes, acabou por prevalecer. Esse pensamento estratégico foi o de que o reconhecimento à

autodeterminação e independência dos povos submetidos à dominação colonial era a pedra angular do processo da descolonização.

Recordar-se-ão alguns dos que acompanharam de perto as chamadas peripécias do processo revolucionário português nos primeiros meses a seguir ao 25 de Abril que, em torno da questão das negociações com vista à independência de Moçambique, se levantaram polémicas e acusações gravíssimas em relação àqueles que defendiam justamente esse ponto de vista: o de que o 25 de Abril teria que ter como corolário necessário a ruptura com o colonialismo, reconhecendo sem tergiversações o direito à autodeterminação e à independência. Este pensamento estratégico teve que se afirmar abrindo caminho por entre um conjunto de posições de todos aqueles que consideravam "precipitado" o reconhecimento dos princípios da autodeterminação e da independência. Foi difícil fazer passar essa ideia, e a batalha política que se travou só se concluiu com a publicação da Lei 7/74, de Julho desse ano.

Curiosamente, vale aqui recordar que cerca de 20 anos depois se pôs em causa o carácter genuíno do aparecimento desta lei. Do meu ponto de vista, não é por acaso. Refiro-me a uma declaração do Dr. Almeida Santos ao autor deste livro, dizendo-se chocado com o aparecimento desta lei, que consagrava claramente o direito à autodeterminação e à independência, e acrescentando que o próprio general Spínola não teria tido conhecimento da publicação dessa lei. Muitas coisas estranhas se passaram naqueles primeiros meses a seguir ao 25 de Abril, em plena revolução. Mas o mais estranho seria que uma lei que serviu de mote a uma comunicação do general Spínola ao país não fosse do seu conhecimento. Isto explica uma outra maneira de fazer História. Eu digo que tenho uma visão comprometida da História, mas isso implica honestidade intelectual para ajuizar os factos, e não adequá-los, a posteriori*, aos nossos interesses e justificações particulares.*

A publicação desta lei foi de facto um marco fundamental em todo o processo de descolonização. O que se passava até então era que a visão que nós tínhamos – nós, um certo grupo de militares com uma visão estratégica – entrava claramente em conflito com a visão do presidente da República. O general Spínola tinha publicado um livro, Portugal e o Futuro*, que teve a importância que se sabe, como mobilizador de forças*

importantes na sociedade portuguesa e no meio militar para desencadear o 25 de Abril. É obviamente um mérito que não se lhe pode negar. Mas tinha, do meu ponto de vista, uma visão anacrónica da questão colonial, ao pensar que ainda era possível a constituição de uma federação de países de expressão portuguesa, quando já tinham passado 13 anos de guerra, quando já tinham aberto tantas feridas, tantos ressentimentos, tantos ódios, e quando era já perfeitamente desajustado e inadequado admitir um desenvolvimento autónomo das antigas colónias com um forte vínculo a Portugal sob uma forma federativa.

Mas havia outras visões, e já não me refiro às da ultradireita, de certos sectores nacionalistas, que obviamente quereriam – mas nessa altura não tinham força bastante para o impor – manter a todo o custo uma situação colonial, embora encapotada sob formas mais ou menos subtis de neocolonialismo. Como havia outras posições, de sectores conservadores, de um certo tipo de cultura política, que se traduzem por questões deste género: bom, mas as coisas poderiam ter sido feitas de outra maneira, ou não podiam? Mas a nossa ligação com África poderia ter ficado mais bem adquirida, ou não? Mas os nossos interesses poderiam ter sido mais bem defendidos, ou não podiam?

E havia outras vozes, vindas de sectores da esquerda, que hoje é relativamente simples distinguir – mas naquela altura não era tão fácil. Refiro-me aos que reclamavam, antes de mais nada, o fim da guerra. E depois se veria. O fim da guerra já, e depois vamos conversar, vamos negociar. Para dar um exemplo, e para chamar as coisas pelos nomes, foi aquilo que levou o Dr. Mário Soares em Lusaca, no princípio de Junho de 1974, a iniciar as negociações com a Frelimo, abraçando Samora Machel, num gesto de reconciliação, de amizade, de quase cumplicidade. Tudo parecia fácil, até porque o Dr. Mário Soares tinha defendido na clandestinidade o direito dos povos das colónias à autodeterminação e à independência. No espírito de Mário Soares o objectivo imediato era o cessar-fogo, e depois se discutiriam as modalidades concretas de que se iria revestir o direito à autodeterminação. Surpresa grande foi para ele, e para muitos outros, o facto de Samora Machel e a Frelimo terem resistido a essa proposta. A posição dos movimentos de libertação, que pareceu a alguns, intransigência, era a de que não poderia haver cessar-fogo sem que houvesse da nossa

parte – isto é, da parte dos responsáveis pela nova situação política vivida em Portugal, que se reclamavam do derrube do fascismo e de uma nova atitude perante a questão colonial – o reconhecimento prévio de que todos os contactos teriam que ser feitos em nome desse princípio pelo qual tinham lutado durante tantos anos de armas na mão.

Houve muitas surpresas, tanto à direita, como ao centro, como à esquerda. Certos responsáveis da época dificilmente entenderam a posição que alguns de nós assumíamos, perfeitamente conscientes daquilo que estava em jogo. Alguns de nós fomos mesmo acusados de traição, por defendermos uma doutrina que coincidia com a dos movimentos de libertação. Não era por acaso que coincidia. Era porque estávamos do mesmo lado da História. E isto é bom que fique dito de uma vez por todas. Não me envergonho de o dizer e de acrescentar mesmo que esse é um dos aspectos que mais honram a revolução do 25 de Abril.

Porque a revolução do 25 de Abril foi feita contra um sistema global de poder a que então – quando havia a liberdade radical das palavras, entre outras – se chamava o colonial-fascismo. Hoje as pessoas têm que ter mais cuidados semânticos, mas, independentemente desses cuidados, a verdade é que no 25 de Abril houve claramente uma posição de luta global contra esse sistema de poder. E eu penso que não é possível entender a história recente deste país dissociando os dois termos desse conceito que é profundamente unitário. Haveria, por um lado, o fascismo, ou a ditadura, ou o fascismo à portuguesa, como outros dizem, e, por outro lado, o colonialismo? Não. Era o mesmo sistema de poder e de opressão. (...).”

- Prefácio (incompleto) de Melo Antunes, in João Paulo Guerra, *Descolonização Portuguesa – O regresso das caravelas*, 1ª Edição, Oficina do Livro, Setembro de 2009, pp 13 a 17.

ANEXO – P

" (...) Um movimento de guerrilha, palavra de origem castelhana – **guerrilla** *– que significa "pequena guerra", apresenta as seguintes características básicas ideais, a maioria das quais se encontra nas forças africanas da Guerra de África 1961.1974:*

- procura, não o combate militar decisivo, mas incomodar, flagelar, desgastar, constantemente, mantendo, deste modo, em permanente tensão as forças militares convencionais;

- é extremamente móvel – deve ser "a guerra em movimento", como lhe chamou Amílcar Cabral – evitando a construção de uma linha de contacto bem marcada e esquivando-se à defesa a todo o custo de posições fixas. Esta fluidez foi, porventura, o maior quebra-cabeças para a tropa portuguesa (e outras tropas colonialistas), já que é o oposto do peso e da lentidão característicos das forças militares regulares;

- possui bases em zonas quase inacessíveis pela sua orografia e densidade de vegetação ou em países do teatro de guerra. Estas bases não só deverão estar resguardadas de ataques como também devem ser imunes ao medo de serem objecto de assalto do inimigo;

- é numericamente inexpressivo no seio da população e encontra nesta não só a sua retaguarda mas também o seu objectivo bem como, ainda, o seu ambiente operacional privilegiado (no mínimo, a população tem de ser passivamente favorável);

- possui rusticidade, clandestinidade, ubiquidade aparente, frugalidade e independência das artérias de abastecimento (o abastecimento de víveres frescos vinha, no caso da Guerra de África, das lavras ou das machambas trabalhadas principalmente pelas mulheres);

- tem um corpo de doutrina política que visa seduzir e empolgar a população;

- actua em terrenos difíceis, que conhece melhor que a tropa regular e que lhe garante uma cobertura natural, utilizando a táctica do "bate e foge", evitando a batalha frontal, excepto em caso de absoluta superioridade. Note-se que o grande objectivo das operações de combate, e outras, dos guerrilheiros é a de contribuir para uma decisão política e não a de obter uma vitória militar imediata;

- dispõe de alvos abundantes sob a forma de aquartelamentos, colunas militares, ou colunas mistas de civis e militares, centros de actividade produtiva ou sedes de poder instituído;

- tem como acções mais comuns: a colocação de minas e armadilhas nos itinerários militares obrigatórios; as emboscadas a colunas motorizadas, nas estradas e nas picadas, ou a pelotões, dentro do mato; e as flagelações a instalações militares;

- não dispensa o suporte externo sob a forma de cobertura diplomática, apoio económico, treino militar, facilidades de obtenção de armamento ou fundamentação ideológica.

Sobre a natureza da guerra de guerrilhas, para além de Sun Tsu, vejam-se os clássicos Seven Pillars of Wisdom – a triumph, *de T. S. Lawrence,* Maquis, *de George Millar,* O Livro Vermelho, *de Mão Tsé-Tung, e* Os Centuriões, *de Jean Lartéguy. Veja-se ainda o manual que mais e melhor formou os militares portugueses para o conflito de 1961-1974:* O Exército na Guerra Subversiva. *Neste clássico militar português, definem-se as três grandes vertentes da acção militar contra-subversiva do seguinte modo: dar luta às guerrilhas através de operações militares ofensivas e defensivas; fazer acção psicossocial junto das populações com vista a conquistá-las para o lado português; e apoiar as autoridades civis no sentido de garantir a manutenção dos serviços essenciais e o controlo das populações. E o manual avisa que, se as "operações de combate" são as mais custosas e as mais espectaculares, podem contudo, não ser as mais importantes, aconselhando de seguida a que se evitasse sempre que possível o uso da letal força militar, uma vez que "a guerra subversiva era, essencialmente, um problema de conquista da população".*

É, portanto, com organizações a manobrarem no terreno, com uma já bastante palpável fermentação independentista, que se dá a chacina de Janeiro de 1961 em Malange, na Baixa do Cassange, na qual são mortos milhares de apanhadores de algodão. Influenciados pelo tocoísmo, estes apanhadores de algodão entram em greve e exigem melhores salários à COTONANG, uma das empresas majestáticas de Angola. Obtêm como resposta os ataques aéreos conjugados de PV-2, exóticos aparelhos de luta anti-submarina, e de T-6, usados na instrução básica, e a posterior finalização a cargo de unidades de Infantaria. Um mês depois, nova revolta se dá, o que provoca a matança indiscriminada de negros. A rebelião de 4 de Fevereiro, apresentada, ou

melhor, propagandeada, pelo MPLA como uma acção exclusivamente sua, não foi de facto. O seu inspirador principal e alma foi o cónego português Manuel Mendes das Neves – mais tarde deportado para o convento de Soutelo em Braga, e, quase simultaneamente, designado pela FNLA como seu presidente honorário – e a direcção operacional esteve a cargo de Neves Bendinha. (...) ”

Rui de Azevedo Teixeira, *Guerras e Campanhas Militares da História de Portugal – A Guerra de Angola (1961/1974),* Academia Portuguesa de História, Lisboa, Julho de 2010, pp 62 a 65.

ANEXO – Q

RESUMO

Este trabalho intitulado "A MADEIRA E A DESCOLONIZAÇÃO – Da História às Narrativas de Vida" surgiu do processo de investigação desenvolvido no âmbito da disciplina Estudos Interculturais leccionada no Mestrado de Gestão Cultural. É, e talvez sobretudo, o resultado dos desafios constantes que esta temática implica: actual, dolorosa e relacional.

Será necessário ter alguma sensibilidade para o tratamento de temáticas complexas, porque envolvem contrastes culturais que terão de ser abordados na conveniente distância das gerações imediatas. Escusam-se diálogos exacerbados, quando as paixões já esmoreceram. É nesta problemática que se enquadra o tema que vamos trabalhar.

A descolonização é uma consequência da remota política "novecentista" que evoluiu no percurso do século XX e nele encontrou o seu desfecho. Queremos questionar as motivações de todos os intervenientes e determinar uma interpretação que a todos envolva na comunhão de soluções para um futuro promissor, onde a reciprocidade de interesses económicos e sociais se conjuguem harmoniosamente.

Assim, e dadas as dimensões que o tema proporciona, optámos por contextualizar a questão para dar mais ênfase às memórias de uma época expostas nos relatos dos entrevistados.

Iremos ver, pois, como essas narrativas autobiográficas se vinculam a uma visão do mundo, dando conta das relações entre a Europa em geral, Portugal em particular, e as regiões de África.

Com efeito, há sofrimento no antagonismo das perspectivas de opositores que encontraram no belicismo a forma de atingir os objectivos divergentes, obviamente. Estamos em palcos de guerra onde a sentença internacional já fora demonstrada. O regime salazarista foi quem teimou no "orgulhosamente sós".

O nosso projecto não pretenderá constatar a dicotomia simplista entre colono e colonizado mas considerar as relações entre o europeu e o africano como forma de apreender mundos distintos, relações complexas, quando em África a noção do presente é que prevalece.

É esta perspectiva aberta e dialogante que nos levará a proporcionar aos alunos das escolas secundárias e do 3º ciclo da RAM uma questão marcante que mobilizou as gerações de meados do século XX e que, pelas repercussões sociais, ainda é um tema actual. Os meios audio-visuais e a internet facilitarão a tarefa pedagogico-didáctica.

Palavras-chave: Império – colonização – descolonização – diálogo cultural – narrativas de vida – guerrilha – mobilização – dever – Pátria – medo – ansiedade – trauma – fuga – revolução – liberdade – integração – democracia.

Tentativa de entrevista a um cidadão português em Luanda (João G. G. Gonçalves)

1 – Nome, naturalidade, data nascimento, estado civil e agregado familiar na altura da sua integração social na província de Angola.

2 – Por que razão foi viver para Angola?

3 – Com que idade chegou a Luanda?

4 – Havia muitos negros a estudar?

5 – Como era o relacionamento entre brancos e negros (na escola, vida de bairro, …)?

6 – Poderia dizer que havia camaradagem e igualdade social?

7 – Quando lá estive na tropa, sempre me impressionou aquela extensa península, a que chamavam a "Ilha"… era um local espectacular!

8 – Qual foi o seu primeiro emprego?

9 – Chegou a cumprir serviço militar? Quando e onde?

10 – Quando se deu o 25 de Abril e se anunciou a data da independência de Angola, acreditou num futuro com prosperidade e paz social?

11 – E depois, o que se passou em Luanda?

12 – A sua permanência em Angola, até depois da independência, valeu a pena ou só serviu para se expor, com risco da própria vida?

13 – Nunca questionou as políticas de influência e controlo regionais das duas super potências como nocivas para a política interna portuguesa?

14 – Teve conhecimento dos episódios às portas de Luanda (FNLA, aguarda por Holden Roberto) e dos militares portugueses dizimados quando se preparavam para dialogar, apaziguando militares da MPLA e da Unita, num bairro de Luanda (Abril de 1975)?

15 – Em que data chegou à Madeira?

16 – E as coisas correram bem?

17 – O facto de ter parte da família já integrada na sociedade funchalense, facilitou também a sua integração?

18 – Porquê a sua aposta no ramo comercial, ao invés de arranjar emprego na "Banca" ou noutro sector laboral? Tinha experiência no ramo, em Angola?

19 – Lamenta as agruras e a vida atribulada, que a Revolução de Abril/74 lhe provocou ou já conseguiu ultrapassar a questão?

20 – Pensa ainda como poderia ter sido a sua vida em Luanda, numa solução colonial ou na possibilidade dum governo negro que fosse eficaz e mantivesse uma paz duradoura?

21 – Qual a sua interpretação aos tratados assinados com os movimentos de libertação das colónias portuguesas, denominado “Acordo do Alvor”?

22 – Quer opinar sobre os desfechos na África do Sul (Pós-Apartheid) e também na ex-Rodésia, hoje Zimbabwe, de Robert Mugabe.

ANEXO – P

(Tentativa de entrevista a um capitão miliciano do exército português)

Sr. Capitão…

1 – Identificação: Nome completo; Data nascimento; Naturalidade; Estado civil… composição do agregado familiar na altura da incorporação no exército.

2 – Quando se manifestou o interesse em integrar os quadros do exército português?

3 – Como iniciou a sua carreira militar?

4 – A preparação para a s/1ª comissão de serviço numa província ultramarina como e onde teve lugar. Para que província?

5 – Na sua valorização como militar de carreira, que momentos foram determinantes?

6 – Pode distinguir, nos sucessivos palcos de guerra que experimentou, a evolução de técnicas e armamentos utilizados, quer pelo exército português ou pelos guerrilheiros?

7 – Dessas experiências, recebeu estratégia e planos mais adequados e de maior eficácia nas acções ofensivas?

8 – Sentiu a hipótese de morrer ou "*viu a morte à frente dos olhos*"?

9 – Quer narrar o episódio mais aterrador durante um combate mais difícil?

10 – Alguma vez questionou a utilidade da guerra colonial…quando?

11 – Em perspectiva, qual seria a província onde se poderia obter uma vitoria militar?

12 – Na última comissão de serviço sentiu a inutilidade do seu esforço como militar e da política colonial portuguesa?

13 – Nunca questionou as políticas de influência e controlo regionais das duas super potências como nocivas para a política interna portuguesa?

14 – Na estratégia e políticas coloniais portuguesas, encontrou desajustamentos que indiciavam resultados adversos?

14 – Teve conhecimento dos episódios às portas de Luanda (FNLA, aguarda por Holden Roberto) e dos militares portugueses dizimados quando se preparavam para dialogar, apaziguando militares da MPLA e da Unita, num bairro de Luanda (Abril de 1975)?

15 – No 25 de Abril de 1974, onde se encontrava e que patente militar tinha?

16 – Qual a sua interpretação aos tratados assinados com os movimentos de libertação das colónias portuguesas, denominado "Acordo do Alvor"?

17 – A sua opinião, naquela época, ainda hoje permanece?

18 – Pode opinar sobre os desfechos na África do Sul (Pós-Apharteid) e também na ex-Rodésia, hoje Zimbabwe, de Robert Mugabe.

19 – Neste tema, se lhe fosse colocada a questão: *Se soubesse o que sei hoje…* como acabaria a frase?

20 – Sente-se um herói ou simplesmente com a satisfação de ter sido capaz de cumprir missões: patrióticas/inevitáveis/de dever/…?

21 – A sua acção nos diversos palcos de guerra alterou significativamente as suas: forma de pensar, perspectiva de vida, a sua personalidade ou a saúde sofreu mazelas?

22 – No seio familiar, relata/comenta a sua experiência e vida militares?

23 – Quer descrever as últimas etapas da sua carreira militar e a sua situação actual?

24 – Qual a sua opinião sobre as denominadas canções subversivas ou canções de intervenção? Recorda-se do nome de alguma ou dos cantores que as entoavam?

ANEXO – R

(Tentativa de entrevista a uma irmã, missionária em Angola)

1 – Identificação: Nome completo; Data nascimento; Naturalidade; Estado civil; Composição do agregado familiar na altura em entrou para o noviciado.

2 – Como iniciou a sua carreira na congregação (formação religiosa e em que locais)?

3 – Qual o seu percurso nas missões em províncias ultramarinas (resumidamente)?

4 – Qual a sua experiência mais gratificante e em que local se manifestou?

5 – A situação que lá encontrou correspondeu às suas expectativas ou já fazia parte das suas preocupações?

6 – Pode distinguir, nos sucessivos meses/anos em que lá esteve, as dificuldades ou as alterações socio-políticas?

7 – Quanto tempo passou em cada um dos locais de cada missão e o que conseguiu realizar.

8 – Sentiu que, apesar da sua grande vontade, era impotente perante as situações e acontecimentos incontroláveis?

9 – Quer narrar o episódio mais aterrador ou difícil que testemunhou?

10 – Alguma vez questionou a utilidade da guerra colonial? Quando?

11 – Em perspectiva, qual seria a província onde se poderia obter uma vitoria militar?

12 – Na sua última missão (já depois da independência do novo país) sentiu a inutilidade do seu esforço para resolver os problemas dos indígenas ou dos portugueses que queriam regressar?

13 – Nunca questionou as políticas de influência e controlo regionais das duas super potências (URSS e EUA) como nocivas para a política interna portuguesa e dos apoios financeiros á guerrilha, descaradamente dados por vários países (Escandinavos, Holanda, Bélgica)?

14 – Na estratégia e políticas coloniais portuguesas, encontrou desajustamentos que indiciavam resultados adversos?

14 – Os objectivos e a estratégia da sua congregação eram adequados às situações com que se deparavam nas diferentes missões?

15 – No 25 de Abril de 1974, onde se encontrava e que funções desempenhava?

16 – Qual a sua interpretação aos tratados assinados com os movimentos de libertação das colónias portuguesas, denominado "Acordo do Alvor"?

17 – A sua opinião sobre a política portuguesa, naquela época, ainda hoje permanece?

18 – Pode opinar sobre os desfechos na África do Sul (Pós-Apharteid) e também na ex-Rodésia, hoje Zimbabwe, de Robert Mugabe.

19 – Durante a sua vida de missionária qual a situação que mais a entusiasmou?

20 – Independentemente das questões religiosas, preocupavam-se em incutir o espírito patriótico e o amor a Portugal. Era correspondido esse esforço?

21 – Na sua acção missionária em que países sentiu o prestígio de Portugal? No caso afirmativo, acha que foi pela história recente de Portugal e estatuto naquela época ou pelas gloriosas descobertas?

22 – No seio familiar ou para os elementos mais novos da sua congregação, relata/comenta as suas experiências? Se sim, quais as que conta e reconta?

23 – Depois da **Independência de Angola** quanto tempo lá permaneceu? Consegue distinguir várias etapas de desenvolvimento e cooperação de outros países?

24 – Acha que as empresas e a nova geração de portugueses terão hipóteses de integração e poderão contribuir para o desenvolvimento de Angola. Serão mais bem sucedidos que outros cooperantes ou que as empresas de outros países.

25 – Pode fazer algum comentário ou relato adicional, para enriquecer este trabalho?

ANEXO – S

(Tentativa de entrevista a uma irmã, missionária em Moçambique)

1 – Identificação: Nome completo; Data nascimento; Naturalidade; Estado civil; Composição do agregado familiar na altura em entrou para o noviciado.

2 – Como iniciou a sua carreira na congregação (formação religiosa e locais)?

3 – Qual o seu percurso nas missões em províncias ultramarinas (resumidamente)?

4 – Qual a sua experiência mais gratificante e em que local se manifestou?

5 – A situação que lá encontrou correspondeu às suas expectativas ou já fazia parte das suas preocupações?

6 – Pode distinguir, nos sucessivos meses que lá esteve, as dificuldades ou a deterioração socio-política?

7 – Quanto tempo passou em cada uma das suas missões e o que conseguiu realizar.

8 – Sentiu que, apesar da sua grande vontade, era impotente perante as situações e acontecimentos incontroláveis?

9 – Quer narrar o episódio mais aterrador/difícil que testemunhou?

10 – Alguma vez questionou a utilidade da guerra colonial? Quando?

11 – Em perspectiva, qual seria a província onde se poderia obter uma vitoria militar?

12 – Na sua última missão (já depois da independência do novo país) sentiu a inutilidade do seu esforço para resolver os problemas dos indígenas ou dos portugueses que queriam regressar?

13 – Nunca questionou as políticas de influência e controlo regionais das duas super potências como nocivas para a política interna portuguesa e dos apoios financeiros á guerrilha, descaradamente dados por vários países (Escandinavos, Holanda, Bélgica)?

14 – Na estratégia e políticas coloniais portuguesas, encontrou desajustamentos que indiciavam resultados adversos?

14 – Os objectivos e a estratégia da sua congregação eram adequados ás situações com que se deparavam nas diferentes missões?

15 – No 25 de Abril de 1974, onde se encontrava e que funções desempenhava?

16 – Qual a sua interpretação aos tratados assinados com os movimentos de libertação das colónias portuguesas, denominado “Acordo do Alvor”?

17 – A sua opinião sobre a política portuguesa, naquela época, ainda hoje permanece?

18 – Pode opinar sobre os desfechos na África do Sul (Pós-Apharteid) e também na ex-Rodésia, hoje Zimbabwe, de Robert Mugabe.

19 – Durante a sua vida de missionária qual a situação que mais a entusiasmou?

20 – Independentemente das questões religiosas, preocupavam-se em incutir o espírito patriótico e o amor a Portugal. Era correspondido esse esforço?

21 – Na sua acção missionária em que países sentiu o prestígio de Portugal? No caso afirmativo, acha que foi pela história recente de Portugal e estatuto naquela época ou pelas gloriosas descobertas?

22 – No seio familiar ou para os elementos mais novos da sua congregação, relata/comenta as suas experiências? Se sim, quais as que conta e reconta?

23 – Depois da **Independência de Moçambique** quanto tempo lá permaneceu? Consegue distinguir várias etapas de desenvolvimento e cooperação de outros países?

24 – Acha que as empresas e a nova geração de portugueses terão hipóteses de integração e poderão contribuir para o desenvolvimento de Moçambique. Serão mais bem sucedidos que outros cooperantes ou que as empresas de outros países.

25 – Pode fazer algum comentário ou relato adicional, para enriquecer este trabalho?

ANEXO – T

(Tentativa de entrevista a um ex-elemento da diplomacia portuguesa)

1 – Identificação: Nome completo; Data nascimento; Naturalidade; Estado civil; Composição do agregado familiar na altura em exerceu o cargo de Cônsul em Luanda.

2 – Como iniciou a sua carreira diplomática?

3 – Qual o seu percurso diplomático (resumidamente)?

4 – Como se proporcionou a ida para Luanda e quais os objectivos da sua missão?

5 – A situação que lá encontrou correspondeu ás sua expectativas ou já fazia parte das suas preocupações?

6 – Pode distinguir, nos sucessivos meses que lá esteve, as dificuldades ou a deterioração socio-política?

7 – Quanto tempo lá esteve e quais os objectivos da sua missão que conseguiu realizar.

8 – Sentiu que, apesar da sua vontade, era impotente perante as situações e acontecimentos incontroláveis?

9 – Quer narrar o episódio mais aterrador/difícil que testemunhou?

10 – Alguma vez questionou a utilidade da guerra colonial? Quando?

11 – Em perspectiva, qual seria a província onde se poderia obter uma vitoria militar?

12 – Na última missão em Angola (nos derradeiros dias) sentiu a inutilidade do seu esforço para resolver os problemas dos portugueses que queriam regressar?

13 – Nunca questionou as políticas de influência e controlo regionais das duas super potências como nocivas para a política interna portuguesa e dos apoios financeiros á guerrilha, descaradamente dados por vários países (Escandinavos, Holanda, Bélgica)?

14 – Na estratégia e políticas coloniais portuguesas, encontrou desajustamentos que indiciavam resultados adversos?

14 – Teve conhecimento dos episódios às portas de Luanda (FNLA, aguarda por Holden Roberto) e dos militares portugueses dizimados quando se preparavam para dialogar, apaziguando militares da MPLA e da Unita, num bairro de Luanda (Abril de 1975)?

15 – No 25 de Abril de 1974, onde se encontrava e que funções desempenhava?

16 – Qual a sua interpretação aos tratados assinados com os movimentos de libertação das colónias portuguesas, denominado “Acordo do Alvor”?

17 – A sua opinião, naquela época, ainda hoje permanece?

18 – Pode opinar sobre os desfechos na África do Sul (Pós-Apharteid) e também na ex-Rodésia, hoje Zimbabwe, de Robert Mugabe.

19 – Durante a sua vida diplomática qual a missão que mais o entusiasmou?

20 – Alguma vez teve de explicar a unicidade do território português na repartição do Portugal Continental, Insular (ilhas adjacentes) e Ultramarino? Foi aceite a sua explicação?

21 – Na sua acção diplomática em que países sentiu o prestígio de Portugal? Pela sua história mais recente e estatuto naquela época ou pelas gloriosas descobertas?

22 – No seio familiar, relata/comenta as suas experiências e vida diplomática? Se sim, quais as que conta e reconta?

Funchal, Março de 2010

ESTADOS AFRICANOS INDEPENDENTES EM 1969

Estados	Data da Independ.	Antigas metróp.	Superfície (1 000 km²)	Popul. (1 969) (1 000 hab.)
1 – Etiópia	A.C.	–	1 200	24 000
2 – Libéria	26-7-1847	–	95	1 150
3 – Rep. África do Sul	31-5-1910	GB	1 224	19t000
4 – R.A.U. (Egipto)	28-2-1922	–	1 000	31 000
5 – Líbia	24-12-1951	I	1 750	1 800
6 – Sudão	1-1-1956	GB-R	2 500	14 500
7 – Marrocos	2-3-1956	F	448,4	13 750
8 – Tunísia	20-3-1956	F	156	4 600
9 – Ghana	6-3-1957	GB	238	8 400
10 – Guiné	2-10-1958	F	280	3 800
11 – Camarão	1-1-1960	F	520	5 500
12 – Togo	27-4-1960	F	57	1 750
13 – Rep. Malgache	26-6-1960	F	590	7 400
14 – Congo-Kinshasa	30-6-1960	B	2 344	16 500
15 – Somália	1-7-1960	I-GB	638	2 700
16 – Dahomé	1-7-1960	F	116	2 600
17 – Niger	3-8-1960	F	1 190	3 600
18 – Alto-Volta	5-8-1960	F	274	5 200
19 – Costa do Marfim	7-8-1960	F	322	4 200
20 – Tchad	11-8-1960	F	1 280	3 450
21 – Rep. Centro-Africana	13-8-1960	F	617	2 200
22 – Congo-Brazza	15-8-1960	F	342	870
23 – Gabão	17-8-1960	F	267	500
24 – Senegal	20-8-1960	F	197	3 750
25 – Mali	22-9-1960	F	1 204	4 800
26 – Nigéria	1-10-1960	GB	965	60 000
27 – Mauritânia	28-11-1960	F	1 086	1 110
28 – Serra Leoa	27-4-1961	GB	72	2 600
29 – Tanganica	9-12-1961	GB	939	10 400
30 – Ruanda	1-7-1962	B	26	3 400
31 – Burundi	1-7-1962	B	28	3 500
32 – Argélia	1-7-1962	F	2 280	12 500
33 – Uganda	9-10-1962	GB	243	8 000
34 – Zanzibar	10-12-1963	GB	2,6	300
35 – Quénia	12-12-1963	GB	583	10 200
36 – Malawi	6-7-1964	GB	123	4 200
37 – Zâmbia	24-10-1964	GB	751	4 000
38 – Gâmbia	18-2-1965	GB	10	350
39 – Rodésia	11-11-1965	GB	389	4 600
40 – Botsuana	30-9-1966	GB	712	600
41 – Lesoto	4-10-1966	GB	30	1 000
42 – Maurícia	12-3-1968	GB	1,8	780
43 – Suazilândia	6-9-1968	GB	17	410
44 – Guiné Equatorial	12-10-1968	E	28	290
Total (m)			27 135,8	316 160

ANEXO – U – 1

TERRITÓRIOS AFRICANOS DEPENDENTES (EM 1970):

Territórios	Superfície (mil km²)	Superfície (mil km²)
Sob Administração Espanhola		
– Melilla	0,01	82
– Ceuta	0,02	76
– Sahará (Rio do Ouro)	266	24
Sob Administração Francesa		
– Costa dos Somalis	23	86
– Comores (Arquipélago)	2,1	250
– Reunião (Ilha)	2,5	400
Sob Administração Inglesa		
– Santa Helena (Arquipélago)	0,2	5,6
– Seychelles (Arquipélago)	0,4	47
Sob Administração Sul Africana		
– Sudoeste Africano	824	520
De Portugal		
– Angola	1 247	5 300
– Moçambique	783	7 200
– Guiné	36	530
– Cabo Verde	4	230
– S. Tomé e Príncipe	1	63
TOTAL	**3 189,23**	**14 813,6**

ANEXO – U - 2

MOVIMENTOS POLÍTICOS DE ORIENTAÇÃO ANTI-PORTUGUESA

NOME DO MOVIMENTO	DESIGNAÇÃO	FORMAÇÃO	DATA DA CONSTI-TUIÇÃO
ACOA	American Comitee on Africa	Nova York	1954
CBARA	Comité Brasileiro de Auxílio aos Refugiados Angolanos	Brasil	?
CONCP	Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas	Conakry (Guiné ex-francesa)	1960-61?
FRAIN	Frente Revolucionária Africana para a Independência das Colónias Portuguesas	Conakry	Fins de 1959
GRUPO DE CASABLANCA	–	Coligação Pan-Africana	Início de 1961
GRUPO DE MONRÓVIA	–	Coligação Pan-Africana	1960
MBM	Methodist Board of Missions	E.U.A.	?
MDIN	Movimento para a Defesa dos Interesses Nacionais	Congo ex-belga	1962?
MNI	Movimento Nacional Independente	Brasil-Argel	1958
PAFMECSA	Panafrican Freedom Movement for East, Central, and South África	Coligação Pan-Africana (Dar-es-Salam)	1958
UAM	União Afro-Malgache	Coligação Pan-Africana	1961
WAY	World Assembley of Youth	Associação juvenil de carácter internacional	1961?

ANEXO – U - 3

MOVIMENTOS NÃO ANGOLANOS COM INFLUÊNCIA EM ANGOLA

NOME DO MOVIMENTO	DESIGNAÇÃO	FORMAÇÃO	DATA DA CONSTI-TUIÇÃO
ABAKO	Aliança dos Bakongos	Leopoldville (Congo ex-belga)	1953
ATCAR	Associação dos Quiocos do Congo, Angola e Rodésias	Elizabethville (Congo ex-belga)	1956
LULUA--FRÉRES	–	Tribo Lulua--Cassai (Congo ex-belga)	1926
LUA	Lunda United Association	Congo ex-belga	1963
MPRC	Movement Populaire pour la Reconstituition du Congo	Congo ex-belga	Dezembro 1961
PSA	Partido Solidário Africano	Leopoldville (Congo ex-belga)	Março 1959
RCA, FS	Rodésia, Congo, Angola, Friendly Society	Rodésia	1962
SWANU	South West Africa Nation Union	SWA	1959
SWAPO (OPO)*	South West Africa Peoples Organization	SWA	1959
UNIP	United National Independence Party	Rodésia	1962?

ANEXO – U - 4

MOVIMENTOS ANGOLANOS REGIONALISTAS

NOME DO MOVIMENTO	DESIGNAÇÃO	FORMAÇÃO	DATA DA CONSTI-TUIÇÃO
ALIAZO	Aliança dos Naturais de Maquela do Zombo	Leopoldville (Congo ex-belga)	Fins de 1960
AREC	Association des Ressortissants de l'Enclave de Cabinda	Ponta Negra (Congo ex-belga)	1958
AREMA	Association des Ressortissants du Mayombe	Congo (ex-francês)	1962?
CAUNC	Comité de Acção da União Nacional dos Cabindas	Congo (ex-francês)	1961/62
COMCABI	Associação da Comunidade Cabindeux	Congo-Leo (ex-belga)	1960
MLEC	Movimento para a Libertação do Enclave de Cabinda	Congo (ex-francês)	1960
NGWIZACO	Associação dos Naturais do Congo – NGWIZACO AKONGO (Acordo dos Filhos do Congo)	Leopoldville (Congo ex-belga)	1960
RCCKP	Associação dos Chefes Tradicionais do Congo Português	Leopoldville (Congo ex-belga)	1961

ANEXO – U - 5

MOVIMENTOS ANGOLANOS NÃO REGIONALISTAS

NOME DO MOVIMENTO	DESIGNAÇÃO	FORMAÇÃO	DATA DA CONSTI-TUIÇÃO
AJEUNAL	Aliance des Jeunes Angolais pour la Liberté	Congo-Leo	1961
AMA	Associação das Mulheres de Angola	Organização de Mulheres da UPA	
AOCA	Associação dos Operários Católicos de Angola	Leopoldville (Congo ex-belga)	1962
CGTA	Confederação Geral dos Trabalhadores de Angola	MPLA?	Julho 1962
CPCP	Comité Preparatório do Congresso Popular	Originado em dissidências na UPA.	05Ago1962
CSLA	Conferência dos Sindicatos Livres Angolanos	Leopoldville (Congo ex-belga)	01Set1962
CVAAR	Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados	FRAIN- MPLA	Junho 1962
ELNA	Exército de Libertação Nacional de Angola	UPA	1961
FJAKC	Front pour L'Independence de L'Angola, du Kongo et de Cabinda	Grupos de partidos dito moderados. MLEC-MDIA--MGWIZACO--FNA	05Mai1962
FLNA	Frente de Libertação Nacional de Angola	Coligação UPA com PDA	27Mar1962
FNA	Frente Nacional de Angola	Dissidentes da UPA	Maio 1962

ANEXO – U - 6

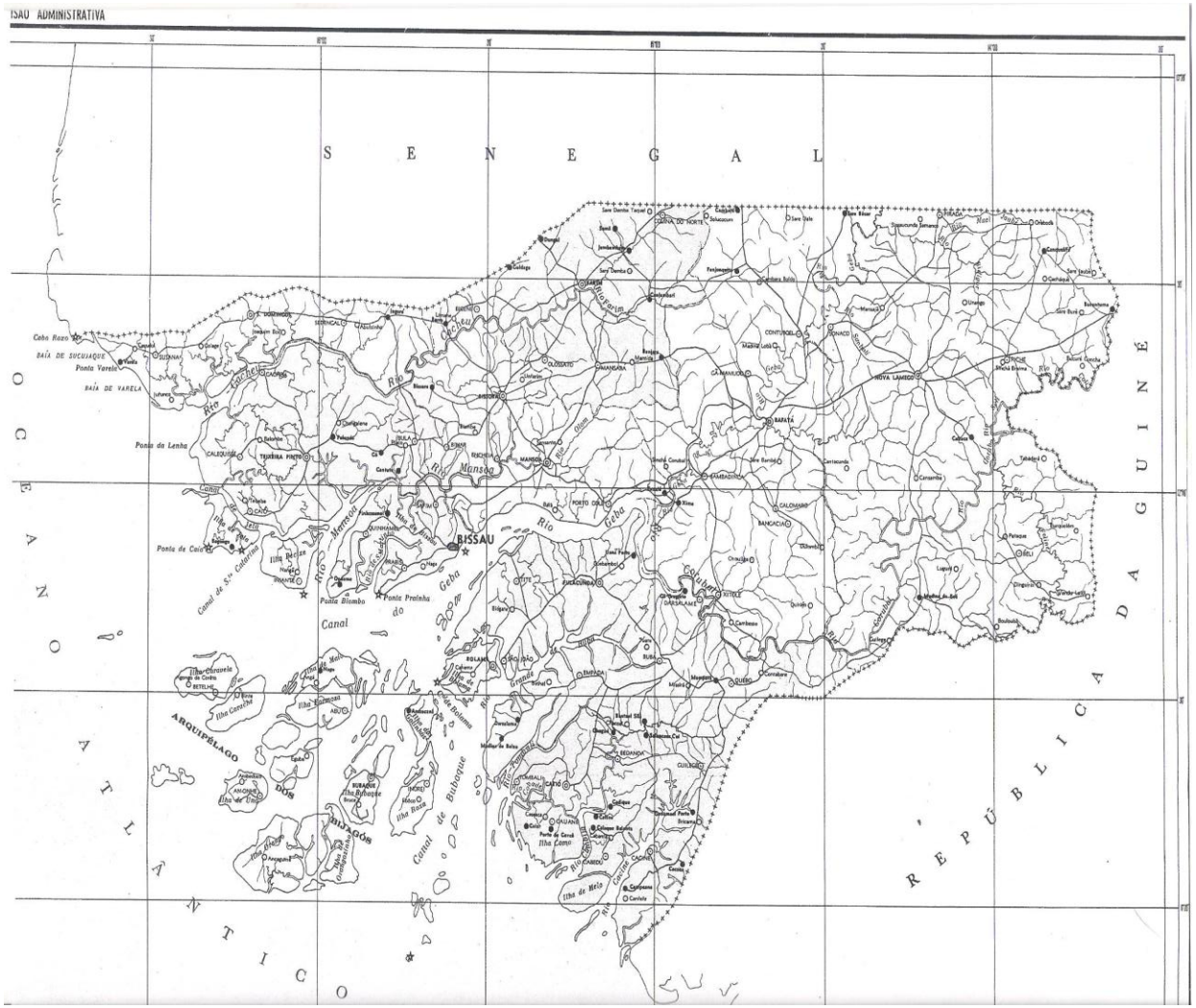
NOME DO MOVIMENTO	DESIGNAÇÃO	FORMAÇÃO	DATA DA CONSTI-TUIÇÃO
FUA	Frente de Unidade Angolana	Sul de Angola	Abril 1961
FUNA	Frente da União Nacional de Angola ou Frente Unida Nacionalista Angolana	MPLA	Maio 1962
FULA	Frente Unida para a Libertação de Angola	Luanda (MPLA)	Maio 1960
JDA	Juventude Democrática de Angola	Origem no PDA	?
JUPA	Juventude da União das Populações de Angola	UPA	?
JVSA	Junta de Voluntários para a Salvação de Angola	?	?
LGTA	Liga Geral dos Trabalhadores de Angola	Leopoldville	13Jun1961
MAC	Movimento Anti-Colonialista	Frankfurt	1959
MDIA	Movimento Democrático para a Independência de Angola	Leopoldville	Março 1961
MINA	Movimento para Independência Nacional de Angola	?	1959
MJOA	Movimento da Juventude Operária Angolana	Leopoldville	24Fev1963
MLNA	Movimento Nacional de Libertação de Angola	Luanda	1959
MNA	Movimento Nacional de Angola	Luanda (?)	Jun61
MODERA	Movimento de Defesa do Realismo Africano	Moçâmedes	Nov60
MOSA	Movimento de Solidariedade Africano	Luanda (?)	Nov60
MPIA	Movimento para a Independência de Angola	Luanda	1959

ANEXO – U - 7

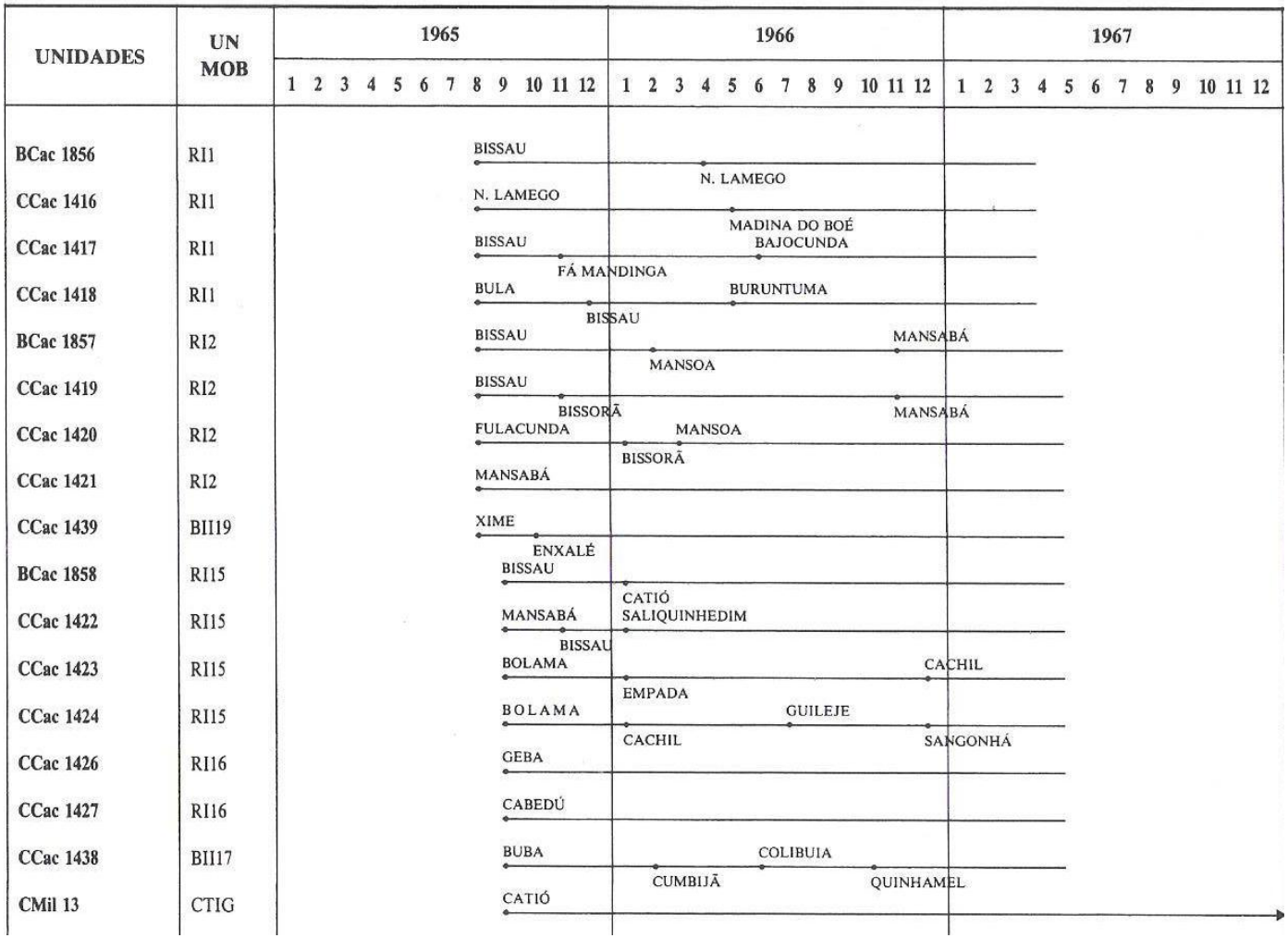
NOME DO MOVIMENTO	DESIGNAÇÃO	FORMAÇÃO	DATA DA CONSTI-TUIÇÃO
MPLA	Movimento Popular da Libertação de Angola	Luanda (?)	1960
NTO BAKO	Origine du People Bakongo Angola (Os Bakongos de Angola)	Leopoldville	Dez60
PCA	Partido Comunista Angolano	Luanda	1955
PDA	Partido Democrático de Angola	Leopoldville	29Jan62
PLUAA	Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola	Luanda	1956
RDJA	Rassemblement Démocratique de la Jeunesse Angolaise	?	Out61
RSA	Rassemblement des Bois-Scouts et Girl-Guides de l'Angola	Leopoldville	Jun62
SARA	Serviço de Assistência aos Refugiados de Angola	UPA	Início de 1962
UCLA	União Congolesa para a Libertação de Angola	Leopoldville	04Jul1961
UGTA	União Geral dos Trabalhadores de Angola	Facção da UPA da LGTA	28Nov62
UMA	União das Mulheres de Angola	MPLA	?
UNEA	União Nacional dos Estudantes de Angola	?	26Dez62
UNITA	União para a Independência Total de Angola	Zâmbia Moxico/Muangai	13Mar66
UNTA	União Nacional dos Trabalhadores Angolanos	Leopoldville	1961
UPA	União das Populações de Angola	Acra	Dez1958
UTONA	União dos Trabalhadores e Operários Negros de Angola	Leopoldville	Fins de 1960

ANEXO – U – 8 (Informações retiradas de:

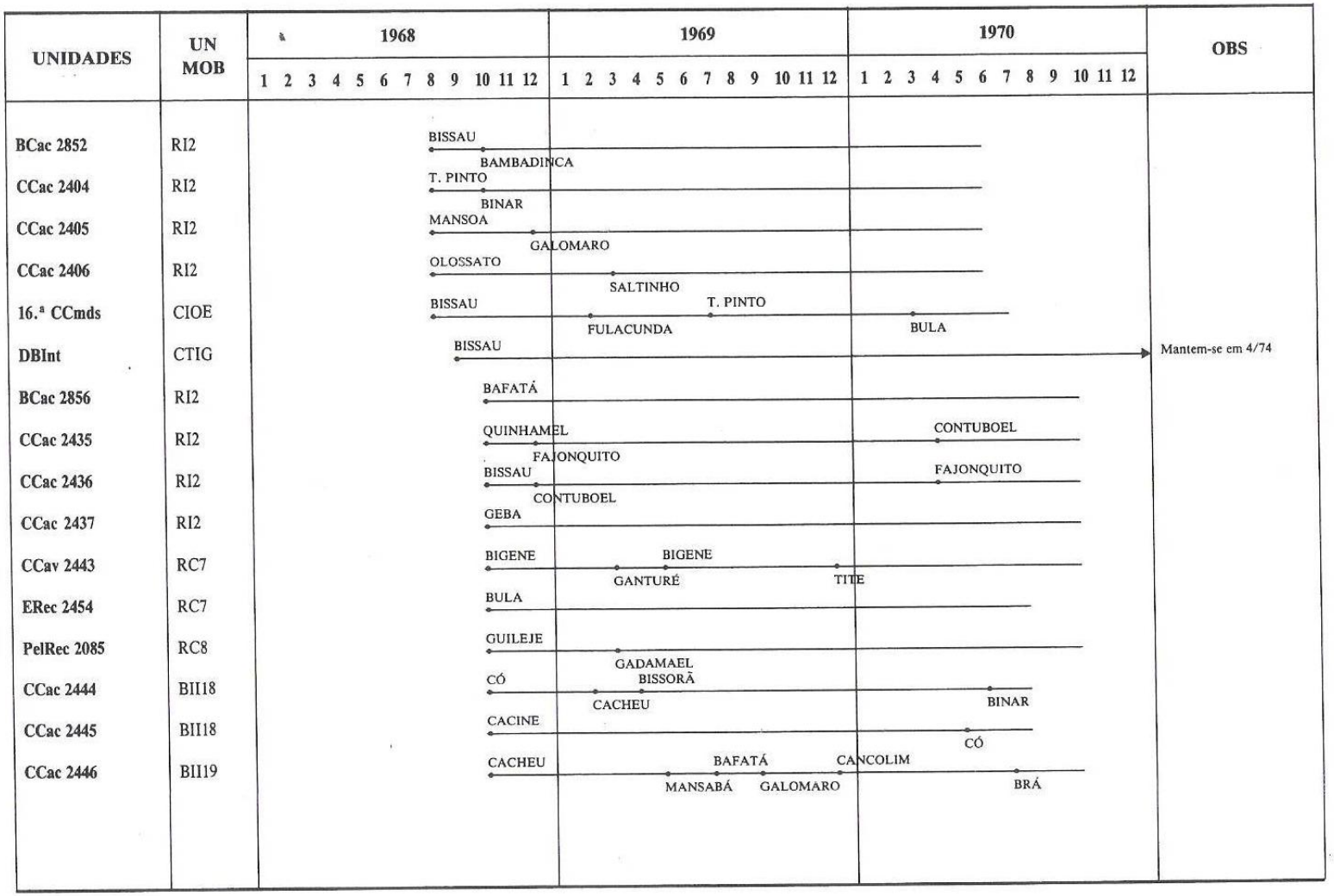
- General Manuel Freire Themudo Barata e outros, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 2º Volume, Dispositivo das Nossas Forças, Angola, Lisboa, 1989, pp 45 e 46; 96 a 101 de 364 páginas.)


ISAU ADMINISTRATIVA
S E N E G A L
BISSAU
Rio Mansoa
Rio Geba
Canal
ARQUIPÉLAGO
DOIS
Canal de Bubaque
Ilha Como
Ilha de Melo
REPÚBLICA DA GUINÉ
OCEANO ATLÂNTICO

ANEXO – V 1


UNIDADES
UN MOB
1965
1966
1967
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12
BCac 1856 RI1 BISSAU N. LAMEGO
CCac 1416 RI1 N. LAMEGO MADINA DO BOÉ
CCac 1417 RI1 BISSAU BAJOCUNDA
CCac 1418 RI1 FÁ MANDINGA BULA BURUNTUMA
BCac 1857 RI2 BISSAU BISSAU MANSABÁ
CCac 1419 RI2 MANSOA BISSAU
CCac 1420 RI2 BISSORÃ MANSABÁ FULACUNDA MANSOA
CCac 1421 RI2 BISSORÃ MANSABÁ
CCac 1439 BII19 XIME
BCac 1858 RI15 ENXALÉ BISSAU
CCac 1422 RI15 CATIÓ MANSABÁ SALIQUINHEDIM
CCac 1423 RI15 BISSAU BOLAMA CACHIL
CCac 1424 RI15 EMPADA BOLAMA GUILEJE
CCac 1426 RI16 CACHIL SANGONHÁ GEBA
CCac 1427 RI16 CABEDÚ
CCac 1438 BII17 BUBA COLIBUIA
CMil 13 CTIG CUMBIJÃ QUINHAMEL CATIÓ

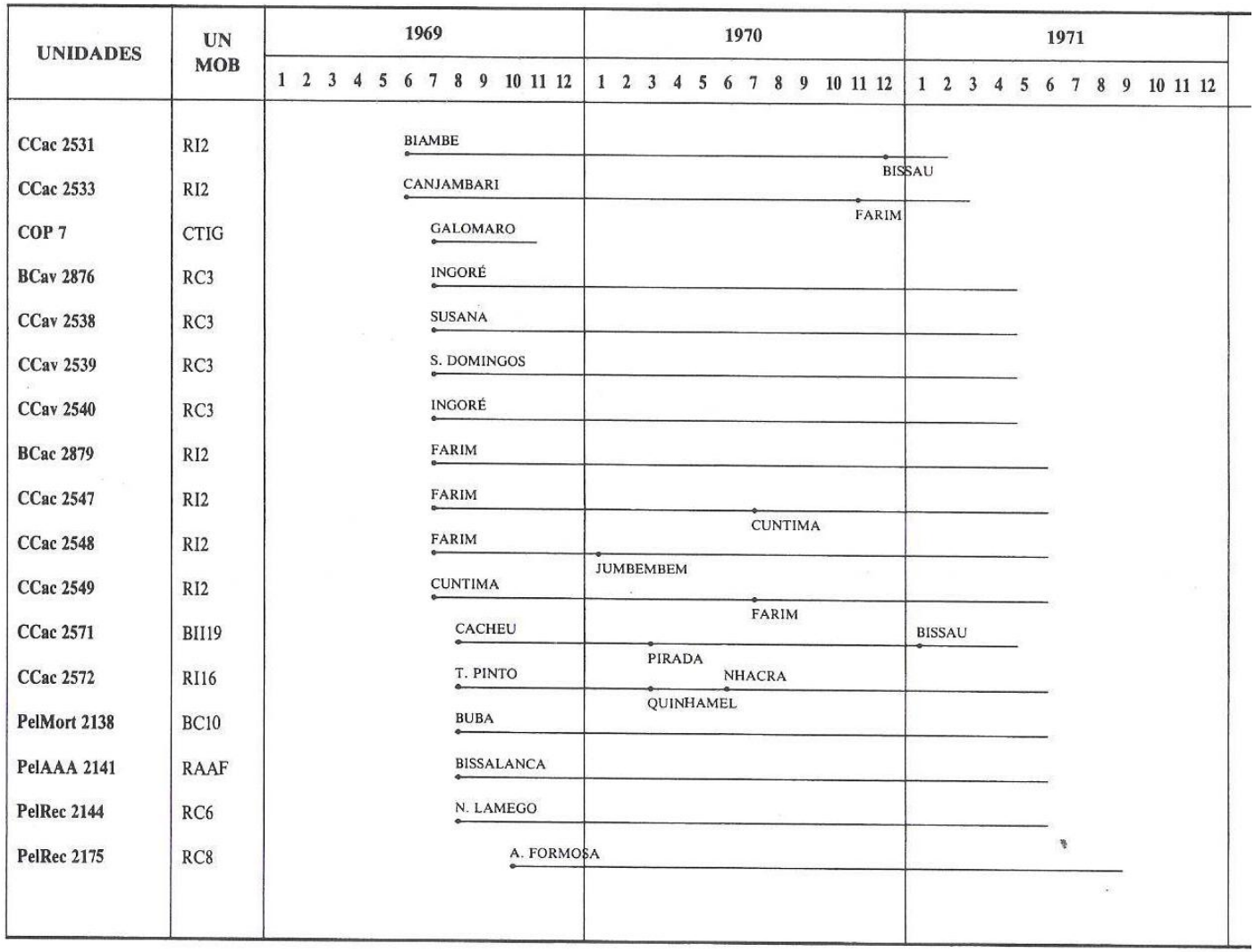
ANEXO – V 2


UNIDADES
UN MOB
1968
1969
1970
OBS
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12
BCac 2852 RI2 BISSAU BAMBADINCA
CCac 2404 RI2 T. PINTO BINAR
CCac 2405 RI2 MANSOA GALOMARO
CCac 2406 RI2 OLOSSATO SALTINHO
16.ª CCmds CIOE BISSAU T. PINTO FULACUNDA BULA
DBInt CTIG BISSAU Mantem-se em 4/74
BCac 2856 RI2 BAFATÁ
CCac 2435 RI2 QUINHAMEL CONTUBOEL
CCac 2436 RI2 FAJONQUITO BISSAU FAJONQUITO
CCac 2437 RI2 CONTUBOEL GEBA
CCav 2443 RC7 BIGENE BIGENE GANTURÉ TITE
ERec 2454 RC7 BULA
PelRec 2085 RC8 GUILEJE
CCac 2444 BII18 GADAMAEL CÓ BISSORÃ CACHEU BINAR
CCac 2445 BII18 CACINE CÓ
CCac 2446 BII19 CACHEU BAFATÁ CANCOLIM MANSABÁ GALOMARO BRÁ

ANEXO – V 3

UNIDADES	UN MOB	1969	1970	1971	OBS
		1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	
DIAl 2120	RSS	BISSAU			
CTm	CTIG	BISSAU			Mantem-se em 4/74
PelRMMTm	CTIG	BISSAU			Termina em 4/72
PelMort 2114	RI2	TITE			
PelMort 2115	RI15	CATIÓ			
CCac 2591	RI16	BOLAMA, BISSORÃ	BINAR		Em Jan70 dá origem à CCac 13
CCac 2592	RI16	BOLAMA, CUNTIMA			Em Jan70 dá origem à CCac 14
CArt 2520	GACA2	XIME	QUINHAMEL		
CArt 2521	GACA2	A. FORMOSA			
CCav 2525	RC7	PICHE, CACHEU, BULA	P.A. BARROS		
CCac 2527	BII18	BIGENE			
CCac 2529	BII19	CUNTIMA, CÓ	CHANGUÉ, NHAMATE		
CPM 2537	RL2	BISSAU			
PelMort 2116	RI15	FARIM			
PelMort 2117	BC10	BULA			
PelCanh 2126	BC10	PICHE			

ANEXO – V 4


UNIDADES
UN MOB
1969
1970
1971
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12
CCac 2531 RI2 BIAMBE BISSAU
CCac 2533 RI2 CANJAMBARI FARIM
COP 7 CTIG GALOMARO
BCav 2876 RC3 INGORÉ
CCav 2538 RC3 SUSANA
CCav 2539 RC3 S. DOMINGOS
CCav 2540 RC3 INGORÉ
BCac 2879 RI2 FARIM
CCac 2547 RI2 FARIM CUNTIMA
CCac 2548 RI2 FARIM JUMBEMBEM
CCac 2549 RI2 CUNTIMA FARIM
CCac 2571 BII19 CACHEU BISSAU
CCac 2572 RI16 T. PINTO PIRADA NHACRA QUINHAMEL
PelMort 2138 BC10 BUBA
PelAAA 2141 RAAF BISSALANCA
PelRec 2144 RC6 N. LAMEGO
PelRec 2175 RC8 A. FORMOSA

ANEXO – V5

UNIDADES	UN MOB	1970	1971	1972	OBS
		1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	
CArt 11	CTIG	PICHE — PAÚNCA			
CCac 11		N. LAMEGO			Mantem-se em 4/74
CCac 13	CTIG	BINAR — BISSORÃ			Mantem-se em 4/74
		BIAMBE			
CCac 14	CTIG	CUNTIMA	FARIM		Mantem-se em 4/74
BCac 2905	RI2	T. PINTO			
CCac 2658	RI2	NHAMATE	MAREUÉ		
		PAÚNCA	BISSAU		
CCac 2659	RI2	CACHEU			
CCac 2660	RI2	T. PINTO			
			CARENQUE		
CArt 2673	GACA2	EMPADA			
			BISSAU		
CCac 2679	BII19	PICHE			
		BAJOCUNDA			
CCac 2680	BII19	CABUCA			
			N. LAMEGO		
PelRec 2202	RC6	BISSAU			
PelRec 2203	RC6	INGORÉ			
			BISSAU		
PelRec 2204	RC6	TITE			
PelRec 2205	RC6	CATIÓ			
			I. GALINHAS		
PelRec 2206	RC6	BAMBADINCA			
PelRec 2207	RC6	FARIM			
PelRec 2208	RC6	MANSABÁ	BISSAU		
		MANSOA			

ANEXO – V 6

UNIDADES	UN MOB	1970	1971	1972	OBS
		1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	
PelRec 2209	RC6	CACINE	MANSABÁ MANSOA MANSOA		
PelRec 2210	RC6	CACHEU T. PINTO			
PelRec 2211	RC6	BAFATÁ			
EqInstNat 2224	RI2	BISSAU			
CCac 2681	BII19	FARIM CANJAMBARI			
CCac 15	CTIG	MANSOA			Mantem-se em 4/74
CCac 16	CTIG	T. PINTO BACHILE			Mantem-se em 4/74
PelCanh 2199	RI1	CUFAR			
PelCanh 2200	RI1	CATIÓ			
PelA/D 2212	CDMM	BISSAU			
CCav 2721	RC4	OLOSSATO	NHACRA		
CCac 2724	RI15	BURUNTUMA	QUINHAMEL BISSAU		
CCac 2725	BII18	BARRO			
CCac 2726	RI15	CACINE			
CArt 2732	BAG 2	MANSABÁ			
26.ª CCmds	CIOE	T. PINTO			
PelPM 2226	RL2	BISSAU			
DFCin 2243	BT	BISSAU			

ANEXO – V 7

UNIDADES	UN MOB	1971	1972	1973	OBS
		1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	
BCac 3832	RI2	MANSOA			
CCac 3303	RI2	PORTO GOLE			
CCac 3304	RI2	JUGUDUL			
CCac 3305	RI2	CUTIA MANSOA			
CCac 3325	BII19	GUILEJE NHACRA			
CCac 3326	BII17	MAMPATÁ QUINHAMEL			
CCac 3327	BII17	BISSAU BISSASSEMA BASSAREL			
CCac 3328	BII17	BULA BULA P.A. BARROS			
CPM 3335	RL2	BISSAU			
CCac 18	CTIG	A. FORMOSA			Mantem-se em 4/74
PelMort 2294	RI15	TITE			
PelMort 2295	RI15	CATIÓ			
PelMort 2296	RII16	FARIM			
PelMort 2297	RI10	BULA			
PelCanh 2298	RI15	PICHE			
DIAI 2299	RSS	BISSAU			
PelAAA 3001	RAAF	N. LAMEGO			

ANEXO – V 8

UNIDADES	UN MOB	1971	1972	1973	OBS
		1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	
COP 7	CTIG		GANJAUARÁ		
COP 8	CTIG		NHACRA		Mantem-se em 4/74
BCac 3872	RI2		GALOMARO		Termina em 3/74
CCac 3489	RI2		CANCOLIM		Termina em 3/74
CCac 3490	RI2		SALTINHO		Termina em 3/74
CCac 3491	RI2		DULOMBI	GALOMARO	Termina em 3/74
BArt 3873	RAP2		BAMBADINCA		Termina em 4/74
CArt 3492	RAP2		XITOLE		Termina em 4/74
CArt 3493	RAP2		MANSAMBO	CORUMBA, FÁ MANDINGA	Termina em 4/74
CArt 3494	RAP2		XIME	MANSAMBO	Termina em 4/74
35.ª CCmds	CIOE		T. PINTO	BISSAU	
CCac 3518	BII19		GADAMAEL	BISSAU, BAFATÁ	Termina em 3/74
CCac 3519	BII19		BARRO		Termina em 3/74
CCac 3520	BII19		CACINE	QUINHAMEL	Termina em 3/74
CArt 3521	RAP2		PICHE, BAFATÁ	BISSAU, SAFIM	Termina em 4/74
CCac 19	CTIG		GUIDAJE		Mantem-se em 4/74
EqInstNat 3091	RI1		BISSAU		

ANEXO – V 9

UNIDADES	UN MOB	1973	1974	
		1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2
COP 5	CTIG	GUILEJE		
CCac 4743/72	BII17	GADAMAEL GADAMAEL		
CCac 4942/72	BII19	MANSOA JEMBEREM	BARRO	
BtrAAA 7042/72	RAAF	BISSALANCA		
CPM 8242/72	RL2	BISSAU		
PelMort 4277/72	RI2	EMPADA A. FORMOSA		
PelRec 8670/72	RC6	N. LAMEGO		
CMil EMBUNHE	CTIG			
CMil BADORÁ	CTIG			
CMil CABOMBA	CTIG			
CMil FULACUNDA	CTIG			
BCac 4513/72	RI15	A. FORMOSA		
1.ª CCac	RI15	BUBA MANPATÁ BUBA		
2.ª CCac	RI15	NHALA		
3.ª CCac	RI15	A. FORMOSA		
CCav 8353/72	RC3	BULA	PETE	
CMil JUGUDUL	CTIG			

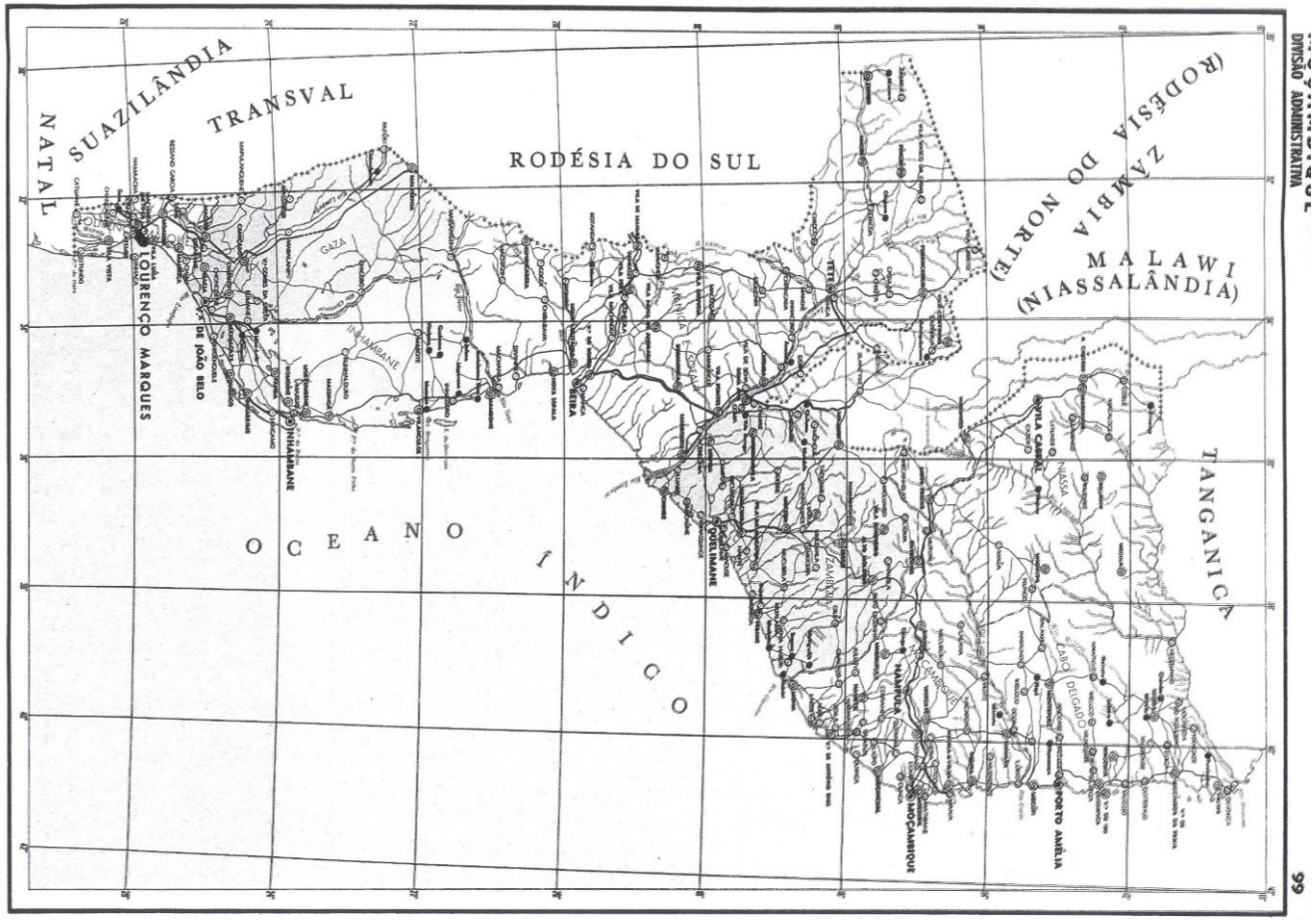
UNIDADES	UN MOB	1973	1974	
		1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1
ERec 8740/72	RC7	BULA		
ERec 8840/72	RC8	BAFATÁ		
CTpts 9040/72	GCTA	BISSAU		
CAOP 3	CTIG	CUFAR		
COT 9	CTIG	MANSOA		
CCac 20	CTIG	GADAMAEL		
CCac 21	CTIG	N. LAMEGO BAMBADINCA		
BCac 4516/73	RI15	A. FORMOSA ILONDÉ		
1.ª CCac	RI15	CUMBIJÃ ILONDÉ	BINTA	
2.ª CCac	RI15	A. FORMOSA ILONDÉ		
3.ª CCac	RI15	BUBA ILONDÉ		
BArt 6523/73	RAL5	N. LAMEGO		
1.ª CArt	RAL5	MADINA MANDINGA		
2.ª CArt	RAL5	CABUCA		
3.ª CArt	RAL5	N. LAMEGO		
CCac 4745/73	BII17	BINTA POLIBAQUE		
CCac 4944/73	BII19	FARIM		

ANEXO – V 10

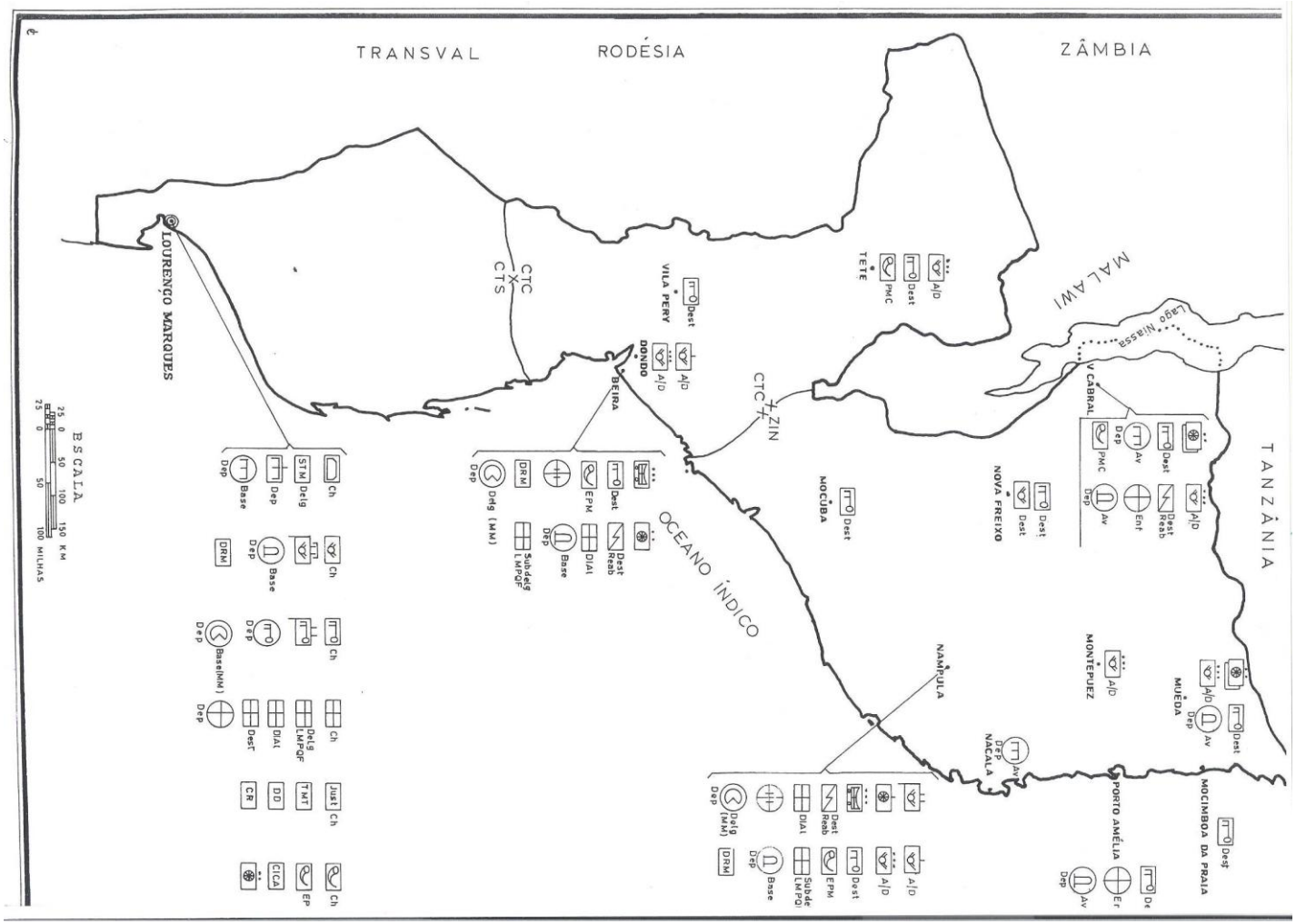
UNIDADES	UN MOB	1973												1974											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
BCac 4615/73	RI16									T. PINTO															
1.ª CCac	RI16									CACHEU															
2.ª CCac	RI16									T. PINTO															
3.ª CCac	RI16									BASSAREL															
BCav 8323/73	RC3									PIRADA															
1.ª CCav	RC3									BAJOCUNDA															
2.ª CCav	RC3									PICHE															
3.ª CCav	RC3									PIRADA					BURUNTUMA										
CCac 4150/73	RI1									BIGENE															
CCac 4544/73	RI15									CAFAL					GUIDAJE										
CCav 8354/73	RC3									CACINE															
CCac 4945/73	BII19										COBUMBA														
BtrAAA 7043/73	RAAF											BOR													

UNIDADES	UN MOB	1974											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
BCac 4518/73	RI15	GALOMARO											
1.ª CCac	RI15	GALOMARO											
2.ª CCac	RI15	CANCOLIM											
3.ª Ccac	RI15	SALTINHO											
BCac 4616/73	RI16	BAMBADINCA											
1.ª CCac	RI16	MANSAMBO											
2.ª CCac	RI16	XITOLE											
3.ª CCac	RI16	JUMBEMBEM											
CCac 4152/73	RI1	GADAMAEL											
CCac 4747/73	BII17	CHUGUÉ											
CCac 4946/73	BII19	JEMBEREM											
CCav 8355/73	RC3	CABOXANQUE											
PelRec 8871/73	RC8	CACINE											
PelAAA 7079/73	RAAF		BISSAU										
PelAAA 7080/73	RAAF		BISSAU										

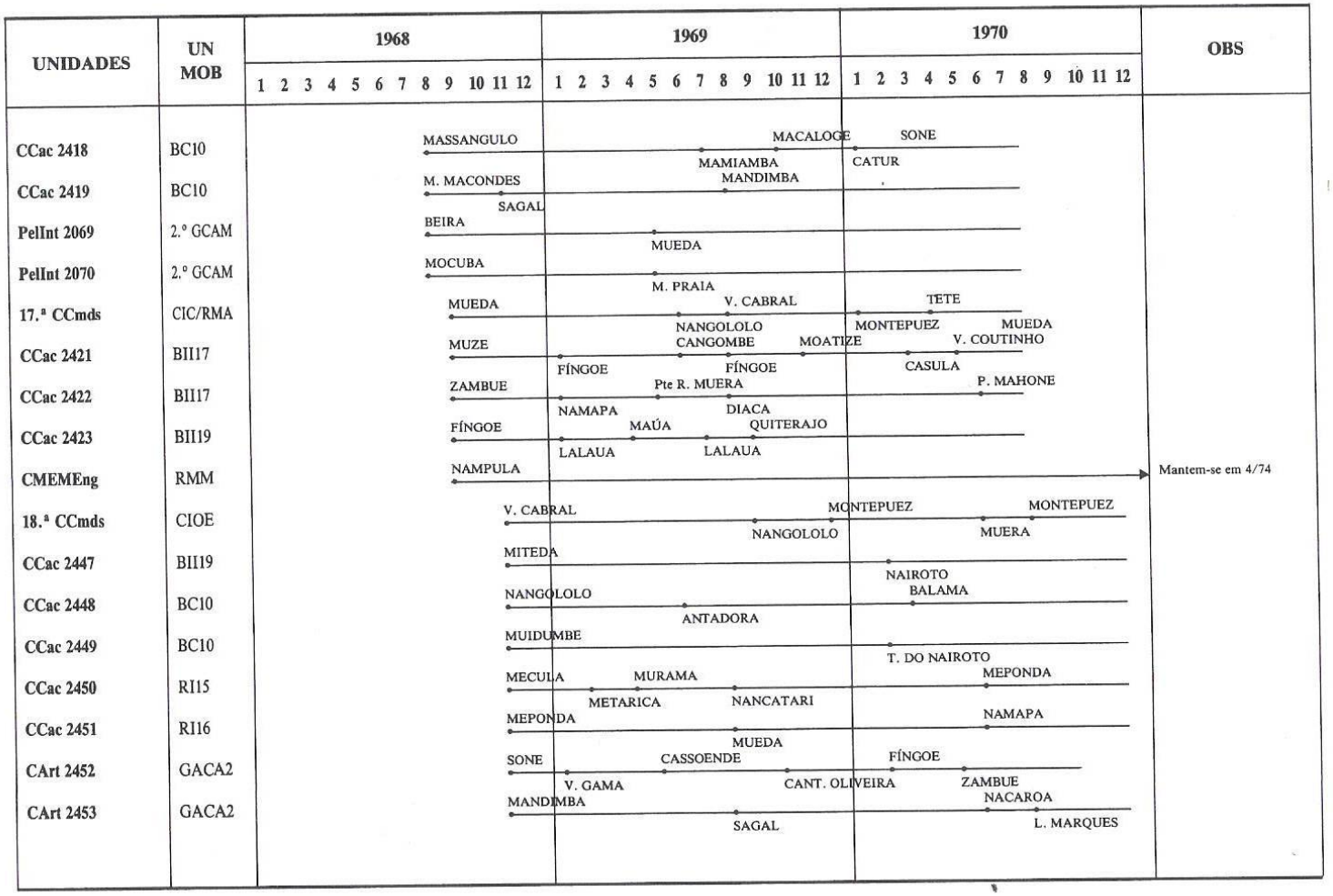
ANEXO – V 11


DIVISÃO ADMINISTRATIVA
99
TANGANICA
MALAWI
(NIASSALÂNDIA)
ZAMBIA
(RODÉSIA DO NORTE)
RODÉSIA DO SUL
TRANSVAL
SUAZILÂNDIA
NATAL
OCEANO INDICO
LOURENÇO MARQUES
INHAMBANE
BEIRA
TETE
QUELIMANE
NAMPULA
MOÇAMBIQUE
PORTO AMÉLIA
VILA CABRAL
NIASSA
CABO DELGADO
GAZA
INHAMBANE

ANEXO – X 1


TANZÂNIA
MALAWI
Lago Niassa
ZÂMBIA
RODÉSIA
TRANSVAL
V. CABRAL
MUÊDA
MOCIMBOA DA PRAIA
MONTEPUEZ
PORTO AMÉLIA
NOVA FREIXO
MOÇÚBA
NACALA
NAMPULA
TETE
VILA PERY
DONDO
BEIRA
CTC
CTS
ZIN
OCEANO ÍNDICO
LOURENÇO MARQUES
ESCALA
KM
MILHAS

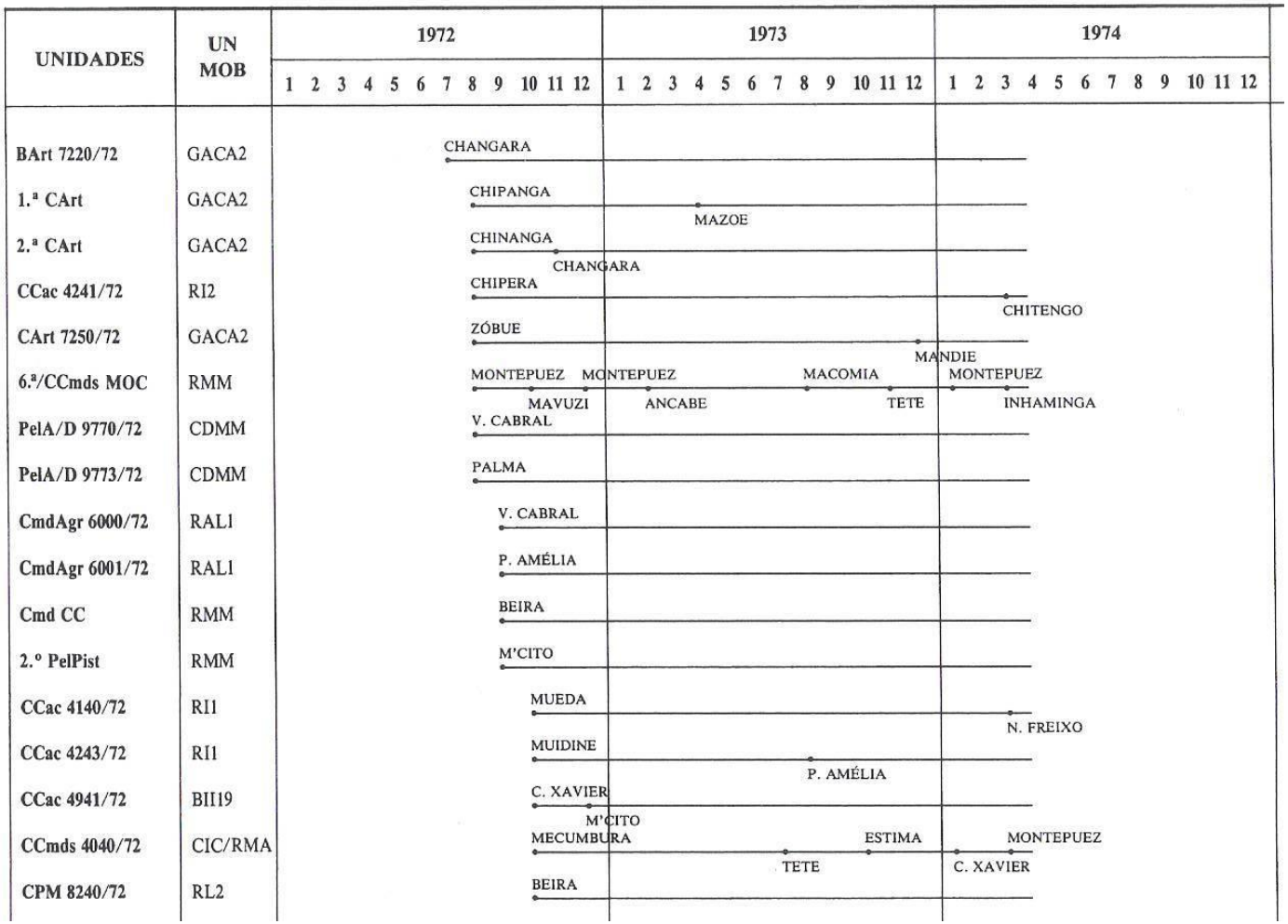
ANEXO – X 2


UNIDADES
UN MOB
1968
1969
1970
OBS
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12
CCac 2418 BC10
MASSANGULO
MACALOGE
SONE
MAMIAMBA
CATUR
CCac 2419 BC10
M. MACONDES
MANDIMBA
SAGAL
PelInt 2069 2.º GCAM
BEIRA
MUEDA
PelInt 2070 2.º GCAM
MOCUBA
M. PRAIA
17.ª CCmds CIC/RMA
MUEDA
V. CABRAL
TETE
NANGOLOLO
MONTEPUEZ
MUEDA
CCac 2421 BII17
MUZE
CANGOMBE
MOATIZE
V. COUTINHO
FÍNGOE
FÍNGOE
CASULA
CCac 2422 BII17
ZAMBUE
Pte R. MUERA
P. MAHONE
NAMAPA
DIACA
CCac 2423 BII19
FÍNGOE
MAÚA
QUITERAJO
LALAUA
LALAUA
CMEMEng RMM
NAMPULA
Mantem-se em 4/74
18.ª CCmds CIOE
V. CABRAL
MONTEPUEZ
MONTEPUEZ
NANGOLOLO
MUERA
CCac 2447 BII19
MITEDA
NAIROTO
CCac 2448 BC10
NANGOLOLO
BALAMA
ANTADORA
CCac 2449 BC10
MUIDUMBE
T. DO NAIROTO
CCac 2450 RI15
MECULA
MURAMA
MEPONDA
METARICA
NANCATARI
CCac 2451 RI16
MEPONDA
NAMAPA
MUEDA
CArt 2452 GACA2
SONE
CASSOENDE
FÍNGOE
V. GAMA
CANT. OLIVEIRA
ZAMBUE
CArt 2453 GACA2
MANDIMBA
NACAROA
SAGAL
L. MARQUES

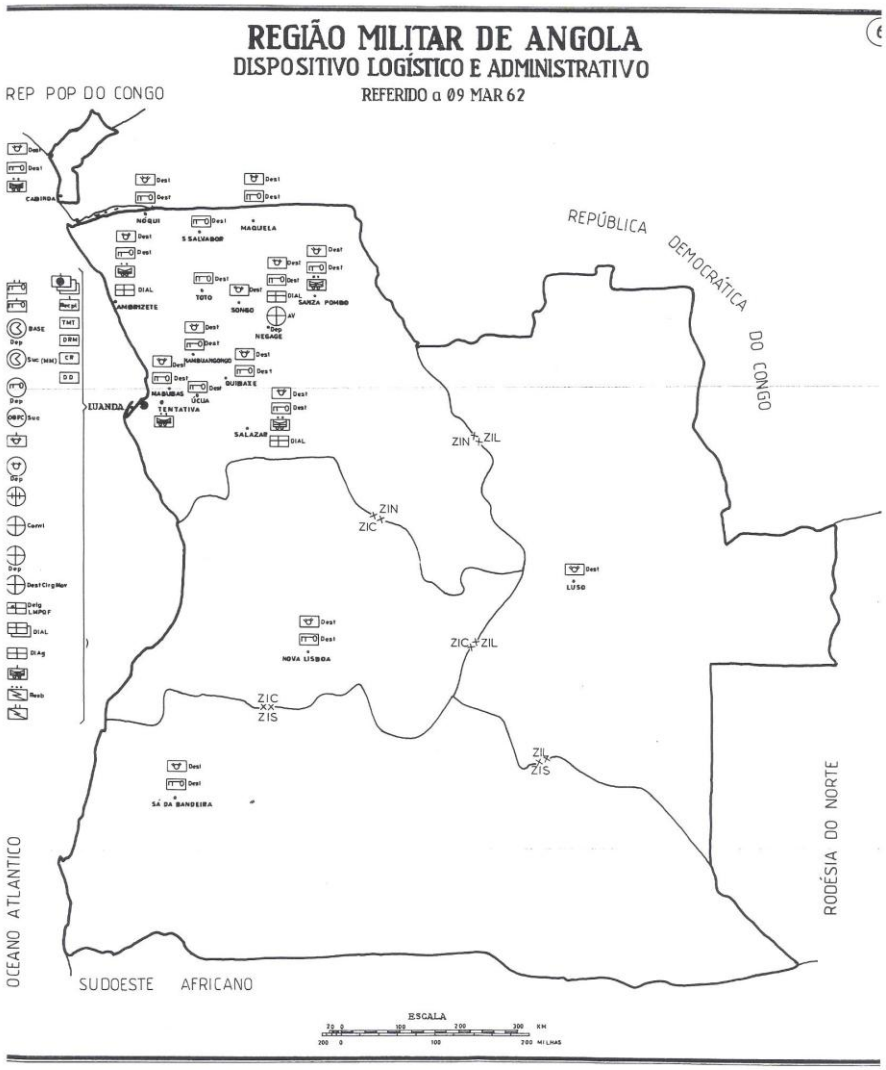
ANEXO – X 3

UNIDADES	UN MOB	1970	1971	1972
		1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12
CmdAgr 2971	RAL1	TETE	BEIRA	
CmdAgr 2972	RAL1	MARRUPA	MOCUBA	
BArt 2921	GACA2	NAMPULA		
CArt 2744	GAC2	MUERA	MAGOE	
CArt 2745	GACA2	TARTIBO	NANGADE	N. FREIXO
CArt 2746	GACA2	NAMIALO	NEGOMANO	
BCav 2923	RC4	NAZOMBE MACOMIA		BALAMA
CCav 2750	RC4	MATACA	MATACA	MOCUBA
CCav 2751	RC4	CHAI	MACOMIA	MABO-TACUANE
CCav 2752	RC4	CRUZ ALTA	MATACA	MILANGE MOLUMBO
28.ª CCmds	CIOE	MACOMIA MUEDA	MACOMIA MONTEPUEZ MONTEPUEZ	
CCac 2755	BII17	CHICOA FURANCUNGO	MUEDA ZOBUE	NANGADE
CCac 2756	BII19	CHICOA CHIPERA	INHAMINGA	
CCac 2757	BII19	CHIRINGA FURANCUNGO	CHICOA	CHIBUTO
CCac 2758	BII19	M. ROVUMA MUEDA	CHIOCO	
CCac 2759	BII19	MORRUMBALA	CHIPERA MOCUMBURA	NAMAACHA
CArt 2763	RAP2	V. CABRAL P. AMÉLIA CHAI M. OLIVEIRAS	TAIBO ANTADORA	TETE CHANGARA

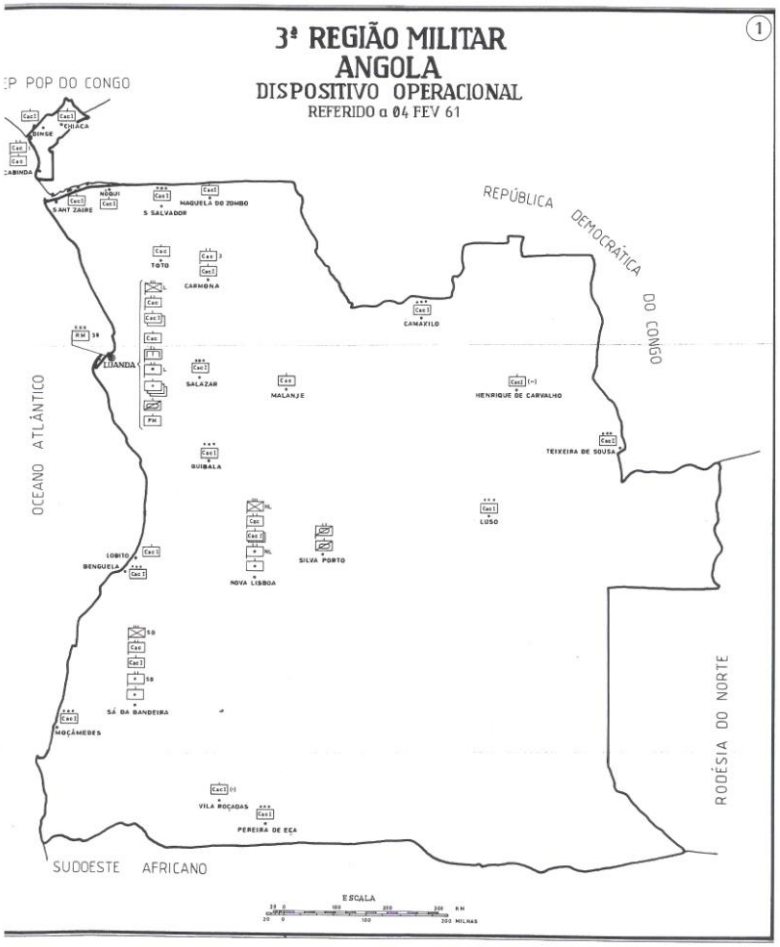
ANEXO – X 4


UNIDADES
UN MOB
1972
1973
1974
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12
BArt 7220/72 GACA2 CHANGARA
1.ª CArt GACA2 CHIPANGA MAZOE
2.ª CArt GACA2 CHINANGA CHANGARA
CCac 4241/72 RI2 CHIPERA CHITENGO
CArt 7250/72 GACA2 ZÓBUE MANDIE
6.ª/CCmds MOC RMM MONTEPUEZ MONTEPUEZ MACOMIA MONTEPUEZ MAVUZI ANCABE TETE INHAMINGA
PelA/D 9770/72 CDMM V. CABRAL
PelA/D 9773/72 CDMM PALMA
CmdAgr 6000/72 RAL1 V. CABRAL
CmdAgr 6001/72 RAL1 P. AMÉLIA
Cmd CC RMM BEIRA
2.º PelPist RMM M'CITO
CCac 4140/72 RI1 MUEDA N. FREIXO
CCac 4243/72 RI1 MUIDINE P. AMÉLIA
CCac 4941/72 BII19 C. XAVIER M'CITO
CCmds 4040/72 CIC/RMA MECUMBURA ESTIMA MONTEPUEZ TETE C. XAVIER
CPM 8240/72 RL2 BEIRA

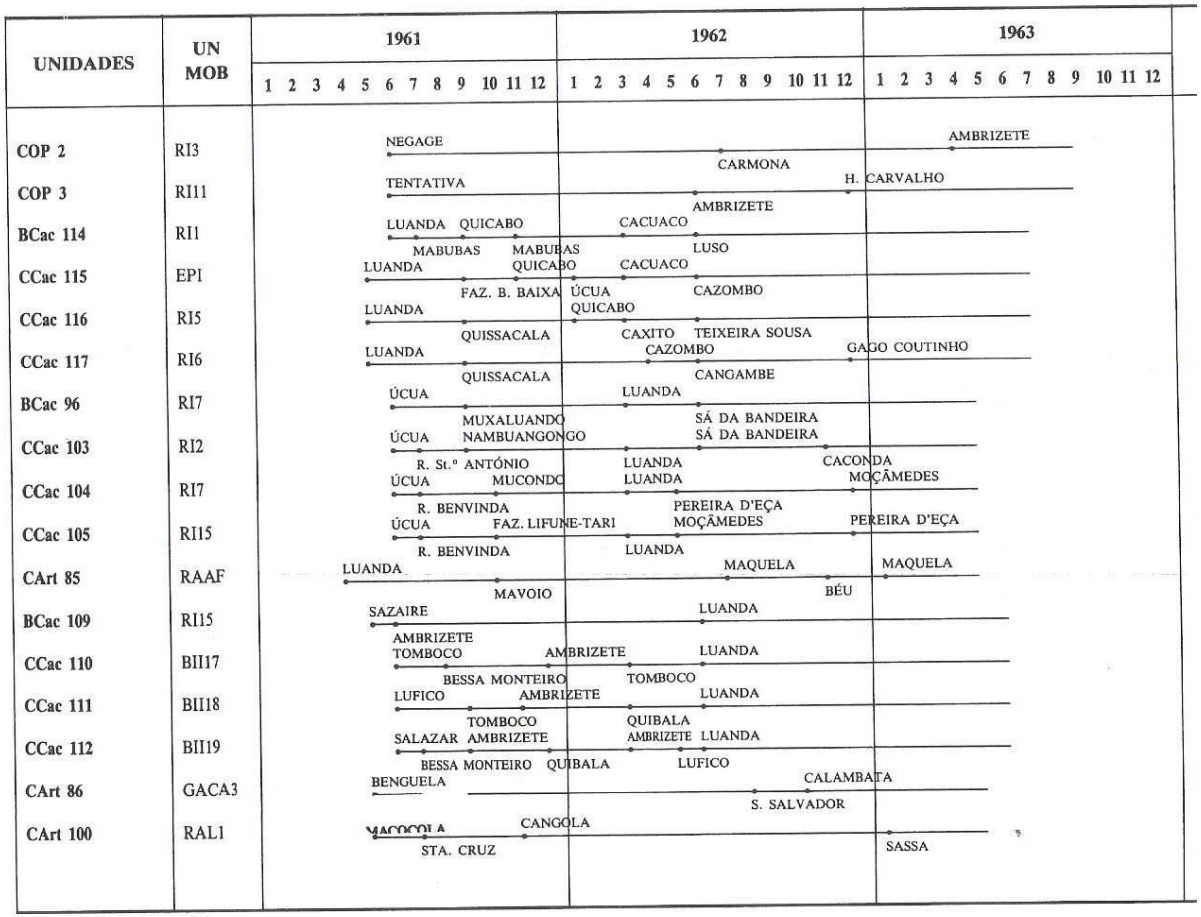
ANEXO – X 5


REGIÃO MILITAR DE ANGOLA
DISPOSITIVO LOGÍSTICO E ADMINISTRATIVO
REFERIDO a 09 MAR 62
REP POP DO CONGO
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO
RODÉSIA DO NORTE
OCEANO ATLANTICO
SUDOESTE AFRICANO
CABINDA
NGÓUI
S SALVADOR
MAQUELA
TOTO
SONGO
NEGAGE
SANZA POMBO
LUANDA
MABUBAS
TENTATIVA
ÚCUA
SALAZAR
LUSO
NOVA LISBOA
SÁ DA BANDEIRA
ZIN
ZIL
ZIC
ZIS
ESCALA

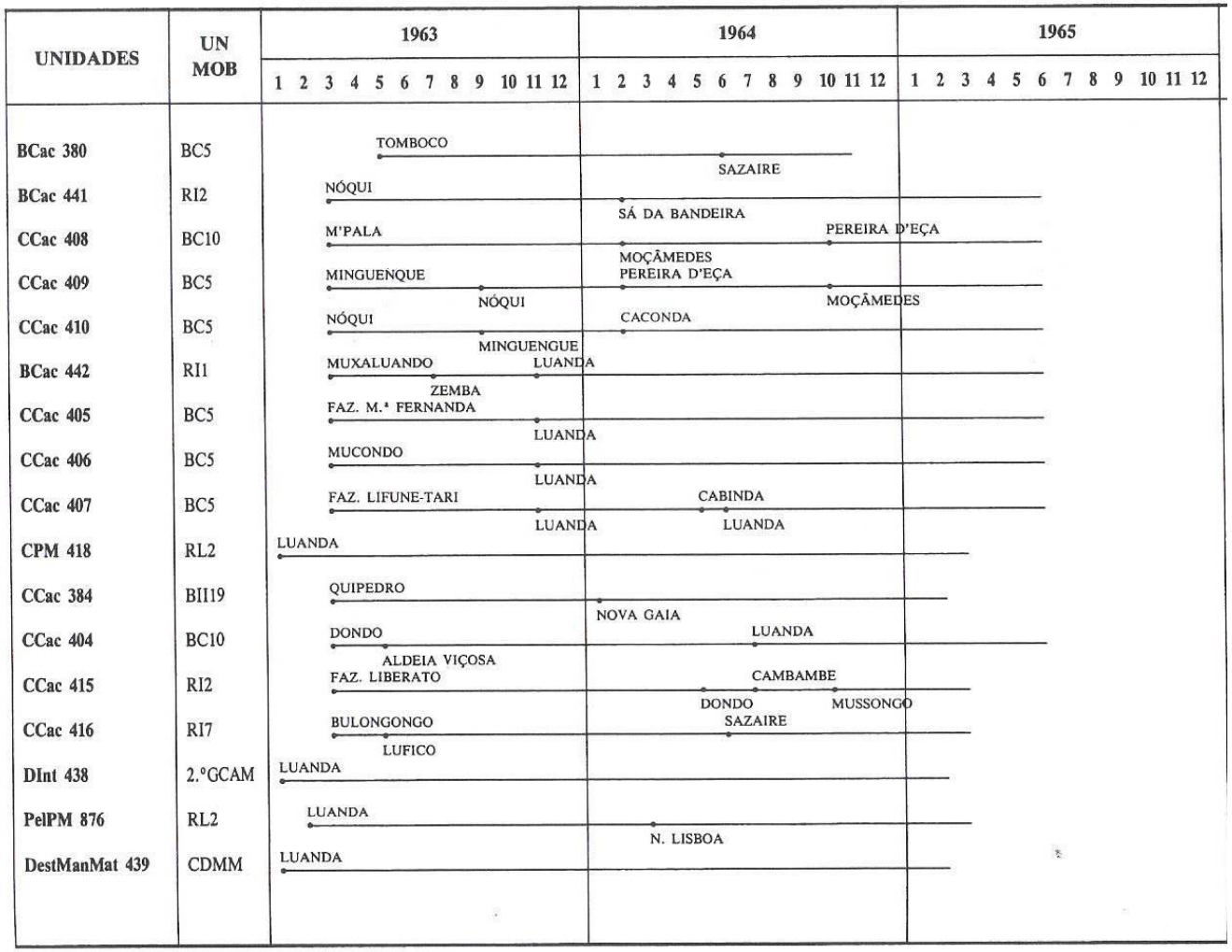
ANEXO – Z 1


3ª REGIÃO MILITAR
ANGOLA
DISPOSITIVO OPERACIONAL
REFERIDO a 04 FEV 61
1
P POP DO CONGO
CHUÁCA
CABINDA
NÓQUI
SANT ZAIRE
S SALVADOR
MAQUELA DO ZOMBO
TOTO
CARMONA
CAMAÇILO
LUANDA
SALAZAR
MALANJE
HENRIQUE DE CARVALHO
TEIXEIRA DE SOUSA
BUIBALA
LUSO
LOBITO
BENGUELA
NOVA LISBOA
SILVA PORTO
SÁ DA BANDEIRA
MOÇÂMEDES
VILA ROÇADAS
PEREIRA DE EÇA
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO
OCEANO ATLÂNTICO
RODÉSIA DO NORTE
SUDOESTE AFRICANO
ESCALA

ANEXO – Z 2


UNIDADES
UN MOB
1961
1962
1963
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12
COP 2
RI3
NEGAGE
CARMONA
AMBRIZETE
COP 3
RI11
TENTATIVA
H. CARVALHO
BCac 114
RI1
LUANDA QUICABO
CACUACO
AMBRIZETE
CCac 115
EPI
MABUBAS
LUANDA
MABUBAS QUICABO
CACUACO
LUSO
CCac 116
RI5
FAZ. B. BAIXA
LUANDA
ÚCUA QUICABO
CAZOMBO
CCac 117
RI6
QUISSACALA
LUANDA
CAXITO
CAZOMBO
TEIXEIRA SOUSA
GAGO COUTINHO
BCac 96
RI7
QUISSACALA
ÚCUA
LUANDA
CANGAMBE
CCac 103
RI2
MUXALUANDO
ÚCUA
NAMBUANGONGO
SÁ DA BANDEIRA
SÁ DA BANDEIRA
CCac 104
RI7
R. St.º ANTÓNIO
ÚCUA
MUCONDO
LUANDA
LUANDA
CACONDA
MOÇÂMEDES
CCac 105
RI15
R. BENVINDA
ÚCUA
FAZ. LIFUNE-TARI
PEREIRA D'EÇA
MOÇÂMEDES
PEREIRA D'EÇA
CArt 85
RAAF
R. BENVINDA
LUANDA
LUANDA
MAQUELA
MAQUELA
BCac 109
RI15
MAVOIO
SAZAIRE
LUANDA
BÉU
CCac 110
BII17
AMBRIZETE
TOMBOCO
AMBRIZETE
LUANDA
CCac 111
BII18
BESSA MONTEIRO
LUFICO
AMBRIZETE
TOMBOCO
LUANDA
CCac 112
BII19
TOMBOCO
SALAZAR AMBRIZETE
QUIBALA
AMBRIZETE LUANDA
CArt 86
GACA3
BESSA MONTEIRO QUIBALA
BENGUELA
LUFICO
CALAMBATA
S. SALVADOR
CArt 100
RAL1
MACOCOLA
CANGOLA
STA. CRUZ
SASSA

ANEXO – Z 3


UNIDADES
UN MOB
1963
1964
1965
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12
BCac 380 BC5 TOMBOCO SAZAIRE
BCac 441 RI2 NÓQUI SÁ DA BANDEIRA
CCac 408 BC10 M'PALA PEREIRA D'EÇA
CCac 409 BC5 MINGUENQUE MOÇÂMEDES PEREIRA D'EÇA
CCac 410 BC5 NÓQUI NÓQUI CACONDA MOÇÂMEDES
BCac 442 RI1 MUXALUANDO MINGUENGUE LUANDA
CCac 405 BC5 FAZ. M.ª FERNANDA ZEMBA
CCac 406 BC5 MUCONDO LUANDA
CCac 407 BC5 FAZ. LIFUNE-TARI LUANDA
CPM 418 RL2 LUANDA CABINDA LUANDA
CCac 384 BII19 QUIPEDRO
CCac 404 BC10 DONDO ALDEIA VIÇOSA NOVA GAIA LUANDA
CCac 415 RI2 FAZ. LIBERATO CAMBAMBE
CCac 416 RI7 BULONGONGO LUFICO DONDO SAZAIRE MUSSONGO
DInt 438 2.ºGCAM LUANDA
PelPM 876 RL2 LUANDA N. LISBOA
DestManMat 439 CDMM LUANDA

ANEXO – Z 4

UNIDADES	UN MOB	1966	1967	1968
		1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12
CmdAgr 1974	RAL1	H. CARVALHO — LUSO		
BCac 1874	RI1	BELIZE — DINGE		
CCac 1490	RI1	SANGA PLANÍCIE — BATASSANO — TCHIVOVO		
CCac 1491	RI1	CAIO GUEMBO — PANGAMONGO		
CCac 1492	RI1	LUÁLI — MASSÁBI		
BCac 1875	RI2	C. VALE LOGE		
CCac 1493	RI2	INGA — TOTO		
CCac 1494	RI2	TOTO — INGA		
CCac 1495	RI2	LUCUNGA		
CCac 1522	BII19	CACONDA — FAZ. MADUREIRA — TERREIRO — MUXALUANDO — LUANDA — MABUBAS		
DIAl 1070	RSS	LUANDA — AMBRIZETE		
DIAl 1071	RSS	LUANDA — CARMONA		
DIAg 1100	RSS			
BCav 1883	RC3	QUICABO — LUSO		
CCav 1535	RC3	QUICABO — LUMÉGE — FAZ. M.ª FERNANDA		
CCav 1536	RC3	BALACENDE — T. SOUSA		
CCav 1537	RC3	QUICABO — LUACANO — MUCUSSUEGE		

ANEXO – Z 5

UNIDADES	UN MOB	1967	1968	1969	OBS
		1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	
BArt 1922	RAP2	NÓQUI			
CArt 1725	RAP2	CABEÇO DO TOPE	NÓQUI		
CArt 1726	RAP2	NÓQUI	CABEÇO DA VELHA	CABEÇO DA VELHA	
CArt 1727	RAP2	CABEÇO DA VELHA	CABEÇO DO TOPE	CABEÇO DO TOPE	
Btr 1757	RAL3	NEGAGE	NÓQUI	M'PALA	
Btr 1758	RAP2	ÚCUA		ÚCUA	
Btr 1759	RAP2	QUIFANGONDO		TERREIRO	
CArt 1741	RAL5	LUSO		STA. EULÁLIA SÁ DA BANDEIRA	
CCac 1737	BII17	M'PALA NOVA	LUCUSSE		
CCac 1738	BII17	M'POZO	S. SALVADOR		
CCac 1739	BII19	CAIO GUEMBO		FAZ. S. JOSÉ	
CCac 1740	BII19	SONGO	PRATA		
CCac 313/BCac 13	RMA	CAMABATELA			Mant. em 4/74
PelA/D 1225	CDMM	SANZA POMBO			
PelA/D 1226	CDMM	H. CARVALHO			
PelA/D 1227	CDMM	GEN FREIRE			
PelA/D 1228	CDMM	LUSO			

ANEXO – Z 6

UNIDADES	UN MOB	1969	1970	1971	OBS
		1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	
BCac 2858	RI1	CANGAMBA	CHITEMBO		
CCac 2455	RI1	CANGAMBA	LOBITO N. LISBOA		
CCac 2456	RI1	MUIÉ	LEUA ANGIVA LOBITO		
CCac 2457	RI1	ALTO CUITO	CHITEMBO		
BCac 2859	RI2	GEN FREIRE	BENGUELA MUMBUÉ		
CCac 2458	RI2	GEN FREIRE	MALANJE		
CCac 2459	RI2	B. BAIXA	F. REPÚBLICA		
CCac 2460	RI2	QUIXICO	N. GAIA		
BCac 2860	RI2	CAZOMBO	MARIMBA		
CCac 2461	RI2	CALUNDA	GABELA QUIBALA		
CCac 2462	RI2	CAVUNGO	N. REDONDO N. REDONDO		
CCac 2463	RI2	LUMBALA NOVA	MUTUMBO MUTUMBO		
CArt 2480	RAL5	CAZOMBO	QUIBALA		
CArt 2481	RAL5	M'POZO	ZENZA DO ITOMBE LONGA		
CCac 2488	BII19	BOM JESUS CANGUMBE CASSUMBA	FAZ. BOM JESUS S. PINTO MALANJE		
CInstr/BTm 1	RMA	LUANDA			Termina em 7/72

ANEXO – Z 7

UNIDADES	UN MOB	1969	1970	1971	OBS
		1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	
SubdelgLMPQF 2095	1.ºGCS	LUANDA			
EnfSect	RMA	S. PINTO			Mant. em 4/74
PelCanh 2124	RI2	LUANDA CAZOMBO	LUANDA		
PelCanh 2125	RI15	LUANDA	CAZOMBO		
CDS/BDM	RMA	LUANDA			Mant. em 4/74
BCac 2872	RI1	LUANDA	LUCUSSE		
CCac 2504	RI1	LUANDA	LUCUSSE		
CCac 2505	RI1	FAZ. M.ª FERNANDA	Pte. R. DANGE LUANDA	LUNGUÉ-BUNGO	
CCac 2506	RI1	LUANDA FOZ R. LOGE	CAXITO LUCUSSE	SACASSANGE	
CCav 2524	RC7	LUCUSSE MUCUSSE	LUSO G. COUTINHO		
CCac 2526	BII18	LUANDA	SÁ DA BANDEIRA QUIBAXE		
CCac 2528	BII19	R. IMPÉRIO MUXALUANDO	MUSERRA QUIAGE		
CCac 2530	RI2	QUIENDE ICULO	FAZ. M. MANUELA		
CCac 2532	BC10	LUSO	CANGA		
CCac 2534	RI15	LUANDA	CANGAMBE		
PelRec 2107	RC6	LUANDA FAZ. MADUREIRA			
PelRec 2108	RC6	LUANDA AMBRIZ			
DFCin 2113	BT	LUANDA AMBRIZ			
EqSanDT 2130	RSS				Desconhece-se fim de comissão

ANEXO – Z 8

UNIDADES	UN MOB	1969	1970	1971	OBS
		1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	
BCac 2878	RI2	LUANDA		MALANJE	
CCac 2544	RI2	LUSO LUANDA		F. REPÚBLICA	
CCac 2545	RI2	LUMEGE LUANDA		QUELA	
CCac 2546	RI2	LUACANO LUANDA		MARIMBA	
CCav 2562	RC7	T. SOUSA FAZ. COSTA	UMPULO NHAREIA	N. LISBOA	
CCav 2563	RC7	MUNHANGO			
CCac 2564	BII17	TERREIRO			
CCac 2565	BII19	TANDO ZINZE	MASSÁBI		
CCac 2566	BII17	QUIBAXE	MUXALUANDO		
CCac 2567	BII19	CALAMBATA	TOMBOCO		
PelCanh 2132	RI2	NÓQUI			
GE 200	RMA	NAMBUANGONGO			Mant. em 4/74
GE 201	RMA	CABACA-ALTO ZAZA			Mant. em 4/74
GE 202	RMA	MASSAU			Mant. em 4/74
GE 203	RMA	MASSAU-QUIMARIAMBA			Mant. em 4/74
GE 204	RMA	F. REPÚBLICA-CASA BRANCA			Mant. em 4/74
GE 205	RMA	MARIMBA-BIMBE-TEMBO			Mant. em 4/74

ANEXO – Z 9

UNIDADES	UN MOB	1969	1970	1971	OBS
		1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	
CmdAgr 2965	RAL1	S. SALVADOR			
20.ª CCmds	RMA	LUSO	LUSO	STA. CRUZ	
CCac 2568	BII19	QUIPEDRO	LUANDA LUANDA	LUANDA	
CCac 2569	BII19	LUMBALA VELHA	S. SALVADOR	SONGO	
CCac 2570	BII19	PRATA	FAZ. L. MARIA PANGAMONGO		
CArt 2573	RAL3	SONGO	CHIMBETE		
CArt 2574	RAP2	CANGAMBA		STA. CRUZ AMBRIZ	
Btr 2581	RAP3	NEGAGE		QUIAGE	
Btr 2582	RAP3	ÚCUA			
Btr 2583	RAP3	STA. EULÁLIA			
CEng 2580	RE1	FAZ. ICAU	R. FUTO	LUANDA	
GE 335	RMA	MUIÉ	LUANDA R. POMBO	STA. CRUZ	
GE 336	RMA	CAUNGULA			Mant. em 4/74
GE 337	RMA	LUSO			Termina em 7/73
GE 338	RMA	SESSA			Mant. em 4/74
GE 339	RMA	LUMBALA			Mant. em 4/74
GE 340	RMA	LUPIRE			Mant. em 4/74

ANEXO – Z 10

UNIDADES	UN MOB	1970	1971	1972
		1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12
CmdAgr 2968	RAL1	CARMONA		
BCav 2909	RC3	ZEMBA	LUANDA	
CCav 2690	RC3	ZEMBA	LUANDA	
CCav 2691	RC3	CAMBAMBA	LUANDA	
CCav 2692	RC3	MUCONDO	LUANDA	
BCac 2910	RI1	VALE LOGE TOTO	FAZ. TENTATIVA	
CCac 2693	RI1	BEMBE	MABUBAS	
CCac 2694	RI1	QUIMARIA QUIMARIA N. CAIPEMBA	TOTO FAZ. TÁBI	
CCac 2695	RI1	N. CAIPEMBA VALE LOGE QUIMARIA	VALE LOGE FAZ. TENTATIVA	
CArt 2672	GACA2	CAMAXILO	QUIMARIA	
CCac 2674	BII17	MUCUSSO		
CCac 2675	BII17	BOM JESUS	QUIENDE	
CCac 2676	BII17	PANGALA	QUELO	
CCac 2677	BII17	LUQUEMBO MAMAROSA	B. MONTEIRO	
CCac 2678	BII19	LÉUA SAUTAR		
CPM 2684	RL2	LUANDA	BENZA	
24.ª CCmds	CIOE	LUANDA LUSO	LUANDA LUANDA LUSO	

ANEXO – Z 11

UNIDADES	UN MOB	1971	1972	1973
		1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12
CmdAgr 3955	RAL1	S. SALVADOR		
BCac 3847	RI1	CAZOMBO		
CCac 3383	RI1	LUMBALA NOVA		
CCac 3384	RI1	CAVUNGO		
CCac 3385	RI1	CALUNDA		
BCac 3848	RI2	GEN FREIRE		P. D'EÇA
CCac 3386	RI2	GEN FREIRE		LUANDA NEHONE
CCac 3387	RI2	QUIXICO		LUANDA CHIEDE
CCac 3388	RI2	B. BAIXA		LUANDA CAMBAMBE
CCac 3407	BII19	TERREIRO		LUANDA
CCac 3408	BII19	MASSÁBI	CHIMBETE PANGAMONGO	
CCac 3409	BII19	MUXALUANDO	LIFUNE-TARI	BENZA
CCac 3410	BII19	LUFICO		MADIMBA
PelInt 3037	2.°GCAM	CABINDA		
PelInt 3038	2.°GCAM	CABINDA		
PelInt 3039	2.°GCAM	AMBRIZETE		
PelInt 3040	2.°GCAM	T. SOUSA		

ANEXO – Z 12

UNIDADES	UN MOB	1971	1972	1973	OBS
		1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	
BCac 3849	RI2	NÓQUI			
CCac 3389	RI2	CABEÇO DA VELHA			
CCac 3390	RI2	M'PALA			
CCac 3391	RI2	M'POZO			
CCac 3411	BII19	SONGO			
CCac 3412	BII17	FAZ. MADUREIRA			
CCav 3418	RC4	QUIBALA	AMBRIZ QUIXICO	BALACENDE	
CCav 3419	RC4	CHIMBETE	GEN FREIRE	LUANDA	
1.° ERec (a cavalo)	RMA	SILVA PORTO	MASSÁBI		Mant. em 4/74
CPM 3427	RL2	LUANDA	MUNHANGO LUANDA		
PelPM 3024	RL2	LUANDA	P. D'EÇA		
PelPM 3025	RL2	LUANDA			
PelCanh 3021	RI2	NÓQUI			
PelInt 3041	2.°GCAM	NÓQUI			
PelInt 3042	2.°GCAM	LUANDA			
PelInt 3043	2.°GCAM	SANZA POMBO	LUSO		
PelInt 3044	2.°GCAM	QUIBAXE			

ANEXO – Z 13

UNIDADES	UN MOB	1972	1973	1974
		1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12
CmdAgr 3957	RAL1	CARMONA		
COP1	RMA	BOLONGONGO		
BCav 3871	RC3	BELIZE		
CCav 3486	RC3	SANGA PLANÍCIE		CABINDA N'TÓ
CCav 3487	RC3	BELIZE	BELIZE	
CCav 3488	RC3	CAIO GUEMBO	SANGA PLANÍCIE	
CPM 3524	RL2	LUANDA		SUBANTANDO
37.ª CCmds	CIOE	LUANDA LUSO	LUANDA	
CCac 3512	BII19	LUANDA CAMAXILO		
DelgDBInt	RMA	LUSO		
GE 348	RMA	LONGA		
GE 352	RMA	NINDA		
GE 407	RMA	MUMBUÉ		
GE 409	RMA	LUQUEMBO		
GE 410	RMA	MUNHANGO		
CArt 3514	RAL3	LUANDA G. COUTINHO R. NENGO		
CArt 3515	RAL3	CAZOMBO		

ANEXO – Z 14

UNIDADES	UN MOB	1972	1973	1974
		1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12
BCac 3879	RI15	QUITEXE	AMBRIZETE	
CCac 3532	RI15	FAZ. STA. ISABEL	QUIXIMBA	
CCac 3533	RI15	A. VIÇOSA	TOMBOCO	
CCac 3534	RI15	ZALALA	AMBRIZETE	
CCac 3513	BII19	QUIENDE		
CArt 3516	RAL3	B. MONTEIRO	QUIMARIA	
CCav 3517	RC3	LUVUEI	CAXITO	
DestManMatEl 3113	RAAF	LUANDA		
COTI 1	RMA	LUANDA		
36.ª CCmds	CIOE	LUANDA V.N. ARMADA	LUSO LUANDA	
DIAl 3097	RSS	LUANDA CARMONA		
DIAl 3098	RSS	LUANDA AMBRIZETE		
DIAl 3114	RSS	LUSO		
DIAl 3127	RSS	CABINDA		
DIAl 3128	RSS	H. CARVALHO		
TE 110	RMA	ZALA BAIXO LUÁLI		

ANEXO – Z 15

UNIDADES	UN MOB	1972	1973	1974
		1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12
BCac 4910/72	BII19	BATASSANO		
1.ª CCac	BII19	M. ENGENHARIA		
2.ª CCac	BII19	TCHIVOVO	BATASSANO	
3.ª CCac	BII19	CHIMBETE	SANGAMONGO PANGAMONGO	
2041.ª CCmds	CIOE	LUANDA	SANGAMONGO LUANDA	
CConstr 9140/72	RE1	LUANDA	LUSO	
EPM 46		SERPA PINTO	LUSO	
CCac 4741/72	BII17	STA. CRUZ		STA CRUZ
PelMort 4570/72	RI15	ZALA	QUICUA	
PelMort 4571/72	RI15	G. COUTINHO	MAQUELA	N'TÓ
PelMort 4572/72	RI15	CAZOMBO	LUANDA	
PelA/D 9772/72		CAZOMBO	FAZ. TENTATIVA	
PelMort 4270/72	RI2	SANGA PLANÍCIE		
PelMort 4271/72	RI2	LUANDA	CABINDA SANGA PLANÍCIE	
PelAAA 7071/72	RAAF	CABINDA	SANGAMONGO	
PelAAA 7072/72	RAAF	LUSO		
DelgOGFE	RMA	LUSO		
HEv	RMA	LUSO		

ANEXO – Z 16

UNIDADES	UN MOB	1973	1974
		1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12
COP A	RMA	M.ª FERNANDA	
BCac 4911/72	BII19	DALA	
1.ª CCac	BII19	LUMA CASSAI	
2.ª CCac	BII19	CHIMBILA	
3.ª CCac	BII19	CAZAGE	
2042.ª CCmds	RMA	LUANDA	
BCac 4210/72	RI2	LUSO (LUSO)	
1.ª CCac	RI2	LUSO	
2.ª CCac	RI2	T. SOUSA	
3.ª CCac	RI2	LUACANO	
BCac 4613/72	RI16	ZALA	
1.ª CCac	RI16	ZALA	
2.ª CCac	RI16	B. VISTA	
3.ª CCac	RI16	ZALA	
PelA/D 9777/72	CDMM	G. COUTINHO	

ANEXO – Z 17

UNIDADES	UN MOB	1973												1974											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Cmd Agr 6005/72	RAL1						STA. EULÁLIA																		
2044.ª CCmds	RMA						LUANDA																		
CCac 4943/72	BII19						CANGAMBA						LUANDA												
DFCin 9570/73	BT						LUANDA																		
CCac 4146/72	RI1						LUANDA		LUSO			BUÇACO													
CConstr 9143/72	RE1						LUANDA																		
PelMort 4576/72	RI15						GEN FREIRE																		
PelMort 4577/72	RI15						LUCUSSE																		
PelMort 4578/72	RI15						ZEMBA																		
PelInt 9272/72	2.°GCAM						CABINDA																		
PelInt 9273/72	2.°GCAM						CABINDA																		
PelInt 9274/72	2.°GCAM						AMBRIZETE																		
PelInt 9275/72	2.°GCAM						T. SOUSA																		
PelInt 9276/72	2.°GCAM						NÓQUI																		
PelInt 9277/72	2.°GCAM						LUSO																		
PelInt 9278/72	2.°GCAM						S. POMBO																		
PelInt 9279/72	2.°GCAM						QUIBAXE																		
																LUANDA									

ANEXO – Z 18

UNIDADES	UN MOB	1973												1974											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
BCac 4912/73	BII19							NÓQUI																	
1.ª CCac	BII19							M'PALA																	
2.ª CCac	BII19							M'POZO																	
3.ª CCac	BII19								CABEÇO DA VELHA																
BCac 4515/73	RI15								LUANDA																
1.ª CCac	RI15								GEN FREIRE LUANDA																
2.ª CCac	RI15								GEN FREIRE LUANDA																
3.ª CCac	RI15								FAZ. B. BAIXA LUANDA																
CCac 4148/73	RI1								QUIXICO LUANDA																
CCac 4245/73	RI2								TERREIRO LUANDA																
CCac 4744/73	BII17								TCHIVOVO LUANDA																
CArt 6553/73	RAL5								MADIMBA LUANDA																
CCav 8453/72	RC4								SONGO LUANDA																
EPM 56	RMA								MAMAROSSA CARMONA																
GE 353	RMA								BUÇACO																
GE 354	RMA								BUÇACO																
CCav 8454/73	RC4								LUANDA																

ANEXO – Z 19

UNIDADES	UN MOB	1973												1974											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
BCac 4913/73	BII19												BELIZE												
1.ª CCac	BII19													BELIZE											
2.ª CCac	BII19													CAIO GUEMBO											
3.ª CCac	BII19													SANGA PLANÍCIE											
PelMort 4582/73	RI15												QUICABO												
PelMort 4583/73	RI15												CUIMBA												
PelMort 4584/73	RI15												BULONGONGO												

ANEXO – Z 20

UNIDADES	UN MOB	1974											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
BCac 4214/73	RI2		CUIMBA										
1.ª CCac	RI2		CALAMBATA										
2.ª CCac	RI2		LUVACA										
3.ª CCac	RI2		BUELA										
BCac 5015/73	BC10		DAMBA										
1.ª CCac	BC10		CHIMACONGO										
2.ª CCac	BC10		MUCABA										
3.ª CCac	BC10		QUIVUENGA										
BCav 8324/73	RC3		SANZA POMBO										
1.ª CCav	RC3		ALTO ZAZA										
2.ª CCav	RC3		QUICUA										
3.ª CCav	RC3		MASSAU										
CCac 4746/73	BII17		SACASSANGE										
CArt 6554/73	RAL5		MUSSUCO										
CArt 6555/73	RAL5		CAMAXILO										
CPM 8247/73	RL2			LUANDA									
DestManMatEl 7077/73	RAAF				LUANDA								

UNIDADES	UN MOB	1974											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
BCac 4617/73	RI16				LUANDA								
1.ª CCac	RI16				LUANDA								
2.ª CCac	RI16				LUANDA								
3.ª CCac	RI16				LUANDA								
CCac 4947/73	BII19				LUANDA								
PelMort 4280/73	RI2				TOTO								
PelMort 4281/73	RI2				QUITEXE								
PelA/D 9790/73	CDMM				S. SALVADOR								
PelA/D 9791/73	CDMM				S. PINTO								
PelA/D 9792/73	CDMM				NEGAGE								
PelA/D 9793/73	CDMM				QUIBAXE								
PelA/D 9794/73	CDMM				S. PORTO								
GE 228	RMA				CAMABATELA								
GE 229	RMA				QUIAGE								
GE 231	RMA				ZENZA DO ITOMBE								

ANEXO – Z 21

Capitão de Infantaria, Comando

JOSÉ ALBERTO REYNOLDS MENDES

6.ª CCmds/CICmds — RMA
ANGOLA

3.ª CLASSE

Transcrição da Portaria publicada na OE n.º 6 — 2.ª série, de 1968.

Por Portaria de 05 de Março de 1968:

Condecorado com a Cruz de Guerra de 3.ª classe, ao abrigo dos artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola, o Capitão de Infantaria, Comando, José Alberto Reynolds Mendes.

Transcrição do louvor que originou a condecoração.
(Publicado na OS n.º 85, de 20 de Outubro de 1967, do QG/RMA):

Louvado o Capitão de Infantaria, Comando, José Alberto Reynolds Mendes, porque durante cerca de onze meses que comandou a 6.ª Companhia de Comandos, sempre se afirmou um chefe "Comando" de extremo sentido da disciplina e da missão, dotado de elevadas qualidade de iniciativa, dedicação, espírito de sacrifício, coragem, decisão, sangue frio e a mais serena e firme determinação debaixo de fogo.

Combatente intemerato e sempre ousado, soube transmitir aos homens que comandava o impulso que dimanava das suas próprias virtudes, caracterizando assim as suas acções com a maior agressividade e ousadia.

Mormente na Op. "Rio Grande", não obstante as baixas iniciais que a sua Companhia sofreu, conduziu as suas tropas até ao total cumprimento da missão, sem tibiezas nem hesitações, causando ao inimigo perdas consideráveis.

É de destacar também a sua acção na Op. "Mama-Sume" em que demonstrou magnífico sentido de oportunidade na exploração de capturados, manobrando na execução da missão que lhe havia sido cometida por forma a promover a captura de um total de 430 elementos.

Por tudo isto se considera o Cap Reynolds Mendes como um oficial de excelsas virtudes cujo exemplo merece ser apontado pelos serviços que prestou.

COMPANHIA DE CAÇADORES N.º 1522

BII 19
ANGOLA

1.ª CLASSE

Transcrição do Decreto publicado na OE n.º 21 — 2.ª série, de 1968.

Decreto n.º 48 621

A Companhia Caçadores n.º 1522, do Batalhão Independente de Infantaria n.º 19, demonstrou excepcional valor na actividade operacional que ao longo da sua comissão de serviço desenvolveu na Região Militar de Angola, em especial durante o período em que reocupou a Fazenda Madureira, nos Dembos. Através das várias acções e operações que executou ou em que tomou parte, o seu pessoal, mais do que uma vez, demonstrou possuir excepcionais qualidades de coragem, decisão, sangue-frio e serena energia debaixo de fogo.

Inicialmente colocada em Caconda, na Zona de Intervenção Sul, além de uma meritória acção psicológica e social que desenvolveu junto das populações da área, teve a oportunidade, que soube aproveitar, de consolidar a instrução, disciplina e coesão do seu pessoal, criando a Unidade um conjunto de aptidões que viriam a constituir a base indispensável à sua posterior actividade na Região Militar de Angola.

Tendo sido determinada a reocupação da Fazenda Madureira, no itinerário entre General Freire e Zala, deslocou-se a Companhia de Caçadores n.º 1522 para esta região. Sujeita desde o início da sua permanência a constantes flagelações e ataques, a Companhia soube manter-se sempre forte e coesa. Através de constante e bem orientada actividade operacional, conseguiu desalojar o inimigo das suas zonas de refúgio e criou-lhe um clima de insegurança que provocou o seu afastamento da região.

Entre as várias operações que realizou ou em que tomou parte e onde foram obtidos assinalados êxitos, destacam-se, sobretudo, as operações "Apalpadela 1" e "Osíris 2". Na operação "Apalpadela 1", em região onde o potencial inimigo era apreciável, as invulgares características de disciplina e resistência ao esforço físico tornaram possível o êxito da Unidade. Durante esta operação, através de comportamento eficiente e inteligente, suportou a Unidade sucessivas acções inimigas com grande disciplina de fogo e, quando o inimigo supunha a Unidade esgotada, veio desencadear forte ataque, prontamente repelido, graças ao potencial de fogo que tinha sabido conservar, pondo-o em fuga e causando-lhe pesadas baixas. Na operação "Osíris 2", realizada em terreno muito difícil, conseguiu logo de início surpreender

ANEXOS ZZ 1 a ZZ 4

o inimigo, causar-lhe baixas e capturar material; durante a progressão veio a ser submetida a intensos ataques, permanecendo durante três dias isolada das restantes forças intervenientes na operação.

Apesar das baixas sofridas e do potencial do inimigo, a Companhia de Caçadores n.º 1522 soube sempre reagir valorosa e disciplinadamente.

Assim, a Companhia de Caçadores n.º 1522 prestigiou de forma notável as instituições militares, e os serviços prestados ao País, na Região Militar de Angola, devem justamente ser considerados relevantes e de muito valor.

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3 do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É condecorada a Companhia de Caçadores n.º 1522, do Batalhão Independente de Infantaria n.º 19, com a medalha de Cruz de Guerra de 1.ª classe, por satisfazer às condições referidas no artigo 13.º do Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 10 de Outubro de 1968 — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *Marcello Caetano* — *Horácio José de Sá Viana Rebelo* — *José Manuel Bethencourt Conceição Rodrigues* — *Joaquim Moreira da Silva Cunha.*

Para ser publicado nos *Boletins Oficiais* de todas as Províncias Ultramarinas. — *J. da Silva Cunha.*

(Publicado no D. do G. n.º 239, 1.ª série, de 10 de Outubro de 1968).

Soldado de Infantaria, n.º 13449970

JOSÉ AGOSTINHO DA SILVA MENDES NEVES

CCac 2759 – BII 19
MOÇAMBIQUE

4.ª CLASSE

Transcrição do Despacho publicado na OE n.º 30 – 3.ª série, de 1972.

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª classe, nos termos do artigo 20.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 566/71, de 20 de Dezembro de 1971, por despacho do Comandante-Chefe das Forças Armadas de Moçambique, de 16 de Agosto de 1972, o Soldado n.º 13449970, José Agostinho da Silva Mendes Neves, da Companhia de Caçadores 2759 – Batalhão Independente de Infantaria n.º 19.

Transcrição do louvor que originou a condecoração.
(Publicado na OS n.º 60, de 29 de Julho de 1972, do QG/RMM):

Que, por seu despacho de 20Jul72, foi considerado como concedido pelo General Comandante da Região, o louvor constante da alínea c), do n.º 1, do art.º 5.º, da OS n.º 37, de 28 de Abril de 1972, do Batalhão de Cavalaria n.º 3837, que passa a ter a seguinte redacção: "Louvo o Soldado n.º 13449970, José Agostinho da Silva Mendes Neves, da CCac 2759, porque, durante o ataque ao estacionamento da sua Subunidade, apesar de ferido, correu debaixo de fogo inimigo, para junto do morteiro de 60 e, sem qualquer protecção, começou a bater a zona ocupada pelo adversário. Evidenciou completo desprezo pelo perigo, coragem, agressividade, sangue-frio e espírito de sacrifício, qualidades que sempre demonstrou em todas as acções em que tomou parte.

Pela sua conduta em combate tornou-se o Soldado Neves merecedor da estima de todos os seus superiores e camaradas e digno de ser apontado como exemplo a seguir."

Alferes Miliciano de Infantaria

JOÃO CORDEIRO DIAS

CCac 1522 — BII 19
ANGOLA

3.ª CLASSE

Transcrição da Portaria publicada na OE n.º 4 — 2.ª série, de 1968.

Por Portaria de 06 de Dezembro de 1967:

Condecorado com a Cruz de Guerra de 3.ª classe, ao abrigo dos artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola, o Alferes Miliciano de Infantaria, João Cordeiro Dias, da Companhia de Caçadores n.º 1522 — Batalhão Independente de Infantaria n.º 19.

Transcrição do louvor que originou a condecoração.
(Publicado na OS n.º 59, de 26 de Julho de 1967, do QG/RMA):

Por despacho de 18Jul67, Sua Ex.ª o General Comandante da RMA louvou o Alferes Miliciano de Infantaria, João Cordeiro Dias, Comandante do 2.º Grupo de Combate, da Companhia de Caçadores n.º 1522, pela extraordinária coragem, valentia, sangue frio e decisão em todas as acções em que tem tomado parte, sendo para os seus homens um exemplo vivo de coragem moral e física, desprezo pelo perigo e grande arrojo em frente do inimigo.

O Alferes Dias tomou parte em todas as acções da Companhia e demonstrou possuir sobejamente as qualidades apontadas, o que a par com a forma leal e honesta como rege a sua conduta, o classificam como um oficial miliciano de categoria muito acima do normal.

De salientar especialmente a sua conduta durante a operação "Gémeos 3" em que, depois da Companhia ter sofrido um morto e um ferido no início da operação, arriscou a sua vida, demonstrando sobejamente elevadas qualidades de decisão, sangue frio, espírito de sacrifício e coragem, qualidades que continuou revelando em todas as operações em que a sua Companhia tomou parte, pelo que a sua acção militar se pode considerar de grande valor.